

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS

RAFAEL CERQUEIRA DO NASCIMENTO

**A NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO:  
UM DESAFIO HISTORIOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.**

VITÓRIA  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS

RAFAEL CERQUEIRA DO NASCIMENTO

**A NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO:  
UM DESAFIO HISTORIOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.**

Tese apresentada ao PPGHIS –  
UFES como quesito parcial para a  
obtenção de título de Doutor em  
História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio  
Carlos Amador Gil.

VITÓRIA  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

N244n Nascimento, Rafael Cerqueira do, 1980-  
A narrativa histórica da superação do atraso : um desafio  
historiográfico do Espírito Santo / Rafael Cerqueira do  
Nascimento. – 2016.  
291 f.

Orientador: Antonio Carlos Amador Gil.

Coorientador: Luiz Cláudio Ribeiro.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Historiografia - Espírito Santo (Estado). 2. Espírito Santo  
(Estado) – Desenvolvimento. 3. Espírito Santo (Estado) –  
História - Aspectos econômicos. I. Gil, Antonio Carlos Amador. II.  
Ribeiro, Luiz Cláudio Moisés. III. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV.  
Título.

CDU: 93/99

---

# **A NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO: UM DESAFIO HISTORIOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS, da Universidade Federal do Espírito Santo -UFES, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Doutor Antonio Carlos Amador Gil  
Universidade Federal do Espírito Santo - Orientador

---

Professora Doutora Maria Regina Celestino de Almeida  
Universidade Federal Fluminense - Examinadora Externa

---

Professor Doutor André Ricardo Valle Vasco Pereira  
Universidade Federal do Espírito Santo - Examinador Externo

---

Professora Doutora Maria da Penha Smarzaró Siqueira  
Universidade Federal do Espírito Santo - Examinadora Interna

---

Professor Doutor Ueber José de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo - Examinador Interno

*À minha avó Aidyr.*

## **AGRADECIMENTOS**

Externar os agradecimentos parece tarefa fácil. Porém, dedicar algumas palavras aos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho torna-se um momento complexo pois envolve a limitação das páginas e o risco do esquecimento. Mas, por outro lado, é o tempo do reconhecimento e da gratidão.

Ao meu orientador, Tom Gil, por aceitar a condução de um trabalho que foge à sua temática de estudos. Suas leituras, discordâncias e apontamentos foram essenciais na construção da tese. Mestrado e doutorado sob a sua orientação. Sendo assim, obrigado pela confiança, pelo comprometimento e pela generosidade ao longo desse tempo.

Agradeço, ainda, ao meu coorientador, Luiz Cláudio Ribeiro, pelas sugestões de bibliografia e indicações pontuais que permitiram a reflexão sobre a escrita da história do Espírito Santo. Obrigado por me permitir adentrar nesse campo no qual tem se dedicado.

Meus agradecimentos se direcionam também às componentes da banca de qualificação. À professora Juçara Luzia Leite pela crítica e indicações teórico-metodológicas e à professora Marta Zorzal pelas sugestões para o entendimento do desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas - PPGHIS - UFES, obrigado pela atenção e dedicado trabalho.

Agradeço à minha família. Aos meus pais, pela liberdade de escolhas e apoio incondicional. Aos irmãos, Lelei, por estar conosco, Renata, pela amizade e pelo sobrinho, e Rodrigo, companheiro e também escudeiro nessa jornada. À Aninha, pela presença constante. À avó, Maria José, por sempre perguntar se já estava terminando. E, aos tios e primos, pelo apoio e compreensão de algumas ausências em função desse empreendimento.

Agradeço, especialmente, à Pollyana. Em primeiro lugar, pela coragem. Afinal, ao longo desse trajeto me acompanhou como amiga, namorada e esposa. Tudo isso, fazendo também seu doutorado! No mais, amor e admiração resumem bem esse trajeto. Obrigado!

Aos amigos, do GEAK, obrigado pelo apoio de todos e, principalmente, ao Bruno. Aos da UFES, agradeço à Graziela pela amizade desde o mestrado. Ao Diones Ribeiro, obrigado pela

parceria de pesquisa e pelas longas conversas sobre nossos temas que não só ajudaram na constituição dessa tese como indicaram caminhos futuros de trabalho. Aos companheiros do IFES, obrigado Krüger, Luiz Henrique, Alex Nassau e Sílvia que acompanharam os primeiros questionamentos que deram origem ao projeto, à Kalna por estar sempre solícita e, para Vinicius Lorges, Luiz Antônio e Wallas, três colegas de trabalho e também pós-graduandos, agradeço a companhia nas pausas para o café.

Enfim, obrigado a todos, independentemente da ausência nessas páginas e, em especial, a uma força maior, Deus, por tudo isso e por vocês.

O que me prende é mais um espírito de oposição do que de acomodação, porque o ideal romântico, o interesse e o desafio da vida intelectual devem ser encontrados na dissensão contra o *status quo*, num momento em que a luta em nome de grupos desfavorecidos e pouco representados parece pender tão injustamente para o lado contrário ao deles.

Edward Said



## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de realizar uma história da historiografia do Espírito Santo buscando compreender as formas, as funções e os significados que tiveram as diferentes manifestações historiográficas sobre o Espírito Santo entre a década de 1960 e o início do século XXI. Para isso, analisa as obras *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira (1975), *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes (1964), *O Espírito Santo é assim*, de Neida Lúcia Borges (1971), e *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*, de Gabriel Bittencourt (2006). Além dessas, aborda uma nova produção historiográfica que surge na primeira década do século XXI associada aos programas de pós-graduação, em especial, mas não exclusivamente, ao Programa de História Social das Relações Políticas (PPGHIS-UFES). Assim, fundamentando a análise em referenciais da História da Historiografia e da Teoria da História, em especial, Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen, avaliamos que tipo de relação as produções historiográficas estabeleceram com o passado local e quais sentidos as narrativas históricas atribuíram para esse passado. Desse modo, por um lado, identificamos a emergência e o percurso de uma *narrativa histórica da superação do atraso: a narrativa do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo*, definida nas obras de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes, e a *narrativa da formação econômica do Espírito Santo*, representada pela obra de Gabriel Bittencourt. Por outro, demonstramos como a nova produção historiográfica, as narrativas críticas do Espírito Santo, tem colaborado com a desconstrução daquelas narrativas mestras sobre o passado do Espírito Santo. Consideramos, assim, que a análise desse percurso da escrita da história local permitiu compreendermos como se constituiu um paradigma de compreensão e formas de narrar o Espírito Santo a partir da noção de atraso e sua superação. Compreendemos que a perspectiva da superação do atraso definiu um lugar para períodos, acontecimentos e personagens históricos que tiveram seu valor para o passado local definidos em função de sua contribuição ou oposição para o desenvolvimento do Estado. Identificamos, com isso, como as narrativas da superação do atraso corresponderam às expectativas dos projetos de desenvolvimento do Espírito Santo e contribuíram para sua legitimação, tanto na década de 1960 com a industrialização, como nos usos políticos do passado recorrentes no discurso político de Paulo Hartung sobre o Terceiro Ciclo de Desenvolvimento já no século XXI. Enfim, avaliamos a importância das narrativas críticas na desconstrução da perspectiva da superação do atraso, na desmitificação do lugar do atraso no passado local bem como sua relevância na definição de diferentes sentidos para a história do Espírito Santo.

**Palavras-chaves:** Historiografia; Espírito Santo; Desenvolvimento; História; Aspectos econômicos.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to perform a history of the historiography of Espírito Santo trying to understand the procedures, functions and meanings involving different historiographical productions about the state of Espírito Santo between the 1960s and the early twenty-first century. The research analyzes the books *História do Estado do Espírito Santo*, by José Teixeira de Oliveira (1975), *História do Espírito Santo*, by Maria Stella de Novaes (1964), *O Espírito Santo é assim*, by Neida Lúcia Borges (1971), and Gabriel Bittencourt's *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário* (2006). Besides these, it discusses a new historiography that emerges in the first decade of this century, specially, but not exclusively, associated to the Social History of Political Affairs Program (Programa de História Social das Relações Políticas – PPGHIS-UFES). Therefore, grounding the analysis on references of History of Historiography and Theory of History, in particular Reinhart Koselleck and Jörn Rüsen, this thesis evaluates which kind of relations the historiographical productions established with the local past and which meanings the historical narratives attributed to this past. Thus, on the one hand, we identify the emergence and course of a historical narrative of overcoming backwardness: the narrative of the progressive development of Espírito Santo, set in the works of José Teixeira de Oliveira, Neida Lucia and Maria Stella de Novaes, and account of the economic formation of Espírito Santo, represented by the work of Gabriel Bittencourt. On the other hand, we demonstrate how the new historiography, critical narratives about Espírito Santo, has collaborated with the deconstruction of those mainstream narratives about the past of state. We, therefore, consider that the analysis of this local history writing path allowed us to comprehend how this paradigm of writing and understanding the past of Espírito Santo was built on the notions of delay and overcoming. We understand that the perspective of overcoming the delay defined a place for periods, historical events and characters that had their value to the local past defined in terms of their contribution to or obstruction of the development of the state. Doing so, we identify how the narratives of overcoming backwardness support the development projects of Espírito Santo and contributed to its legitimacy, both in the 1960s with industrialization, as in the political uses of the past performed by the political discourse of Paul Hartung on the Third Development Cycle in the XXI century. Finally, we evaluate the importance of critical narratives in deconstructing the perspective of overcoming the delay and its relevance in the definition of different meanings to the history of Espírito Santo.

**Keywords: Historiography; Espírito Santo; Development; History.**

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo llevar a cabo una historia de la historiografía del Espírito Santo tratando de comprender las formas, funciones y significados que tuvieron diferentes manifestaciones historiográficas relativas al estado de Espírito Santo entre los años 1960 y principios del siglo XXI. Para ello, analiza los trabajos *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira (1975), *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes (1964), *O Espírito Santo é assim*, de Neida Lúcia Borges (1971), y *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*, de Gabriel Bittencourt (2006). Además de éstos, se discute una nueva historiografía que florece en la primera década de este siglo, asociada a los programas de posgrado, en particular, pero no exclusivamente, el Programa de Historia Social de las Relaciones Políticas (PPGHIS-UFES). Por lo tanto, basando el análisis en referencias de la historia de la historiografía y teoría de la historia, en particular, Reinhart Koselleck y Jörn Rüsen, evaluamos qué tipo de relación las producciones historiográficas establecen con el pasado local y qué significados las narrativas históricas atribuyeron a este pasado. De este modo, por un lado, identificamos la aparición y el recorrido de una narrativa histórica de superación del retraso: la narrativa del desarrollo progresivo del Espírito Santo, ubicada en las obras de José Teixeira de Oliveira, Neida Lucía y María Stella de Novaes, y la narrativa de la formación económica del Espírito Santo, representada por la obra de Gabriel Bittencourt. Por otro, se demuestra cómo la nueva producción historiográfica, las narrativas críticas del Espírito Santo, ha colaborado con la deconstrucción de los grandes relatos sobre el pasado del Espírito Santo. Por consiguiente, consideramos que el análisis de este recorrido de la escritura de la historia local nos permitió entender cómo se constituyó un paradigma de comprensión y de formas de narrar el Espírito Santo basado en la noción de retardo y superación. Comprendemos que la perspectiva de superar el retraso definió un lugar para períodos, acontecimientos históricos y personajes que tuvieron su valor en el pasado local definido en términos de su contribución u oposición al desarrollo del estado. Identificamos, con ello, cómo las narrativas de superar el retraso están relacionadas con las expectativas de los proyectos de desarrollo del Espírito Santo y han auxiliado a su legitimación, tanto en la década de 1960, con la industrialización, como en los recurrentes usos políticos del pasado por el discurso político de Paul Hartung en el Tercer Ciclo de Desarrollo, ya en el siglo XXI. Por último, se evalúa la importancia de las narrativas críticas en la deconstrucción de la perspectiva de superar el retraso, en la desmitificación del lugar del retraso en el pasado local y su relevancia en la definición de los diferentes significados de la historia del Espírito Santo.

**Palabras clave:** Historiografía; Espírito Santo; desarrollo; Historia.

## **LISTA DE SIGLAS**

**BANDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo**

**CODEC - Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo**

**FINDES - Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo**

**FUNDAP - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias**

**IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

**IHGES - Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**

**PPGHIS - UFES - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo**

**SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**

**UFES - Universidade Federal do Espírito Santo.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
 <b>1. CAPÍTULO I: CONSTRUINDO UM DESAFIO HISTORIOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>29</b>
1.1 O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO E A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	29
1.2 O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SOBRE O ESPÍRITO SANTO.....	32
1.2.1 O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO E AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE ESPÍRITO SANTO: O DISCURSO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO E AS LEITURAS DE PASSADO.....	42
1.3 DEFININDO O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO .....	60
 <b>2. CAPÍTULO II: O SENTIDO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO: O ESPÍRITO SANTO NO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA E A NARRATIVA HISTÓRICA DO PROGRESSIVO DESENVOLVIMENTO. ....</b>	<b>67</b>
2.1 O DISCURSO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO VIA INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	67
2.2 O DISCURSO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO E A NARRATIVA HISTÓRICA DO ESPÍRITO SANTO.....	83
2.2.1 O ESPÍRITO SANTO REPUBLICANO: O SENTIDO DA NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO.....	84
2.2.2 O ESPÍRITO SANTO COLONIAL E A NARRATIVA DA ORIGEM DO ATRASO .....	93
2.2.3 AS ORIGENS DO ESPÍRITO SANTO NOS SÉCULOS XVI E XVII: OBSTÁCULOS, DIFICULDADES E A IMAGEM DO FRACASSO INICIAL DA COLONIZAÇÃO.....	95
2.2.4. O PAPEL DE DEFESA E O ESPÍRITO SANTO COMO A BARREIRA PARA AS MINAS.....	103
2.3 O SÉCULO XIX E A NARRATIVA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO.....	113

<b>3. CAPÍTULO III - ENTRE O ATRASO E O PROGRESSO: OS PERSONAGENS HISTÓRICOS NA NARRATIVA DO PROGRESSIVO DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>131</b>
3.1 A ELITE ADMINISTRATIVA: ENTRE O ATRASO E O PROGRESSO.....	135
3.2 JESUÍTAS, IMIGRANTES E INDÍGENAS: A SUPERAÇÃO DO ATRASO NA REPRESENTAÇÃO DOS PERSONAGENS.....	150
3.2.1 OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO: O INIMIGO DE TODAS AS HORAS.....	157
<b>4. CAPÍTULO IV - A NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO NA CONTEMPORANEIDADE: HISTÓRIA E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO.....</b>	<b>171</b>
4.1 A NARRATIVA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO: A SUPERAÇÃO DO ATRASO PELOS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	175
4.1.1 A NARRATIVA HISTÓRICA DO ATRASO E A HERANÇA COLONIAL DO ESPÍRITO SANTO.....	178
4.1.2 DA PERIFERIA AO CENTRO: OS CICLOS ECONÔMICOS DO CAFÉ E DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	182
4.1.3 A NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO NO SÉCULO XXI: UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO E O PROTAGONISMO DO ESPÍRITO SANTO.....	190
4.2 AS "MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO" E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO.....	196
<b>5. CAPÍTULO V - POR OUTRAS HISTÓRIAS DO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>216</b>
5.1 O ESPÍRITO SANTO COLONIAL: DESCONSTRUINDO A "ORIGEM DO ATRASO.".....	221
5.2 O ESPÍRITO SANTO REPUBLICANO: A CRÍTICA AOS MODELOS DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	235
5.3 POR UMA HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO ESPÍRITO SANTO.....	252
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>271</b>
<b>7 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>279</b>

## INTRODUÇÃO

Um desafio historiográfico do Espírito Santo.<sup>1</sup> O nome do presente trabalho pressupõe a definição do que encaramos como desafio: uma reflexão sobre a historiografia, especialmente, uma análise crítica sobre a escrita da história do Espírito Santo. Como será possível reconhecer ao longo desse estudo, construímos um desafio e buscamos responder às suas provocações.

Refletir sobre o fazer historiográfico faz parte da própria trajetória da disciplina histórica. Em especial, o chamado giro linguístico (*linguistic turn*) exerceu, e ainda exerce, influência na produção historiográfica, pois trouxe questões pertinentes sobre a prática exercida pelos historiadores:

A expressão *giro linguístico* foi bastante utilizada entre as décadas de 1970 e 1980 para se referir a um difuso e muito importante movimento intelectual que foi se articulando progressivamente ao longo do século XX, e que exerceu grande influência na Filosofia e em diversas Ciências Humanas e Sociais. Esse impacto está relacionado a preocupações com o papel exercido pela linguagem não apenas nos projetos dessas disciplinas, mas também nos fenômenos geralmente estudados por elas. Ao modificar a concepção existente sobre a natureza da linguagem (de “palavra sobre o mundo” para “ação sobre o mundo”), o *giro linguístico* apontou questões relativas à natureza do conhecimento, questionando o que usualmente se entende por “realidade”, e propiciou o surgimento de novos tipos de investigação e metodologias para sua análise. [...] Na História, o *giro linguístico*, ao questionar não apenas as próprias construções conceituais utilizadas pelos historiadores, mas também seus discursos sobre “o passado” e seu próprio fazer historiográfico, teria desdobramentos muito importantes.<sup>2</sup>

Assim, ganhou espaço dentro da teoria da História a problematização do texto e, principalmente, da narrativa. Sobre essa guinada, Salgado Guimarães argumenta:

A partir de então fomos obrigados a compreender o texto como uma superfície cheia de altos e baixos, silêncios e lacunas, que deveriam ser interrogados como elementos constitutivos da narrativa acerca do passado. Aprendemos da mesma forma que o texto escrito subordina a uma gramática e a uma semântica o conjunto móvel das experiências humanas, instaurando, portanto, uma tensão necessariamente presente na escrita do historiador. Enfim, a escrita histórica, para ser bem mais compreendida, tomou emprestado o conceito de representação imagética inscrita no ato da escrita.

---

<sup>1</sup> O termo utilizado foi apropriado do título da obra de José Carlos Reis. REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

<sup>2</sup> ARAÚJO, George Fellipe Zeidan Vilela. Desafios ao fazer historiográfico contemporâneo. In: Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia** – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. p. 1-9. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/anais/index.htm> Acesso em 2014. p. 1-2.

Seus signos, ao serem lidos, evocam imagens a partir das quais o passado se torna matéria de conhecimento.<sup>3</sup>

A definição do significado do giro linguístico trouxe o reconhecimento de que as Ciências Sociais, e a História em particular, são interpretativas. Isso não significa assumir a história como ficção, mas insere a importância da reflexão sobre o fazer historiográfico e a busca de se analisar as diferentes interpretações e os modos de fazer história ao longo do tempo.<sup>4</sup> Rüsen nos alerta justamente para o caráter narrativista da história em sua reflexão sobre a teoria da História. Em sua perspectiva, o paradigma narrativista não reduz o discurso historiográfico à texto literário, mas chama a atenção, considerando a importância do método da pesquisa para a produção histórica, para a relevância da narratividade do passado na produção de sentido no contexto da vida social a partir da qual foi gerado, em sua historicidade. Nesse sentido, atenta para a necessidade de compreensão da representação narrativa como parte integrante do conhecimento histórico, "pois a conexão entre a experiência humana do passado, conhecida a partir da pesquisa, e as demandas por sentido requeridas pela vida humana do presente, somente se dá através da historiografia, entendida como um saber histórico redigido, o produto intelectual do historiador em seu formato narrativo."<sup>5</sup> Rogério Silva destaca a reflexão de Rüsen sobre a narrativa histórica:

Ao apresentar o passado por meio de uma narrativa, o presente emerge e os resultados da pesquisa são transplantados a um locus discursivo diferente daquele em que se deu sua produção. A historiografia não se encarrega somente de dizer o que foi algo no passado: também faz com que o conhecimento alcançado pela pesquisa seja revestido de orientação para os destinatários desse saber. Deste modo, torna a factualidade do passado, investigada pela pesquisa, significativa para os processos de atribuição de sentido do universo cultural do presente.<sup>6</sup>

Diante disso, é justamente a partir do reconhecimento de que as narrativas históricas são constructos históricos, da importância de compreender os modos de fazer história, em especial, as formas de narrar o passado, e do significado que essas possuem por sua capacidade de atribuir sentido ao passado em função do contexto a que respondem, que direcionamos o desafio historiográfico para a escrita da História do Espírito Santo. Quais as formas, as funções e os significados que tiveram diferentes manifestações historiográficas ou formas de narrar o

<sup>3</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 26.

<sup>4</sup>DOSSE, F. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: Unesp, 2001. p. 55-74.

<sup>5</sup> SILVA, Rogério Chaves da. Método e sentido: a pesquisa e a historiografia na teoria de Jörn Rüsen. **Fronteiras: revista Catarinense de História**, n.17, Florianópolis, 2009, p. 33-36.

<sup>6</sup> Ibid., p. 52.



Espírito Santo? Quais relações e sentido estabeleceram com o passado local em diferentes épocas?

Consideramos relevante a construção de um desafio historiográfico do Espírito Santo<sup>7</sup> porque uma certa leitura do passado local é socialmente reconhecida e legitimadora de projetos e discursos políticos, principalmente, quando vinculada ao ideário de desenvolvimento do Espírito Santo. Partimos de questões que envolvem as circunstâncias de apropriação e ressignificação de determinados enunciados e noções historicamente (re)produzidas sobre o Espírito Santo e seu passado. Nos referimos, nesse sentido, ao lugar ocupado pela noção de atraso bem como à ideia de sua superação, associadas a uma visão negativa de sua experiência histórica. Nosso desafio surgiu justamente da preocupação em compreender como se constituiu o que denominamos de discurso da superação do atraso no Espírito Santo.

Identificamos critérios de avaliação e qualificação do Espírito Santo, no presente e no passado, constitutivos tanto dos discursos políticos como de narrativas históricas que se caracterizaram pela recorrência em definir uma condição de atraso ao Estado bem como pela capacidade em instituírem o sentido da superação, definido pelo progresso ou desenvolvimento econômico. Dessa forma, buscamos compreender que o Espírito Santo, associado ao atraso e sua superação, foi constituído por meio de um conjunto de enunciados que trazem referências à essas noções. Em relação à historiografia, consideramos que ela mobilizou um conjunto de imagens sobre o Espírito Santo, positivas e negativas, atribuindo o sentido da superação do atraso, fundamentando e legitimando seu uso político.

Defendemos que esta narrativa histórica do Espírito Santo emergiu concomitantemente ao projeto político de desenvolvimento via industrialização a partir da segunda metade do século XX. A narrativa histórica da superação do atraso elaborou um roteiro de escrita da história espiritosantense que se tornou paradigmática na compreensão do passado local. Trajetória na qual determinados períodos, fatos e personagens históricos foram enredados em função do desenvolvimento do Espírito Santo. Assim, avaliamos o percurso da escrita da história local a

---

<sup>7</sup> Os aspectos que constituem esse desafio historiográfico, especificamente em relação ao Espírito Santo, se encontram no primeiro capítulo dessa tese. Nos limitamos, aqui, a apresentá-lo como componente da problematização e propósitos da tese.

partir dessa época até a contemporaneidade, evidenciando suas continuidades, deslocamentos e desconstruções.

Desse modo, além de avaliarmos a construção de representações de Espírito Santo pelos discursos políticos em diferentes épocas, no que tange à historiografia, identificamos e selecionamos obras que elaboraram um roteiro histórico do Espírito Santo, focados na narrativa de sua formação e trajetória. As denominamos de *narrativas históricas da superação do atraso* e as classificamos a partir de duas formatações historiográficas distintas: definimos como *narrativa histórica do progressivo desenvolvimento* ao conjunto de obras formado por *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira; *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes; e *O Espírito Santo é Assim*, de Neida Lúcia de Moraes. Depois, o que classificamos como a *narrativa histórica da formação econômica do Espírito Santo*, que elegemos como referência a obra *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*, de Gabriel Bittencourt. Todas constituem um conjunto de obras que, mesmo com suas especificidades, elaboraram um sentido para o passado local por meio de marcos temporais e atribuições de sentido e significado a períodos, acontecimentos e personagens.<sup>8</sup>

A obra *História do Estado do Espírito Santo* é um marco da historiografia local. Ainda que seu autor não tenha se radicado no Estado, ela é considerada a principal obra de referência sobre o passado espiritosantense. Cabe ressaltar que ela é portadora de um discurso que se pretende oficial. Suas três edições foram realizadas por diferentes governos estaduais. A primeira edição, 1951, ocorreu no governo Jones dos Santos Neves. A segunda, atualizada temporalmente até a sua publicação, veio com o governo Arthur Gerhardt, e a terceira, em 2008, já no governo Paulo Hartung. A preocupação central do autor é evidenciar a trajetória e o progresso do Espírito Santo, de sua origem aos governos republicanos.

Maria Stella de Novaes segue a perspectiva de narrativa e o roteiro histórico definido por José Teixeira de Oliveira. Sua obra *História do Espírito Santo* evidencia a preocupação da autora com a formação e a expansão da sociedade espiritosantense, ainda que enfatize determinados

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.; NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.; MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.; BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.

feitos individuais, fruto de sua preocupação em demonstrar o papel das elites na condução da história local, e realize uma crônica da história espiritosantense.

Já Neida Lúcia de Moraes se apropria dos dois autores anteriores para construir sua obra, também caracterizada pela busca das origens do Espírito Santo e seu desenvolvimento. Diferentemente dos autores anteriores, a autora se fundamenta, sobretudo, em obras já elaboradas, mas realiza uma narrativa marcada pela identificação dos personagens-modelos ou exemplares e, sobretudo, por ser uma obra também originária da iniciativa governamental, valoriza a caracterização do presente, vinculado ao governo Christiano Dias Lopes.

Por último, temos a obra *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário* de Gabriel Bittencourt. Dentre esses autores, o único que possui sua produção vinculada ao meio acadêmico. Seleccionamos esta recente obra, pois ela constitui a síntese dos trabalhos do autor acerca da história do Espírito Santo.<sup>9</sup> Além de corresponder às propostas anteriores de narrar a história local focando em sua formação e trajetória, a perspectiva de desenvolvimento do Espírito Santo a partir da definição de diferentes ciclos econômicos propulsores do progresso espiritosantense, colabora com o discurso do “Terceiro Ciclo de Desenvolvimento”, presente no discurso político, como veremos.

Todos eles, portanto, têm em comum a preocupação de narrar a “formação” do Espírito Santo. Além disso, suas obras, preocupadas com a trajetória de desenvolvimento espiritosantense, tomam como marco temporal o presente, definindo assim um determinado sentido para o passado e, como demonstraremos, o sentido da superação do atraso. Assim, as obras nos possibilitam compreender o surgimento de uma narrativa histórica sobre o Espírito Santo, que trazem propostas de sentido e significação para o passado, produzindo expectativas de entendimento e compreensão relativas a fatos, períodos e personagens, nesse caso, relativos à narrativa do desenvolvimento do Espírito Santo.

---

<sup>9</sup> Por considerarmos a obra *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*, de 2006, como representante da trajetória de pensamento e produção histórica do autor, sua análise será acompanhada, em conjunto, também de outros trabalhos do mesmo. São elas: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforços industrializantes na Primeira República: o Espírito Santo 1889-1930**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1979.; BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura, 1987.

Em oposição a essas narrativas, selecionamos um conjunto de obras que denominamos de *narrativas críticas do Espírito Santo*. São teses, dissertações e artigos acadêmicos de diferentes autores e que versam sobre a temática do desenvolvimento do Espírito Santo em diferentes épocas, assim como direcionam seu olhar para sujeitos marginalizados da história local. Uma historiografia vinculada, principalmente, mas não apenas, ao Programa de Pós-Graduação em História da Ufes que se apresenta não só como uma nova forma de produção histórica mas que estabelecem novos sentidos ao passado do Espírito Santo.

Nossa abordagem, portanto, busca a formação e o percurso de um modelo explicativo acerca do Espírito Santo, o que permite compreendermos as formas e as funções assumidas por essas narrativas, bem como o sentido atribuído ao passado local. Segundo Rüsen, são as formatações historiográficas que dão sentido ao passado, sejam as que se apresentam no formato narrativo, na qual os processos temporais são descritos de modo visível, sejam as que se apresentam em textos parciais abertos à discursividade e à argumentação. Ambas, porém, a seu modo, organizam o saber histórico como algo apresentável e portador de sentido em seu contexto cultural e político.<sup>10</sup>

Para melhor desenvolvimento do que denominamos de desafio historiográfico do Espírito Santo, buscamos um aporte teórico que possibilitou elucidar a representação de Espírito Santo produzida a partir dos discursos da superação do atraso bem como colaborou com a análise da historiografia local em suas relações com as representações do atraso e sua superação. Assim, nossos referenciais teóricos podem ser observados a partir de três funções dentro do estudo: a) autores utilizados com o intuito de avaliar a produção de representações de Espírito Santo e a historiografia como representação do passado; b) a recorrência a referências voltadas para fundamentar nossa análise no campo da história da historiografia e os usos do passado; c) e a apropriação de referenciais teóricos que nos permitam operacionalizar a análise das obras selecionadas tendo em vista os modelos de explicação e de narrativas históricas elaboradas pelos diferentes autores.

No que tange à construção de imagens sobre o Espírito Santo, nos apropriamos de Pesavento, Baczko e, sobretudo, Chartier.<sup>11</sup> Buscamos no conceito de representações, e seus usos, a

<sup>10</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 81-82.

<sup>11</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, nº 29, pp. 9-27, 1995. BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. **Enciclopédia**

referência necessária para analisarmos as ideais, impressões e percepções constitutivas das ideias-imagens de Espírito Santo associadas ao desenvolvimento, tanto nos discursos políticos como nas imagens produzidas pela representação historiográfica. Por meio desses autores, avaliamos como as representações de Espírito Santo forjadas ao longo do tempo aqui proposto, e vistas em sua historicidade, evidenciam a busca por justificativas de determinadas escolhas e legitimação de projetos políticos.

Considerando, também, que o desafio historiográfico pretende analisar a emergência e o percurso de uma determinada forma de compreender e narrar o Espírito Santo, recorremos a referências teóricas que viabilizaram uma fundamentação e uma operacionalidade na análise sobre a escrita da história. Um conjunto de autores colaboraram com a compreensão da historiografia como objeto de estudo<sup>12</sup>, orientando a análise no que diz respeito à realização de uma história da historiografia. Complementando, buscamos em autores como Hobsbawm, Falcon, Ferro e Eni Orlandi orientações para compreendermos as relações entre história e poder, e os usos políticos do passado, características de determinadas narrativas históricas locais. Assim como, com Orlandi, o entendimento dos discursos fundadores que emergiram e foram ressignificados ao longo do tempo no Espírito Santo e têm na relação com o passado um de seus traços característicos no discurso da superação do atraso.<sup>13</sup>

Nos apropriamos, também, de um aporte teórico que permitiu a compreensão da relação que uma sociedade estabelece com seu passado, tendo em vista a historiografia. Na análise da configuração de modelos explicativos e formas de narrar o Espírito Santo em seu pretérito, recorremos às contribuições da Teoria da História para a análise das obras eleitas como manifestações historiográficas locais. Com Reinhart Koselleck compreendemos como a dimensão temporal do passado foi formulada pela historiografia, recorrendo às categorias de

---

**Einaudi**, vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. pp. 296-332; CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

<sup>12</sup> Destacamos aqui: GODOY, João M. T. de. Alguns desafios dos estudos de historiografia. **Projeto História**, São Paulo, n.41, pp. 195-214, 2010; MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006; GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; BLANKE, Horst W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 27-64.

<sup>13</sup> FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011; FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989; HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador: a formação do país e a identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.

conhecimento que o autor denomina de campo de experiência e horizonte de expectativa, que possibilitaram a reflexão sobre a temporalidade a partir da tensão entre o presente, que se apresenta com suas expectativas de futuro, e o passado. Assim, viabilizou a compreensão do tempo histórico como condições de possibilidades para escritas da história.<sup>14</sup> Com Jörn Rüsen, dialogamos com os conceitos de consciência histórica, narrativa histórica e identidade histórica para compreender a historiografia e sua capacidade de atribuir sentido ao passado a partir de determinados critérios de sentido estabelecidos de acordo com o contexto cultural que dialogam.<sup>15</sup>

Conjugando as categorias elaboradas por Koselleck e os conceitos de Rüsen, conseguimos orientar a análise sobre a constituição das narrativas históricas do Espírito Santo, avaliando como as obras narraram o passado espiritoossantense a partir de uma lógica interpretativa da superação do atraso cujo critério de sentido foi o do progresso e desenvolvimento do Espírito Santo. Perspectivas de interpretação que, por sua vez, se modificaram a partir de um novo entendimento do passado, o que nos levou também analisar novas formas de narrativa na historiografia local.

Nesse ponto, alcançamos a explicação da metodologia utilizada na construção do trabalho. Primeiramente, recorremos, novamente, a Rüsen. Tendo em vista a emergência de uma narrativa histórica da superação do atraso, sua continuidade, os deslocamentos e as discontinuidades dessa produção histórica sobre o Espírito Santo, recorremos à tipologia elaborada pelo autor na compreensão da historiografia, entendida por ele como um processo de constituição da narrativa de sentido. Dessa maneira, foi possível agrupar os autores em diferentes formas de narrativa e modelos explicativos acerca do passado do Espírito Santo. Tendo em vista os critérios e categorias de análise, agrupamos em 3 modelos ao longo do período estudado: a) José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes como autores que instituíram a narrativa histórica da superação do atraso, caracterizada pelo progressivo desenvolvimento; b) evidenciamos a produção de Gabriel Bittencourt como representante de uma continuidade dessa narrativa da superação, mas deslocada para o meio acadêmico e sob a perspectiva da história econômica, definindo a narrativa histórica da

---

<sup>14</sup>KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

<sup>15</sup>RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2010; RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

formação econômica do Espírito Santo; c) por último, avaliamos a produção historiográfica acadêmica recente e suas mudanças nas interpretações acerca do passado, constituindo as narrativas críticas do Espírito Santo.

Segundo Rüsen, podemos avaliar diferentes tipos de constituição histórica de sentido, a saber: a constituição tradicional de sentido, a constituição exemplar de sentido, e ainda as constituições crítica e genética de sentido.<sup>16</sup> De acordo com ele, essa tipologia pode ser empregada como um instrumental analítico para a compreensão dos fenômenos historiográficos levando-se em consideração que ela: possibilita analisar esses fenômenos historiográficos a partir da historicidade dessas formatações; permite avaliar as mudanças ocorridas nas formas de narrativa histórica promovidas pelas opções teóricas; reconhece que nenhum desses tipos aparece de forma pura ou isolada. A saber, os elementos típicos de cada modelo estão sempre articulados conjuntamente nas diversas formatações, mas o que não impede o reconhecimento dos elementos essenciais de uma determinada forma de narrativa.<sup>17</sup>

Tais considerações nos levaram a distinguir as diferentes leituras do passado e suas formas de narrativa, diferenciadas não apenas no tempo, mas de acordo com a sua estrutura e o sentido atribuído ao passado do Espírito Santo por elas constituído. Por exemplo, nas narrativas da superação do atraso elaboradas por José Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes e Neida Lúcia predominam as constituições tradicional e exemplar de sentido, ainda que a preocupação em se caracterizar a origem (o atraso colonial) do Espírito Santo e sua diferenciação com o período republicano possibilitem evidenciar algumas características da constituição genética de sentido. Esta, por sua vez, é bem representada na obra de Gabriel Bittencourt que analisa as fases da economia do Espírito Santo e sua inserção na economia capitalista por meio dos ciclos econômicos. Porém, algumas características predominantes nos autores anteriores aparecem também nas obras desse autor, o que nos permite realizar as diferenciações, as continuidades e os deslocamentos nas formas narrar o Espírito Santo. A historiografia recente representada, essencialmente, pelo Programa de Pós-Graduação do departamento de História da UFES, entre outras produções acadêmicas, cabe ressaltar, nos remete à constituição crítica de sentido, ao romper com os modelos explicativos anteriores.

---

<sup>16</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

<sup>17</sup> Ibid., p. 63-65.

Essa tipologia, portanto, permitiu agrupar essas diferentes produções historiográficas sobre o Espírito Santo e observar esse percurso da escrita da história local. Porém, ainda que a análise se fundamente nos tipos de narrativa, a forma de apresentação das mesmas permitiu a diferenciação da análise no decorrer do nosso trabalho. Rüsen identifica duas formas de apresentação do sentido histórico que também foi possível distinguir nas obras: a chamada história narrativa (tradicional), na qual o sentido da história surge no formato de narrativa a partir da sequência temporal da descrição dos fatos pelo historiador. A outra se caracteriza por uma forma de apresentação na qual os contextos de sentido são explicitados de maneira peculiar, por meio de textos parciais que apontam, inclusive, as perspectivas de análise.

Nas obras de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes identificamos a primeira forma indicada por Rüsen. Em Gabriel Bittencourt, ainda que o autor ressalte sua perspectiva de análise, ela também predomina, pois ele preocupa-se com a narrativa da origem e da trajetória econômica do Espírito Santo a partir de uma sequência temporal linear. A segunda forma indicada por Rüsen caracteriza a historiografia definida como constituição crítica de sentido na qual prevalecem os recortes temporais (que o autor chama de contextos de sentido) e as argumentações fundamentadas na exposição teórica dos autores, e que denominamos de historiografia acadêmica atual, representada, principalmente, pela produção recente associada ao programa de pós-graduação do departamento de História da UFES.<sup>18</sup>

Essa diferenciação entre as formas de apresentação das obras historiográficas colaborou em nosso propósito de analisar as representações de Espírito Santo no passado e o roteiro histórico construído pelas narrativas. Buscamos compreender as formas de narrativas históricas constituídas nesse “percurso” aqui estudado por meio de uma metodologia de análise que abarcasse as formatações do saber histórico a partir da trama textual elaborada pelos autores, levando-se em consideração essas diferenças mencionadas bem como suas características específicas, em suas historicidades.

No que tange às obras que se apresentam na forma de história narrativa, as de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia, Maria Stella de Novaes e Gabriel Bittencourt, buscamos, mais dos que os fatos presentes nessas obras, definir as características de cada produção historiográfica, o estabelecimento das periodizações e o sentido da narrativa escolhido pelos autores, a eleição de

---

<sup>18</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 81-82.



certas temáticas, marcos temporais definidos ao longo da descrição dos acontecimentos, as fontes documentais reconhecidas que revelam a preservação ou o apagamento de certos fatos e sujeitos. Além disso, sem abandonar as especificidades de cada obra, consideramos também que os enunciados dialogam e estão presentes nos códigos de seu tempo, guardando relação com o momento vivido.

Sendo assim, de forma complementar a esse procedimento, para compreendermos a enunciação de um Espírito Santo nessas obras que se apresentam de forma narrativa, ou seja, a representação de passado elaborada por essa historiografia caracterizada pela narrativa da superação do atraso, apropriamos, também, recursos do campo da linguística, recorrendo tanto às possibilidades engendradas pela análise de conteúdo, como pela análise do discurso, no que tange à compreensão do texto como prática discursiva. A análise temática possibilitou o reconhecimento dos principais temas ligados à história do Espírito Santo recorrentes nesses autores. Assim, elencamos os principais temas que constituíram as análises e colaboraram com a definição do roteiro histórico da trajetória de superação do atraso do Espírito Santo.

Para tal, seguindo a lógica de interpretação utilizada pelos autores, identificamos duas categorias: a do atraso e do progresso. Com isso, por um lado, definimos um quadro relacionado ao atraso no qual foi possível inserir acontecimentos, circunstâncias e sujeitos históricos que foram definidos como representantes do atraso por partes dos autores. Por outro, elencamos, também, os mesmos elementos constitutivos da categoria progresso, ou seja, daqueles que nas narrativas históricas foram identificados como responsáveis pela trajetória de superação do atraso do Espírito Santo. Com isso, além da possibilidade de reconhecer os principais temas e interesses, assim como a relevância a eles atribuída, no passado do Espírito Santo, foi possível avaliar como se construiu um roteiro histórico no qual os principais elementos da categoria atraso foram relacionados no período colonial, e, pelo contrário, os representantes estiveram, principalmente, situados nas narrativas históricas a partir do século XIX. Tal procedimento de análise possibilitou, também, compreender como os autores foram construindo suas narrativas, exatamente por meio dessa oposição entre símbolos do atraso e do progresso. Com isso, conseguimos evidenciar como se definiram as narrativas da superação do atraso, que definiram uma trajetória de progressivo desenvolvimento do Espírito Santo até meados do século XX e início do século XXI, no caso de Gabriel Bittencourt.

Nesse processo, ficou clara a definição de um critério de avaliação e qualificação do passado do Espírito Santo. De forma complementar à análise temática, portanto, recorreremos à análise semântica.<sup>19</sup> Em termos de enunciação, analisamos a construção da narrativa da superação do atraso a partir da caracterização que os autores realizaram dos acontecimentos, circunstâncias e sujeitos símbolos do atraso ou do progresso do Espírito Santo. Para isso, identificamos as funções e qualificações atribuídas a cada momento histórico analisado pela historiografia, assim como aos diferentes fatos, grupos, situações, e os valores a eles associados, e, ainda, referências de identificação positivas ou negativas, de acordo com o critério de interpretação, que constituem as ideias-imagens elaboradas pela historiografia.

No entanto, tendo em vista a necessidade de avaliar o sentido atribuído ao passado e o significado dessas narrativas, não nos limitamos à análise de conteúdo. Consideramos que as narrativas que compõem o discurso da superação do atraso, estavam inseridas em uma discursividade que permite a produção de um conjunto de textos produzidos sobre o Espírito Santo. Tratamos, assim, de uma discursividade ou de um modo de dizer sobre o Espírito Santo, que não se limitou a um enunciador mas constituiu uma totalidade coerente, que identificamos em matrizes distintas, tanto no discurso político da superação como no historiográfico.<sup>20</sup> Entendemos, assim, as formas de narrar o Espírito Santo, no presente e no passado, como uma prática discursiva. O discurso da superação do atraso pode ser compreendido como uma formação discursiva na qual são gerados os textos que qualificam e avaliam o Espírito Santo.<sup>21</sup>

Compreender o discurso da superação do atraso como constitutivo de uma discursividade sobre o Espírito Santo significa, também, considerá-lo como parte integrante do contexto sócio-histórico ao qual pertencem, reconhecendo seu papel na reprodução, manutenção ou transformação das representações que uma sociedade elabora sobre si mesma, tal como avaliamos as diferentes formas de narrar o Espírito Santo. Desse modo, tendo em vista que estamos compreendendo como o discurso da superação do atraso e, em especial, as narrativas históricas estabeleceram sentido ao passado local, buscamos, para além de uma análise semântica, compreender não só o que o texto diz ou demonstra, mas por que e como o diz e mostra. Com isso, observamos não só as adjetivações que caracterizam o atraso, mas como a construção das narrativas encandearam o processo histórico local, ou a trajetória do Espírito

---

<sup>19</sup> ROBIN, Regine. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

<sup>20</sup> MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 51-57.

<sup>21</sup> MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1993.p. 54-56.

Santo, tendo em vista as expectativas do presente, como estabeleceram similaridades ou discrepâncias entre eventos e personagens do passado e do presente, ou ainda como instituíram um lugar para o presente que determinou um enredo sobre o passado em função do desenvolvimento e em consonância com os projetos políticos em execução.<sup>22</sup>

Na análise da historiografia acadêmica atual, que não se apresenta nos moldes da narrativa tradicional, consideramos o quadro historiográfico caracterizado pelos diferentes “domínios da história”<sup>23</sup>, mas, agrupamos as obras de acordo com a temática presente nos estudos. Seleccionamos os trabalhos que correspondiam às questões desenvolvidas ao longo da tese, que tratavam de aspectos do desenvolvimento, o que nos possibilitaram demonstrar as mudanças na leitura sobre o Espírito Santo no passado. Sistematizamos em três grupos: primeiramente, os estudos com o recorte temático da economia colonial, capazes de demonstrar a revisão histórica da noção de atraso associado ao Espírito Santo no passado. Posteriormente, agrupamos os trabalhos que tratam dos modelos de desenvolvimento adotados no Espírito Santo, evidenciando a crítica a eles. E, por último, destacamos a produção historiográfica sobre os indígenas, ou seja, estudos voltados para a compreensão do papel de sujeitos marginalizados nas narrativas históricas da superação do atraso, responsáveis por inseri-los no discurso historiográfico e fazer emergir a memória desses grupos.

Em relação à enunciação, analisamos as obras individualmente, porém, caracterizadas em seu conjunto. Atentamos às qualificações atribuídas aos momentos e sujeitos históricos, às referências de identificação capazes de colaborar com as ideias-imagens de Espírito Santo construídas pela historiografia atual em oposição às anteriores. Tratamos, também, esses conjuntos de obras como uma prática discursiva, porém, inserida no embate com formulações cristalizadas, capazes de reformular a imagem historicamente construída sobre o Espírito Santo. Isso contribuiu para a identificação da mudança de paradigma na escrita da história local e dos critérios de avaliação do Espírito Santo. Permitiu, também, avaliar não só o significado historiográfico dessas obras, mas também o político.

Para a melhor compreensão do que analisamos, dividimos esse trabalho em cinco capítulos. No primeiro, construímos o que denominamos de "desafio historiográfico do Espírito Santo."

---

<sup>22</sup> PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. Introdução à análise de discurso. 2.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.p. 26-51.

<sup>23</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

Partindo da identificação da construção de um discurso político da superação no início do século XXI, em especial, durante o governo Paulo Hartung, em que se consolidou o slogan do "Novo Espírito Santo" e se configurou a noção de "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento", consideramos a relação entre esse discurso da superação e uma determinada forma de conceber o passado local. Diante disso, construímos um desafio historiográfico que se definiu como a realização de uma história da historiografia numa perspectiva crítica.

No capítulo II, analisamos a emergência do discurso da superação do atraso em função do projeto de desenvolvimento econômico das décadas de 1960-1970. Para isso, buscamos compreender a instituição de discursos fundadores do Espírito Santo: o discurso político e seu projeto de desenvolvimento e, em consonância com este, a narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo, seu enredo, a imagem de atraso e o sentido da superação que elaborou acerca do passado local. Narrativa histórica representada pelas obras de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes.

O capítulo III complementa o anterior. Apresentamos uma análise das representações dos diferentes atores históricos presentes nas obras da narrativa histórica do progressivo desenvolvimento. Donatários, colonos, funcionários reais, jesuítas, imigrantes, governadores e grupos de índios foram retratados sob a perspectiva da superação do atraso. Com isso, evidenciamos como se constituiu uma história dos propulsores do progresso em oposição aos personagens representantes do atraso local, em especial os indígenas.

O quarto capítulo apresenta uma análise da narrativa histórica da formação econômica do Espírito Santo e das "memórias do desenvolvimento." Em relação à primeira, representada por Gabriel Bittencourt, evidenciamos como ocorreu um deslocamento na forma de narrar o Espírito Santo, atualizado em função do tempo e com o sentido da superação definido pelos ciclos econômicos. Analisamos como o autor atualiza e ressignifica a narrativa da superação do atraso em função das expectativas de desenvolvimento e do discurso político do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento." Abordamos, ainda, como a narrativa histórica da superação foi apropriada pela coleção "Memórias do Desenvolvimento do Espírito Santo", organizada pela ONG ES em Ação. Diante disso, demonstramos os usos políticos do passado como estratégia do exercício do poder, recorrente com Paulo Hartung.

O capítulo V finaliza o trabalho enfatizando o que denominamos de narrativas críticas do Espírito Santo. Nele, destacamos diferentes narrativas que rompem e desconstruem as

narrativas históricas mestras do Espírito Santo. Avaliamos como a historiografia acadêmica recente, principalmente associada ao Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, mas não exclusivamente, tem colaborado com a desmitificação do atraso como característica do passado local, com a crítica aos modelos de desenvolvimento econômico instituídos no Estado e com a elaboração de uma história indígena no Espírito Santo reivindicativa de uma memória desses grupos e seu papel como sujeitos da história local.

## 1. CAPÍTULO I: CONSTRUINDO UM DESAFIO HISTORIOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.

### 1.1 O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO E A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.

O ofício do historiador é caracterizado por seus dilemas, impasses e debates que marcam a história da disciplina. Os diversos campos da história, seus respectivos objetos e problemáticas que predominam atualmente na historiografia são resultados das questões que envolvem o percurso da disciplina, de suas controvérsias e embates paradigmáticos que marcam, inclusive, o cenário recente das ciências humanas e têm seus reflexos no fazer historiográfico.<sup>24</sup> As transformações ocorridas nos modelos de explicações, teorias e métodos de pesquisa, conflagraram um cenário historiográfico atual marcado pela diversidade e permanência dos debates que envolvem a produção do conhecimento histórico.<sup>25</sup>

Nossa reflexão se insere justamente nas questões que envolvem o percurso da produção do conhecimento histórico sobre o Espírito Santo. Nesse capítulo, nos propusemos a identificar a problemática na qual situamos nosso objeto de estudo. Buscamos evidenciar uma série de questionamentos que envolvem as leituras acerca do passado, seus usos políticos e a escrita da história do Espírito Santo. Para tal, apresentamo-las a partir da seguinte indagação: o que seria um desafio historiográfico do Espírito Santo?<sup>26</sup>

José Carlos Reis argumenta que o "desafio historiográfico" diz respeito ao trabalho do historiador, ou seja, a problemática que envolve a produção do conhecimento histórico. Segundo ele, a identidade epistemológica da história deve ser compreendida tal como a de outros saberes: por meio do conhecimento de suas mudanças no tempo, elaborando uma história

<sup>24</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. Apresentação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

<sup>25</sup> MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Apresentação. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. P. 7.

<sup>26</sup> José Carlos Reis realiza uma reflexão sobre o que entende ser o desafio da historiografia: o de refletir sobre si mesma. REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

de si mesma.<sup>27</sup> Compõem o desafio historiográfico a capacidade que a história possui de refletir sobre si mesma, de reconhecer suas modificações pelo viés do questionamento.<sup>28</sup>

Diante disso, refletir sobre um "desafio historiográfico" requer compreendermos que as narrativas históricas de Espírito Santo são constructos históricos. Entendidas como modelos explicativos e formas de narrar as experiências pretéritas locais, possuem sua historicidade e também um percurso. Segundo Malerba, ao ser apropriada como fonte histórica a historiografia deve ser vista como elaborações discursivas acerca de eventos do passado, e como objeto da história sugere a reflexão sobre os elementos envolvidos nesse processo de elaboração. O "desafio historiográfico do Espírito Santo" proposto segue essa perspectiva. Malerba argumenta que a reflexão sobre o fazer historiográfico faz parte do processo de constituição da historiografia, o que, conseqüentemente, pode ser observado na própria história da disciplina.<sup>29</sup> Para ele, o conjunto de "artefatos históricos", ou seja, a quantidade de obras dos historiadores guardam:

não só o percurso de desenvolvimento histórico da própria disciplina, do *metier*, como também as relações orgânicas deste com as sociedades históricas que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado, a tal ponto que acabaram aperfeiçoando os instrumentos de sua construção e desconstrução.<sup>30</sup>

Nesse sentido, nossa reflexão se define como uma proposta de uma história da historiografia do Espírito Santo numa perspectiva crítica, ou seja, a de apresentar um desafio historiográfico que possibilite uma análise crítica do percurso do saber histórico. A história é produzida a partir de respostas a questões elaboradas pelos homens em todos os tempos.<sup>31</sup> Sendo assim, além de reconhecer a historicidade da produção histórica, reconhecemos que nosso desafio se insere no diálogo com questões atuais no Espírito Santo. José C. Reis considera que "escrever história"

<sup>27</sup> José Carlos Reis realiza uma reflexão sobre o que entende ser o desafio da historiografia: o de refletir sobre si mesma. REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 19-23.

<sup>28</sup> Ibid., p. 11-12.

<sup>29</sup> Sobre a produção historiográfica como fonte: "[...] desde há muito, alguns deles já haviam percebido a riqueza potencial insondável acumulada na obra de inúmeras gerações de historiadores que construíram, cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível, um patrimônio próprio da memória das sociedades, constituído por sua historiografia." MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11. Ao tratar da função de uma teoria da história, Rüsen chama atenção para o que ele define como autorreflexão. Segundo ele, não se pode pensar num processo histórico do conhecimento em que o sujeito do conhecimento deixasse de refletir sobre si mesmo. Por isso, argumenta que a autorreflexão pertence ao trabalho do historiador, considerando que a "reflexão do pensamento histórico sobre seus fundamentos emerge do trabalho prático do próprio historiador, baseia-se nele e possui para ele significado." RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.p. 26.

<sup>30</sup> MALERBA, Jurandir, op. cit., p. 12.

<sup>31</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p.58-59.

não está desvinculado de “fazer história”, pois a historiografia é essencial à vida cultural e política de uma sociedade. A escrita da história é, portanto, uma ação e exerce funções no contexto em que se insere.<sup>32</sup> Ao mediar a relação entre o presente e o passado, produz narrativas que estabelecem sentido e podem organizar o passado em função dos propósitos do presente, tornar perceptíveis expectativas de futuro, o que por sua vez, lhe permite servir como elemento identitário ou estar em função de poderes político-econômicos.<sup>33</sup> Desse modo:

Estudos de historiografia supõem o julgamento da obra de História, não apenas como trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedido, mas também como resultado intelectual do confronto de concepções que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado momento vivido de seu percurso. Por essa circunstância, as condições históricas sob as quais a obra historiográfica foi produzida são tão importantes quanto as citações bibliográficas nelas contidas.<sup>34</sup>

A produção historiográfica, além de ser vista em sua historicidade, é fonte de entendimento acerca das concepções de Espírito Santo. Segundo Malerba, as narrativas históricas são produtos culturais de determinado tempo, nas quais se inserem experiências e visões de mundo da sociedade na qual ela é produzida e sobre a qual ela mesma almeja elucidar.<sup>35</sup> Para Rüsen, a história precisa ser “escrita” e toda historiografia está inserida em um contexto prático de funções, ou seja, a reflexão sobre o fazer historiográfico não se limita às problematizações sobre as regras da pesquisa histórica. Atento à função prática do saber histórico, este autor argumenta que o historiador redige textos que não se limitam às regras do fazer historiográfico de sua época, mas que, também, se referem aos desafios da vida cultural de seu tempo, pois a própria elaboração do saber histórico emerge de impulsos que conduzem a esses desafios.<sup>36</sup>

É sob essa perspectiva que conduzimos a elaboração desse trabalho bem como a reflexão sobre um desafio historiográfico do Espírito Santo. Acreditamos que o nosso desafio necessariamente dialoga com as questões que envolvem as representações de Espírito Santo e a recorrência em se avaliá-lo, interpretá-lo e qualificá-lo, no presente e no passado. Uma abordagem crítica sobre a historiografia implica em analisarmos em que termos se apresentam as questões que envolvem

<sup>32</sup> REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 10.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 27-28.

<sup>34</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 119.

<sup>35</sup> MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-24.

<sup>36</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 11 a 16. Para Rüsen, “existem, pois, funções culturais do saber histórico que não estão plenamente exercidas só porque esse saber foi expresso em termos historiográficos. Ademais, não se entende porque a ciência da história deve ficar alienada dessas funções. Ela não deve ficar alienada dessas funções porque seu trabalho cognitivo nasce de impulsos que conduzem a elas.” *Ibid.*, p. 16.



as representações de Espírito Santo, a presença de ideias-força acerca de seu desenvolvimento e os usos políticos de determinada visão do passado.

Consideramos, portanto, que o desafio historiográfico aqui proposto envolve uma reflexão historiográfica pensada a partir das questões de seu tempo, pois envolve circunstâncias de apropriação e ressignificação de determinados enunciados e noções historicamente (re)produzidas sobre o Espírito Santo e seu passado, que são recorrentes e, sobretudo, legitimam projetos de políticos tendo em vista os usos do passado.

## 1.2 O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SOBRE O ESPÍRITO SANTO.

Diante dessa proposta de refletir sobre um modelo explicativo acerca do Espírito Santo e seu passado, cabe, inicialmente, questionarmos: qual a especificidade de um desafio historiográfico relativo ao Espírito Santo? Em torno de quais aspectos e questões se encontram as percepções, impressões e as narrativas acerca de seu passado?

A perspectiva historiográfica atual, que reconhece a historicidade da percepção dos acontecimentos do passado, bem como seus usos e funções, contribuiu para esse desafio de pensar o Espírito Santo. Diversos estudos sobre a construção de narrativas históricas de outros estados ou regiões do Brasil nos apresentam um duplo aspecto importante para a construção do desafio historiográfico proposto: primeiramente, indicam diferentes formas de se relacionar e se apropriar do passado. Além disso, demonstram a relação da escrita da história com a formação da identidade local ou com projetos de poder e usos políticos do passado. Observando leituras sobre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Nordeste, onde poderíamos situar o Espírito Santo nessas reflexões?

Danilo José Zioni Ferretti analisa a gênese da representação sobre a “exceção paulista” no contexto brasileiro. Segundo ele, existe uma autovisão elaborada pelos paulistas, ligada principalmente ao discurso oficial, que compreende São Paulo como a “locomotiva do Brasil.” Ferretti observa que tal condição dos paulistas fundamenta-se na concepção de uma herança de um passado glorioso, que justificaria o lugar de destaque conferido a São Paulo. O autor observa, também, a existência de um vínculo entre o discurso elaborado pela historiografia paulista, desde o fim do século XIX, e os usos políticos do passado, ou seja, o paralelismo existente entre a produção histórica e as práticas políticas nas quais estavam envolvidos seus

produtores. Uma construção do passado ligada a interesses econômicos, sociais e culturais e que se incorporavam na forma de demandas políticas.<sup>37</sup>

O autor identifica a gênese e o percurso do discurso sobre o passado paulista, mais especificamente, sobre o bandeirante, símbolo da exceção paulista e seu passado glorioso. A historicidade da paulistanidade é observada pelo autor tendo suas bases no período da propaganda republicana de finais do século XIX, a partir do qual eventos e personagens históricos ganharam conotações e significados de acordo com as lutas políticas estabelecidas no presente.<sup>38</sup> Nesse cenário, portanto, constituiu-se uma nova leitura sobre o passado paulista que passava a corresponder ao discurso político liberal sobre a “exceção paulista”, em fins do século XIX, no seio da luta federalista. Influenciados pelas concepções historiográficas de Capistrano de Abreu<sup>39</sup>, a historiografia paulista construía uma representação de passado que correspondia à visão do paulista como uma exceção de progresso e liberdade no Brasil, como uma herança colonial, herdada da experiência dos bandeirantes.<sup>40</sup>

Nesse sentido, Ferreti evidencia não só a gênese de um discurso sobre o passado bandeirante no século XIX, mas, sobretudo, demonstra as continuidades e discontinuidades em torno da

---

<sup>37</sup> FERRETI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade: Identidade, Historiografia e Política em São Paulo**. 2004. 388f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

<sup>38</sup> Compreendendo as condições de possibilidade da gênese desse discurso em São Paulo, o autor evidencia: “O período que vai do início da propaganda republicana (1870) até o início dos preparativos para as comemorações do Centenário da Independência, marcado pela posse do historiador Afonso de Taunay como diretor do Museu Paulista (1917), representou um momento importante para a construção de uma nova identidade paulista. A elite paulista, subitamente transformada pelo café no setor economicamente mais importante do país, esboçou os primeiros traços e procurou institucionalizar – mediante a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) em 1894 - um discurso identitário próprio, não somente autônomo em relação ao discurso identitário indianista emanado da Corte mas, em diversos pontos, francamente em oposição a ele.” Ibid., p. 109-110.

<sup>39</sup> Sobre a influência de Capistrano, o autor argumenta: “Capistrano de Abreu apresentava uma nova interpretação do fenômeno das Bandeiras que, pela ênfase no seu caráter integrador, possibilitaria o início da mudança do sentido do símbolo bandeirante. Entendida sob um ponto de vista territorialista, a figura do bandeirante se transformava em um dos pontos centrais de um imaginário da modernidade nacional. De símbolo maior dos vícios originais da nacionalidade, como a entendia a historiografia indianista, a Bandeira passava, paulatinamente, a representar um evento de importância central na constituição da nação brasileira, na medida em que, além de ocupar o interior, ‘costurava’ os dispersos núcleos de povoamento, possibilitando a integração e constituição da unidade do território nacional, objetivo almejado pelas elites modernizadoras de finais do séc. XIX.” Ibid., p. 148.

<sup>40</sup> Ferreti evidenciou a mudança de interpretação sobre o passado paulista e a figura do bandeirante: “Excluídos dos bastiões da cultura monárquica e dos principais cargos políticos do Império, os intelectuais republicanos elaboraram uma visão do passado paulista que pode ser considerada como uma verdadeira *contra-história republicana* uma vez que invertia o sentido estabelecido pela visão monárquica, escolhendo novos personagens e ressignificando os já consagrados. Se a visão monárquica do passado paulista se baseava no antibandeirismo de origem indianista, na louvação do jesuíta como personagem civilizador e principalmente na valorização do episódio de Amador Bueno e a correspondente definição da fidelidade como atributo principal do paulista, a visão republicana seria marcada por profundo antijesuitismo, pela ressignificação do episódio de Amador Bueno e pela revalorização do bandeirante, todos os episódios tomados como representativos da liberdade primitiva do paulista.” Ibid., p. 180.

representação do bandeirante, recorrente nas disputas entre grupos políticos durante as três primeiras décadas do século XX. Analisou a historicidade e demonstrou o uso político desse passado resultante de um processo de construção simbólico com matrizes políticas e historiográficas, definidoras de uma identidade paulista que, segundo ele, ainda pode ser identificado em diferentes discursos sobre São Paulo.

Esse uso do passado como legitimador de uma posição de São Paulo no cenário nacional pode ser observado, também, em relação ao Rio de Janeiro. Rui Aniceto Fernandes identifica em relação a esse Estado um discurso que apela para a centralidade fluminense diante do Brasil.<sup>41</sup> O autor parte da existência de uma identidade local que exalta o seu papel no cenário brasileiro, capaz de associar o destino do Brasil ao do Rio de Janeiro. Aponta, assim, para a presença de um discurso capaz de ser apropriado e reatualizado entre os fluminenses no qual se definia que a história brasileira dependia da própria história do Rio de Janeiro. O autor, tal como Ferreti, atenta para a historicidade e o uso político desse passado. Ele analisa a emergência de um discurso histórico regional exaltador das tradições locais que surgiu vinculado a um projeto político de soerguimento do Rio de Janeiro a partir da década de 1940.

Nas décadas de 1940 e 1950, segundo o autor, a política fluminense foi marcada pela instituição de um grupo político, o amaralismo<sup>42</sup>, que tinha na figura de Amaral Peixoto seu principal representante. Esse grupo defendia um projeto de soerguimento do estado no cenário nacional

---

<sup>41</sup> FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

<sup>42</sup>Sobre o amaralismo, o autor assinala: “O projeto amaralista de revitalização político-econômica do estado desenvolvido nas décadas de 1930 a 1950 afirmava-se como um regenerador da história do estado, pois seria aquele capaz de recuperar o lugar de destaque outrora ocupado pelo Rio de Janeiro no concerto nacional. As diretrizes desse grupo, firmadas nas décadas de 1930 e 1940, tiveram continuidade nos anos cinquenta. O amaralismo fixava seu projeto político e econômico tendo como alicerces as práticas tradicionais do estado: as políticas clientelistas e as atividades agropecuárias. Suas alianças políticas foram firmadas com grupos locais ligados às atividades agrícolas e pecuárias. Projetava-se a recuperação econômica e política do estado através do investimento nos setores agrícolas.” FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.p. 127.; Sobre a valorização de um determinado passado: “A década de 1950 foi um momento-chave para o estado do Rio. O amaralismo, formado durante o Estado Novo, lançou mão de um projeto para o Estado que envolveu todas as esferas da vida na sociedade fluminense – política, econômica, social e cultural. Um projeto alicerçado politicamente no norte fluminense – a região de maior dinamicidade econômica do Estado, por suas atividades agropastoris, projeto que se voltou para a formação de um novo homem fluminense, fixado em suas regiões e tradições, e civilizado em seus hábitos de higiene e instruído nos conhecimentos humanísticos e cívicos. No discurso de valorização da história agropastoril do Estado, buscava-se sempre recuperar a imagem da Velha Província.”; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. p. 145.

baseado na revitalização das suas atividades econômicas tradicionais. Reafirmava-se que a recuperação do lugar fluminense no contexto nacional deveria ancorar-se na recuperação do campo. Desse modo, prevalecia a noção de que a recuperação do Rio de Janeiro seria uma recuperação histórica de sua posição alicerçada em atividades historicamente características da região. Essa noção, por sua vez, era afirmada nos discursos políticos que se ancoravam no saudosismo histórico de um período que fora perdido, a Idade do Ouro fluminense, a província do século XIX.

Em consonância com essa política, construiu-se um discurso de defesa das tradições locais que impulsionou a produção do conhecimento histórico sobre o Estado. Se o passado bandeirante era recuperado como símbolo paulista, para o Rio de Janeiro:

Priorizou-se, no período, a construção das histórias locais ensejadas pelas efemérides cinquentenárias e centenárias. No entanto, esses estudos não se perdiam no localismo. Seus autores procuravam demonstrar a contribuição local para o estado e para o país. A pequena pátria não estava dissociada da grande pátria. Por isso, eram ressaltadas as características guerreiras/conquistadoras e agrícolas locais. O fluminense era um guerreiro que através do labor agrícola construía a riqueza do Brasil Império.<sup>43</sup>

Segundo Fernandes, proliferaram, inclusive, com o apoio da administração pública estadual, produções de história locais e regionais, no sentido de se destacar a contribuição das localidades fluminenses, em suas especificidades e pioneirismo, na construção da história do Brasil. Argumenta ele:

Esses estudos colocavam-se uma questão de maior envergadura: como a localidade em análise poderia atuar no processo de revitalização política e econômica que então se desenvolvia. E para respondê-la um leque de dados eram reunidos, destacando, nesses casos, a história. Ela era compreendida como aquela capaz de dignificar o local, pois no ordenamento cronológico dos fatos, nas sinopses biográficas dos filhos ilustres, apresentava-se o que ela fora outrora. Que em tempos idos aquela faixa do território do estado dera sua contribuição para a construção de um tipo específico, o fluminense, e que colaborara no esplendor imperial. Era a história que podia apresentar as vocações locais onde seriam investidos os recursos do estado para que o dado município pudesse integrar-se no processo de revitalização que se implementava.<sup>44</sup>

Rui Aniceto Fernandes, deste modo, observa que o conhecimento histórico produzido naquela época legitimava o projeto político amaralista ao mesmo tempo em que reforçava os discursos

---

<sup>43</sup> FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. p. 229.

<sup>44</sup> Ibid., p. 154.

que resgatavam a Idade de Ouro, o Império, período em que a antiga província do Rio de Janeiro detinha a primazia política e econômica do Brasil.

O autor identifica a emergência de um discurso sobre a centralidade fluminense para a história do Brasil que vincula leitura do passado e a possibilidade de seu uso político, no passado e no presente. Esta centralidade do Rio de Janeiro e a “locomotiva” paulista são representações que apresentam a necessidade de se definir e atestar um lugar desses estados no âmbito nacional. Nesse cenário, Minas Gerais também se caracteriza por sua *mineiridade*.<sup>45</sup>

Maria do Nascimento Arruda identifica a existência em Minas Gerais de uma concepção acerca do papel dos mineiros no cenário nacional como políticos dotados de bom senso, moderação e temperança, “virtudes estas consideradas essenciais à urdidura do acordo”, e necessárias aos fenômenos conciliatórios nos embates políticos nacionais, que somente os mineiros poderiam oferecer.<sup>46</sup>

A autora analisa a mineiridade como uma identidade regional, forjada na comparação com o restante do país. Dessa forma, a mineiridade constituiu-se como a particularidade de Minas diante de sua importância para o destino do Brasil. A imagem do mineiro foi utilizada para se instituir a missão de Minas Gerais para o restante do país, sobretudo, como ressaltou a autora, na apropriação que os políticos locais realizaram desde o século XIX.<sup>47</sup>

Nesta relação, a principal característica alimentada pela produção cultural<sup>48</sup> e exaltada pelos políticos foi o equilíbrio, a sua propalada capacidade conciliatória. O mineiro foi definido como

---

<sup>45</sup> Maria A. do Nascimento Arruda entende assim a mineiridade: “[...] uma visão que se construiu a partir da realidade de Minas e das práticas sociais. Por fundar a figura abstrata dos mineiros, a mineiridade tem as características do mito; estes ao se identificarem com essa construção absorvem o pensamento mítico e colaboram para a sua permanência [...]” ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. p. 198.

<sup>46</sup> Ibid., p. 14.

<sup>47</sup> Sobre a apropriação do passado a autora ressalta: “Os políticos mineiros mobilizaram a memória do passado no exercício de suas ações, enquanto legítimos porta-vozes de uma história transformada em tradição inquestionável. [...] Os memorialistas, por seu turno, ofereceram poderosos contributos à nutrição do imaginário mineiro. Os próprios discursos políticos transitam no interior da memorialística, visto que a lembrança dos feitos passados as pressupõe. Também os escritores mineiros, fortemente amarrados à sua origem, exprimem esse profundo apego à memória de Minas.” Ibid., p. 257.

<sup>48</sup> A autora recorre a um conjunto diferenciado de fontes geradoras da mitologia da mineiridade. Ela analisa o memorialismo mineiro, responsável pela sacralização das lembranças da terra; os viajantes do século XIX que, em suas observações e estudos, traçaram um perfil peculiar dos mineiros; os cronistas responsáveis pelas primeiras leituras do passado mineiro e, consequentemente, pela glorificação do passado de Minas Gerais; os ensaístas, delineadores da identidade mineira, ou seja, os que foram capazes de combinar as memórias e as alusões ao passado conformando um discurso original sobre os mineiros; e, também, a literatura, definidora da atmosfera romântica na referência à Minas Gerais e fornecedora dos tempos da mineiridade, do tempo mítico desse discurso.

elemento conciliador, realista e pragmático. Esta faceta, no entanto, era acompanhada, por outro lado, por seu ímpeto libertário e incontido. Segundo Maria do Nascimento Arruda, estas duas faces do mineiro correspondiam à forma como parte da sociedade mineira do século XIX passou a lidar com seu passado e a produzir uma memória que alimentava essa mineiridade.

Assim como Danilo Ferreti buscou para São Paulo, a autora evidencia a origem da mineiridade. De acordo com ela, no século XIX, definiu-se em Minas uma relação entre presente e passado que possibilitou a emergência do mineirismo. A partir de sua produção cultural e de sua participação política em plano nacional manifestaram-se as características da mineiridade, da figura abstrata e típica do mineiro. Segundo a autora, o período que se convencionou chamar de decadência da sociedade mineradora adentrou o século XIX e, no contexto caracterizado pelo processo de ruralização da sociedade, ficou evidente a diferença entre duas temporalidades distintas: o presente marcado pela decadência da sociedade aurífera e a prevalência do rural e um passado imaginado e exaltado, um outro tempo, o da centralidade e da grandiosidade de Minas no cenário colonial, do dinamismo e da riqueza da vida em torno das cidades mineradoras e o da cultura presente na vida intelectual local. Nesse contexto, prevaleceu a busca pelas permanências. As elites mineiras forjaram um ideal que exprimia o desejo de preservação de um passado glorificado que definia as características do ser mineiro, que permaneceram ao longo do tempo.

Nesse sentido, cronistas e ensaístas se apropriaram de um passado no qual Minas Gerais era um marco da história do Brasil e seu centro de equilíbrio. A forma como concebiam o passado de Minas estabelecia a temperança e a conciliação, ou seja, as mudanças e as percepções sobre o presente orientaram uma idealização do passado. Maria do Nascimento Arruda evidencia como, ao longo do século XIX, a leitura que estabeleciam do passado definiu a roupagem do mineiro: da rebeldia associada aos inconfidentes, passou a representar a ordem, o equilíbrio e a preservação da unidade.<sup>49</sup>

O episódio da Inconfidência Mineira e a figura de Tiradentes são exemplares, segundo ela. Na interpretação do passado de Minas, a vocação democrática, o ímpeto de liberdade e rebeldia estavam presentes na figura do Inconfidente. No entanto, o modo como se deu o desfecho desse

---

Dialogando com essa produção, ela analisou diversos discursos políticos entre o século XIX e meados da década de 1980 que se apropriavam da figura mítica do mineiro em seus discursos políticos.

<sup>49</sup> ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. p.71.

acontecimento somado à decadência da sociedade mineradora e o estabelecimento de uma nova ordem política, a Imperial, possibilitou uma idealização do passado em conformidade com a nova condição. Os mineiros permaneciam como herdeiros dos inconfidentes, amantes de nobres ideais em prol do Brasil, como críticos da tirania, mas passavam a ser defensores da ordem. Mantinha-se o ideal de liberdade, porém, associado ao da moderação.<sup>50</sup>

Dessa forma, dentre outras questões analisadas pela autora, os usos dessa memória acerca de Minas Gerais e seu papel de centralidade na história do Brasil permearam e foram apropriados em diferentes contextos políticos nacionais.

Diante dessa perspectiva de abordagem e da identificação de formas de se compreender o passado que definem lugares a Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, caberia avaliar onde se insere o Espírito Santo, sob qual perspectiva se recupera o passado local. No entanto, antes de analisarmos os parâmetros utilizados acerca do entendimento de seu lugar e de como se compreende seu passado, podemos observar as ideias e imagens que nos remetem a um lugar diferenciado a esses atribuídos a paulistas, mineiros e fluminenses. É o caso do Nordeste, por exemplo.

No que tange à produção de uma imagem acerca de uma região, Durval Muniz apresenta a proposta de invenção do Nordeste.<sup>51</sup> Segundo ele, a imagem que se tem acerca da região foi um processo de invenção construído a partir do início do século XX, mais especificamente, com a emergência do regionalismo. O autor evidencia como diversas obras e diferentes autores, em épocas e estilos diferentes possibilitaram que o Nordeste fosse nordestinizado, ou seja, descreveram e inscreveram essa região no país, definindo uma série de atributos que o qualificam. A ideia central da obra de Durval Muniz aponta para que esse conjunto de enunciados de matrizes discursivas distintas instituíssem um Nordeste da pobreza e do atraso definido em oposição à região sul.

A origem do Nordeste, como prática discursiva, segundo o autor é datada historicamente<sup>52</sup> e emerge de um conjunto de práticas como o combate à seca, o combate violento ao cangaço e

---

<sup>50</sup> ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. p.65-70.

<sup>51</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2.ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo, Cortez, 2001.

<sup>52</sup> Sobre a emergência discursiva do Nordeste o autor evidencia: “O Nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que o dispositivo da nacionalidade e a formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento; por isso não expressa mais os simples interesses particularistas dos indivíduos, das famílias ou

ao messianismo e com os arranjos das elites políticas para a manutenção de privilégios. Para ele, a região surge também como práticas discursivas que passaram a produzir um conjunto de saberes de marcado caráter regional. É assim que o autor evidencia que a legitimação do “recorte Nordeste” aparece, primeiramente, no movimento cultural iniciado com o Congresso Regionalista de 1926, cujo primeiro propósito “foi o de instituir uma origem para a região.” Inserindo, inclusive, Gilberto Freyre<sup>53</sup> como representante desse grupo, o autor argumenta que surgia ali uma história regional:

Esta história regional retrospectiva busca dar à região um estatuto, ao mesmo tempo universal e histórico. Ela seria restituição de uma verdade num desenvolvimento histórico contínuo, em que as únicas descontinuidades seriam de ordem negativa: esquecimento, ilusão, ocultação. A região é inscrita no passado como uma promessa não realizada, ou não percebida; como um conjunto de indícios que já denunciavam sua existência ou a prenunciavam. Olha-se para o passado e alinha-se uma série de fatos, para demonstrar que a identidade regional já estava lá. Passa-se a falar de história do Nordeste, desde o século XVI, lançando para trás uma problemática regional e um recorte espacial, dado ao saber só no início do século XX.<sup>54</sup>

Dessa forma, além dos aspectos históricos, Durval Muniz observa que a caracterização do Nordeste se deu por uma série de discursos que passaram a dar sentido à essa região. Romancistas como José Lins do Rego e Rachel de Queiróz, pintores como Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres seguiram essa perspectiva de inscrever o Nordeste. E, a partir da década de 1930, segundo ele, existiu a reelaboração da ideia de Nordeste, sob outro paradigma, mas vinculado à tradição formulada pelos discursos anteriores, por meio de temas, imagens e enunciados já consagrados pelos discursos tradicionalistas:

Os romances de Graciliano Ramos e Jorge Amado, da década de trinta, a poesia de João Cabral de Melo Neto, a pintura de caráter social, da década de quarenta, e o

---

dos grupos oligárquicos estaduais. Ele é uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Lança-se mão de topos, de símbolos, de tipos, de fatos para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução, numa totalidade maior, agora não dominada por eles, a nação. Unem-se forças em torno de um novo recorte do espaço nacional, surgido com as grandes obras contra as secas. Traçam-se novas fronteiras que servissem de trincheira para a defesa da dominação ameaçada.” ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2.ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo, Cortez, 2001. p. 80.

<sup>53</sup> Sobre a interpretação do passado do Nordeste elaborada por Gilberto Freyre, Durval Muniz ressalta: “Gilberto Freyre, por exemplo, atribui à influência holandesa no século XVII um dos fatores de diferenciação do Nordeste. Esta área teria se diferenciado até do ponto de vista cultural do restante do país, a partir do momento em que Recife se constituiu em centro administrativo de uma área equivalente ao atual Nordeste, além de centro financeiro, comercial e intelectual judaico-holandês. Este mesmo autor atribuiu à administração portuguesa a formação de uma ‘consciência regional’ mais forte do que uma consciência nacional, que, caso existisse, poria em perigo o domínio do colonizador. Faz assim, de uma maneira ou de outra, recuar ao período colonial a consciência regional, a própria existência do Nordeste e, ao mesmo tempo, coloca-a como um dos fatores de formação da própria consciência nacional. Para ele, a região teria nascido antes da nação.” Ibid., p. 88-89.

<sup>54</sup> Ibid., p. 89.



Cinema Novo, do final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, tomarão o Nordeste como exemplo privilegiado da miséria, da fome, do atraso, do subdesenvolvimento, da alienação do país. Tomando acriticamente o recorte espacial Nordeste, esta produção artística ‘de esquerda’ termina por reforçar uma série de imagens e enunciados ligados à região que emergiram com o discurso da seca, já no final do século passado. Vindo ao encontro, em grande parte, da imagem espaço-vítima, espoliado; espaço da carência, construído pelo discurso de suas oligarquias. Eles lançam mão de uma verdadeira mitologia do Nordeste, já fabricada pelos discursos anteriores, e a submete a uma leitura ‘marxista’ que a inverte de sentido, mantendo-a, no entanto, presa à mesma lógica de questões. Do Nordeste pelo direito, passamos a vê-lo pelo avesso, em que as mesmas linhas compõem o tecido, só que, no avesso, aparecem seus nós, seus cortes, suas emendas, seu rosto menos arrumado, embora constituinte também da própria malha imagético-discursiva chamada Nordeste.<sup>55</sup>

Durval Muniz, portanto, compreende a região como prática discursiva em sua historicidade. A invenção do Nordeste, em sua análise, evidenciou as configurações discursivas elaboradas historicamente que lhe atribuíram características morais, culturais e simbólicas, designando-o, na maioria das vezes, como lugar da pobreza e miséria, do atraso, do rural e contrastado pelo seu oposto, a região Sul, como lugar do urbano, da riqueza e do progresso. Impressões e inscrições sobre o Nordeste que, segundo ele, são atualizadas e ainda recorrentes na caracterização da região.<sup>56</sup>

E o Espírito Santo? Qual o lugar reservado para ele? Qual a relação entre as leituras do passado e as representações de Espírito Santo? Quais questões orientam a leitura do passado espiritosantense? É possível identificarmos também apropriações e usos desse passado? As representações de Espírito Santo aproximam-se das versões relativas aos estados do Sudeste, no qual está inserido, ou foge à centralidade e se identifica com a marginalidade instituída nas representações de Nordeste?

Quando avaliamos as percepções e impressões acerca do Espírito Santo identificamos algumas questões que envolvem a sua designação como lugar de carência, marginalização e atraso, considerados históricos, principalmente, quando essas atribuições surgem da definição que o Estado ocupa em comparação com outras unidades federativas, principalmente, em relação às do Sudeste. Então, diferentemente da identidade fluminense que se afirma na representação da importância do Rio de Janeiro para o Brasil; oposta à identidade bandeirante e à ideia de São Paulo como “locomotiva do Brasil”; e distante das virtudes que compõem a construção da

<sup>55</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2.ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo, Cortez, 2001. p. 215.

<sup>56</sup> Ibid., p. 14-28.

mitologia da mineiridade, identificamos a especificidade de uma representação de Espírito Santo que institui e reforça o que denominamos de imagem do atraso e sua superação.

Sendo assim, complementando essa reflexão, cabem ainda algumas indagações: por que se diz, que o Espírito Santo é marginalizado, esquecido, vítima na história do Brasil? Por que se produz e reproduz, por meio de discursos de diferentes matrizes, qualificações de Espírito Santo que reservam um lugar especial à ideia de atraso, como uma verdade estabelecida? Nesse sentido, qual a relação entre essa noção de atraso e a de superação tão recorrentes nos discursos políticos locais? E, por último, existiria, então, uma relação entre eles e uma concepção do passado do Espírito Santo?

Tais questões nos ajudam a traçar um panorama do “desafio historiográfico do Espírito Santo” envolvendo as interpretações e os usos políticos do passado, bem como nos direcionam para a reflexão de como se avalia, se compreende e se narra o passado espiritosantense a partir das experiências e práticas do presente. Segundo Salgado Guimarães, as referências que uma sociedade possui ou às quais ela recorre para compreender sua contemporaneidade são encontradas no tempo passado, mas o ato de revisitá-lo, não está desvinculado de demandas e questões de um tempo presente.<sup>57</sup>

Ao propormos uma reflexão sobre os regimes de escrita da história espiritosantense, reconhecemos que o nosso “desafio historiográfico” deve partir das questões que envolvem as formas de apreensão do Espírito Santo. Na construção desse desafio, portanto, considerando essas questões e demandas de um tempo presente, identificamos que no Estado, o início do século XXI foi marcado por uma série de análises e expectativas acerca do desenvolvimento econômico que buscaram caracterizá-lo. Nesse cenário, reconhecemos uma série de discursos reveladores de uma determinada relação: entre a forma de se compreender o Espírito Santo – os critérios de avaliação e qualificação do mesmo –, no presente e no passado, com os usos políticos dessas leituras. Em suma, vamos abordar essa relação necessária para a definição e compreensão do que entendemos como “desafio historiográfico do Espírito Santo.”

---

<sup>57</sup>GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 39.

### 1.2.1 O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO E AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE ESPÍRITO SANTO: O DISCURSO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO E AS LEITURAS DE PASSADO.

A primeira década do século XXI exibiu expectativas acerca do crescimento econômico do Espírito Santo, o que, por sua vez, possibilitou a emergência de uma série de diagnósticos e prognósticos acerca do desenvolvimento do Estado que carregavam um conjunto de enunciados caracterizadores de uma imagem projetada do Espírito Santo. Constituiu-se, principalmente, ao longo dos dois primeiros mandatos de governador de Paulo Hartung<sup>58</sup>, a construção de uma imagem do Espírito Santo integrada ao desenvolvimento e ao progresso, que identificava seu governo à uma nova condição do Estado em relação ao cenário nacional bem como à sua trajetória histórica. Hartung apresentou-se como personagem símbolo de uma nova realidade que marcaria um novo status do Espírito Santo. Em reportagem sobre o Estado, seu representante fora apresentado como o “Imperador do Espírito Santo”:

Muitos analistas consideram que o Espírito Santo vive hoje o melhor período econômico de sua história. Há uma explosão de investimentos públicos e privados na região.[...] A combinação desses fatores fez a arrecadação do Espírito Santo disparar.[...] Com o dinheiro, Hartung pagou as dívidas herdadas e recuperou a capacidade de investimento do Estado. Ex-líder do noticiário político-policia, patinho feio do Sudeste, o Espírito Santo virou destaque. E o imperador comanda o carro-chefe.<sup>59</sup>

A matéria da revista Época correspondia a esse processo de construção de uma nova imagem do Espírito Santo que envolvia a noção de mudança e superação. Essa ideia-força presente nos discursos sobre o Espírito Santo pode ser identificada no pronunciamento de Paulo Hartung em solenidade da posse de seu segundo mandato:

Um novo Espírito Santo. Esta é a marca que vai identificar o nosso segundo mandato à frente do Executivo Estadual. Optamos por começar o Planejamento Estratégico com esta apresentação porque a marca se refere, a um só tempo, ao nosso presente e ao nosso futuro.[...] Já podíamos registrar que a ‘Nova História Capixaba’ tinha seus primeiros capítulos sendo escritos por um mutirão inédito em nosso Estado. [...] Ou seja, nos últimos quatro anos, um novo Espírito Santo se impôs, um novo Espírito Santo nasceu e deu os seus primeiros passos. [...] Daí o significado do slogan ‘Um novo Espírito Santo’. Ele celebra a recente transformação na vida capixaba e indica a missão de avançar com esse novo tempo que acabamos de inaugurar. [...] Senhoras e Senhores, as conquistas do presente nos inspiram quanto a um futuro muito, muito melhor. Mas, antes de tudo, nos fazem comprometidos com a consolidação da

<sup>58</sup>Paulo Hartung foi governador do Espírito Santo durante dois mandatos consecutivos, entre os anos de 2003 a 2010. A imagem de um “Novo Espírito Santo” elaborada durante seu governo efetivou-se durante seu segundo mandato.

<sup>59</sup> MENDONÇA, Ricardo. **O imperador Capixaba**, 22 de maio de 2008. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI4502-15223,00-O+IMPERADOR+DO+ESPIRITO+SANTO.html>. Acesso em: 23 de junho de 2009.

mudança. Garantindo as vitórias do presente, garantiremos a superação histórica que iniciamos em 2003.<sup>60</sup>

Ao se apresentar como marco da história do Espírito Santo, de um novo momento, o discurso de posse de Paulo Hartung evidencia a construção da imagem de um “Novo Espírito Santo”, caracterizada pela relação que guarda com a noção de superação – característica do discurso político e das representações de Espírito Santo no presente e no passado. Cabe ressaltar que a recorrência a esta ideia por parte de Hartung não foi casual. Pelo contrário, sua força e sentido se encontram em sua relação com a existência de um ideal historicamente elaborado acerca do desenvolvimento local fundamentado na noção de superação do atraso.

De acordo com Gabriel Bittencourt, o Espírito Santo é marcado por um tipo de ideal desenvolvimentista originário, no início do século XIX, como “uma reação ao seu aspecto secundário no contexto regional” ao longo de sua trajetória colonial.<sup>61</sup> Estilaque Ferreira dos Santos argumenta que a noção de superação faz parte do discurso político local sobre o desenvolvimento e se caracteriza por sua longa duração. O autor define o início do século XIX como momento da “gênese do pensamento político capixaba.” A partir daí, segundo ele, poderíamos observar uma série de discursos e práticas governamentais voltadas para a superação de uma condição colonial, por ter sido o Estado “uma capitania relativamente marginalizada e isolada das correntes comerciais externas que poderiam dinamizar sua economia.”<sup>62</sup> Analisando alguns governos provinciais locais durante o século XIX, argumenta que, a partir de Silva Pontes (1800), passou a existir um ideal de superação de tal condição. Segundo ele, existiu nos governantes do Espírito Santo uma percepção da estreita relação entre vias de comunicação, povoamento e colonização imigrante vistas como caminho para as mudanças necessárias visando modificar a situação de déficit econômico.<sup>63</sup> Estilaque argumenta que as ideias básicas de Silva Pontes, “naquele momento, estavam muitos distantes

---

<sup>60</sup> HARTUNG, Paulo. Relatório de Gestão. Ano 2007. Disponível em: [http://www.es.gov.br/banco%20de%20documentos/relatorios\\_gestao/Relatorio\\_de\\_Gestao\\_2007.pdf](http://www.es.gov.br/banco%20de%20documentos/relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2007.pdf). Acesso em: 14 de agosto de 2009.

<sup>61</sup> BITTENCOURT, Gabriel. A conjuntura da formação cultural capixaba. Introdução. In: **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002. p. XXVII.

<sup>62</sup> SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba, **DIMENSÕES**– Revista de História da UFES, n.17, Vitória, 2005. p. 49.

<sup>63</sup> SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba, **DIMENSÕES**– Revista de História da UFES, n.17, Vitória, 2005. p.50.

das condições que poderiam tê-las viabilizado [...]”, no entanto, ainda que retificadas, tiveram um “longo futuro na história capixaba.”<sup>64</sup>

De acordo com Estilaque Ferreira dos Santos e Gabriel Bittencourt, encontramos no início do século XIX a emergência de práticas e discursos políticos sobre o desenvolvimento do Espírito Santo fundamentados na noção de superação, ligados ao passado da região e que fazem parte das ideias políticas locais. Ao observarmos o projeto de desenvolvimento do Espírito Santo no início do século XXI, identificamos a permanência ou a apropriação dessa ideia na caracterização do Estado, como evidenciou o pronunciamento, supracitado, de Hartung.

Desse modo, consideramos que as ideias, impressões e percepções construtoras das representações de Espírito Santo ligadas ao desenvolvimento econômico e presentes nos discursos de realização ou busca pelo “Novo Espírito Santo,” associadas à noção de superação, foram definidas a partir de ideias-imagens que buscaram dar um significado à realidade espiritosantense.<sup>65</sup> Entendendo a força dessas imagens,<sup>66</sup> consideramos que a representação de um “Novo Espírito Santo”, vinculou-se a um conjunto de ordenações simbólicas que permitem não só significar a realidade, mas, fundamentalmente, produzi-la. Os discursos produzem estratégias e práticas sociais voltados para “[...] legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas.”<sup>67</sup>

A auto definição exposta no slogan governamental “Novo Espírito Santo” correspondia, deste modo, a um projeto político viabilizado ao longo da primeira década do século XXI que teve no governo Paulo Hartung sua realização. Nesse período, o discurso político imprimiu a noção de Terceiro Ciclo de Desenvolvimento e, conseqüentemente, apropriando-se da noção de

---

<sup>64</sup>SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba, **DIMENSÕES**– Revista de História da UFES, n.17, Vitória, 2005.p. 51.

<sup>65</sup> Segundo Pesavento, as representações dizem respeito a um sistema de ideias-imagens que dá significado à realidade, logo, participando de sua existência. Assim, é preciso considerar que o real é, simultaneamente, concretude e representação, e que se expressa por um sistema de ideias-imagens que constituem a representação do real. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n° 29, p.16.

<sup>66</sup>Baczko, sobre a força do imaginário, argumenta que ele “intervém a diversos níveis da vida coletiva, realizando várias funções em relação aos agentes sociais. O seu trabalho opera através de séries de oposições que estruturam as forças afetivas que agem sobre a vida coletiva, unindo-as, por meio de uma rede de significações, às dimensões intelectuais dessa vida coletiva: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir” BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. **Enciclopédia Einaudi**, vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 312.

<sup>67</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 19.

superação, configurou uma imagem do Espírito Santo que inaugurava um novo momento. O discurso do “novo” apresentava-se na “nova realidade” representada por indicadores econômicos, no “novo ciclo econômico”, no “novo lugar” ocupado pelo Estado no cenário nacional, a “nova era” promulgada em oposição a momentos anteriores do passado espiritossantense.<sup>68</sup>

O discurso do desenvolvimento e a representação do “Novo Espírito Santo” correspondiam às ações governamentais, às circunstâncias econômicas bem como a um conjunto de práticas político-discursivas que possibilitavam a emergência dessa realidade representada. O Espírito Santo a partir do início do século XXI recebeu investimentos do governo federal e da iniciativa particular tornando-se um dos estados brasileiros com os maiores níveis de investimentos econômicos.<sup>69</sup> Segundo Admir Wetler Júnior, o governo Paulo Hartung elaborou o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Espírito Santo, conhecido como *ES 2025*, voltado para o direcionamento das ações político-econômicas locais com o propósito de atingir metas de desenvolvimento econômico. Para ele, a elaboração do *ES 2025* surgiu no momento de amplos investimentos, o que o discurso oficial caracterizou como “Terceiro Ciclo Econômico”, marcado pelo foco direcionado à área de recursos energéticos. Sobre esse momento, ele assinala:

Dessa forma, depois de um período de crise e reestruturação, o estado estaria partindo para um novo ciclo de investimentos.

O novo ciclo traz como carro chefe as novas descobertas de petróleo e gás natural no Estado. Cinco pólos de exploração e produção (E&P), que crescem simultaneamente, elevam o Espírito Santo a um patamar diferenciado, abrangendo E&P em terra, águas rasas, profundas e ultra profundas, bem como

<sup>68</sup> A noção de superação presente no discurso político do “Novo Espírito Santo” poderia surgir em enunciados que envolviam a noção de travessia ou ligação entre passado e futuro, mas que colocavam o “novo momento” como marco dessa mudança. No relatório de gestão referente ao ano de 2007, o então governador recorreu à noção de travessia: “Desde 2003, cada ano tem sido melhor que o outro. E tenho certeza: assim também será nos próximos anos. A caminhada de travessia que iniciamos lá em 2003 nos levou a uma nova fronteira histórica capixaba, ainda no primeiro mandato.” HARTUNG, Paulo. Relatório de Gestão. Ano 2007. Disponível em: [http://www.es.gov.br/banco%20de%20documentos/relatorios\\_gestao/Relatorio\\_de\\_Gestao\\_2007.pdf](http://www.es.gov.br/banco%20de%20documentos/relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2007.pdf). Acesso em: 14 de agosto de 2009.; A inauguração da Ponte Carlos Lindenberg em Vitória, conhecida como Ponte da Passagem, evidenciou a recorrência a esse simbolismo: “Planejamento, desenvolvimento e modernidade são algumas das características que assemelham a Nova Ponte da Passagem, inaugurada neste sábado, à atual fase de crescimento pela qual passa o Espírito Santo. Com essa imagem, sob um céu ensolarado e muitos populares, o Governo do Estado e a Prefeitura de Vitória apresentaram a nova estrutura que liga a Ilha de Vitória ao continente. [...] O governador Paulo Hartung afirmou que a nova Ponte da Passagem possui uma utilidade concreta, que é a de melhorar a mobilidade urbana em Vitória e na Região Metropolitana, e também um significado simbólico muito relevante para o Espírito Santo. [...] ‘Essa ponte liga aquele Espírito Santo desorganizado a esse Espírito Santo de planejamento, ação e desenvolvimento compartilhado.’” Disponível em: <http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiaId=99699416>. Acesso em 02 de setembro de 2009.

<sup>69</sup> WETLER JUNIOR, Admir Clemente. **Espírito Santo 2025: uma análise das implicações econômico-sociais do novo ciclo previsto**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008. p.14-15.

na exploração do gás natural. A ideia fundamental é que esta atividade sirva de catalizador para impulsionar a economia estadual, pressupondo-se sinergias diretas e indiretas do setor do petróleo com os demais arranjos produtivos capixabas.

Com estas descobertas, o ES deixa a posição de pequeno produtor e passa a entrar no eixo estratégico produtivo do cenário nacional e internacional.<sup>70</sup>

O autor nos demonstra que o século XXI apresentou perspectivas de mudança do cenário econômico do Espírito Santo. Para além desse diagnóstico da economia local, evidenciamos que tal panorama possibilitou a emergência de uma série de enunciados qualificadores do Espírito Santo, que colaboram com a nossa reflexão acerca da construção de representações bem como dos critérios de avaliação do Espírito Santo.

Nesse sentido, destacamos o *ES 2025*, como representante do projeto político governamental, e enunciador dessas percepções e impressões sobre o Espírito Santo a que nos propusemos avaliar. Primeiramente, observamos como as expectativas de futuro condiziam com a visão sobre o presente. A representação do “Novo Espírito Santo” era, assim, definida a partir da caracterização desse momento como marco inaugural:

[...] esse mutirão libertou os capixabas da opressão criminosa do passado, vem acertando as contas com o presente e nos deu oportunidade de pensar no futuro, como mostra este Plano. [...]O futuro já está escrito. Suas linhas passam a compor nossos projetos e nossos sonhos. Num momento de perspectivas tão promissoras, como nunca se viu no Espírito Santo, este plano sinaliza um caminho concreto para a efetivação de um horizonte de prosperidade.<sup>71</sup>

O presente como marco histórico surgia, assim, como gerador de expectativas acerca de um novo padrão de desenvolvimento e do lugar do Espírito Santo:

O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 mostra que é possível alcançar um padrão elevado de desenvolvimento para a sociedade capixaba. Não se pretende que o Estado do Espírito Santo seja uma ‘ilha’ no Brasil. Provavelmente nossas virtudes não são maiores nem são menores os defeitos do que em outras regiões do Brasil. Mas o enfrentamento e a superação de desafios no presente nos encorajam e nos obrigam a ousar um salto de qualidade.<sup>72</sup>

<sup>70</sup> WETLER JUNIOR, Admir Clemente. **Espírito Santo 2025**: uma análise das implicações econômico-sociais do novo ciclo previsto. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008. p. 38.

<sup>71</sup> HARTUNG, Paulo. Apresentação. In: *ES 2025. Plano estratégico para o desenvolvimento do Espírito Santo*: carteira de projetos estruturantes. Espírito Santo: Macroplan, 2006. 10 volumes. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em 06 de maio de 2010.

<sup>72</sup> DIAS, Guilherme. Introdução. In: *ES 2025. Plano estratégico para o desenvolvimento do Espírito Santo*: carteira de projetos estruturantes. Espírito Santo: Macroplan, 2006. 10 volumes. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em 06 de maio de 2010.

A preocupação em se atestar e afirmar o lugar do Espírito Santo no cenário nacional aparece associada à noção de superação. No tópico sobre as expectativas de futuro do Plano de Desenvolvimento Estratégico, identificamos a projeção de um Espírito Santo que afirmaria seu lugar no contexto nacional:

Estamos em 2025. O Espírito Santo acaba de se tornar um dos primeiros estados do Brasil a conquistar um padrão de vida semelhante àquele experimentado pelas nações mais desenvolvidas. A população capixaba se orgulha de ter erradicado a pobreza e de viver em um estado precursor de um modelo de desenvolvimento que se diferencia pela qualidade de seu capital humano, pela capacidade competitiva de suas empresas e por instituições públicas eficientes e reconhecidas. [...] No campo econômico, há mais de um quarto de século que o Espírito Santo não para de crescer. O estado cresce, em média, 6% ao ano e já é o 5º mais competitivo da Federação.<sup>73</sup>

A “nova realidade” e o “novo lugar” seriam as marcas dessa “nova era” inaugurada, na qual o Espírito Santo:

antecipa o advento de um modelo diferenciado de desenvolvimento que inaugura o terceiro ciclo capixaba. E este novo ciclo é uma aspiração da sociedade capixaba. [...] Em 2025, o Espírito Santo adquiriria um nível de desenvolvimento semelhante ao de países mais avançados, e os capixabas conquistariam padrão de vida equivalente ao que hoje desfrutam as sociedades do chamado Primeiro Mundo.<sup>74</sup>

A imagem do Espírito Santo era formulada pelo discurso do desenvolvimento econômico, portador de diagnósticos qualificadores do presente e prognósticos que nos remetem, conseqüentemente, à noção de superação. Esta, portanto, caracterizou-se como uma ideia-força no discurso político e na construção dessa imagem do Espírito Santo. Segundo o ex-governador Paulo Hartung:

Entre 2003 e 2007, o Espírito Santo liderou a redução da pobreza no país. A taxa de pobreza, que era de 25,2% em 2003, caiu para 13,3% em 2007. Nesse mesmo período, a extrema pobreza foi reduzida de 7,8% para 3,5%. O crescimento da classe média foi notável: 48% no Espírito Santo contra 35% no Brasil. Em 2007, a classe média já representava mais da metade da população capixaba (50,1%), índice acima da média nacional (47,1%). [...] A expansão da siderurgia e a constituição do negócio de petróleo e gás são duas das alavancas fundamentais no terceiro ciclo histórico de nossa economia, iniciado em 2003. Só para citar alguns exemplos: somos o maior exportador de pellets do mundo, e o segundo em produção de petróleo no Brasil. Em 2009, nós nos tornaremos o principal fornecedor de gás do país, com 20 milhões de metros cúbicos por dia. [...] Temos pontuado alguns dos maiores índices de crescimento industrial. Segundo o IBGE, no primeiro semestre de 2008, em

<sup>73</sup> ES 2025. **Plano estratégico para o desenvolvimento do Espírito Santo**: carteira de projetos estruturantes. Espírito Santo: Macroplan, 2006. 10 volumes. p. 23. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em 06 de maio de 2010.

<sup>74</sup> ES 2025. **Plano estratégico para o desenvolvimento do Espírito Santo**: carteira de projetos estruturantes. Espírito Santo: Macroplan, 2006. 10 volumes. p. 23. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em 06 de maio de 2010. p. 27.



comparação com igual período de 2007, a indústria capixaba foi a que mais cresceu: 16,1%. No mesmo período, o indicador nacional foi de 6,2%.<sup>75</sup>

A representação do “Novo Espírito Santo” fundamentou-se, assim, numa série de índices comparativos que colaboravam para instituir uma nova condição, tendo como característica sua marca de superação:

Um bom teste de verificação são as conquistas no dia-a-dia da população, traduzidos em números e indicadores. Os que citei acima, entre outros, mostram o resultado espetacular do mutirão que estamos liderando desde 2003. A reconstrução e a superação capixabas são uma conquista coletiva[...]. Quanto ao futuro, devo dizer que os dias que virão são plantados no presente. Nesse sentido, estamos preparando o estado para seguir firme e forte na rota do desenvolvimento sustentável e com igualdade de oportunidades. Tenho fé no futuro capixaba, até porque nos últimos anos temos mostrado do que somos capazes. A superação é uma marca do povo capixaba.<sup>76</sup>

Essa identificação de um novo patamar de desenvolvimento na construção da imagem do Espírito Santo no início do século XXI não se limitou ao discurso governamental. A caracterização do presente e a representação do novo lugar do Espírito Santo tornaram-se recorrentes no discurso político da primeira década do século XXI. Tanto o discurso oficial como o de lideranças econômicas e políticas do Estado reforçaram a noção de superação.<sup>77</sup> A exaltação de números e dados comparativos estabeleceram um novo estágio alcançado pelo Espírito Santo. Segundo Walter Lídio Nunes:

O quadro atual, que se expressa por uma ambiência sadia e motivadora, não foi construído ao acaso. [...] Sob a liderança política do governador Paulo Hartung, o Espírito Santo construiu uma nova forma de governança, que conta com um amplo leque de alianças, parcerias e sustentações. Em grande parte, isso foi possível a partir de um trabalho árduo de recuperação e moralização da máquina pública. A capacidade de investimento per capita apresentada hoje pelo Espírito Santo equivale a aproximadamente quatro vezes a capacidade per capita média nacional. Um dado impressionante, alcançado em tão pouco tempo. Não temos dúvida em afirmar que o Espírito Santo está consolidando um novo paradigma de governança e desenvolvimento, já conhecido e reconhecido em nível nacional.<sup>78</sup>

<sup>75</sup> HARTUNG, Paulo. Espírito santo: desafios para o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.200maiores.com.br/artigos/12-qespirito-santo-os-desafios-para-a-consolidacao-do-desenvolvimentoq>. Acesso em: 16 de junho de 2009. Entrevista ao Anuário IEL 200 maiores.

<sup>76</sup> HARTUNG, Paulo. Espírito santo: desafios para o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.200maiores.com.br/artigos/12-qespirito-santo-os-desafios-para-a-consolidacao-do-desenvolvimentoq>. Acesso em: 16 de junho de 2009. Entrevista ao Anuário IEL 200 maiores.

<sup>77</sup> Recorremos aos discursos proferidos por deputados e senadores do Estado nesse período analisado, bem como a artigos presentes no sítio eletrônico da ONG ES em Ação, criada por empresários do Espírito Santo. Ver: [http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/institucional/espírito\\_santo\\_em\\_acao/index.php](http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/institucional/espírito_santo_em_acao/index.php).

<sup>78</sup> NUNES, Walter Lídio. Um modelo de governança. Disponível em: [http://www.es-acao.org.br/saladeimprensa/artigos/artigos\\_materia.php?cd\\_matia=4668&cd\\_site=0](http://www.es-acao.org.br/saladeimprensa/artigos/artigos_materia.php?cd_matia=4668&cd_site=0). Acesso em: quinze de junho de 2009.

Identificamos, dessa forma, um discurso que reforça um novo status do Estado, distante de qualquer semelhança com o “patinho feio do Sudeste.” O discurso da superação era composto nesse novo quadro do Espírito Santo:

A tendência é de que nosso Estado continue, nos próximos anos, a ser um grande destaque da economia brasileira. Nesse cenário de futuro, acredito que o crescimento mundial continuará em alta moderada, mas não necessariamente nos países que compõem o tradicional G-8 e, sim, no grupo de nações do BRICAMI - ou seja, o BRIC, que os conceituados economistas formaram, e no novíssimo AMI [...]. Na verdade, BRICAMI é o grupo dos sete países formados por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, México e Indonésia que, dentro de 20 a 30 anos, estarão, certamente, entre as 15 maiores nações do mundo. E onde estará inserida a indústria capixaba nesse contexto econômico? Em primeiro lugar, costumo fazer o mapa de nosso estado tendo as seguintes divisas: ao norte, a Bahia; a oeste, Minas Gerais; ao sul, Rio de Janeiro; e, a leste, onde temos o Oceano Atlântico, vejo a China, possivelmente a maior fábrica do mundo, e a Índia, que será a grande prestadora de serviço do planeta. [...] Como estado mais globalizado do país, pois seu comércio internacional (a soma das importações com as exportações) representa praticamente metade do Produto Interno Bruto, o Espírito Santo tem de estar incluído no contexto internacional.<sup>79</sup>

Estes diagnósticos e prognósticos sobre a condição do Espírito Santo durante a primeira década do século XXI caracterizaram também o discurso de lideranças políticas inseridas no debate nacional. Deputados e senadores locais, de forma semelhante, contribuíram para a construção da imagem do Novo Espírito Santo ao evidenciarem o momento do Estado e seu potencial no contexto brasileiro.

No entanto, cabe ressaltar que, nesses discursos, encontramos mais um aspecto necessário para a reflexão proposta. Dentro desse cenário de qualificações positivas, de um discurso sobre o novo lugar do Espírito Santo, é possível identificarmos uma característica distintiva nas qualificações do Estado: a recorrência às noções de prejuízos, impedimentos e marginalização do Espírito Santo também comuns no discurso político local, sobretudo, o de caráter reivindicativo. A noção de superação foi constituída, também, a partir da oposição entre diagnósticos exaltadores e obstáculos colocados ao desenvolvimento do Espírito Santo.

Evidenciamos, primeiramente, a forma como o Espírito Santo passou a ser apresentado pelos políticos locais à mesma época dos discursos até aqui analisados. Por exemplo, encontramos o então senador Gerson Camata ratificando a nova condição do Estado, que recebia, segundo ele,

---

<sup>79</sup> VIEIRA, Lucas Izoton. Espírito Santo Hoje e do Futuro. Disponível em: <http://www.200maiores.com.br/artigos/57-o-espírito-santo-hoje-e-do-futuro>. Acesso em dezesseis de junho de 2009.

[...] o maior investimento público da história do Espírito Santo, num momento em que o pessimismo predomina, em que tudo parece conspirar para que prevaleçam a estagnação e a inércia! Esse volume de recursos é uma injeção de ânimo que garante o prosseguimento da trajetória de progresso de um Estado com presença cada vez mais significativa no cenário nacional.<sup>80</sup>

O mesmo senador ressaltava o potencial do Espírito Santo e sua colaboração para a economia brasileira:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em sua última visita ao Espírito Santo, no final da semana passada, o presidente Lula inaugurou a segunda fase da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, situada no município de Linhares, o maior em área territorial do Estado. É um acontecimento merecedor de destaque, pois representa a consolidação do território capixaba como um dos mais importantes agentes no cenário energético brasileiro.[...] O Brasil não pode ficar dependente de um único fornecedor externo do combustível, e a crise provocada pela nacionalização das reservas de petróleo e gás do país vizinho foi a prova que faltava de que é preciso adotar medidas capazes de reverter esse quadro. Para resolver o problema, as reservas do Espírito Santo são uma das saídas e, sem dúvida, a mais rápida e econômica. Vai longe a época em que investimentos como o realizado em Linhares não eram compensadores. Hoje, são vitais para o futuro do País.<sup>81</sup>

Tal como identificamos na definição do “Terceiro Ciclo Econômico”<sup>82</sup>, os políticos do Estado passaram a anunciar uma “nova realidade” do Espírito Santo. O discurso do Senador Marcos Guerra, proferido a respeito do lançamento do *ES 2025* também ressaltava o progresso da região frente à economia brasileira:

[...] sob a liderança do Governador Paulo Hartung, o Espírito Santo deu um exemplo ao País ao entregar o mais completo e abrangente plano estratégico de longo prazo já

<sup>80</sup> SENADO FEDERAL. Pronunciamento do Senador Gerson Camata, 13 de março de 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=378799> . Acesso em 26 de junho de 2009.

<sup>81</sup> SENADO FEDERAL. Pronunciamento do Senador Gerson Camata, 13 de março de 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=378186> . Acesso em 26 de junho de 2009.

<sup>82</sup> O discurso de Francisco Pereira definia também a nova condição do Estado no cenário nacional e correspondia à definição do 3º Ciclo Econômico enunciado a respeito do Espírito Santo. Segundo ele: “[...] vive o Espírito Santo um momento singularmente favorável no que diz respeito à sua economia. Passadas as mais recentes atribulações políticas, o crescimento econômico vem retornando, em níveis elevados, a partir principalmente das atividades produtivas relacionadas ao petróleo. [...] esse fato, que é a infraestrutura capixaba, não só se afigura importante para o desenvolvimento estadual, mas também indispensável para o incremento de toda gama de setores da economia brasileira, dado que o Espírito Santo é peça fundamental para diversas cadeias produtivas que vêm sustentando o desenvolvimento nacional.” SENADO FEDERAL. Pronunciamento do Senador Francisco Pereira, 14 de abril de 2005. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=352243>. Acesso em 26 de junho de 2009; Paulo Hartung também reforçava o novo lugar do Espírito Santo em termos de importância para o Brasil: “[...] o Espírito Santo vai despachar para o Brasil, na virada de 2008 para 2009, cerca de 20 milhões de metros cúbicos de gás. Com isso, 50% da produção nacional, de 40 milhões de metros cúbicos, sairá dos campos terrestres e marítimos do Espírito Santo. Uma solução capixaba para um sério problema brasileiro. O outro fato é que, ocupando o segundo lugar na produção nacional de petróleo, o Espírito Santo tem quatro poços da reserva gigante descoberta na área de pré-sal. E a exploração da nova mega jazida de petróleo começa no mar capixaba, no campo de Jubarte, no decorrer de 2008. Aqui também uma outra contribuição dos capixabas no suprimento da energia necessária para o Brasil continuar crescendo.” Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/1862>. Acesso em 17 de julho de 2009.

formulado por um Estado da Federação. Resultado de sete meses de trabalho intenso, do qual participaram as principais forças sociais, econômicas e políticas, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 é um macroplanejamento que traça metas para o Estado nos próximos 20 anos. [...] Agora, estamos iniciando nosso terceiro ciclo econômico, que conciliará as atuais atividades com a exploração intensiva de petróleo e gás em jazidas há pouco descobertas.

Temos pela frente perspectivas animadoras. O Espírito Santo possui a segunda maior reserva de petróleo do País e deve tornar-se o primeiro Estado produtor de gás natural.[...] No Espírito Santo, o Brasil está sendo planejado por meio de uma agenda que, por sua amplitude e por estar ancorada em bases realistas, criará um modelo de progresso[...].<sup>83</sup>

Esse discurso tipicamente de exaltação do Espírito Santo por parte do Senador colaborou com a construção dessa nova imagem do Estado, no entanto, a “nova realidade” aparecia acompanhada de uma circunstância negativa:

[...] o Espírito Santo hoje pode viver em céu de brigadeiro, tranquilo, feliz e crescendo. Infelizmente, não posso falar a mesma coisa no que diz respeito ao Governo Federal, que tem sido uma madrasta para o Espírito Santo, ao criar, todos os dias, uma unidade de conservação para atrapalhar o nosso progresso. O Espírito Santo não recebeu no Governo passado e não recebe neste aquilo que deveria receber.<sup>84</sup>

Reconhecemos, assim, que o discurso do “novo lugar” ocupado pelo Espírito Santo no cenário brasileiro fundamentava a crítica e a reivindicação de um tratamento considerado justo na política nacional. O pronunciamento do então senador Renato Casagrande, sobre o Fundap, evidenciava a exigência de tratamento igualitário ao Espírito Santo:

O Estado do Espírito Santo está preocupado. Já conversei sobre a questão com diversas lideranças do meu Estado, com lideranças do governo, com lideranças empresariais, com o Governador Paulo Hartung, e a Bancada acabou de fazer uma reunião. Estamos preocupados, porque a atividade portuária, que é importante e que recebe incentivo do Estado, o que facilita a operação de importação para os portos capixabas está excluída da prorrogação dos incentivos por mais doze anos. Isso prejudica muito os Municípios do Estado do Espírito Santo, prejudica a arrecadação do Estado e prejudica a geração de emprego.

Não queremos tratamento privilegiado, mas não queremos ser discriminados nem prejudicados. O Espírito Santo aceita que se acabem com os incentivos em todos os Estados, o Espírito Santo aceita que se acabe com o dele, mas não podemos manter o incentivo em alguns Estados e acabar com os incentivos em outros Estados. É um tratamento que não interessa ao Espírito Santo e a nenhuma outra unidade da Federação.

[...] Vamos empreender uma luta na Câmara com nossa Bancada e no Senado, para que nenhum tratamento diferenciado e prejudicial possa atingir e prejudicar os interesses do nosso Estado, que é um Estado que se está reorganizando muito bem. V. Ex<sup>a</sup> conhece nosso Estado também muito bem e sabe do potencial dele.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> SENADO FEDERAL. Pronunciamento do Senador Marcos Guerra, 21 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=363137>. Acesso em 23 de junho de 2009.

<sup>84</sup> SENADO FEDERAL. Pronunciamento do Senador Marcos Guerra, 21 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=363137>. Acesso em 23 de junho de 2009.

<sup>85</sup> SENADO FEDERAL. Pronunciamento do Senador Renato Casagrande, 4 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=376727>. Acesso em 23 de junho de 2009.

Nos pronunciamentos dos senadores Marcos Guerra e Renato Casagrande é possível reconhecermos a oposição entre o potencial e o progresso do Estado no início do século XXI contrastados às possíveis circunstâncias dificultadoras vivenciadas pelo Estado. Nesse sentido, quando identificamos a noção de superação presente na construção da imagem do Espírito Santo não podemos dissociá-la dessa recorrência às noções de prejuízos e impedimentos. Se os discursos sobre o desenvolvimento econômico local nos apresentaram atributos qualificadores de seu progresso e avanço, a noção de superação presente na construção da imagem do Espírito Santo se fundamenta e se fortalece na existência de prejuízos e impedimentos a serem transpostos, que assinalam, por consequência, a superação do atraso.

O uso político dessa noção na atualidade não se limitou à construção da imagem do “Novo Espírito Santo.” Percebemos, ainda, a permanência do diagnóstico dos prejuízos no cenário político do Espírito Santo. Já no governo Renato Casagrande<sup>86</sup>, constatamos a recorrência à vitimização do Estado. Em matéria no jornal *A Gazeta*, encontramos novamente a questão do Fundap:

Prefeitos do Espírito Santo se reuniram em Vitória nesta sexta-feira (12). O encontro teve a presença da ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais Ideli Salvatti. Ela informou que o governo federal está empenhado em compensar o estado após as perdas de recursos do ICMS e do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). O evento aconteceu no Centro de Convenções da capital. [...]

Sem detalhar como, a ministra disse que o governo federal quer ajudar a resolver problemas históricos do estado. "Não faltará esforço para desenterrar as cabeças de burro que têm em várias obras aqui no Espírito Santo. Precisa andar aeroporto, precisa andar BR-101, algumas já estão encaminhadas, mas o Espírito Santo terá o que merece", garantiu.

O governador Renato Casagrande afirmou que nenhuma medida será suficiente para recompensar as perdas recentes, mas disse que todo incentivo que ajude a recuperar receita é bem-vindo. "Há um passivo histórico da União com obras de infraestrutura no Espírito Santo. Mas estou acreditando que 2013 é ano da virada. Estamos tendo licitação da BR-262, vamos fazer a concessão da BR-101, vamos ter um investimento histórico no Porto, a obra do aeroporto será retomada. Nada compensará a nossa perda, mas é fundamental que aquilo que puder ser construído, que possa manter a atividade econômica, seja feito".<sup>87</sup>

Percebemos, assim, ideias de compensação e ressarcimento como discurso reivindicativo que surgem da noção de prejuízo e de danos causados ao Espírito Santo. Tal perspectiva de vitimização pode ser observada no descontentamento em relação à esfera federal. O potencial e o lugar do Estado em termos de índices econômicos, característicos dessa imagem elaborada

<sup>86</sup> O ex-senador Renato Casagrande passou a exercer o mandato de governador do Espírito Santo a partir de 2011 (2011-2014).

<sup>87</sup> MONTEIRO, Amanda. Governo federal está ‘empenhado em compensar’ o ES. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/04/governo-federal-esta-empenhado-em-compensar-o-es-diz-ministra.html>. Acesso em 13 de abril de 2013.

acerca do Espírito Santo, são representados em oposição à sua condição de marginalizado. Em artigo denominado “República capixaba”, Izoton se apropria dessa oposição:

Apesar de o Brasil ter uma área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e população de 193 milhões de pessoas, o nosso querido Espírito Santo é ainda um dos menores Estados possuindo apenas 46.077 quilômetros quadrados (0,54% do país) e 3,5 milhões de habitantes (1,8% do Brasil). Se considerarmos o PIB, temos 2,3% da nação.[...]

Quando avaliamos a arrecadação de impostos federais que o Estado envia anualmente para Brasília, com baixíssimo retorno, constatamos que, infelizmente, o Espírito Santo em toda a sua história normalmente ficou à margem do governo federal, desde o Brasil Colônia até os dias de hoje.

O Espírito Santo é o Estado mais globalizado do Brasil, tem uma boa infraestrutura portuária, praias lindas de conceito internacional, montanhas maravilhosas, excelente localização geográfica, um potencial de crescimento fabuloso, e sinceramente, eu, como capixaba, não consigo entender a má vontade do poder central com o local onde o destino me fez nascer e por opção decidi viver.

Quando analisamos um pouco mais as questões econômicas que atualmente nos afligem (Royalties do petróleo, Fundap, falta de investimentos em infraestrutura, etc.) ficamos tristes por perceber que provavelmente continuaremos à margem das distribuições de recursos do país.

Somos adeptos do diálogo e da negociação, mas uma ideia, a princípio polêmica, tem se fortalecido em muitas mentes. Por que o ES tem que ser membro da República Federativa do Brasil e não pode ser um Estado autônomo? Certamente teríamos mais recursos para investirmos em nossa região e poderíamos gradativamente corrigir as deficiências históricas que possuímos.

Espírito Santo, uma nação. Por que não? Com a palavra, as lideranças capixabas.<sup>88</sup>

Essa forma de expressar os prejuízos do Estado é classificada por André Ricardo como uma "mentalidade obsidional"<sup>89</sup> típica do discurso político local para atribuir a algo ou a alguém, geralmente ao Governo Federal, a responsabilidade sobre as dificuldades em seu desenvolvimento.<sup>90</sup> A distinção do Espírito Santo como marginalizado na reivindicação

<sup>88</sup> VIEIRA, Lucas Izoton. República Capixaba. Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2012/04/noticias/a\\_gazeta/opinia/1208162--republica-capixaba.html](http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2012/04/noticias/a_gazeta/opinia/1208162--republica-capixaba.html). Acesso em 27 de abril de 2012.

<sup>89</sup> Segundo André Pereira: "Mentalidade obsidional, portanto, é uma forma de encarar as coisas a partir da suposição de que algo ou alguém tem o objetivo de cercar, isolar, perseguir, impedir o livre crescimento ou desenvolvimento de alguém, de uma cultura, de uma região, de uma sociedade." PEREIRA, André Ricardo Vale Vasco. Fantasias persecutórias na História do Espírito Santo. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Goiânia, n.1, jan/jul, 2013. p. 141. Disponível em: [http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth). Acesso em: 12/04/2015.

<sup>90</sup> Sobre a noção de perseguição presente nessa mentalidade, André Ricardo afirma: "A mentalidade obsidional capixaba, quando aplicada a temáticas específicas, principalmente aquelas que envolvem conflitos reais, ajuda a alimentar verdadeiras fantasias persecutórias, ou seja, atribui falsamente a certos atores propósitos malévolos que visam afetar a todos os capixabas. É o que está acontecendo neste momento a partir do discurso que resolveu demonizar a figura de Dilma Rousseff ou da sua administração de uma forma geral. O formato desta fantasia é o de estabelecer dois campos distintos: uma entidade que persegue, por um lado, e a sociedade capixaba como um todo, por outro. Esta é vista como sendo prejudicada, o que implica na necessidade de união entre todos os seus membros, independente de diferenças de classe, políticas, religiosas, étnicas, de gênero, etc." PEREIRA, André Ricardo Vale Vasco. Fantasias persecutórias na História do Espírito Santo. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Goiânia, n.1, jan/jul, 2013. p. 141. Disponível em: [http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth). Acesso em: 12/04/2015.

presente no artigo de Izoton revela uma interpretação que envolve a noção de que o Espírito Santo é prejudicado historicamente no contexto brasileiro. Por isso, observamos a ideia de superar gradativamente “as deficiências históricas” locais. Estamos diante, portanto, de uma referência ao passado na legitimação desse discurso reivindicativo acerca do Espírito Santo. Segundo André Ricardo Pereira, essa interpretação pode ser definida como um recurso do discurso político local nos debates de caráter nacional:

O governo de Renato Casagrande (PSB) no Estado do Espírito Santo, iniciado em janeiro de 2011, está sendo obrigado a enfrentar uma série de questões presentes na agenda da política nacional. Os temas em questão são: as alterações no marco regulatório da exploração do pré-sal, a reforma tributária e a mudança do Fundo de Participação dos Estados (FPE). As consequências de todos eles implicam ou ameaçam uma perda muito grande de receitas próprias ou repasses federais. Com relação ao FPE, pouco foi feito até agora (novembro de 2011). De todos, por enquanto, o tema dos royalties de petróleo adquiriu maior visibilidade, inclusive com uma grande manifestação de rua no dia 10 de novembro.<sup>91</sup>

Dessa forma, diante dos embates políticos nacionais e das possibilidades de prejuízos ao Espírito Santo, consolida-se, segundo o autor, o discurso do prejuízo histórico:

O discurso dominante dos que têmse posicionado sobre o assunto – políticos, empresários, intelectuais e jornalistas – gira em torno de um diagnóstico mais ou menos comum. Ele parte da ideia de que o Espírito Santo é uma vítima histórica dos governos centrais desde a época da colonização. No momento atual, quando o Estado teria ganhado um ‘bilhete premiado’ com o petróleo, a União cometeu um ‘erro’, ao mudar o marco regulatório e permitir que ‘crescesse o olho grande’ dos outros Estados sobre as ‘nossas’ riquezas. Desta forma, a presidente Dilma Rousseff (PT), que resolveu ‘lavar as mãos’ para o assunto, teria que ser ‘sensibilizada’ para que ela lidere as negociações entre os Estados, impedindo uma ‘garfada’ no volume de royalties e participações especiais, que inviabilize as contas estaduais e dos municípios. [...] Essa interpretação possui um tom moralista e se mostra incapaz de dar conta da complexidade não só do problema do conflito em torno dos royalties como de todos os pontos relevantes citados. O que eu pretendo demonstrar é que a intervenção capixaba nesses temas exige das elites dirigentes locais uma atitude realista e altas doses de competência no seu enfrentamento. Todavia, essas habilidades não existem e não foram alimentadas ao longo dos anos [...] Assim, como o ‘buraco é mais embaixo’, a indignação e o denunciismo não levarão a nada. É preciso agir em um plano mais profundo. Porém, sempre fica mais fácil atribuir os nossos defeitos aos outros.<sup>92</sup>

André Ricardo Pereira, portanto, critica a retórica presente no discurso político local. O problema exposto acima identifica no discurso das lideranças político-econômicas estaduais,

<sup>91</sup> PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Entrando em campo para perder: a inserção do Espírito Santo no debate político nacional. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (orgs.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória, ES: SECULT, 2012. p. 15.

<sup>92</sup> Ibid., p.16.



tal como assinalamos no artigo de Izoton, o uso político do passado, como legitimação e justificativa das condutas políticas.

Deste modo, o discurso do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento" do Espírito Santo no início do século XXI configurou-se por meio da exaltação de seu potencial e índices econômicos bem como pela identificação de um "novo lugar" do Estado no cenário nacional. A nova imagem foi constituída a partir da noção de superação que permeou os enunciados qualificadores do discurso político local. Por último, identificamos que o sentido e a força dessa representação do Espírito Santo em superação se relaciona com a noção de um atraso histórico. O Espírito Santo, como prática discursiva, é construído por meio de suas representações, tendo sua imagem elaborada e assumindo um lugar nos próprios discursos que o proferem, tanto em relação ao presente como a seu passado. E, é justamente na forma como o passado emerge nas representações do Espírito Santo que se evidencia a relação que se estabelece com o passado local, um modo de concebê-lo e avaliá-lo como negativo e a ser superado. Aspecto importante na definição do "desafio historiográfico".

Segundo Luiz Cláudio Ribeiro, existe uma concepção negativa sobre o passado do Espírito Santo. Para ele, “tal concepção predomina na sociedade capixaba e condiciona sua autoimagem”, caracterizada por ser "socialmente construída, ensinada e repetida.”<sup>93</sup> Recorrência, também, em se apropriar de uma certa noção de passado, que viabiliza a utilização e a legitimação do discurso da superação do atraso e que envolve leituras do passado. É possível identificarmos que concomitante à presença do discurso da superação do atraso em sua matriz política, outras interpretações do passado, historiográficas ou não, se inserem nessa dinâmica de se pensar historicamente o Espírito Santo, atribuindo-lhe um lugar e colaborando com a noção do déficit histórico e sua superação.

Seguindo esse apontamento de Luiz Cláudio Ribeiro, consideramos que essa repetição pode definir, de alguma forma, uma narrativa que vincula circunstâncias do presente a um determinado passado considerado adequado:

na medida em que situações novas ora assumem referências a contextos anteriores, ora retomam um passado, a essas alturas, mitificado. Assim, pela repetição mecânica de passagens, eventos e fatos conforma-se uma determinada memória e um certo encadeamento que apaga suas pistas, enquanto estabelece uma ponte imediata com

---

<sup>93</sup> RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Modos de ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (orgs.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória: Secult, 2012. p. 171-172.



momentos retirados de uma certa história, ou características sociais que deixam de serem datadas para fazer sentido de forma essencial e quase ontológica.<sup>94</sup>

Identificamos a recorrência e repetição de um conjunto de enunciados de diferentes matrizes caracterizadores de uma condição prejudicial em relação ao passado do Espírito Santo utilizados na interpretação de circunstâncias e na formulação de questões atuais. Por exemplo, quando constatamos o discurso sobre o significado da “entrada” do Espírito Santo no que se define como “Rota Imperial.” Segundo a ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado, os pesquisadores:

[...] conseguiram mostrar que fomos usados para esconder o grande volume de ouro que Minas Gerais possuía. Com isso, a história nos deixou para trás. Mas buscamos nossa história e mostramos aos dois governos, do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Turismo (Setur), e de Minas Gerais. Ambos acreditaram no documento e no resgate de informações. Com isso, depois de um ano de muitas idas e vindas, audiências públicas nos dois estados e muito trabalho, está aí o resultado, a Rota Imperial da Estrada Real.<sup>95</sup>

O pertencimento do Estado ao roteiro da Estrada Real<sup>96</sup> surge como uma forma de reconhecimento e superação de uma condição histórica.<sup>97</sup> Essa interpretação não é isolada, pelo

<sup>94</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. De volta ao passado com as lentes focadas no presente, in: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thaís Nívia de Lima (orgs.). **Inaugurando a História e construindo a nação**. Discursos e imagens no ensino de História, Belo Horizonte, Autêntica, 2001. p.13.

<sup>95</sup> TOLEDO, Luzia. Realizamos ações de grande importância à frente da Ales. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/696319/realizamos-acoes-de-grande-importancia-a-frente-da-ales>. Acesso em 28 de junho de 2009.

<sup>96</sup> Sobre a Estrada Real, atentamos para a definição de Eurípedes Franklin Leal: “Era denominada, na época do Brasil Colônia, de Estrada Real aquela cuja construção havia sido determinada por ordem do Rei e seu custo a cargo de seu tesouro. Não foram muitas as estradas reais e a aqui tratada foi possivelmente uma das últimas, senão a última, no Governo de D. João VI. Ela foi denominada de Estrada Real S. Pedro de Alcântara em homenagem ao santo protetor da família real portuguesa e com a independência brasileira e instalação do Império, passou a ser denominada, Estrada Imperial S. Pedro de Alcântara. Uma estrada real era construída para atender a regiões com seus viajantes, moradores e tropeiros e possuía uma largura média de quinze palmos ou cerca de três metros. No caso específico da Estrada São Pedro de Alcântara chama atenção o fato de usar sempre um percurso nos altos das montanhas, principalmente desde a região das cabeceiras do rio Casca, em Minas Gerais, até o litoral do Espírito Santo. “Atualmente, ela é um roteiro turístico e o Espírito Santo está inserido nessa rota. De acordo com Leal: “Em janeiro de 2008, o Instituto da Estrada Real, em Belo Horizonte, juntamente com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), o Sebrae e as Secretarias de Turismo dos dois Estados começaram os trabalhos para reencontrar esta Rota Imperial da Estrada Real. Foi constituído um grupo de trabalho, que após busca de documentos e mapas históricos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo da Marinha, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público do Espírito Santo, no Arquivo Público Mineiro, concluiu a localização física da Estrada. Em fevereiro de 2009, o grupo realizou a viagem de demarcação física da Rota Imperial da Estrada Real entre Vitória e Ouro Preto.” LEAL, Eurípedes Franklin. A rota imperial da Estrada Real: a Estrada S. Pedro de Alcântara. Disponível em: [http://www.rotaimperial.org.br/images/stories/historia/rota-imperial\\_histrico\\_artigo.pdf](http://www.rotaimperial.org.br/images/stories/historia/rota-imperial_histrico_artigo.pdf). Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

<sup>97</sup> O significado dessa leitura e uso do passado no que tange a Estrada Real deve ser observado a partir da interpretação que se cristalizou sobre o período da mineração colonial e as implicações para o Espírito Santo, como vamos evidenciar ao longo da tese. A inserção do Espírito Santo na Estrada Real é observada como uma conquista uma vez que a ligação com Minas Gerais é simbólica para o Estado, pois o período da mineração, no século XVIII, é interpretado como um dos principais responsáveis pelo déficit histórico do Espírito Santo.

contrário, vincula-se ao que identificamos como um conjunto de percepções, impressões e ideias a respeito do Espírito Santo no passado que o definem por sua condição de atraso.

Como observamos, o uso político desse passado é recorrente. Sendo assim, constatamos essa percepção na interpretação do ex-governador do Estado Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) que participou efetivamente do projeto de desenvolvimento econômico do Espírito Santo entre as décadas de 1950 e 1970. Segundo ele, em termos de desenvolvimento, a história capixaba foi a trajetória do “passou perto.” Ou seja, uma série de episódios “da história do Brasil que passaram perto do Espírito Santo,” e que “deixaram marcas de atraso para nós.”<sup>98</sup> Resumindo a fala do ex-governador, apresentamos suas impressões:

O Espírito Santo com as capitanias hereditárias ficou subordinado; ficou numa faixa em que vinha do norte para o sul a capitania da Bahia, de Porto Seguro, depois a capitania do Rio de Janeiro, com indefinições gravíssimas[...]. Aí o governo de Portugal, para proteger as conquistas dos bandeirantes paulistas, proibiu a exploração de ouro em outras regiões. Especificamente proibiu que subissem bandeiras e entradas pelo rio Doce, em direção às regiões que afluía o ouro. E o Espírito Santo então ficou fora da grande arrancada na descoberta e exploração do ouro no Brasil. Passou tudo perto mas não parou por aqui [...]<sup>99</sup>

Esse lugar do Espírito Santo no passado não se limita ao discurso político. Ele é também uma preocupação de diferentes estudiosos que interpretam o passado local tendo em vista as dificuldades e a condição prejudicial do Espírito Santo historicamente. Roberto Simões, por exemplo, evidencia o problema do lugar do Estado na atualidade. Segundo o autor, no início desse novo século, ficava evidente um problema considerado histórico, ou seja, a não correspondência entre o potencial capixaba e sua insuficiência em termos de representação política no contexto nacional:

O Espírito Santo é o oitavo Estado no ranking de competitividade nacional, considerando noventa e oito indicadores socioeconômicos, segundo o Instituto Simonsen, de São Paulo. Porém, o Espírito Santo não está colocado entre os quinze Estados divulgados que, em 2000, conseguiram mobilizar o maior volume de recursos federais para investimentos.<sup>100</sup>

A percepção de desprestígio de Simões não é única. Corresponde a uma perspectiva de se interpretar a história do Espírito Santo buscando identificar qual o “lugar” que o Estado ocupa no cenário nacional. Essa condição é ampliada no tempo pela interpretação de Diones Ribeiro

<sup>98</sup> LOPES FILHO, Christiano Dias, et al. **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 22.

<sup>99</sup> Ibid., p. 22-23.

<sup>100</sup> SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002. p. 243.

e José Cândido Sueth. O primeiro analisa a “busca à primeira grandeza” do Espírito Santo no governo de Moniz Freire no início do período republicano. Seguindo essa lógica, bem como interessado em evidenciar as realizações políticas que visavam a prosperidade do Estado, o autor analisa o projeto de modernização do Espírito Santo, em especial da capital Vitória, por este governante. Esta autoridade política ganha destaque, na interpretação de Diones Ribeiro, sendo considerada uma “personalidade que teve importância imensurável para o desenvolvimento do Estado, nos primeiros anos da República.”<sup>101</sup> A abordagem realizada a respeito da plataforma de governo, da imigração estrangeira e da busca por transformar a capital Vitória numa cidade moderna são analisadas na perspectiva de pensar o lugar e a possibilidade do Espírito Santo inserir-se na modernidade republicana. De acordo com ele:

[...] o legado de Moniz para o Espírito Santo é algo que, para os contemporâneos, pode parecer pequeno, porém ele, como foi Homem a frente de seu tempo e grande personalidade política de sua era, Moniz Freire, soube, como poucos, vislumbrar as melhorias que, em longo prazo, seriam imprescindíveis para o crescimento do Estado, e esperamos que este estudo seja o ‘pontapé’ inicial para a melhor compreensão de nossa história, de nossa política e de nossa economia. Oxalá que, no século XXI, o Espírito Santo atinja a tão sonhada ‘primeira grandeza na constelação em que São Paulo [ainda] é o alfa’, com a qual Moniz tanto sonhou!<sup>102</sup>

Novamente, destacamos a preocupação em se atestar e definir o lugar do Espírito Santo, no passado e no presente. Ao comparar a condição do Espírito Santo em momentos distintos, Diones Ribeiro evidencia a busca pela superação do atraso, reconhecida na atuação de Moniz Freire. De um ponto de vista similar, José Cândido Sueth, estudando os governos de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro, durante a Primeira República, analisa a condição do Espírito Santo como estado satélite na política nacional, o que acarretou prejuízos para o seu desenvolvimento.<sup>103</sup> Assim, ao focalizar os discursos desses governadores na busca por um espaço no cenário político, evidencia uma percepção de isolamento e discriminação. Para ele, tal condição seria um fenômeno de longa duração:

[...] observa-se disperso no imaginário de políticos e de especialistas capixabas um conjunto de ideias que, em muito, assemelham-se às que estão presentes nos documentos oficiais de Moniz Freire, Graciano dos Santos Neves, Henrique da Silva Coutinho e Jerônimo Monteiro. É a denúncia da continuidade de um mesmo

<sup>101</sup>RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à Primeira Grandeza: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896)**. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 3.

<sup>102</sup> Ibid., p. 167.

<sup>103</sup>SUETH, José Candido R. **Espírito Santo, um Estado “satélite” na Primeira Republica: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892/1912)**. 2004. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

mecanismo. Trata-se evidentemente da continuidade de um mesmo processo no qual a autonomia do Espírito Santo acha-se ausente pelo menos há quase um século [...].<sup>104</sup>

José Cândido Sueth, portanto, projeta para todo o período republicano a visão que Roberto Simões apresentou das desvantagens capixabas na atualidade. Tal como Diones Ribeiro, Sueth analisa o início do século XX, porém, está pensando o século XXI e o foco é a condição marginalizada do Estado diante do cenário nacional.

Essa avaliação em termos de período republicano pode ser observada em sua projeção para um período ainda mais distante. Reparemos a visão de Kawashima de Souza, ao tratar do “debate fundamental em tempos de expectativas”:

Nunca é demais lembrar que a nossa formação é tão antiga como a própria civilização brasileira. Muito embora estejamos em desvantagem econômica em relação aos demais Estados da região na qual estamos inseridos. Primeiro, pelo sistema de exploração implantado desde o início da colonização, que terminou por privilegiar as áreas geográficas mais dinâmicas para a exploração, depois, por discriminações por parte das conjunturas imperial e republicana.<sup>105</sup>

Novamente, percebemos desvantagem e discriminação, na caracterização de Espírito Santo, sobretudo, vistas num longo período da trajetória espiritosantense. Portanto, é possível reconhecermos a existência de uma perspectiva de interpretação histórica do Espírito Santo que atribui ao passado a presença de elementos condicionantes de um déficit econômico ou atraso historicamente constituído.

Consideramos, assim, que a noção de déficit histórico ou o atraso bem como a ideia de sua superação, associada a uma visão negativa do passado vinculam-se a um modo de avaliação e qualificação do Espírito Santo. Dessa forma, consideramos que essa imagem negativa é estabelecida por meio de um conjunto de “enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas”<sup>106</sup>, por meio de qualificações, adjetivações, figurações alusivas e simbólicas historicamente instituídas, e definidoras de um status e do seu lugar no presente e no passado.

<sup>104</sup> SUETH, José Candido R. **Espírito Santo, um Estado “satélite” na Primeira Republica**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892/1912). 2004. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. p. 132-133.

<sup>105</sup> SOUZA, Chisue Kawashima de. Debate fundamental em tempos de expectativa. Apresentação. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo**: um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002. p. XIII.

<sup>106</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo, Cortez, 2001. p. 35.

Avaliamos que no início do século XXI diagnósticos e prognósticos de Espírito Santo forjaram uma imagem do Estado em vias de superação do atraso vinculados a um discurso do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento" desenvolvimento econômico. Esse conjunto de enunciados correspondentes a uma matriz política se integra, por sua vez, a uma determinada concepção de passado a ser superado, pronunciado por diferentes discursos acadêmicos ou não. Esta forma de apreensão, conseqüentemente, revela percepções e sentimentos acerca da região. Como observamos, o discurso político do desenvolvimento econômico do Estado ao tratar do presente e suas expectativas apresentam o potencial e um novo *status* representativo de um novo patamar econômico do Estado. No entanto, as referências ao passado expõem uma noção de desprestígio, desvantagem, ausência e isolamento, o que, no discurso político corresponde à noção de superação.

Tratar do Espírito Santo é compreender sobre a formulação de um arquivo de imagens e enunciados, uma discursividade sobre o Espírito Santo. Consideramos aqui que a historiografia é uma forma de interpretar e narrar o Espírito Santo, pois, por meio dela, ele é (re)definido e atualizado em função das questões que envolvem sua realidade, como o discurso político da superação na representação do "Novo Espírito Santo". Entendemos, assim, que ela é uma forma de ver e dizer sobre o Espírito Santo, definidora de atributos e conceitos que o avaliam e o qualificam no passado. Diante desse cenário, cabe compreendermos nosso desafio a partir das questões que nos remetem à produção historiográfica.

### 1.3 DEFININDO O DESAFIO HISTORIOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.

Nesse ponto, chegamos à “última etapa” do que sugerimos como o “desafio historiográfico do Espírito Santo”. Acabamos de evidenciar que existem representações de Espírito Santo recorrentes e que envolvem leituras sobre o passado local. Evidenciamos que o discurso da superação do atraso, elaborado por matrizes políticas e historiográficas definem uma noção de atraso e desprestígio do Espírito Santo que são recorrentes na atualidade. Dessa forma, nosso desafio, compreendendo a história da historiografia como um campo de investigação, volta-se para o entendimento de como uma sociedade se relaciona com seu passado, a partir de sua produção historiográfica.

Para José Carlos Reis, a questão da problemática do tempo histórico é a do acompanhamento dos homens em suas mudanças, descontinuidades, em sua descrição e análise, o que envolve o

próprio conhecimento histórico que surge justamente das questões que envolvem o seu tempo.<sup>107</sup> Trata-se, segundo ele, do interesse que os homens possuem em orientar-se no fluxo do tempo, “de assenhorar-se do passado, pelo conhecimento, no presente.”<sup>108</sup> Segundo Rüsen, o conhecimento histórico permite aos homens situarem-se no tempo, elaborando uma identidade histórica em função das respostas que a história elabora. Para ele, a recuperação do passado surge por interesses dos indivíduos:

Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que as querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas. Tais interesses são abordados pela teoria da história a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente.<sup>109</sup>

A reflexão de Rüsen nos indica a importância da recuperação do passado em termos de compreensão de si e da realidade por uma dada coletividade. A questão que envolve o “desafio historiográfico” proposto segue esse papel atribuído ao passado: compreender como a dimensão temporal do passado é entendida por uma sociedade, ou seja, como a produção historiográfica local elabora essa relação do Espírito Santo com seu passado. Assim, consideramos que a historiografia local se apresenta como orientadora das interpretações sobre o Espírito Santo. Segundo Rüsen:

A historiografia pode ser caracterizada como processo da constituição da narrativa de sentido, na qual o saber histórico é inserido (mediante narrativa) nos processos comunicativos da vida humana prática. É nesses processos que o agir humano e a autocompreensão dos sujeitos se orientam pelas representações das mudanças temporais significativas.<sup>110</sup>

Para José Carlos Reis, Koselleck apresenta uma reflexão acerca da temporalidade, evidenciando que ao historiador interessa também a relação que, sempre, em seu presente, cada sociedade estabelece com o seu passado e o seu futuro. E, assim, nos permite compreender como tempos históricos específicos mantiveram relações diferentes com o seu passado.<sup>111</sup> Ao tratarmos de

<sup>107</sup> REIS, José Carlos. **História e Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 181

<sup>108</sup> Ibid., p. 30.

<sup>109</sup> RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.p.23.

<sup>110</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 43. Segundo Rüsen, a partir do momento em que a necessidade de orientação no tempo é dirigida ao pensamento sobre o passado, existe a definição de critérios de sentido. “São estes que regulam o trato reflexivo dos homens com seu mundo e consigo mesmos. Eles decidem como deve ser interpretada a mudança do homem e de seu mundo, a fim de que se deem orientações práticas da vida humana no tempo que tenham ‘sentido’, sem o que as carências de orientação não poderiam vir a ser satisfeitas.” RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 31.

<sup>111</sup> REIS, op. cit., p. 191-193.

representações do Espírito Santo vinculadas à emergência de uma leitura do passado local correspondentes ao discurso político da superação do atraso, consideramos que nosso desafio historiográfico viabiliza a compreensão de uma escrita da história espiritosantense observada em diferentes momentos, sua continuidade e seus deslocamentos. Estamos, portanto, considerando que a historiografia local, ao longo do tempo, mobilizou um universo de discursos e imagens sobre o Espírito Santo, positivas e negativas, ligadas, principalmente, ao desenvolvimento do Estado, socialmente reconhecidas e historicamente elaboradas, atribuindo um sentido ao passado local e colaborando com a produção da ideia de superação do atraso, fundamentando e legitimando seu uso político.

Para a compreensão dessa relação, ao longo do estudo acerca de nosso desafio historiográfico, cabe ainda questionarmos: quais as formas e as funções assumidas pelo saber histórico no Espírito Santo? Quais os sentidos se atribuíram (e se tem atribuído) ao passado local tendo em vista essa forma de se compreender o passado como algo negativo a ser superado? Em que momento podemos observar a emergência de uma narrativa histórica local em correspondência com o discurso político da superação do atraso?

Estamos diante de um duplo exercício que define o que propomos como “desafio historiográfico do Espírito Santo”: a) primeiramente, realizar uma história da historiografia, em termos de compreender a emergência e o percurso de um modelo de explicação e narrativa do Espírito Santo, que denominamos de narrativas históricas da superação do atraso; b) e, diante de sua permanência, analisar como se apresenta atualmente a escrita da história do Espírito Santo, em suas continuidades e descontinuidades, e, conseqüentemente, em função dos embates que as mudanças historiográficas estabeleceram com interpretações cristalizadas e seus usos políticos.

Em relação ao primeiro aspecto do “desafio historiográfico”, ressaltamos que a abordagem do estudo sobre a história da historiografia não se limita ao encadeamento dos modelos de narrativa histórica expostos temporalmente. Segundo Lúcia Maria Guimarães:

Ao invés de construir uma genealogia do saber histórico, creio ser mais proveitoso buscar relações e tecer comparações; jogar luz sobre rupturas, sem negligenciar as continuidades, o que implica estabelecer linhagens e ao mesmo tempo identificar posições isoladas; identificar focos de tensão e evidenciar pontos de confluência; mapear zonas de conflito e acompanhar deslocamentos.<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 32.

Entendemos, nessa perspectiva, que produzir uma história da historiografia significa realizarmos uma análise crítica do saber histórico no Espírito Santo, compreendendo as questões que envolvem a produção do conhecimento histórico que podem ser em termos de “teorias, métodos, perspectivas e os produtos resultantes do ofício dos historiadores,” inserindo obras e autores nos sucessivos contextos historiográficos, sociais e intelectuais.<sup>113</sup> Nesse sentido, consideramos que podemos compreender a emergência e a trajetória de um modelo de interpretação do passado e de narrativa do Espírito Santo, que se vincula à perspectiva de superação do atraso presente no ideário político local.

Para tal, identificamos historiadores e obras que, reconhecidamente, “narram” a história do Espírito Santo e colaboram para entendermos o percurso de um modelo explicativo e das formas de narrá-lo. Segundo Godoy:

[...] pode-se dizer que uma das contribuições mais interessantes dos estudos de historiografia se referem à pretensão de leitura e avaliação das obras dos historiadores enquanto documento, ou seja, como indício ou testemunho de dimensões variadas da realidade e do acontecer humano. Trata-se da tentativa de submeter os escritos dos historiadores aos procedimentos de crítica, aos quais, frequentemente, estes mesmos historiadores submetem seus materiais de investigação.<sup>114</sup>

Perante esse “desafio historiográfico”, identificamos e selecionamos obras que elaboraram um roteiro de escrita da história do Espírito Santo. *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira; *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes; *O Espírito Santo é Assim*, de Neida Lúcia de Moraes; e *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*, de Gabriel Bittencourt, compõem o conjunto de obras que analisamos e denominamos como narrativas históricas da superação do atraso, preocupadas com a “formação” do Espírito Santo e seu desenvolvimento e surgem a partir da segunda metade do século XX, nos permitindo compreender a trajetória da escrita da história local.

Assim, alcançamos o segundo exercício desse “desafio historiográfico.” Nessa análise crítica acerca do percurso do saber histórico sobre o Espírito Santo, se faz necessário avaliar a historiografia na contemporaneidade. Afinal, por um lado, observamos a recorrência ao uso do passado no discurso político sobre o desenvolvimento do Estado, bem como a permanência de

<sup>113</sup> MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Apresentação. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 9.

<sup>114</sup> GODOY, João M. T. de. Alguns desafios dos estudos de historiografia. **Projeto História**, São Paulo, n.41, 2010.p. 197.



leituras que definem uma relação com o passado vinculada à noção de superação do atraso. Por outro, identificamos na atualidade, um conjunto de interpretações historiográficas que se encontram em oposição às representações históricas do desenvolvimento do Espírito Santo elaboradas pelos autores anteriormente apresentados. Assim, estamos reconhecendo que o nosso desafio se insere em um contexto histórico-cultural em que se manifestam narrativas concorrentes e conflitantes. A produção acadêmica<sup>115</sup> recente da historiografia sobre o Espírito Santo, sob uma nova perspectiva de leitura do passado e do fazer historiográfico, possuiu um conjunto de trabalhos que passou a problematizar e relativizar um modelo de interpretação histórica estabelecido.<sup>116</sup>

O próprio desafio historiográfico do Espírito Santo aqui proposto assume o caráter de sua função crítica e atual. Segundo Horst Walter Blanke, podemos distinguir duas funções principais numa abordagem da história da historiografia: uma função afirmativa e a função crítica. Para ele, a primeira volta-se para a “afirmação da ideologia oficial” e caracteriza-se como “um importante, senão o mais importante, aspecto da reconstrução histórica.”<sup>117</sup> A segunda função caracteriza-se em oposição ao conceito de afirmação, pois é “o esforço de escrever a história da historiografia com a intenção de criticar princípios ideológicos: o objetivo é superar criticamente visões de mundo e posições políticas.”<sup>118</sup> De acordo com Marc Ferro, “controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente.”<sup>119</sup> Assim, o desafio historiográfico do Espírito Santo nos remete ao que o autor argumenta como função política e social da história que não se encontra apenas na legitimação, mas também, na produção de conhecimento que contribui “igualmente, para melhor desvendar as armadilhas dos discursos normativos e

---

<sup>115</sup> A produção acadêmica recente a que nos referimos envolve o conjunto de trabalhos historiográficos elaborados, principalmente, a partir do departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), abrangendo pesquisas de diferentes historiadores. As revistas ligadas ao departamento e o Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas tem fomentado e divulgado uma produção historiográfica que colabora na desconstrução de concepções cristalizadas acerca do Espírito Santo.

<sup>116</sup> Rüsen sobre a historiografia que ele denomina como crítica: “A historiografia crítica apresenta uma experiência histórica que problematiza e relativiza o modelo precedente de interpretação histórica, abalando os fundamentos de sua plausibilidade.”; RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 56. Cabe ressaltar que, ao longo da tese, no exercício de análise das obras pesquisadas, recorreremos a essa produção acadêmica recente que fundamentará a nossa abordagem numa perspectiva crítica.

<sup>117</sup> BLANKE, Horst W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 32.

<sup>118</sup> Ibid., p.34.

<sup>119</sup> FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 1. De acordo com o autor, “não só o Estado e o político colocam a história sob vigilância. “Também o faz a sociedade, que, por sua vez, censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma.” Ibid., p. 1.

ideológicos de qualquer propaganda, de qualquer publicidade, quer emanem de uma Igreja ou de uma empresa, quer de um poder ou de um partido.”<sup>120</sup>

Enfim, é no embate que envolve a produção historiográfica atual que o desafio historiográfico do presente trabalho se insere. Segundo Horst Blanke, uma das funções da história da historiografia é aquela que a enxerga "tendo uma função exemplar, no sentido de oferecer material ilustrativo para a reflexão teórica.”<sup>121</sup> Ao construirmos o desafio historiográfico do Espírito Santo, propomos uma análise sobre a construção de modelos paradigmáticos de compreensão do Espírito Santo no presente e no passado, selecionando obras e entendendo a historiografia, e o nosso próprio trabalho, como resultado de uma prática cultural<sup>122</sup>, que se insere nas preocupações em se interpretar e qualificar o Espírito Santo. Com isso, essa exemplaridade presente em nosso desafio historiográfico surge com o propósito de servir de análise reflexiva sobre a escrita da história espiritosantense. Correspondendo o que afirma Godoy:

Acredito que seja consensual o valor instrumental dos estudos de historiografia, não como fim em si mesmo, mas como instrumento de aperfeiçoamento e avanço do próprio conhecimento histórico. Apresenta-se como um exame de consciência e crítica autocorretiva do instrumental que define o ofício dos historiadores. No sentido mesmo de verificar suas possibilidades e limites. Não para atender as necessidades puramente internas ou identitárias da área de história, mas para que o conhecimento histórico dê conta, de maneira mais satisfatória, das demandas que a própria sociedade coloca para a ciência na definição e entendimento de seus problemas fundamentais.<sup>123</sup>

O desafio, portanto, é o de analisar numa perspectiva crítica uma forma de narrar o Espírito Santo e a construção de um enredo histórico associado à sua trajetória de formação e desenvolvimento. Temos a proposta de deslegitimar, de se posicionar contra o lugar sacralizado do atraso na sociedade espiritosantense e suas implicações na forma de interpretar períodos,

<sup>120</sup> FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 2-3.

<sup>121</sup> BLANKE, Horst W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 35.

<sup>122</sup> Entendemos dessa maneira pois reconhecemos que nosso trabalho encontra-se inserido no debate de interpretações sobre o Espírito Santo. RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 16. Ainda, segundo ele, é necessário reconhecer esse caráter reflexivo do conhecimento histórico e da teoria da história: “Os que buscam elaborar tal teoria – ou seja, esforçam-se por descobrir o que há de fundamental no pensamento histórico e sua pretensão de racionalidade – veem-se confrontados com a forte desconfiança dos que justamente se consideram produtores desse pensamento histórico [...]. A teoria da história, num primeiro momento, incomoda-os, pois convida-os a voltar suas vistas dos conteúdos do passado que examinam para si próprios (autorreflexão). Passa-se com eles algo parecido com o que ocorre com aqueles que querem saber o que fazem quando dormem e, com isso, acabam insones.” RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 16.

<sup>123</sup> GODOY, João M. T. de. Alguns desafios dos estudos de historiografia. **Projeto História**, São Paulo, n.41, 2010. p. 212.

fatos e personagens históricos. Um desafio historiográfico, numa perspectiva crítica, portanto, no sentido de desconstruir a tradição que reforça um lugar negativo e que instituiu verdades naturalizadas a respeito do Espírito Santo no passado, que podem favorecer ou estar afinadas com discursos e projetos políticos.

Sendo assim, buscaremos agora compreender em que condições emergiram a formação dessa narrativa histórica do desenvolvimento do Espírito Santo e, conseqüentemente, desse modelo explicativo da superação do atraso na historiografia, bem como suas implicações na representação do passado do Espírito Santo.

## 2. CAPÍTULO II: O SENTIDO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO: O ESPÍRITO SANTO NO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA E A NARRATIVA HISTÓRICA DO PROGRESSIVO DESENVOLVIMENTO.

A proposta de um desafio historiográfico do Espírito Santo busca elucidar a construção de modelos paradigmáticos de compreensão do Espírito Santo capazes de orientar e fundamentar o discurso da superação do atraso, no que tange a produção de narrativas históricas, essenciais na formulação de um passado satisfatório ao discurso político. O propósito desse capítulo é analisar a emergência de uma narrativa histórica da superação do atraso do Espírito Santo a partir da década de 1960 que denominamos de *narrativa histórica do progressivo desenvolvimento*.

Argumentamos que o discurso da superação do atraso foi instituído a partir da década de 1960 no Espírito Santo e foi constituído tanto por sua matriz política como historiográfica. Estamos considerando-o como um discurso fundador, pois, em suas diferentes matrizes, instituiu um sentido para o Espírito Santo. Segundo Orlandi, o discurso fundador instaura uma "tradição de sentidos", definindo um locus de interpretação. Instaura uma discursividade sobre o Espírito Santo, define "uma ordem discursiva sobre lugares e sujeitos"<sup>124</sup>, o que lhe permite criar um lugar particular na história e "reorganizar os gestos de interpretação."<sup>125</sup>

No que tange ao discurso político, correspondeu ao processo de implantação e legitimação de um projeto político-econômico de parte da elite política espiritosantense, que estabeleceu o sentido do progresso local a partir do desenvolvimento via industrialização. A sua matriz historiográfica, por sua vez, buscou produzir um sentido para a história do Espírito Santo, fundando um passado em consonância com as aspirações e expectativas de sua época. Essa dupla emergência de formas de narrar o Espírito Santo e a relação entre elas que analisamos a seguir.

### 2.1 O DISCURSO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO VIA INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.

Quando definimos que o discurso da superação do atraso inaugurou uma discursividade para o Espírito Santo, estamos considerando que sua vertente política configurou-se a partir da década

---

<sup>124</sup> ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador**: a formação do país e a identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993. p. 18.

<sup>125</sup> Ibid., p. 16.

de 1960 correspondendo ao processo de implantação e legitimação de um projeto político-econômico que caracterizou o período. Segundo Ueber Oliveira, a industrialização no Espírito Santo foi empreendida por uma parcela da elite urbano-industrial local que, após derrubar o governador Francisco Lacerda de Aguiar em 1966, conduziu ao poder, entre 1966 e 1979, três governadores biônicos (respectivamente, Christiano Dias Lopes Filho, Arthur Carlos Gehardt e Élcio Álvares) responsáveis pela inauguração e consolidação desse projeto industrializante.<sup>126</sup> Nesse período, constituiu-se um conjunto de referências acerca do Espírito Santo associado ao atraso econômico e sua superação. O discurso oficial buscou avaliar, qualificar e explicar tanto a condição do Espírito Santo como o próprio projeto de industrialização, o que permitiu a definição de um discurso da superação do atraso.

Marta Zorzal identifica o segundo governo de Carlos Lindenberg (1959), mesmo sendo representante de uma elite política agromercantil, como o momento de surgimento de um ideário desenvolvimentista no Espírito Santo associado à industrialização que efetivar-se-ia apenas na década de 1970. Configurou-se, nesse período, um núcleo de forças políticas em torno do projeto de industrialização acelerada que ocorria a nível nacional. Por meio da recém criada Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), essas forças articularam meios de dinamizar a economia local e a buscar formas de inserir o Estado nas áreas consideradas mais desenvolvidas do país.<sup>127</sup> Em meados da década de 1960, uma das questões que envolviam o jogo de forças políticas no Estado, segundo ela, era justamente o contraste entre o “novo” e o “velho”. As questões acerca do desenvolvimento econômico surgidas durante o governo Lindenberg permitiram, assim, a emergência do debate em torno da questão do desenvolvimento (versus subdesenvolvimento) do Espírito Santo.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013. p. 39.

<sup>127</sup> SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. 1986. 798 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração Pública). Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986. p. 572-573.

<sup>128</sup> Ibid., p. 653-654. Nas conclusões de seu trabalho, a autora assim caracteriza esse período: “[...] tanto a nível das estruturas como a nível das práticas sociais as contradições oriundas das defasagens do desenvolvimento capitalista no Espírito Santo foram exacerbadas. Com isso os contrastes entre moderno e tradicional, ou entre novo e velho, assumiram o centro da cena política. Esse processo aliado ao maior potencial de articulação das forças industriais emergentes, as quais desde o Governo Jones vinham buscando articular formas de inserir o Espírito Santo no processo de industrialização, que se realizava a nível nacional, imprimiu uma nova dinâmica a ação governamental, em curso. [...] Assim, advogando que era preciso desenvolver para sobreviver Carlos Lindenberg reorienta o sentido que vinha sendo impresso à política de desenvolvimento regional, marcando a intersecção dos efeitos do desenvolvimentismo econômico na via conservadora de desenvolvimento que se realizava no Espírito Santo.” Ibid., p. 761-762.

Rocha e Morandi, ao analisarem a forma como o Espírito Santo foi inserido nas políticas regionais de desenvolvimento econômico entre as décadas de 1960 e 1970 argumentam que a forma de conceber as desigualdades regionais no país foi orientada pela concepção cepalina de desenvolvimento econômico. O binarismo centro-periferia e desenvolvido-subdesenvolvido, denominações referentes às desigualdades entre os países em relação ao desenvolvimento econômico capitalista, estiveram presentes nos diagnósticos e reflexões acerca das políticas de industrialização dos países latino-americanos, observada como caminho necessário para superar o subdesenvolvimento e a dependência em relação aos países considerados desenvolvidos.<sup>129</sup>

Segundo os autores, o pensamento cepalino colaborou para o desenvolvimento de uma conscientização política sobre as desigualdades regionais no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade de promover as regiões consideradas atrasadas em relação ao desenvolvimento dos estados da região Centro-Sul. Seguindo a lógica centro-periferia, tornou-se necessário desenvolver a industrialização das regiões periféricas do país a partir da intervenção estatal mediante a criação de políticas econômicas específicas.<sup>130</sup> A região Nordeste, por exemplo, passou a ser encarada como área prioritária para a intervenção do Governo Federal. O Espírito Santo, por sua vez, continuou atrelado à região Centro-Sul na redefinição da geografia econômica do país, o que não o permitiu ter acesso a essas políticas.<sup>131</sup>

Desse modo, a preocupação com o lugar ocupado pelo Espírito Santo e a política de desenvolvimento regionais no Brasil orientaram as estratégias das elites dirigentes locais voltadas para a implementação de um projeto de industrialização do Estado. Os discursos governamentais sobre o desenvolvimento local foram construídos, principalmente, no conjunto de documentos oficiais elaborados nesse período.<sup>132</sup> Neles, identificamos os “diagnósticos do

---

<sup>129</sup> ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo**. 2.ed. Vitória: Espírito Santo em Ação. 2012. p. 51-52.

<sup>130</sup> Ibid., p. 53-54.

<sup>131</sup> Ibid., p. 57.; SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. 1986. 798 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração Pública). Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986. p.581.

<sup>132</sup> Para compreendermos a emergência desse discurso oficial da superação do atraso e, conseqüentemente, a imagem atribuída ao Espírito Santo, analisamos diferentes documentos produzidos pelos órgãos do governo do Espírito Santo nas décadas de 1960 e 1970. Os documentos aqui citados foram: ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966.; ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969.; BANDES. **Aspectos fundamentais da política econômica do Espírito Santo**. Vitória, ES: MEC, 1971.; ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967/1971 (Dias Lopes). **Desafio e resposta: desenvolvimento do Estado do Espírito**

atraso” e “prognósticos de superação” que moldaram as interpretações de Espírito Santo.<sup>133</sup> Nesse sentido, definiram uma representação do Estado a partir de sua especificidade no contexto econômico brasileiro: por um lado, demarcaram o Espírito Santo como marginalizado e ocupando o lugar do atraso; por outro, ao longo das décadas de 1960 e 1970, instituíram o discurso da superação do atraso, via industrialização.

Iniciamos nossa análise pelo do “diagnóstico do atraso”, elaborado em função da necessidade de inserção de um Estado que se encontrava à margem. O documento *Diagnóstico para o planejamento econômico do Estado do Espírito Santo*, de 1966, apresentou o propósito de possibilitar “uma visão ampla e global da economia do Espírito Santo, seus problemas e potencialidades.”<sup>134</sup> Já o intitulado *Um Estado em marcha para o desenvolvimento*, de 1969, apresentava-se como “uma tomada de consciência”<sup>135</sup> sobre a condição do Estado e, por isso, pretendia-se portador de “amplo diagnóstico da problemática estadual.”<sup>136</sup>

Esse conjunto de informações acerca dos problemas do Espírito Santo definiu seu lugar em relação aos estados considerados à época como desenvolvidos economicamente. Sua posição foi definida por meio da lógica inserção-marginalização. O diagnóstico de 1966 apontava “os meios para corrigir a relativa marginalização a que o Estado se viu colocado, diante do principal centro dinâmico do país, em cuja área geoeconômica ele se situa.”<sup>137</sup> O objetivo, portanto, era traçado em função dessa necessidade de agregar o Espírito Santo a outras economias estaduais consideradas mais dinâmicas por meio de atividades econômicas que

---

Santo, 1967/1970. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.; ESPIRITO SANTO (ESTADO)/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Diagnóstico e perspectiva da economia do Espírito Santo**. Vitória, 1975.

<sup>133</sup> O documento “Um Estado em marcha para o desenvolvimento” apresentou a estratégia de caracterizar a imagem do Espírito Santo: “Através de conferências, entrevistas, reportagens, publicações, estudos, temos procurado projetar imagem autêntica, o que tem facilitado a compreensão de nossos problemas. E conseguimos criar um clima favorável do Espírito Santo junto ao Governo Federal.” ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 28.

<sup>134</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 3.

<sup>135</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 2.

<sup>136</sup> Os diagnósticos estavam de acordo com o que se considerava o lugar e a necessidade do Espírito Santo: “Especialmente nas regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, em que os problemas, dificuldades e deficiências, a serem transpostas possuem razoável semelhança, é comum a montagem de planos baseados em elementos, dados e informações genericamente conhecidos. E o plano de Governo, então, limitar-se-á a documento sintético, que não vai além da justificativa [...]. Assim não é, porém, quando o plano de Governo resulta indicações colhidas de amplo diagnóstico da problemática estadual. Foi essa a nossa opção, no Espírito Santo. Entendemos que não bastava simplesmente conhecer e localizar problemas do Estado. Era preciso conhecê-los em nível de análise e diagnóstico[...].” Ibid., p. 7.

<sup>137</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 4-5.

integrariam o Estado em setores nacionais de maior dinamismo. É essa preocupação, aliás, que nos levará, em cada caso, a estudar as potencialidades dinâmicas do Estado no contexto nacional. Um programa formulado segundo as diretrizes aqui expostas, deveria, idealmente, partir do plano adotado para o conjunto do país, identificar nele os setores de maior crescimento, passando, em seguida, ao estudo das possibilidades locais em ingressar em tais setores.”<sup>138</sup>

O Espírito Santo passou a ser entendido como “área atrasada, ou de fraco dinamismo” que melhoraria “sua posição relativa” se conseguisse ter suas atividades incorporadas “a setores de elevado dinamismo.”<sup>139</sup> O desenvolvimento foi orientado dentro da perspectiva da superação de uma marginalização em relação à centralidade de outros Estados. Segundo o documento *Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo*:

Nossa proposta no sentido de desenvolvimento, a longo prazo, ao Estado consiste, em última análise, na tentativa de quebrar de uma vez por todas seu relativo isolamento, integrando-o firmemente, na área economicamente mais dinâmica do país.<sup>140</sup>

Demarcava-se um lugar de atraso do Espírito Santo. O critério de avaliação fundamentado na relação desenvolvido *versus* subdesenvolvido foi apropriada para avaliar a condição do Estado. O discurso político atribuiu ao Espírito Santo uma condição de “atraso relativo.” Residia nela, inclusive, a especificidade local, justificativa para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento.

O documento de 1966 apresentava o seguinte questionamento: "Estamos diante de uma região subdesenvolvida do ponto de vista do conjunto do país ou seu atraso existe apenas relativamente

<sup>138</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 4. A preocupação com a integração do Estado associava-se à busca por superar entraves que prejudicavam o potencial local: “A paralisação total ou a enervante lentidão das obras da BR-101 e BR-262 representavam, ao assumirmos o Governo, um dado importante de nossas dificuldades. A primeira dela tem o destino de abrir o Espírito Santo aos mercados em crescimento do Nordeste, para onde poderão ser exportados, em condições competitivas, nossos produtos agrícolas, que não conseguem disputar os mercados do sul.[...] Em 'Estudo Preliminar de Polarização da Rede Urbana Brasileira', do Ministério do Planejamento, a ação integradora da BR-101 e da BR-116 foi apontada como um dos fatores de polarização do Rio de Janeiro sobre a macrorregião de sua influência, na qual se inserem os sub-centros de Campos, Vitória, Juiz de Fora, Governador Valadares e Teófilo Otoni. Na medida, pese em que a importante rodovia (BR-101) continuasse parada na fronteira com a Bahia, depois de já ter feito a ligação asfáltica de Vitória com o Rio de Janeiro, menores se tornaram as perspectivas de fortalecimento da micro área de Vitória, para atenuar nossa dependência em relação do Rio de Janeiro.[...] Da mesma forma, a paralisação da BR-262 contribuía para o estrangulamento de nossas possibilidades, porque distanciava nosso Porto das extraordinárias perspectivas que seu 'hinterland' oferece, sem falar na sua significação para o desenvolvimento do turismo no Estado.” ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 21.

<sup>139</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 3.

<sup>140</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 152.



às áreas mais prósperas do Centro-Sul?”<sup>141</sup> Existia, portanto, a necessidade de classificá-lo em função dos estados considerados desenvolvidos. De acordo com o documento *Um Estado em marcha para o desenvolvimento* o Espírito Santo era um “Estado ilhado.” Apresentava “uma economia preponderantemente embasada nos resultados da agricultura”, e não conseguiu, segundo esse diagnóstico, “acompanhar, sequer de longe, o desenvolvimento industrial do eixo Rio - São Paulo, registrado nos últimos quinquênios.”<sup>142</sup> Nessa relação, a industrialização, projeto de desenvolvimento a ser implementado, constituía o fator de comparação e definição do lugar do Espírito Santo:

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o valor da renda gerada pela Indústria já ultrapassa, largamente, o da Agricultura. Do ponto de vista da evolução industrial acham-se, pois, esses Estados à frente do conjunto do País onde a produção agrícola supera à industrial. [...] O importante é que, mesmo relativamente à Minas Gerais, o Espírito Santo apresenta-se como altamente agrícola.[...] A conclusão final de nossa análise é de que o Espírito Santo, sem poder ser classificado entre os Estados subdesenvolvidos do Brasil, acha-se, todavia, em situação desvantajosa dentro da área tida como desenvolvida. Colocando a questão de forma ligeiramente diferente poderíamos dizer que, sem ser subdesenvolvido na escala nacional, nosso Estado deveria receber essa classificação se levasse em conta a região situada da Bahia para o Sul. Trata-se, portanto, de uma unidade da federação que não participa suficientemente do impulso dinâmico do Centro Sul.”<sup>143</sup>

Residia nesse critério de avaliação a classificação do Espírito Santo na condição do “atraso relativo.” Na lógica do desenvolvimento via industrialização, ou seja, “do ponto de vista da área mais desenvolvida do Brasil a situação do Estado” era, “portanto, nitidamente desfavorável.”<sup>144</sup> Por isso, encontramos no documento *Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo*, de 1966, “a finalidade básica das medidas sugeridas” para o Espírito Santo que tinham como propósito “arrancá-lo dessa situação indefinida, integrando-o, de uma vez por todas, na área geoeconômica de maior desenvolvimento do país.”<sup>145</sup>

<sup>141</sup>ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 7.

<sup>142</sup>ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 193.

<sup>143</sup>ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 9.

<sup>144</sup>ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 8.

<sup>145</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 223.

A caracterização do "diagnóstico do atraso", evidenciando a especificidade do Espírito Santo, correspondia à justificativa e à legitimação de um determinado projeto de sociedade.<sup>146</sup>

Segundo Ueber Oliveira:

um projeto de desenvolvimento que fosse capaz de prospectar vantagens junto às esferas nacionais e internacionais, no sentido de recuperar a economia capixaba e, por outro, dar saltos qualitativos em termos desenvolvimentistas. Foi nesse momento de industrialização, via instalação dos chamados Grandes Projetos de Impacto, que ocorreu a confluência histórica entre os projetos de desenvolvimento do Espírito Santo e dos governos militares. Nesse sentido, ficou evidenciado que houve uma movimentação deliberada, por parte da parcela urbano-industrial das elites regionais, na intenção de adequar e fazer confluir os respectivos projetos desenvolvimentistas.<sup>147</sup>

Nesse contexto, de acordo com Rocha e Morandi, a industrialização como caminho no Espírito Santo passou pela ação do Estado que ganhou um papel preponderante na condução desse processo.<sup>148</sup> A elite política espiritosantense traçou estratégias de negociação para viabilizar os interesses do grande capital. Alinhando-se à política de desenvolvimento do Governo Federal os dirigentes locais entendiam que essa correspondência com os objetivos da política nacional possibilitaria a almejada inserção econômica do Espírito Santo no contexto econômico brasileiro, por meio da viabilização dos investimentos privados estrangeiros direcionados para o Estado. O que, por sua vez, foi concretizado ao longo da década de 1970 com a implantação dos Grandes Projetos Industriais.<sup>149</sup>

Nesse processo, a instituição de um novo modelo de desenvolvimento local destituiu a economia agrária enquanto legitimou a via industrializante para o Espírito Santo. No conjunto de documentos que denominamos de "diagnósticos do atraso" e "prognósticos da superação", observamos que a industrialização como caminho de superação do atraso foi identificada em oposição ao setor agrícola. De acordo com o estudo presente no documento *Um Estado em marcha para o desenvolvimento*, a indústria deveria impulsionar o desenvolvimento:

Ao estudarmos a estrutura industrial do Espírito Santo, em primeiro lugar, ter-se bem presente que o setor é relativamente pouco importante no conjunto do Estado. A

<sup>146</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 19-21.

<sup>147</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013. p. 319.

<sup>148</sup> ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria**: a transição no Espírito Santo. 2.ed. Vitória: Espírito Santo em Ação. 2012. p. 67.

<sup>149</sup> LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo**: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983). 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 39-40.

produção agrícola é cerca de cinco vezes maior à industrial. Não obstante, é indispensável um exame cuidadoso desse setor porque [...] uma política de desenvolvimento do Estado deverá conceder especial importância à ampliação desse tipo de atividade.<sup>150</sup>

A condição de atraso do Espírito Santo foi associada, sobretudo, à crise da economia cafeeira. Ao propor a confluência de interesses entre as elites locais e o governo militar no que tange o desenvolvimento econômico, Ueber Oliveira argumenta que a industrialização foi possível a partir do colapso da estrutura agrária local com a crise do café.<sup>151</sup> Segundo o documento *Aspectos fundamentais da política econômica do Espírito Santo*, de 1971:

A análise do comportamento da economia do Espírito Santo no período 1962/1969 revela que a taxa de expansão da renda interna [...] poderia ter sido apreciavelmente mais alta, não fosse o fraco desempenho do setor agrícola, especialmente do subsetor lavouras. [...] A causa disso é bem conhecida: o persistente declínio da lavoura de café, ao lado de uma ausência de diversificação relevante das atividades daquele subsetor.<sup>152</sup>

A crise do café orientou a definição da industrialização como caminho de superação do atraso. No entanto, como defende Raquel Daré, a ideia de crise<sup>153</sup> tornou-se hegemônica nesse período. Assim, segundo ela, a construção da noção de crise constituiu o discurso desenvolvimentista vinculado ao projeto político-econômico implantado a época<sup>154</sup> e, conseqüentemente, compôs a representação do atraso do Espírito Santo. Diante dessa dicotomia atraso *versus* desenvolvimento, representado nos pólos agricultura/industrialização, instituiu-se as estratégias

<sup>150</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 18. A industrialização consolidar-se-ia em detrimento dos considerados setores tradicionais da economia espiritossantense. É o que evidencia o documento de 1966: "Não há, enfim, nenhuma possibilidade de vir o Espírito Santo, nos próximos anos, intensificar o seu desenvolvimento baseado em seus produtos tradicionais, sujeitos às flutuações permanentes da sua procura e de seus preços. Mesmo porque, sendo o Estado de base predominantemente agrícola e com as perspectivas pouco animadoras de seus produtos tradicionais, nestes não poderá fazer repousar uma política de desenvolvimento de sua economia." ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 96.

<sup>151</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013. p.151-155.

<sup>152</sup> BANDES. **Aspectos fundamentais da política econômica do Espírito Santo**. Vitória, ES: MEC, 1971. p. 24.

<sup>153</sup> DARÉ, Raquel. **A "crise" do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. A autora analisa a produção e a circulação da ideia de crise da economia cafeeira na década de 1960 no Espírito Santo. Segundo ela, o discurso sobre a crise do café foi basilar na ideologia desenvolvimentista das décadas de 1960 e 1970 no Estado. No estudo, Raquel Daré amplia sua abordagem para os estudos acadêmicos sobre a economia do Espírito Santo que, em fins da década de 1970 até meados de 1980, colaboraram com a circulação da ideia de crise e que, segundo ela, deram um estatuto de verdade à ideia de crise cafeeira.

<sup>154</sup> Ibid., p. 45-60.

para a consolidação desse projeto de Espírito Santo. Nesse sentido, a implantação da política desenvolvimentista, segundo Rocha e Morandi:

apontava o setor industrial como o único capaz de soerguer a economia capixaba, com destaque para siderurgia, atividades florestais, indústrias produtoras de insumos básicos para a construção civil, indústria de café solúvel, além de frigoríficos; por outro lado, concluiu que o livre jogo das forças de mercado não seria suficiente para provocar a recuperação. A ação do Estado teria um papel primordial, principalmente com a criação de um mercado de capitais “cativo”, ou seja, do sistema de incentivos fiscais.<sup>155</sup>

De acordo com os autores, foi criada uma frente de ação pelo Governo estadual e seus órgãos para “transformar o Espírito Santo em uma região merecedora dos tão almejados incentivos fiscais.”<sup>156</sup> Seguindo essa estratégia política, o Governo estadual criou as condições infraestruturais e passou a “vender” a imagem do Espírito Santo, em busca da atração desses investimentos.<sup>157</sup> Os “diagnósticos do atraso” dividiram espaço com os “prognósticos da superação”. Analisando os documentos, identificamos que a construção da imagem do atraso foi associada à representação do Espírito Santo em vias de superação do atraso.<sup>158</sup>

<sup>155</sup>ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo**. 2.ed. Vitória: Espírito Santo em Ação. 2012. p. 67.

<sup>156</sup>Ibid., p. 68.

<sup>157</sup>LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)**. 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 43-44. A autora ressalta o discurso de posse do governador Arthur Gerhardt no qual o governador enfatizava: “[...] a necessidade de se montar um esquema de atração de investimentos. Fizemos isto, utilizando como ‘capital inicial’ o Porto de Vitória e a Companhia Vale do Rio Doce. Logo após a minha posse, em conversa com o então Ministro Delfim Neto, reforcei ainda mais a minha posição com referência aos investimentos externos, quando definimos que o Espírito Santo só poderia ter um processo de demarcação econômica, com a realização de um projeto de igual ou maior envergadura que a Companhia Vale do Rio Doce. Isto porque ela ficava isolada no panorama econômico do estado e seu efeito multiplicador era, portanto, insuficiente para dinamizar a economia nos níveis desejados. [...] Conseguimos, assim, trazer recursos de fora, não só no setor privado, mas também no público, viabilizando a filosofia administrativa que pretendíamos imprimir a este período de governo. Para termos investimentos maciços, precisamos mostrar que aqui se estava e está operando um trabalho sério. Conquistamos, desse modo, a confiança do Governo Federal. [...] Como consequência desta participação, diversos foram os programas estaduais que puderam ser executados em várias áreas: primeiro, na área agrícola, seguida das áreas de energia, siderurgia, telecomunicações, água, saneamento, entre outras.” SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. As reivindicações se tornaram realidade. In: BANDES. As etapas do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo. Vitória, 1975 apud LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)**. 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 44.

<sup>158</sup> Assim encontramos a estratégia política no documento de 1969: “Aos primeiros contatos que mantivemos, em razão da nossa eleição para Governador, para tratar com órgãos da administração federal, de problemas do Estado, verificamos que em áreas importantes de vários desses órgãos, havia um desconhecimento inexplicável e injustificável sobre o Espírito Santo. O que dificultava extremamente as conversações e a apresentação dos problemas do Estado. [...] Talvez, ainda, pudesse que o Espírito Santo sempre fosse muito modesto no querer: pedir em lugar de reclamar.” ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 13-14.

Segundo Rocha e Morandi, o Espírito Santo "não conseguiu, em nenhum momento, se desvencilhar de sua inserção na região mais dinâmica do país, ficando à margem dos contornos regionais periféricos."<sup>159</sup> O Estado não foi contemplado pela política de benefícios fiscais elaborada pelo Governo Federal, como por exemplo, a que instituiu em 1959 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O “relativo atraso” que caracterizou o Espírito Santo nos discursos sobre o desenvolvimento econômico local se referiam exatamente a essa impossibilidade a qual o Estado esteve sujeito, pois permaneceu vinculado à região Sudeste, sendo considerado, como observamos, marginalizado, periférico e atrasado em relação aos demais estados dessa região.<sup>160</sup> Assim, o caminho para a inserção do Espírito Santo passava pela política de incentivos fiscais para o capital privado:

Esse esforço, estamos convencidos, poderá criar por certo condições para o desenvolvimento, mas não conseguirá, senão muito fracamente, motivar o empresariado a investir no Espírito Santo, achatado economicamente entre o poderoso complexo industrial ao Sul e a política de incentivos da SUDENE, ao Norte. Entre investir no Espírito Santo correndo o risco da competição com o complexo industrial do eixo Rio-São Paulo, já senhor dos mercados e a tranquilidade de investir no Nordeste, em seu nome, o que teria de pagar ao Governo Federal como imposto sobre a renda, não há empresário que vacile quanto a segunda alternativa. [...] Diante desta realidade, convenceu-se o Governo Estadual que deveria lutar para que o Governo Central, considerando as especialíssimas peculiaridades de nossa crise, institísse um sistema de incentivos para os investimentos em território capixaba. [...] Esta tem sido a batalha mais difícil [...]. Mesmo assim, continuamos trabalhando e confiando. Pois esta será a chave de nossa grande oportunidade.”<sup>161</sup>

De acordo com Gabriel Bittencourt, tornou-se praticamente uma espécie de slogan local à ideia de que o Estado seria um “Nordeste sem Sudene”. Ela tornou-se argumento da elite política espiritosantense em sua estratégia de sensibilização do Governo Federal afim de que o Espírito Santo fosse beneficiado com a política federal de distorções regionais a partir da criação de pólos industriais nessas regiões consideradas atrasadas<sup>162</sup> e compreendidas como sem condições de impulsionar seu desenvolvimento de forma autônoma.<sup>163</sup> A estratégia em

<sup>159</sup> ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo**. 2.ed. Vitória: Espírito Santo em Ação. 2012. p. 57.

<sup>160</sup> Ibid., p. 57-58.

<sup>161</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 44.

<sup>162</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Vitória: DEC, 1987. p. 205.

<sup>163</sup> A industrialização como via de superação do atraso surgia com a necessidade de investimentos para além da insuficiente esfera estadual: "A concessão da prioridade à Indústria resulta do fato de que somente se o Espírito Santo for bem-sucedido nesse setor dinâmico, poderá dar partida num surto rápido e duradouro de desenvolvimento, do tipo registrado hoje na Bahia. Cumpre, porém, reconhecer que a maioria dos investimentos reclamados para o atingimento dessa meta escapa à capacidade do Governo Estadual." ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 215; Reconhecia-se a necessidade de intervenção da esfera federal: "A conclusão

corresponder à política engendrada pelo governo federal permitiu a representação do Espírito Santo em busca pela superação do atraso:

Estamos convencidos de que a continuidade dessa campanha de esclarecimento e mais a luta titânica que se trava pela obtenção de uma política de incentivos fiscais para o nosso Estado, está podendo sensibilizar os homens de empresa no estabelecimento de indústrias no nosso Estado, que irão oferecer o resultado com o qual acelerar-se-á o processo desenvolvimentista do Espírito Santo.<sup>164</sup>

Os enunciados acerca do Espírito Santo ganharam referências que estabeleciam o sentido da superação. Analisando os documentos, identificamos, também, que, a partir da década de 1970, o Espírito Santo do atraso e da marginalização passou a ser representado a partir da expectativa de superação o que, instituiu, por sua vez, o processo de industrialização em curso como um marco para o Estado. Ou seja, o discurso da superação do atraso definia-se como um discurso fundador, instituindo um modo de dizer sobre o Espírito Santo assim como definia um lugar particular tanto para o Estado como para o projeto de industrialização.<sup>165</sup>

A partir da década de 1970, o desenvolvimento econômico local caracterizou-se pelo acelerado crescimento, impulsionado pela presença do grande capital, "em sua maioria de grandes grupos estatais e privados, tanto nacionais como estrangeiros."<sup>166</sup> Nesse sentido, a economia espiritossantense vinculava-se à dinâmica da economia brasileira a partir da presença de grandes grupos privados e estatais que, a partir de 1975, instalaram diversos projetos industriais, conhecidos como Grandes Projetos de Investimento.<sup>167</sup>

---

imediate, resultante do simples exame das aplicações federais e estaduais, é de que o Governo Federal, em todos os setores, tem um peso bastante superior ao do Estado. A possibilidade desse último influenciar, por si só, o desenvolvimento da sua área revela-se, portanto, relativamente pequena." **ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966. p. 198. O documento de 1971 também apresentava o diagnóstico de um Estado sem capacidade de investimento: "O que se observa, portanto, é que o Governo do Estado não tem conseguido gerar internamente recursos adicionais para incrementar investimentos, restando uma taxa de 2,0% que teria sido o seu esforço orçamentário próprio no período 1965/1968. [...] Em alguns anos as despesas excedem em muito as receitas, daí se originando fortes saldos negativos. [...] Em suma, o que se conclui, é que a geração de poupanças orçamentárias para investimento no Estado do Espírito Santo tem sido escassa, o que tende a levar a uma situação de dependências de recursos transferidos da União ou de endividamento mediante operações de crédito para financiar suas obras de investimento." **BANDES. Aspectos fundamentais da política econômica do Espírito Santo.** Vitória, ES: MEC, 1971.

<sup>164</sup>ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento.** s.l., 1969. p. 165.

<sup>165</sup> ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador: a formação do país e a identidade nacional.** Campinas: Pontes, 1993. p. 18-21.

<sup>166</sup> ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo.** 2.ed. Vitória: Espírito Santo em Ação. 2012. p. 114.

<sup>167</sup> Ibid., p. 136-142.

Diante desse contexto, observamos também que os documentos produzidos no período apresentaram o Estado em vias de superação do atraso. O documento *Desafio e resposta: desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, 1967/1970* foi apresentado pelo governador Christiano Dias Lopes Filho trazendo uma ideia de mudanças e expectativas acerca do Espírito Santo:

afirmei aos meus coestaduanos que minha administração seria marcada pelo sentido da mudança, mudanças nos métodos de trabalho, mudança nas atitudes frente aos problemas do Estado; mudança no comportamento diante das nossas potencialidades adormecidas, mudança na perspectiva de desenvolvimento de nosso Estado. [...] Em torno dessa obra – realizada por uma equipe de abnegados, idealistas e quase visionários – prevalece o julgamento de todo um povo, de toda uma gente que hoje acredita porque aprendeu a acreditar, que hoje vibra porque aprendeu a vibrar, que hoje realiza porque inauguramos a hora de realizar, que hoje cultiva a grandiosidade do futuro porque sente a grandeza do presente.<sup>168</sup>

Os “prognósticos de superação” surgiram exatamente dessas perspectivas de transformação do Espírito Santo a partir do processo de industrialização em curso adotado pelo Governo local:

Paralelamente ao esforço de aparelhamento institucional, o poder público capixaba empreendeu uma intensa campanha junto ao Governo da União buscando sensibilizar as autoridades Federais com vistas à crítica situação em que se encontrava a economia regional, e que estava a reclamar a adoção de medidas especiais que possibilitassem a reativação econômica do Espírito Santo. Tratava-se de uma velha reivindicação capixaba no sentido de que o Governo da República institucionalizasse um esquema de incentivos fiscais semelhantes aos que vigoram em outras áreas de baixo nível de desenvolvimento.”[...] A conquista dos incentivos fiscais, evidentemente, não resolve por si só o problema econômico do Espírito Santo. Deve-se reconhecer, entretanto, que sua contribuição nesse sentido é de elevada importância, o que pode ser avaliado pelos recursos até fins de 1970, no montante de mais de 9 milhões de cruzeiros aplicados na nossa industrialização. Foi, inegavelmente, uma grande conquista.<sup>169</sup>

A década de 1970 inaugurou os Grandes Projetos que foram apresentados como prognósticos da superação do atraso. Segundo o documento *Aspectos fundamentais da política econômica do Espírito Santo*, em 1971:

Pelo menos para o setor industrial pode-se dizer que as expectativas são otimistas. [...] O panorama seria totalmente modificado se os grandes projetos industriais ligados à siderurgia e celulose, o que se convencionou chamar de ‘enclave’ da economia capixaba, forem efetivamente implantados. Se as gestões em torno desses projetos forem aceleradas a entrada em operação dos mesmos seria feita por volta de 1974 e 1975. Esses projetos tem um prazo de maturação longo, de modo que os efeitos de

<sup>168</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967/1971 (Dias Lopes). **Desafio e resposta:** desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, 1967/1970. Rio de Janeiro: Artenova, 1971. p. 4.

<sup>169</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967/1971 (Dias Lopes). **Desafio e resposta:** desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, 1967/1970. Rio de Janeiro: Artenova, 1971. p. 10-11.

seus investimentos sobre a economia só seriam sentidos no final do período que aqui se analisa, ou seja, 1971/1975.<sup>170</sup>

A elaboração de uma imagem de Espírito Santo em vias de superação do atraso passou a ser construída a partir das expectativas de consolidação dos grandes empreendimentos industriais. Analisando o documento *Diagnósticos e perspectivas da economia do Espírito Santo*, de 1975, elaborado pelo Governo Elcio Álvares, identificamos precisamente a definição dos marcos de mudança acerca dos diagnósticos e prognósticos de Espírito Santo.<sup>171</sup> A imagem elaborada em torno do processo de industrialização em curso definia a transição de um Espírito Santo da marginalização para uma nova condição:

O Espírito Santo foi, até recentemente, um retardatário no processo de desenvolvimento econômico nacional. Embora, situado dentro da Região Sudeste, de cujo dinamismo tem dependido o crescimento da economia brasileira, o Espírito Santo ficou para trás, pouco se atenuando seus traços de região subdesenvolvida.<sup>172</sup>

Identificava-se, assim, um processo de mudança para uma nova condição:

[...] a economia local deu alento a um processo de industrialização que vinha se esboçando desde o início da década. [...] O início da década de 1970 foi marcado pela descoberta do Espírito Santo como localização privilegiada de grandes empreendimentos, de interesse de firmas nacionais e estrangeiras. Os chamados 'grandes projetos' de industrialização prometem modificar sensivelmente a fisionomia econômica do Estado nos próximos anos.<sup>173</sup>

O que o documento apresentava como o “advento dos Grandes Projetos” modificava o status do Estado:

A implantação dos chamados 'Grandes Projetos' consolida uma evolução que vem desde a década passada, evolução esta representada, sobretudo, pelo desenvolvimento extraordinário das atividades de exportação do minério de ferro e de produtos siderúrgicos pelo complexo portuário Vitória/Tubarão. O crescimento dessas atividades ensejou a construção de moderna infraestrutura econômica em torno da Grande Vitória (modernização portuária, telecomunicações e ligações energéticas com FURNAS), o que, aliado aos investimentos Federais em transportes nos últimos anos (duplicação ferrovia Vitória-Minas, construção das rodovias BR-262 e BR-101)

<sup>170</sup> BANDES. *Aspectos fundamentais da política econômica do Espírito Santo*. Vitória, ES: MEC, 1971. p. 61-62.

<sup>171</sup> Sobre o propósito do documento: “O presente diagnóstico tem por objetivo revelar a natureza e a eficácia do desempenho econômico recente, assim como a base de recursos produtivos sobre a qual se assentou esse desempenho. Delineados os antecedentes históricos, segue-se uma apreciação realista das perspectivas que o futuro parece reservar à economia do Espírito Santo. Forma-se assim um quadro de referência para a formulação de políticas econômicas apropriadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento do Governo do Estado.” ESPIRITO SANTO (ESTADO)/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. *Diagnóstico e perspectiva da economia do Espírito Santo*. Vitória, 1975. p. 6.

<sup>172</sup> Ibid., p. 5.

<sup>173</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO)/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. *Diagnóstico e perspectiva da economia do Espírito Santo*. Vitória, 1975. p. 6.



tem permitido ao Estado fazer valer suas excelentes condições locacionais sobretudo para os projetos que se voltam para o mercado externo.<sup>174</sup>

Mais do que um diagnóstico do processo de desenvolvimento do Espírito Santo, o documento apresentou o momento atravessado pelo Estado como um marco, uma vez que “os investimentos anuais representados pelos Grandes Projetos” suplantariam em “quase duas vezes o que seria esperado” para a década de 1970.<sup>175</sup> O que, por sua vez, definia uma imagem de Espírito Santo associado à superação do atraso:

O desempenho da economia estadual dependerá da magnitude desses efeitos, mas obviamente será maior do que aquele representado pela taxa histórica de crescimento observada no período de 1968-1972. A formação de capital mais que triplicará em relação ao nível de investimentos esperado segundo o comportamento histórico da economia. Com a intensificação do dinamismo da economia prevê-se, em espaço de tempo certamente curto, a superação do tradicional e persistente atraso relativo do Estado comparativamente aos níveis de desenvolvimento registrados para outras regiões mais ricas do país.<sup>176</sup>

Constituiu-se, assim, o discurso da superação do atraso. Se foi possível identificá-lo, anteriormente, vinculado ao discurso do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento" do Espírito Santo no século XXI, avaliamos que ele emergiu associado ao projeto de industrialização efetivado nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, institui-se uma lógica de interpretação fundamentada em binarismos tais como subdesenvolvido/desenvolvido, periferia/centro, atraso/desenvolvimento, marginalização/inserção, que caracterizaram as ideias desenvolvimentistas locais e orientaram as interpretações sobre a condição do Espírito Santo.

Consideramos, portanto, que o discurso político inaugurou um modo de dizer e interpretar o Espírito Santo a partir da definição de um novo status em seu desenvolvimento econômico e um novo lugar no cenário nacional. As expectativas de mudança em torno da industrialização a definiram como um marco de mudança e orientaram a representação da superação do atraso do Espírito Santo.

---

<sup>174</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO)/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Diagnóstico e perspectiva da economia do Espírito Santo**. Vitória, 1975. p. 58.; O documento avaliou os dados relativos às expectativas de investimento de capital no Estado: “não se levando em conta os efeitos dos Grandes Projetos, as projeções realizadas não podem ser consideradas otimistas.[...] Seria mais lícito que o Estado viesse a ser atingido pela recessão relativa que hoje afeta o país, demonstrando um desempenho menos satisfatório da sua economia.” Ibid., p. 73.; Assim, o documento ressaltava o impacto das mudanças no Espírito Santo, demonstrando, “a magnitude dos investimentos anuais realizados no Espírito Santo no passado recente 1969-1974.” Ibid., p. 73.

<sup>175</sup> Ibid., p. 73.

<sup>176</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO)/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Diagnóstico e perspectiva da economia do Espírito Santo**. Vitória, 1975. p. 75.

Na composição dessa representação, encontramos, ainda, uma característica peculiar da definição do sentido da superação. Tal como reconhecemos na contemporaneidade, a presença dessa noção está associada ao passado como lugar do atraso, como condição histórica a ser modificada. Seguindo a lógica de interpretação adotada, no documento de 1966, o atraso e a marginalização do Espírito Santo aparecem como uma condição histórica:

[...] o Espírito Santo, apesar de situado na zona do Brasil que os economistas convencionaram chamar de ‘desenvolvida’, jamais se integrou plenamente a ela. A prosperidade dessa zona teve seu início no século XVIII com o chamado Ciclo do Ouro. Em condições normais poder-se-ia esperar que, ao lado do Rio de Janeiro, Vitória constituísse um segundo porto da zona de mineração. Sucedeu, porém, que o Governo Português, desejoso de ter sob controle a produção aurífera, interditou o vale do Rio Doce como caminho para região das minas. Como consequência disso o Estado ficou marginalizado no quadro do processo dinâmico da época.[...]

A segunda pulsação dinâmica da área teve seu fulcro no café. A prosperidade surgida com esse produto bafejou sem dúvida o Espírito Santo. O centro dinâmico fundamental gerado pelo café localizou-se contudo em São Paulo e não no Rio. O eixo dinâmico se deslocou, portanto, em direção ao Sul aumentando o isolamento do nosso Estado.

O terceiro surto de expansão surgiu ligado ao processo industrial. A indústria brasileira direcionada essencialmente ao mercado interno teve como corolário a criação de uma extensa rede rodoviária. Nascida da necessidade de proporcionar ao país um sistema de comunicação verdadeiramente nacional, ela não tardou em se transformar no canal através do qual as zonas mais prósperas transmitem seu dinamismo para o restante do país. Dentro desse novo ciclo o Espírito Santo foi beneficiado com uma rodovia asfaltada ligando-o ao Rio. Do ponto de vista de seu desenvolvimento a longo prazo esse eixo ficou, todavia, incompleto. Houvesse a ligação com o Nordeste sido feita pelo Litoral, o nosso Estado se veria como ponto de passagem obrigatória do surto de prosperidade que, originando-se no sul do país, deveria, mais cedo ou mais tarde, dirigir-se para o Nordeste. Por motivos políticos, e até militares, preferiu-se efetuar a ligação pelo interior ficando o Espírito Santo, mais uma vez, marginalizado.<sup>177</sup>

Um conjunto de fatores que justificavam a situação de um Estado historicamente marginalizado, como sugeriu o documento de 1969:

Já temos dito algumas vezes e cabe repetir nessa análise dos componentes da crise, que o Espírito Santo, numa como que condenação bíblica, tem sido colocado a margem das grandes oportunidades que, no curso da história econômica do Brasil, tem bafejado outras regiões.

De fato, quem quer que investigue a História, há de verificar que o nosso Estado não participou dos ciclos econômicos que assinalaram os períodos de crescimento desse País. Um conluio de fatores e de circunstâncias, impuseram-nos esse lamentável rol de oportunidades perdidas. Não se pode atribuir, a esses fatores e essas circunstâncias, invariavelmente, as mesmas origens e a mesma natureza. Se, em certo instante, resultaram da condição de meio agreste e, em outros momentos decorreram de

---

<sup>177</sup>ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador, 1967-1971 (Dias Lopes). **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966. p. 151-152.

motivos geográficos, não raro, conveniências políticas e razões de Estado apareceram como responsáveis pelas melhores oportunidades perdidas.<sup>178</sup>

Condição que surge no discurso da superação do atraso com um roteiro definido:

No ciclo da cana de açúcar, apesar do florescimento de várias dezenas de engenhos e engenhocas, como referidas em velhas crônicas, não se conseguiu firmar aqui, definitivamente, a indústria canavieira, que criou o fastígio das Capitanias da Bahia e Pernambuco, e, mais tarde, de outras regiões nordestinas. [...]

O advento do ciclo da mineração poderia ter representado novas perspectivas para a Capitania do malgrado Vasco Fernandes Coutinho. Afinal, o Rio Doce seria caminho muito mais curto para as Minas Gerais do que o Rio Tietê. O Conselho Ultramarino, no entanto, arrebatou ao Espírito Santo essa oportunidade, ao determinar o fechamento de outros acessos às minas, com receio de que novos caminhos multiplicassem os descaminhos do ouro. Neste caso das Minas em lugar de benefícios, sofreu a Província consequências negativas, quando, no movimento do refluxo das populações mineiras, pelo esgotamento das lavras, vieram levadas e mais levadas de gente à procura de terra para plantio, gerando o problema de limites com Minas Gerais que, durante séculos, constituiu triste lembrança de mais uma oportunidade perdida.”

O ciclo do café iria fazer o Espírito Santo experimentar algum surto de progresso. O rompimento do nosso secular idílio com o café, imposto por superiores interesses nacionais, deu-se, porém, em condições dramáticas.

O ciclo do desenvolvimento industrial no Brasil foi marcado pela construção de uma extensa rede rodoviária ligando diversos pontos no País. E a Rio-Bahia haveria de abrir o Nordeste às manufaturas do Sul. Na hora da construção da importante rodovia, contrariando todos os critérios econômicos e geográficos, que indicavam o traçado pelo litoral, cortando o Espírito Santo de Sul a Norte, preferiu-se a rota pelo interior. E o Espírito Santo perdeu outra oportunidade.

A longa história das oportunidades perdidas teve mais um capítulo nos critérios para a delimitação da área de ação da SUDENE.<sup>179</sup>

O passado do atraso colaborava na definição do lugar do projeto de industrialização que configurava uma nova realidade, distinta da trajetória histórica. No contexto de emergência desse discurso da superação do atraso podemos identificar, portanto, uma forma de se relacionar com o passado em função das expectativas do desenvolvimento econômico bem como do uso político de uma determinada forma de apreender o passado.

Nesse ponto, inserimos os seguintes questionamentos: em que se fundamenta ou se orienta essa leitura do passado inserida na construção de uma imagem de Espírito Santo em vias de superação do atraso? Quando o discurso político apresenta um roteiro histórico de marginalização do Espírito Santo, qual a sua relação com o saber histórico produzido acerca do Estado? Direccionamos, assim, nossa análise para a produção historiográfica capaz de elucidar

<sup>178</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 14-15.

<sup>179</sup> ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969. p. 15-16.

como a produção do conhecimento histórico, naquele contexto, estabeleceu um determinado sentido ao passado em conformidade com o projeto de Espírito Santo em questão.

## 2.2 O DISCURSO DA SUPERAÇÃO DO ATRASO E A NARRATIVA HISTÓRICA DO ESPÍRITO SANTO.

Em 1975, o ex-governador Arthur Gerhardt, ressaltava a importância do conhecimento de um determinado passado do local. Vejamos:

Para a minha geração, o problema do atraso do Espírito Santo, em relação a seus vizinhos e Estados com quem mantínhamos mais intensas relações comerciais e culturais, se apresentava com um fato a desafiar a audácia dos capixabas. Não havia uma consciência do atraso, que era apenas sentido. Pouco a pouco, graças à pesquisa histórica e a levantamentos da realidade atual, fomos tomando consciência das deficiências estruturais e trabalhando para superá-las.<sup>180</sup>

A “consciência do atraso”, segundo Gerhardt, passou a ser compreendida por meio do conhecimento histórico. Consideramos que a interpretação da experiência temporal, a partir de determinadas categorias de análise, de critérios de avaliação e qualificação do passado local, efetivou-se por meio de narrativas históricas que também se orientaram pelo paradigma da superação do atraso.

No que diz respeito ao contexto apresentado acerca do Espírito Santo e à instauração do discurso da superação do atraso, consideramos, de acordo com Koselleck, que expectativas, esperanças e prognósticos foram trazidos à superfície da linguagem, abrindo a possibilidade de compreendermos como a dimensão temporal do passado passou a ser apreendida no Espírito Santo.<sup>181</sup> Para isso, nos apropriamos do próprio papel da historiografia:

A elaboração metódica da experiência do tempo, no passado, em uma perspectiva orientadora que torna possível ver o passado como história, só aparece nas formas de apresentação (na historiografia). É nestas que a perspectiva orientadora com respeito ao passado toma a forma concreta de saber histórico.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> GEHARDT SANTOS, A.C. As reivindicações se tornam realidade. In: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-histórico do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1975. p. 17. Levamos em consideração, que foi em seu governo que viabilizou-se a segunda edição da obra de José Teixeira de Oliveira, revista e ampliada até 1975.

<sup>181</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006. p. 15-33.

<sup>182</sup> Ibid., p. 36-37.

Recorremos ao próprio saber histórico produzido acerca do Espírito Santo para avaliarmos a partir de quê e como se orientou a interpretação do passado nesse contexto. Afinal, a narrativa histórica é um procedimento interpretativo. Segundo Rüsen:

[...] o pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de 'história' pode ser caracterizada, categoricamente, como narrativa. A 'história' como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, à lógica da narrativa.<sup>183</sup>

Desse modo, buscamos compreender a partir das próprias narrativas a relação entre a escrita da história e as questões de seu tempo. Para isso, analisamos como os próprios autores avaliaram o período contemporâneo do Estado, sua época, qual a percepção sobre o momento vivido e suas expectativas, capazes de evidenciar a lógica interpretativa e o sentido atribuído ao passado que constituíram o que estamos denominando de narrativa histórica da superação do atraso.

### 2.2.1 O ESPÍRITO SANTO REPUBLICANO: O SENTIDO DA NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO.

No que tange a cronologia, a estrutura narrativa das obras *História do Estado do Espírito Santo*, *História do Espírito Santo* e *O Espírito Santo é assim* é caracterizada por uma divisão temporal correspondente à narrativa tradicional.<sup>184</sup> Por isso, partem da expansão marítimo-comercial portuguesa até o período contemporâneo das obras, entre as décadas de 1960 e 1970. Ainda que os capítulos sigam a ordem cronológica da sequência temporal dos acontecimentos, os três grandes períodos, o colonial, o imperial e o republicano aparecem bem definidos, ainda que divididos por subitens que, por sua vez, não abandonaram a cronologia.

Ao analisarmos as abordagens dos autores em torno do período republicano é possível percebermos que existem dois momentos diferenciados pelos autores<sup>185</sup> em termos de importância para o desenvolvimento e futuro do Espírito Santo. O período que vai desde o início

<sup>183</sup> RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.p. 64.

<sup>184</sup> Segue a linearidade dos acontecimentos históricos. Segundo Rüsen, chamada história narrativa (tradicional) é aquela na qual o sentido da história surge no formato de narrativa a partir da sequência temporal da descrição dos fatos pelo historiador. RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 80-82.

<sup>185</sup> Cabe diferenciarmos a obra de Maria Stella de Novaes em relação aos outros autores. Maria Stella não traça uma caracterização do Espírito Santo pós 1960, ainda que sua publicação corresponda a essa década. A autora evidencia os mesmos momentos que os demais autores, inclusive a década de 1950, porém, apenas indica o contexto de mudanças e as expectativas de futuro acerca do Espírito Santo.

do regime republicano até a década de 1960 e um outro momento a partir desta década.<sup>186</sup> Os autores não criam nenhuma contradição entre eles, porém, definem dois marcos temporais bem definidos. As obras nos apresentam uma narrativa da marcha progressiva do Estado para alcançar um novo patamar de desenvolvimento: processo que se inicia com as possibilidades e realizações trazidas com os novos governos do período republicano, interpretado como conquistas que orientavam o Espírito Santo no caminho do progresso, mas que apenas realizar-se-ia com a política de industrialização.

José Teixeira ressaltou que a experiência republicana foi de mudanças no Espírito Santo:

Sobrepairando às vicissitudes políticas e ao trabalho contínuo em busca do aprimoramento das condições ambientes, uma constante presidiu aos atos dos governos espiritosantenses na primeira metade do século – a conquista do *hinterland*. [...] Consequências imediatas da penetração foram as picadas e ranchos, que se transformaram em rodovias e estradas de ferro e centros pujantes de progresso e civilização.<sup>187</sup>

Essa característica identificada pelo autor, é observada em Maria Stella de Novaes como sendo a entrada do Estado em um "novo ciclo de progresso"<sup>188</sup> e, ao abordar o ano de 1894, a autora evidenciava que "o Espírito Santo reanimava-se", revelando seu "cabedal de riquezas e vida própria", por exemplo, contando com "um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província."<sup>189</sup> É nesse sentido, também, que Neida Lúcia de Moraes interpreta a condição local em termos de desenvolvimento no início do século XX:

Confrontando-se a situação do Espírito Santo, no início do regime republicano, com a apresentada no começo do novo século – decurso de uma década e quarenta e um dias – ressalta o desenvolvimento ocorrido. A população de 110 000 saltou para 209 783 habitantes; triplicaram-se as cidades, enquanto as vilas se aproximaram da duplicação; as comarcas foram um pouco além da quintuplicação. [...] o comércio se desenvolveu, manifestando-se o desenvolvimento através das exportações e importações diretas. [...] Atestando o progresso, dois estabelecimentos bancários funcionavam em Vitória [...].<sup>190</sup>

A comparação da autora evidencia a percepção sobre um "novo tempo" que se configurou na forma como eles representaram essa marcha do desenvolvimento no período republicano. José

<sup>186</sup> Ainda que os autores tragam para narrativa marcos políticos-temporais como 1930 e a redemocratização no início de 1950, como referências de tempo em relação à trajetória de desenvolvimento do Espírito Santo prevaleceu essa divisão.

<sup>187</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p.407.

<sup>188</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 317.

<sup>189</sup> Ibid., p. 332.

<sup>190</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 45.

Teixeira, Maria Stella e Neida Lúcia valorizaram em suas narrativas o que chamaram de conquistas do Espírito Santo, por meio da narração sequencial dos símbolos de desenvolvimento e modernização que caracterizaram o Estado, principalmente, por meio das realizações governamentais.<sup>191</sup> Destacaram a construção de estradas, bondes, automóveis, a ampliação da estrutura administrativa<sup>192</sup> e, principalmente, enfatizaram o desenvolvimento local por meio dos seguintes aspectos: a construção das estradas de ferro, a modernização da capital Vitória, vista como símbolo de um novo tempo vivenciado pelo Estado e o esforço, ainda que incipiente, por uma industrialização local.<sup>193</sup>

Por exemplo, Neida Lúcia de Moraes, novamente, compara a mudança com a fase anterior do desenvolvimento do Espírito Santo:

Vitória, capital provinciana, de aspecto desagradável, quanto ao casario antigo de ruas tortuosas e desniveladas, e desprovida dos requisitos indispensáveis ao bem-estar coletivo, higienizou-se com os serviços de água, esgoto e luz, modernizou-se, embelezando-se, com os bondes elétricos e o Parque Moscoso, com a retificação e nivelamento das ruas, com a construção de novos e imponentes edifícios [...].<sup>194</sup>

A modernização da capital e a busca pela industrialização tornaram-se os elementos marcantes desse novo momento. Maria Stella de Novaes ressalta o dinamismo que caracterizou o Espírito Santo no início do século XX no que tange a busca pela industrialização e o crescimento do Espírito Santo, enquanto José Teixeira de Oliveira ressaltou a instalação de fábricas no sul do Estado.<sup>195</sup> Já Neida Lúcia, ressaltou o pioneirismo espiritosantense na indústria:

Quando no princípio do século ainda se discutia da conveniência ou não da implantação da indústria no Brasil, porque talvez fosse mais econômico vender as matérias-primas e os produtos agrícolas e importar os produtos manufaturados, o governo do Espírito Santo, sob a presidência de Jerônimo Monteiro (1908-1912), tomou a iniciativa de instalar um parque industrial no Estado. Foi uma ideia arrojada

<sup>191</sup> O capítulo 3 apresenta uma análise acerca da imagem dos governadores elaborada nas obras.

<sup>192</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 44-49.; OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 416-426.; NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 332-423.

<sup>193</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 44.; OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 415-416.; NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 331.

<sup>194</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 46.; José Teixeira assim apresenta: “Vitória transformou-se em cidade moderna, dotada que foi dos serviços de água, esgotos, luz e bondes elétricos.35 Rasgaram-se novas ruas. Surgiram a Vila Moscoso e seu belíssimo parque. Os principais edifícios públicos foram reconstruídos, inclusive o antigo Colégio dos jesuítas – que sofreu remodelação completa, graças a qual o velho casarão se transformou no atual e majestoso Palácio Anchieta.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p.420.

<sup>195</sup> NOVAES, Maria Stella, op. cit., p. 371-375.; OLIVEIRA, José Teixeira, op. cit., p. 419-420.

que só mais tarde, coma Eclosão da I Grande Guerra, foi encarada nos seus devidos termos.<sup>196</sup>

Tais realizações, segundo eles, confirmariam a marcha de progresso do Espírito Santo, característica de sua trajetória republicana. Ainda que os autores façam referência a algumas realizações de governantes ao longo das décadas de 1930, 1940 e, sobretudo, 1950 com Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg, definem como um segundo marco do desenvolvimento do Espírito Santo a década de 1960. A partir desse momento, a trajetória seria de aceleração do processo de desenvolvimento, justamente por meio da implementação de um projeto de industrialização.

A representação de Espírito Santo passou a ser identificada pelo salto a um novo patamar jamais experimentado pelo Espírito Santo. Para Neida Lúcia de Moraes e José Teixeira de Oliveira, configurava-se um momento de expectativas em torno do futuro do Estado. A autora, apropriando-se do discurso da propaganda militar exalta: "Temos pressa. Ninguém segura o Brasil. E nem tampouco o Espírito Santo."<sup>197</sup> Já José Teixeira, após intitular o capítulo sobre o período contemporâneo de "Arrancada para o futuro" argumenta que o Estado partia "para novos destinos", então, caberia "ensaaiar um escorço do momento empolgante que vive o Estado do Espírito Santo. Empolgante e decisivo para o destino de sua gente." <sup>198</sup>

É nesse momento da narrativa histórica republicana que o discurso historiográfico se apropriou do discurso político. A representação do Espírito Santo em vias de superação do atraso, estabelecido por uma matriz política, surge na narrativa dos autores. Nela, a trajetória do Espírito Santo republicano tornou-se a da superação do atraso. A marginalização no cenário econômico brasileiro, a crise do café, as proclamadas injustiças quanto às políticas de incentivos regionais, bem como a campanha do governo do Estado em prol desses incentivos, todos originários do discurso político, ganharam destaque nas narrativas.<sup>199</sup> Apresentava-se, assim, a

<sup>196</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 108.

<sup>197</sup> Ibid., p. 49.

<sup>198</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 445.

<sup>199</sup> Neida Lúcia, por exemplo, se apropria do mesmo discurso presente no documento: "ESPIRITO SANTO (ESTADO). GOVERNADOR, 1967-1971 (DIAS LOPES). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. s.l., 1969." Sobre o Espírito Santo ser um "Estado Ilhado": "Com uma economia preponderantemente embasada nos resultados da agricultura, como ficou claro atrás, no principio deste capítulo e no panorama desenvolvido da História do Espírito Santo, não conseguiu o Estado acompanhar, sequer de longe, o desenvolvimento industrial do eixo Rio – Rio São Paulo, registrado nos últimos quinquênios. E porque constituiu lei universal e irreversível que as áreas economicamente desenvolvidas exercem considerável poder de absorção sobre as subdesenvolvidas que lhes são tributárias, um dado a mais passou a atuar em nosso processo de empobrecimento, seja através da atração de fatores econômicos, como mão de obra especializada, seja através da imobilização da dinâmica econômica de



industrialização como o marco de transição para um "novo tempo". Segundo Neida Lúcia, ao tratar da segunda metade da década de 1960:

[...] a história do desenvolvimento industrial do Espírito Santo acaba de ingressar em uma nova fase. Depois da peregrinação do governador Cristiano Dias Lopes Filho às capitais de todos os estados do Norte e do Nordeste, aquinhoados com os incentivos fiscais distribuídos àquelas unidades federais, para pedir-lhes o apoio ao governo do Espírito Santo, conseguiu, este estado, do governo federal, uma concessão semelhante. [...] Com os recursos provenientes dessas fontes, é de esperar um surto que venha marcar uma nova época no desenvolvimento industrial do Espírito Santo.<sup>200</sup>

Essa "nova fase" também é caracterizada por José Teixeira de Oliveira que, comentando essa busca por incentivos fiscais, a interpretou como um momento diferenciado:

O apelo foi ouvido com carinho, o governo federal estendeu a mão num gesto de solidariedade irrecusável e a velha província iniciou a arrancada para o futuro. As potencialidades da terra e da gente revelaram-se a si mesmas e ao Brasil. Uma extraordinária e oportuna mobilização de circunstâncias favoráveis se pôs em sintonia com o esforço e o anseio de toda uma comunidade sedenta de progresso, de desenvolvimento, de integração na vida universal.<sup>201</sup>

Exaltando a industrialização, o autor a definiu como:

---

retraimento do empresário local, sem possibilidade de competir no mercado dominado pelo complexo industrial altamente desenvolvido, seja pela hibernação de potencialidades econômicas, conhecidas e proclamadas, mas em favor das quais não atuaria a dinâmica dos investimentos voluntários, contingenciada pelos fatores antes alinhados." MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p.193-194.; José Teixeira de Oliveira recorre a esses documentos como fonte de pesquisa sobre a realidade contemporânea do Espírito Santo. OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 453-460; José Teixeira de Oliveira destaca a crise do café e o caminho do Espírito Santo para superá-la: "Intensa campanha – respaldada por levantamentos técnicos das virtualidades de posicionamento e dos recursos naturais da terra – visando atrair investimentos nacionais e externos para a concretização de projetos industriais e agropecuários e mais o apoio que o governo federal vem prestando à Administração local produziram seus primeiros resultados. O Estado conseguiu superar a crise a que o levava a erradicação de 220 milhões de pés de café (1966-68), o que importou no deslocamento de cerca de 30.000 famílias, ou sejam 180.000 pessoas, das quais 30.000 emigraram para outros Estados, 20.000 se marginalizaram como subempregados no meio rural e 10.000 no urbano. E assim, a par do trabalho de aliciamiento de recursos para a implantação dos audaciosos projetos oferecidos aos investidores nacionais e alienígenas, o governo cuidou de modernizar a máquina administrativa do Estado, aparelhando-a para os novos tempos." OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 453. Segundo Neida Lúcia, foi preciso superar a marginalização e injustiças da política de incentivos: "O processo se agravou ainda extremamente quando o Governo Federal definiu as regiões subdesenvolvidas do País para efeito da implantação das políticas de incentivos fiscais, buscando equilibrar os desequilíbrios regionais no crescimento econômico do Brasil. Por volta de 1960, segundo a Fundação Getúlio Vargas, foi encontrada, para o Espírito Santo, uma renda per capita de Cr\$ 17, 30, enquanto para o Nordeste foi de Cr\$ 13, 50. Deve ter isto influído para que o limite do subdesenvolvimento regional do País fosse traçado justamente por onde passa a linha divisória entre o Espírito Santo e a Bahia. E o nosso Estado ficou fora da SUDENE. [...] Ficamos, então, economicamente ilhados e, pior do que isso, economicamente achatados, porque não participamos do impulso econômico do Centro-Sul e não nos beneficiamos da política de incentivos endereçada ao Norte e Nordeste." MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 194.

<sup>200</sup>Ibid., p. 117.

<sup>201</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 452.

solução que o mundo atual impõe, sem alternativa, para os complexos problemas trazidos pela explosão demográfica universal e de consequências imediatas nos países em desenvolvimento, cujos povos exigem de seus administradores participação em todos os benefícios da civilização, do conforto, do progresso.<sup>202</sup>

Era esse o destino do Espírito Santo, de acordo com o autor. Nessa perspectiva, argumentou, ainda, que a "eloquência da realidade" poderia ser observada nos novos dados econômicos de investimentos no Espírito Santo, o que evidenciava "a marcha ascensional do Estado do Espírito Santo no contexto da vida brasileira."<sup>203</sup>

As expectativas em torno do Espírito Santo definiam, portanto, esse momento como ímpar na história do Estado e alinhavam a narrativa histórica com o discurso político da superação do atraso. Diante disso, trazemos o seguinte questionamento: Se a experiência republicana foi interpretada pelo paradigma do desenvolvimento progressivo do Estado orientado pela perspectiva da superação do atraso, como se caracterizou a narrativa histórica do Espírito Santo em sua origem e trajetória, tal como estruturadas nas obras?

Os autores expuseram, de alguma forma, suas perspectivas de recuperação e narrativa do passado. Ao seu estilo, Maria Stella de Novaes relaciona a perspectiva de progresso do Estado com sua trajetória histórica:

Ao final deste resumo da História do Espírito Santo, meditamos nas ardorosas e sinceras palavras do Dr. Bernardino de Souza Monteiro, quando, a cavalo, percorria todos os cantos do Estado [...]: o Espírito Santo quer crescer e prosperar! Deixai que ele suba, cresça e prospere! Nós percorremos, com o pensamento, com o coração, a leitura, os documentos e todos os múltiplos recursos ao nosso alcance, – o crescimento, a ascensão, a prosperidade, as lutas, os revezes, as vitórias do Espírito Santo desde 1535 [...]<sup>204</sup>

As expectativas de futuro também estiveram presentes na obra *O Espírito Santo é assim*. De acordo com Neida Lúcia de Moraes, sua narrativa histórica estava destinada a registrar "o que o Espírito Santo foi, o que é, e as perspectivas abertas para um futuro promissor."<sup>205</sup> Em José Teixeira de Oliveira, identificamos que essa relação permite uma diferenciação entre presente e passado. Ao iniciar a narrativa da "arrancada para o futuro", o autor define dois tempos distintos:

<sup>202</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 460.

<sup>203</sup> Ibid., p. 452.

<sup>204</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 437.

<sup>205</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 199.

Os que leram as páginas precedentes recordam, por certo, das constantes objurgatórias de observadores e governantes da terra capixaba, no sentido de que as dificuldades de fixação do homem ao solo eram quase sobre-humanas e praticamente nenhum o interesse pelo progresso, pela melhoria das condições de vida da população. Inácio João Mongeardino – capitão-mor façanhudo, que deixou descendência de prol – legou depoimento contundente: “A terra é capaz de toda a produção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados três léguas de fundo à frente deles, distância a que só chegam os lavradores com receio das hostilidades do gentio bárbaro”. Vencer tantas adversidades foi o objetivo de várias gerações espirito-santenses. [...] Hoje, quando o Estado parte, consciente, para nova etapa de progresso, bom seria que as novas gerações meditassem sobre os sacrifícios que custaram aos antepassados o legado de que são responsáveis.<sup>206</sup>

Prosperidade, futuro promissor, progresso orientaram a leitura do passado. Diante dessa relação estabelecida pelos autores, podemos refletir sobre o sentido atribuído ao passado do Espírito Santo nessas narrativas que buscaram explicar o progresso que caracterizava o presente.

Apropriando-nos de Koselleck, as categorias campos de experiência e horizontes de expectativa colaboram com a compreensão de como a dimensão temporal do passado foi entendida em determinado contexto por uma sociedade.<sup>207</sup> Segundo ele, tais categorias<sup>208</sup> de conhecimento “são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã.”<sup>209</sup> Assim, consideramos que a narrativa dos autores correspondeu aos “prognósticos da superação” elaborados pelo discurso político. A experiência recente do Estado resgatada pelas narrativas foi interpretada em função das mudanças apresentadas pelo desenvolvimento econômico e orientada pelo horizonte de expectativas formulado em torno da implementação desse projeto de Espírito Santo.

<sup>206</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 445.

<sup>207</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006. p. 15-33.

<sup>208</sup> Sobre as categorias: “São categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.” Ibid., p. 306. Sobre essa relação entre passado e expectativas de futuro, argumenta Rüsen: “[...] a história, como realidade, constitui-se nos processos do agir intencional com os quais os homens superam as condições e circunstâncias de sua vida prática, a fim de realizar, na prática, a transformação do tempo natural em tempo humano. Esses processos só podem ser pensados como conteúdo de algo já acontecido, ou seja, do agir passado.” RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 84.

<sup>209</sup> KOSELLECK, op. cit., p. 308. Experiência para ele “é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.” A expectativa, por sua vez, “se realiza no hoje, é futuro presente.” Para Koselleck: “[...] passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais”. Ibid., p.310.

É possível identificarmos nessa relação um mecanismo de interpretação temporal em que o passado é interpretado, no presente, em função de sua relação com futuro. O Espírito Santo, a partir da década de 1960, foi caracterizado pela expectativa do futuro inédito, observado como um momento de transição entre algo vivido, como velho, a ser superado, e que apresenta o tempo novo. Os autores estabeleceram, assim, a categoria progresso como elemento para produzir uma configuração temporal entre o devir do Estado e seu passado. Existiu na narrativa de Espírito Santo republicano até aqui analisada uma lógica interpretativa que se aproxima da forma de compreender, avaliar e qualificar identificada nos discursos políticos vinculados ao desenvolvimento econômico. A perspectiva do progresso, portanto, permitiu que a narrativa historiográfica assumisse também a noção de superação.

Conseguimos compreender esse mecanismo temporal e, como implicação, analisar a relação que estabeleceram com o passado, entendido como campo das experiências do Espírito Santo, recuperado e interpretado pelos autores sob o paradigma da superação do atraso. Segundo José Carlos Reis, essas categorias elaboradas por Koselleck permitem analisar o tempo histórico não vinculado ao calendário, mas pensado como uma experiência particular de uma sociedade presente com seu passado. Nessa perspectiva, o conhecimento histórico pode ser observado como interpretação, como o tempo de uma dada consciência histórica.<sup>210</sup> Rüsen argumenta que todo pensamento histórico é uma articulação da consciência histórica, entendida como a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos.”<sup>211</sup> Para o autor, ela é o trabalho intelectual “efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo”<sup>212</sup> e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo o pensamento histórico e todo conhecimento histórico científico.<sup>213</sup> Segundo Rüsen:

[...] só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar experiências atuais do tempo, é necessário mobilizar a lembrança de determinada maneira: ela é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa. A mera subsistência do passado na memória ainda não é constitutiva da consciência histórica. Para a constituição da consciência histórica requer-se uma correlação expressa do presente com o passado – ou seja, uma atividade intelectual que pode ser identificada e descrita como narrativa (histórica).<sup>214</sup>

<sup>210</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006. p. 194-195.

<sup>211</sup> RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 57.

<sup>212</sup> Ibid., p. 59.

<sup>213</sup> Ibid., p. 61.

<sup>214</sup> Ibid., p. 63-64.

Consideramos a narrativa histórica da superação do atraso como constitutiva de uma dada consciência histórica, e entendida como uma forma de interpretação das experiências do tempo acerca do Espírito Santo tendo em vista o paradigma da superação do atraso.

Orientada por essa perspectiva, a narrativa histórica estabeleceu um sentido para o passado local. Assim, entendemos, de acordo com Rüsen, que a importância da narrativa histórica deve ser observada por ela ser uma constituição de sentido sobre a experiência do tempo.<sup>215</sup> Para ele, o sentido é "dado pelo modo como a narrativa histórica mobiliza a memória da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado. Isso permite que as mudanças temporais experimentadas no presente ganhem sentido."<sup>216</sup> Para tal compreensão, consideramos, também, que os critérios de sentido "governam a reconstrução histórica", "determinam a lógica de interpretação" do passado, bem como as formas de constituição de uma representação e as possibilidades de entender o passado como algo relevante e importante para uma cultura no presente.<sup>217</sup> Esta operação está associada também às normas e valores de uma sociedade

[...] os fatos do passado obtidos pela pesquisa empírica somente se articulam para formar o constructo significativo de uma história, isto é, o conhecimento histórico só é possível se e quando se atribuiu aos fatos um significado para a orientação na vida prática no tempo presente; sem o recurso a normas e valores, isso é totalmente impossível."<sup>218</sup>

Para este autor, os critérios de sentido, portanto, são definidos de acordo com os desafios de cada tempo ou cultura, e, assim, diante dessas questões conseguimos compreender como surgem ou entram em uso determinados critérios de sentido da história, como a perspectiva de progresso presente no discurso da superação do atraso.<sup>219</sup>

Os autores adotaram uma narrativa histórica preocupada com a "formação" do Espírito Santo, estruturando a narrativa a partir de sua origem e trajetória, como uma retrospectiva. Com isso, instituíram um modelo explicativo acerca da história local. A partir da lógica de interpretação atraso/progresso ou atraso/desenvolvimento, as obras aqui analisadas narraram o passado

<sup>215</sup> De acordo com Rüsen, a capacidade de convencimento que uma história possui "depende do princípio unificador, do critério de sentido (ou de um conjunto de critérios) adotado pela narrativa histórica ou a que ela recorre, quando media a experiência do tempo passado com a experiência do tempo futuro na unidade de uma história, de modo tal que seus destinatários se valham dela para se orientar no fluxo temporal de suas vidas práticas, ou seja, para que se auto afirmem e valorizem." RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 90.

<sup>216</sup> Ibid., p. 64.

<sup>217</sup> RÜSEN, Jörn. *Historiografia comparativa intercultural*. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 119.

<sup>218</sup> RÜSEN, Jörn, op. cit., p. 113.

<sup>219</sup> Ibid., p. 125.

espiritossantense tendo como critério de sentido o progresso, que definiu o que denominamos de narrativa do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo.

A seguir, veremos como se constituiu um roteiro da história do Espírito Santo, a partir do qual acontecimentos, períodos, circunstâncias e personagens ganharam diferentes valores e lugares no passado local.

### 2.2.2 O ESPÍRITO SANTO COLONIAL E A NARRATIVA DA ORIGEM DO ATRASO.

De acordo com Chartier, a representação faz referência a um determinado conjunto de ordenações simbólicas que dão significado à realidade, bem como, a produzem.<sup>220</sup> Dessa forma, observarmos as narrativas sobre o passado local como uma reconstrução, ou seja, como um conjunto ordenado da representação dos fatos, que não só atribuem uma significação à realidade mas, sobretudo, possibilitam a construção de um sentido para o real. Sendo assim, na construção desse enredo por meio da seleção e ordenação dos fatos, da qualificação de períodos, acontecimentos e sujeitos, que tornam o passado significativo, entendemos que as narrativas construíram imagens de um passado marcado pelo atraso, elegendo elementos identificadores de tal condição e atribuindo um significado, sobretudo, ao período colonial.

A análise das obras nos revela que os autores, ao seguirem uma perspectiva temporal linear da história com o objetivo de narrar a trajetória do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo, elaboraram uma hierarquia para os diferentes períodos históricos, o que nos possibilitou compreender a forma como constituíram um conjunto de ideias e imagens associadas à noção de atraso e sua superação. Luiz Cláudio M. Ribeiro<sup>221</sup>, ao analisar o governo do Espírito Santo em seu primeiro século, evidencia uma inquietação em relação a uma imagem imprecisa elaborada pela historiografia. Segundo ele, a interpretação acerca do papel da capitania no cenário do início da Era Moderna deve ser questionada, uma vez que a interpretação que prevalece carrega uma concepção negativa (e limitada) das origens do Espírito Santo. Enaile Carvalho indica a existência de uma tradição historiográfica local que afirma existir prosperidade econômica no Espírito Santo apenas em eventos como a cultura cafeeira, após 1850, ou ainda nos grandes projetos industriais que marcaram o Espírito Santo na segunda

<sup>220</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 19

<sup>221</sup> RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Modos de ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (orgs). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória: Secult, 2012. p. 171-172.

metade do século XX. Segundo a autora, tal perspectiva propiciou a adoção de modelos historiográficos generalizantes ou capazes de definir um período como sem importância, marcado pelo fracasso econômico.<sup>222</sup>

Maria Stella de Novaes, José Teixeira de Oliveira e Neida Lúcia, ainda que não realizem uma abordagem no campo da história econômica, correspondem às indicações de Luiz Cláudio Ribeiro e Enaile Carvalho, sobretudo, no que concerne à noção de fracasso associada ao período colonial. A imagem do atraso conferida ao passado se constituiu por meio da demarcação de valores e lugares atribuídos a determinados períodos e eventos, e que, por sua vez, foram definidos em função do significado que apresentaram para a trajetória do Espírito Santo.

O passado colonial foi interpretado como sendo a origem do atraso. A estrutura temporal da narrativa bem como os eventos e circunstâncias eleitos para compor essa trajetória colaboraram na composição dessa imagem de Espírito Santo. Por isso, em nossa análise, seguimos a cronologia e os marcos temporais estabelecidos pelos autores. Nesse processo, constatamos que eles, ainda que tenham seguido uma linearidade, avaliaram e qualificaram o período colonial considerando o que foi o Espírito Santo no século XVI, XVII e XVIII, sequencialmente. Associado a essa qualificação atribuída a cada período, foi possível identificarmos os elementos considerados prejudiciais para o desenvolvimento espiritosantense e os marcos temporais significativos para essa trajetória apresentada pelas narrativas históricas. A saber, os dois primeiros séculos foram marcados, a princípio, pelos empecilhos que caracterizaram o estabelecimento do elemento colonizador, a contar de Vasco Fernandes Coutinho; depois, pela ausência de administradores considerados competentes na condução da Capitania, o que implicou nas malsucedidas governanças dos capitães-mores; e, por último, o século XVIII, assinalado pelos impedimentos oficiais de contato do Espírito Santo com Minas Gerais.

---

<sup>222</sup> Enaile Carvalho cita as seguintes obras como referências dessa tradição historiográfica: “A historiografia tradicional insiste em reproduzir a tese de só ter havido desenvolvimento econômico no Espírito Santo em meados do século XIX, com o advento do café. ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição: O Espírito Santo de 1850/1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforços industriais na economia do café: Ocaso do Espírito Santo-1889/1930**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1982. OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.”; CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

### 2.2.3 AS ORIGENS DO ESPÍRITO SANTO NOS SÉCULOS XVI E XVII: OBSTÁCULOS, DIFICULDADES E A IMAGEM DO FRACASSO INICIAL DA COLONIZAÇÃO.

Uma representação de Espírito Santo que foi construída carregando consigo noções de exclusão, ausências e impedimentos que caracterizaram sua trajetória teve no período colonial o momento inaugural da constituição do atraso. Se por um lado, o Espírito Santo republicano foi interpretado como o tempo do avanço, do progresso, no qual se realizaria a superação de uma condição de marginalização, o passado colonial foi a origem, o fundador do atraso.

Os obstáculos para o progresso surgiram ao longo da trajetória percorrida pelo Espírito Santo. O momento inicial da capitania, que se inaugura, na narrativa dos autores, com a chegada dos colonizadores e a busca por fixação aos moldes estabelecidos pela Coroa, foi avaliado a partir das dificuldades que apresentou para a colonização. Um dos fatores responsáveis pela dificuldade de prosperidade do Espírito Santo apontado nas obras diz respeito ao elemento humano.

De acordo com José Teixeira de Oliveira, ao definir os “fatores do descalabro”, argumenta que o Espírito Santo era o “exemplo entre as donatarias cujo progresso foi embargado pela turbulência dos seus habitantes”:

Por uma dessas coincidências trágicas que o destino constrói, ali se encontraram três terríveis circunstâncias favoráveis ao desastre: frouxidão de costumes, chefe (Vasco Coutinho) “mais propenso à indulgência do que à disciplina” e concorrência de elevado número de criminosos homiziados nas terras. Sem contar o índio – pesadelo constante, inimigo de todas as horas. <sup>223</sup>

Ao apresentar a noção de desastre, o autor indica os participantes das dificuldades iniciais. O perfil dos colonizadores e os indígenas surgem como os primeiros obstáculos ao progresso da Capitania.<sup>224</sup> A fundação do Espírito Santo, nas narrativas, foi marcada, principalmente, pela experiência de Vasco Fernandes Coutinho à frente do processo de colonização efetivado na Capitania. Dessa forma, encontramos um conjunto de referências ao período inicial do Espírito

<sup>223</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 53.

<sup>224</sup> Sobre a imagem de Vasco Fernandes Coutinho bem como a dos indígenas, ver próximo capítulo.



Santo como um lugar de “sombras e ruínas”<sup>225</sup>, com característica de “Villa devastada” e em “decadência”.<sup>226</sup>

Tal imagem foi associada, sobretudo, à insuficiência de seus colonizadores em efetivar a obra colonizadora. José Teixeira de Oliveira, ao caracterizar as “exigências e deficiências” do início da colonização, destaca as dificuldades causadas pela fraca presença dos elementos colonizadores diante dos desafios:

A magnitude da tarefa estava exigindo número muito superior de colonizadores. Aquele grupinho de brancos, assentado na orla do país, impossibilitado de se fazer temido e respeitado pelo gentio – origem de todas as atribulações e prejuízos – era um convite às suas incursões devastadoras. ‘Não fora, de certo, para viver encurralado num arraial, a guerrear com os flecheiros das selvas, que o donatário do Espírito Santo se desterrara para a sua bárbara capitania brasileira’.<sup>227</sup>

As noções de impedimento e dificuldade tornaram-se as referências para se definir o Espírito Santo. Maria Stella de Novaes em alusão à primeira viagem de Vasco Fernandes Coutinho à Europa,<sup>228</sup> acrescenta à questão dos obstáculos para o progresso, a chegada de colonizadores incapazes de conduzir a Capitania:

Há controvérsias relativas às viagens de Vasco Fernandes Coutinho. Mas, em 1549, ele regressou ao Brasil, ‘em navio seu, com objetos e companheiros, para sua capitania’. Tocou em Ilhéus, onde recebeu indivíduos criminosos, presos ali, por pirataria, e outros evadidos do presídio local. Vieram juntar-se aos péssimos elementos, já homiziados no Espírito Santo.<sup>229</sup>

José Teixeira de Oliveira reforça os colonos como elementos prejudiciais à formação do Espírito Santo:

Não são mais favoráveis os juízos sobre os habitantes da capitania. Em princípio, quem vinha para o Brasil, ao transpor a linha equatorial, aliviava-se da maior parte dos preceitos morais vigentes na metrópole. Aventureiros, degredados, criminosos

<sup>225</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 57.

<sup>226</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 29.

<sup>227</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 39. Neida Lúcia de Moraes registra apenas a dificuldade inicial com o montante de homens que acompanhavam o primeiro donatário: "A 23 de maio de 1535, no Dia do Espírito Santo, o donatário desembarcava na enseada junto ao Monte Moreno. Trazia consigo cerca de 60 homens, aí incluídos dois fidalgos da nobreza: D. Jorge Meneses e D. Simão de castelo branco que vinham cumprir as suas penas de degredo, apenas disfarçado. Era com esses sessenta homens que Vasco Fernandes Coutinho contava para a tarefa inicial de ocupar, dominar e disciplinar a terra." MORAES, Neida Lúcia Borges de. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 15.

<sup>228</sup> As viagens de Vasco Fernandes Coutinho também estão em nossa análise sobre a imagem dos personagens históricos. Vide nesse capítulo tópico 1.3.1

<sup>229</sup> NOVAES, op. cit., p. 21.

formavam a massa no seio da qual fermentavam e explodiam as rudes paixões daquelas mentalidades primárias.<sup>230</sup>

O início do Espírito Santo, tendo em vista o estabelecimento do elemento colonizador apresentava, assim, os primeiros obstáculos para sua trajetória. As dificuldades encontradas por Vasco Fernandes Coutinho e a ausência de colonos foram apresentados como fatores do fracasso inicial, o que, classificaria o Espírito Santo dentre as capitanias que não prosperaram.

José Teixeira de Oliveira evidencia as condições financeiras da Capitania ressaltando que no ano de 1552, “o povo enfrentava as maiores dificuldades na terra capixaba”, pois “a capitania não rendia o suficiente para pagar ao padre Gomes Ribeiro, deão da Sé e cabildo da cidade de Salvador” os dízimos que lhe competiam naquele momento.<sup>231</sup> Neida Lúcia caracterizou o início da colonização marcado pela ausência do progresso, visto na incapacidade de interiorização:

As riquezas da época, nesta parte do mundo, seriam as pedras e metais preciosos ou a lavoura da cana-de-açúcar. As primeiras não foram encontradas. Era necessário pensar na última[ ...]. Durante todo o século XVI, o açúcar reinou quase só nestas plagas. Deu alicerces ao progresso, mas a cultura da cana, sendo de baixada e as serras aproximando-se muito do litoral, nesta região, não houve penetração para o interior.<sup>232</sup>

Na representação do período inicial, os autores recorreram às avaliações do governo-geral para evidenciar as condições do Espírito Santo. Seguindo uma interpretação tradicional que afirmava a não prosperidade das capitanias hereditárias na Colônia e, conseqüentemente, a introdução por parte da Coroa portuguesa dos governos-gerais, os autores ressaltam os diagnósticos realizados pelos representantes oficiais. José Teixeira de Oliveira destaca a preocupação da Coroa com a realidade da Capitania:

No Regimento passado a Tomé de Sousa, primeiro governador geral, todo um parágrafo é dedicado à capitania do Espírito Santo. Muito boas informações devia ter o soberano para fazer recomendações tão minuciosas como estas: ‘Tanto que os negócios que na dita Bahia haveis de fazer [sic] para poderdes deixar e ireis visitar as outras capitanias [...] e por que a do Espírito Santo que é de Vasco Fernandes Coutinho esta alevantada ireis a ela com a mais brevidade que poderdes e tomareis informação pelo dito Vasco Fernandes e por quaisquer outras pessoas que vos saibam dar razão da maneira que estão com os ditos gentios e o que cumpre fazer para que a dita capitania se tornar a reformar e povoar, e o que assentardes poreis em obra trabalhando tudo o que for [...].’<sup>233</sup>

<sup>230</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 52.

<sup>231</sup> Ibid., p. 68.

<sup>232</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 29.

<sup>233</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 63.

Os autores se baseiam na avaliação a respeito do Espírito Santo. Seguindo a apreciação anterior, Maria Stella de Novaes, ao comentar o ano de 1560, evidencia que:

O governador Geral regressou entre julho e agosto à Bahia de Todos os Santos e chegou à Vitória. Demorou-se algum tempo para examinar a situação da capitania. Observou o desânimo geral e considerou bem razoável o desejo dos moradores que reunidos às mulheres e os filhinhos, angustiados, lhes pediram que tomassem a terra para a Coroa, em vista da renúncia de Vasco Fernandes Coutinho.<sup>234</sup>

Os autores ressaltam, portanto, as dificuldades e a necessidade de melhoria da Capitania, e, nesse momento do passado local por eles abordado, a referência estava ligada a essa origem do Espírito Santo por meio da experiência de Vasco Fernandes Coutinho. Dentre os autores, foi José Teixeira de Oliveira quem mais enfatizou as dificuldades vivenciadas pelo Espírito Santo em sua origem. Baseando-se nas avaliações de Mem de Sá sobre a Capitania e Vasco Fernandes Coutinho, o autor retoma a ideia da necessidade de soerguimento e superação das dificuldades. Assim, ele evidencia em passagem intitulada “pessimismo de Mem de Sá”:

O governador geral já tinha elementos para julgar a situação do senhorio de Vasco Coutinho e não vacilou em transmitir seu ponto de vista ao soberano: ‘O perigo que esta terra agora pode ter é ter capitão tão velho e pobre e nisto vera Vossa Alteza que os armadores são os nervos do Brasil / e a capitania que os não tiver senão poderá sustentar’. Tão certo estava o missivista de que o estado precário da capitania decorria da falta de capitais e da própria pessoa do seu donatário que chegou mesmo a aconselhar: Parece-me que Vossa Alteza devia de tomar esta terra a Vasco Fernandes e logo mandar a São Tomé e dar aos homens ricos que para cá querem vir [...] e conceder privilégios de novo ainda que esteja já no foral aos que para cá quiserem vir.<sup>235</sup>

O autor continua a caracterização do Espírito Santo recorrendo às apreciações de Mem de Sá como evidência da realidade da capitania de Vasco Fernandes Coutinho:

Do Rio de Janeiro, no derradeiro dia de março, o governador geral mandou longa epístola ao soberano sobre os negócios do Brasil. Bem extenso é o trecho alusivo ao Espírito Santo. De princípio participa que encontrou aqui ‘três filhos de Vasco Fernandes Coutinho’ e uma carta do donatário, dirigida ao ouvidor da capitania, rogando que renunciasse o senhorio. Para tanto, juntou à missiva uma procuração. O povo, que já estava resolvido a deixar a colônia, quando tomou conhecimento da atitude de Fernandes Coutinho, procurou o governador geral, a quem pediu tomasse conta da capitania em nome da realeza. Com parecer dos capitães – é o próprio Mem de Sá quem o informa – fez lavrar um auto aceitando a renúncia ‘(para que) se não perdesse uma tão boa capitania.’<sup>236</sup>

<sup>234</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 34.

<sup>235</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 63. p. 87, parênteses do autor.

<sup>236</sup> Ibid., p. 94, parênteses do autor.

José Teixeira de Oliveira enfatiza o vínculo entre as dificuldades do Espírito Santo com as enfrentadas pelo primeiro donatário. A necessidade de ajuda e intervenção eram evidências da condição negativa da Capitania. Nesse sentido, precariedade, decadência, e impedimentos foram atribuições que passaram a constituir o Espírito Santo em sua trajetória inicial. O fracasso da experiência colonial foi interpretado tendo em vista a dificuldade de progresso a se realizar no Espírito Santo, contrastando esse passado a uma outra realidade futura. Foi nessa perspectiva que ele analisou os “65 anos após o embarque”:

Outras donatarias exibiam mais riquezas, mas, por certo, em nenhuma outra as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que abrigava. Décênios, séculos decorreriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas.<sup>237</sup>

O autor não trata a atuação indígena como resistência e ainda os incluiu na ordem da barreira natural posta como dificuldade não superada pelos primeiros colonizadores da Capitania. O Espírito Santo surgia, assim, com uma condição adversa que seria, de acordo com o autor, o seu diferencial. Caberia ao Espírito Santo um lugar de não prosperidade que perduraria ao longo do período colonial.

Somando-se às dificuldades e à precariedade da Capitania, os autores identificaram, também, outro elemento que pode ser abordado como fator do atraso. Diante da necessidade de superação das condições iniciais que marcaram a colonização, os autores identificaram que o Espírito Santo experimentou uma circunstância político-administrativa que criou obstáculos ao seu desenvolvimento. Após o fracassado início da colonização, os séculos XVII e XVIII seriam assinalados pela ausência de donatários e bons governantes, mais especificamente, marcados por administrações de capitães-mores e também pelo pertencimento do Espírito Santo à Coroa portuguesa, o que segundo os autores, determinava uma condição de sujeição e marginalização da Capitania, submetida à ausência de uma política de incentivo ao progresso e sujeita às constantes nomeações de capitães-mores, prejudicando sua trajetória.<sup>238</sup>

<sup>237</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 118.

<sup>238</sup> Luiz Cláudio Ribeiro e Enaile Carvalho explicam essa característica política. Carvalho demonstra da seguinte maneira: “Observa-se, mediante a leitura do corpo documental oficial (Memórias, Cartas, Ofícios, Decretos, etc.), que a história do Espírito Santo caracteriza-se pela administração vigente fora da Capitania. Como Capitania Hereditária, era de responsabilidade do donatário o empenho em desenvolver mecanismos econômicos rentáveis,

Esse aspecto político-administrativo negativo indicado pelos autores foi associado a duas circunstâncias experimentadas pelo Espírito Santo. Primeiramente, ainda em 1577, a Capitania foi submetida ao Governo Geral da Bahia. Posteriormente, já no início do século XVIII, no ano de 1718, o Espírito Santo não pertencia mais a particulares, mas à Coroa portuguesa. José Teixeira de Oliveira e Maria Stella de Novaes não trazem uma análise específica sobre esses fatos, mas, ao longo da narrativa linear que abarca esse período, teceram considerações a respeito dessa condição, sendo possível, por sua vez, categorizá-la como um dos elementos do atraso do Espírito Santo reconhecidos pelos autores.

Maria Stella de Novaes registra como sujeição a relação com a Bahia:

1577 – Da restauração de um Governo único, sediado na Bahia de Todos os Santos, a 12 de abril de 1577, resultou a inclusão do Espírito Santo entre as capitanias subalternas, sujeitas, por isso, à Capitania Geral da Bahia, e governado por um Capitão-Mor, sendo o primeiro Antônio de Oliveira Madail.<sup>239</sup>

Sobre o pertencimento à Coroa, por sua vez, a autora limitou-se a considerar que “de diversos modos, complicava-se tal situação, sobretudo com a distância, agravada pela falta de transporte e vias de comunicação”.<sup>240</sup> José Teixeira, por sua vez, recorrendo a um relato, argumentou:

O vice-rei conde de Sabugosa afirmou, certa feita, que 'a capitania do Espirito Santo se conservou com melhor harmonia, sendo de donatários do que da Coroa', atribuindo as 'muitas desordens à pouca capacidade e má escolha de capitães-mores, desde o governo de Antonio Oliveira Madail'.<sup>241</sup>

---

como por exemplo, a implantação de engenhos. A Coroa Portuguesa desempenhava um papel exclusivo, em termos de nomeação na governança da Capitania, elegendo para os postos-chaves da administração, como o de Capitão-mor, homens indicados pelo donatário.” CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 150. Já Ribeiro, observando a obra de José Teixeira de Oliveira, evidencia essa sucessão no primeiro século de colonização. A partir de Vasco Fernandes Coutinho, o autor destaca: “Quando a capitania foi transferida aos herdeiros diretos, verificamos uma sucessão alternada por governos interinos de vários capitães-mores, até chegar a Ambrósio de Aguiar Coutinho, em 1643, que assumiu a capitania como herdeiro do pai, Francisco de Aguiar Coutinho, morto em 1627, sem, no entanto, vir governá-la. De Ambrósio Coutinho em diante, com rápida exceção no governo de Francisco Gil de Araújo, entre 1678 e 1685, o governo da capitania será exercido sempre por capitães-mores até o final do século XVIII. O século que analisamos também compreende a fase que Portugal passou ao trono de Castela. Porém, pouco é conhecido das mudanças nos assuntos administrativos, políticos e econômicos da capitania.” RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Modos de ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (orgs). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória: Secult, 2012. p. 173.

<sup>239</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 41.

<sup>240</sup> Ibid., p. 86.

<sup>241</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 63. p. 197.

No entanto, fosse a sujeição à Bahia, fosse o pertencimento à Coroa, tais circunstâncias foram permeadas, como indica José Teixeira de Oliveira, por uma característica que marcou negativamente o Espírito Santo, a ausência de administrações eficientes, que possibilitassem o progresso da Capitania. Maria Stella de Novaes, comentando a respeito do século XVII, evidenciava que “raros foram os acontecimentos extraordinários registrados na capitania, durante muitos anos, salvo a mudança constante dos Capitães-mores [...]”<sup>242</sup>. José Teixeira explica essa indicação da autora evidenciando, devido à falta de donatários,<sup>243</sup> o prejuízo dessa política para o Espírito Santo:

Tornou-se praxe atribuir a atonia do Espírito Santo, durante a primeira fase do período colonial, ao descaso dos donatários que, em maioria, administravam por intermédio de terceiros – os capitães-mores [...]. A demonstração de que procede a arguição está nos documentos da época. Regra geral, a presença dos donatários no senhorio coincide com promissor alento de todas as atividades humanas. Constroem-se novos engenhos, movimentam-se expedições em busca das minas, o comércio se anima. Governada a terra pelos capitães-mores, surgem as rusgas, o tráfico decai, o marasmo domina a tudo e a todos.<sup>244</sup>

Segundo o autor, existiu uma má condução da Capitania:

Na volumosa documentação consultada não encontramos uma referência sequer à mais rápida visita de qualquer dos capitães-mores ao sertão. Limitavam-se à aldeia da Vitória, onde, aliás, não deixaram qualquer construção que lhes recordasse o nome. O governo geral da Bahia, por sua vez, não traçava rumos à administração regional. Contentava-se em determinar que seus delegados apresentassem relatórios minuciosos sobre as fortificações 'porque ainda que de presente exista paz com os Holandeses, sempre convém estar a Capitania com a prevenção necessária a qualquer intento, ou invasão de outros inimigos desta Coroa'.<sup>245</sup>

<sup>242</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 69.

<sup>243</sup> “O abandono da capitania por parte dos donatários desencadeou novo processo de decadência. Não era de se esperar outra coisa, tão infelizes as escolhas dos administradores, preferentemente aliciados no seio de classe avessa à tarefa de governar. Regra geral, permaneciam meses, apenas, no posto, logo substituídos.” Ver: OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 142; O autor avalia a incapacidade dos capitães-mores e a relação que se estabelecia entre eles e as autoridades da Coroa, que prejudicavam a condução do Espírito Santo: “a maneira assaz descortês e rude como os governadores gerais e vice-reis tratavam os capitães-mores. As cartas daqueles para estes – correspondência oficial, copiada nos livros do governo – estão repletas de admoestações deprimentes e ameaças escolares. Não raro, deparamos com ordens da mais alta autoridade da colônia para os seus subordinados imediatos – os capitães-mores – receberem de seus governados pequenas dívidas de terceiros... E lá vinham as prolixas e fastidiosas recomendações sobre a maneira de cobrar e o processo a ser obedecido quanto à remessa da importância recebida para a Bahia, transformando-se os delegados da Coroa em meros agentes cobradores. A subserviência não permitiu um protesto sequer contra prescrições tão deprimentes. Os homens a quem se confiava a administração da capitania não estavam à altura do posto... Outra fosse sua formação moral e intelectual, por certo se insurgiriam.” Ibid., p. 143.

<sup>244</sup> Ibid., p. 151.

<sup>245</sup> Ibid., p. 143.

Analizando a documentação do Governo Geral da Bahia em relação ao Espírito Santo, José Teixeira argumenta os prejuízos acarretados por tal situação:

Nem uma palavra sobre a indústria, o comércio, a lavoura, obras públicas, instrução. Resultado de política tão acanhada: o conteúdo do alvará do vice-rei ao provedor da capitania, datado de três de setembro de 1664, onde se lê o seguinte: ‘Sendo informado que a Capitania do Espírito Santo está hoje tão diminuta no rendimento [...]’.<sup>246</sup>

Maria Stella de Novaes também analisa essa segunda metade do século XVII, evidenciando que os dízimos arrecadados no Espírito Santo eram insuficientes para cobrir as despesas. Assim, segundo ela, “dessas desordens (o problema político-administrativo), surgiu, de certo a crise financeira atravessada pela capitania.”<sup>247</sup> Neida Lúcia de Moraes resume o “triste resultado” do século XVII exatamente ao isolamento do Espírito Santo:

Mas o mais triste resultado da luta não seria o ataque armado[...] Foi o abandono, por parte da metrópole, ocupada com a guerra acesa em todo o nordeste e com a defesa da costa sul, que deixou sem assistência por todo o período do domínio espanhol a imensa costa de Salvador ao Rio de Janeiro. [...] Excetuados os dias de Francisco Gil de Araújo, todo o século XVII foi de resultados insignificantes. Não se fez mais do que manter a faixa de praia conquistada pelos pioneiros. Os próprios jesuítas se encapsularam nas suas propriedades rurais, de onde não saíam mais para os trabalhos e catequese.<sup>248</sup>

Se a autora evidenciou que não ocorreram “acontecimentos extraordinários registrados na Capitania, durante muitos anos”, José Teixeira de Oliveira denominou de “angustiosa conjuntura” a dificuldade do Espírito Santo em efetuar o pagamento de suas despesas, condição que “perdurou por vários anos”.<sup>249</sup> Infeliz, acanhado, tornara-se o Espírito Santo, segundo o autor:

Mofinos – excessivamente mofinos – os resultados do trabalho de cem anos. Além dos dias de Francisco Gil de Araújo, em que a capitania viveu animada por generosas

<sup>246</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 144.

<sup>247</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 71.

<sup>248</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 30

<sup>249</sup> José Teixeira apresenta evidências dessa circunstância: “[...] a queda dos dízimos, que refletia a situação geral dos negócios da capitania, onde, em 1664, não havia quem comprasse o principal produto da terra – o açúcar. Dois anos antes, para tornar possível o pagamento do donativo do dote e tributo da paz de Holanda, foi preciso que o governador geral permitisse aos ‘moradores [cujos cabedais eram limitados]’ venderem pau-brasil na Bahia, ‘por ser o mais eficaz remédio que tinham para poder dar satisfação ao que deviam’. Tão angustiosa conjuntura perdurou por vários anos.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 151. Ainda sobre esse período, apresenta o autor: “Em 1665, faltou erário para pagar aos oficiais de artilharia. Respondendo a uma carta do provedor da Fazenda Real, o governador geral autorizou a proceder ‘neste caso’ como ‘em outros semelhantes’, isto é, que pagassem os moradores, pois ‘é estilo bem ordinário em toda a parte suprir o Povo o que a Fazenda Real não pode para conservar a quem os defende’.” OLIVEIRA, 1975, loc.cit., destaque do autor.

ideias de progresso, pouco mais se fez que manter a faixa de praia cujos limites foram traçados pelos pioneiros.<sup>250</sup>

Foi essa a imagem de Espírito Santo elaborada pelos autores em sua trajetória durante o século XVII. Se os elementos colonizadores, associados aos prejuízos impostos pelos indígenas, foram apresentados como fatores das dificuldades da capitania em sua origem, a ausência de condutores para suprir o déficit do Espírito Santo e a falta de uma atenção por parte da Coroa foram indicados como elementos que impossibilitaram o progresso do Espírito Santo. Aqui, percebemos, novamente, o critério de interpretação dos autores. Se o período republicano foi o momento em que o Espírito Santo encontrara a possibilidade de superar o atraso pela presença e condução administrativa de seus governadores, o período colonial, porém, fora marcado por essa ausência.

Nessa construção de uma representação de Espírito Santo colonial vinculado ao fracasso, a narrativa histórica do atraso que marcou a sua trajetória guardou mais um obstáculo com consequências negativas: o papel exercido pela capitania no século XVIII, período da atividade aurífera na região de Minas Gerais.

#### 2.2.4. O PAPEL DE DEFESA E O ESPÍRITO SANTO COMO A BARREIRA PARA AS MINAS.

Quando observamos as representações de Espírito Santo e os usos do passado no presente<sup>251</sup> identificamos que as referências a esse passado carregam sentimentos de ausência, marginalização ou ainda, por meio dessa apropriação, justificam o discurso de mudança ou o de superação de algo que no passado fora negado ao Espírito Santo. Dentre os elementos presentes nesse roteiro, as dificuldades originadas com a descoberta do ouro na região das Minas aparecem como o principal fator do atraso. Na terceira edição (2008) da obra de José Teixeira de Oliveira, João Eurípedes Franklin Leal<sup>252</sup> corrobora essa interpretação sobre os prejuízos sofridos pelo Espírito Santo no contexto da mineração do século XVIII. Segundo o autor:

<sup>250</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 166.

<sup>251</sup> Observamos no Capítulo 1 a recorrência a certos eventos do passado espiritosantense como legitimadores de determinados posicionamentos e ações políticas. E figurou, entre eles, o ocaso do Espírito Santo com a exploração aurífera do século XVIII.

<sup>252</sup> O autor tece algumas considerações sobre a história do Espírito Santo, e dentre elas comenta a questão dos impedimentos trazidos à Capitania após a descoberta das minas. LEAL, João Eurípedes Franklin. Posfácio. *História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho*. In: OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: APEES/SECULT, 2006. p. 503-534.



Mas foi no início do século XVIII que outra medida transtornou mais ainda o Espírito Santo. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais a Coroa portuguesa achou por bem, por ser o Espírito Santo uma defesa natural contra a possível cobiça estrangeira das novas riquezas encontradas, proibir qualquer abertura para o interior da capitania. O Espírito Santo passou a funcionar exclusivamente como uma trincheira de defesa do interior mineiro, evitando qualquer medida ou ação progressiva que atraísse a cobiça estrangeira, que prejudicasse a mineração nas Minas Gerais ou que facilitasse o contrabando do ouro. Proibiu qualquer entrada ou penetração para o interior, assim como toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral[...]. Em 1711, com o falecimento do donatário Manoel Garcia Pimentel, o rei ordenou, a 19 de maio, ao governador do Brasil sequestrar a capitania e incorporá-la à Coroa. Essas medidas foram tomadas, mas o herdeiro Cosme Rolim de Moura levantou questão que lhe foi favorável na Relação da Bahia, mantendo-o na posse do Espírito Santo até que, a 6 de abril de 1718, foi realizada a venda da capitania à Coroa, pelo valor de 40 mil cruzados, pagos em quatro parcelas anuais e iguais. A compra da capitania do Espírito Santo estava dentro da política portuguesa de manter o Espírito Santo como a “defesa natural das Minas Gerais”, fortificando principalmente Vitória e proibindo a abertura do interior, deixando que a própria natureza selvagem servisse de trincheira contra um possível ataque estrangeiro visando ao ouro, assim como evitando o seu contrabando.<sup>253</sup>

Assim, constatamos que a noção da Capitania como trincheira<sup>254</sup> permanece em parte da historiografia local. Em relação aos autores aqui analisados, cabe observarmos qual o significado atribuído a esse período e evento para o sentido da trajetória do Espírito Santo definido em suas narrativas. O grande elemento que marcou o não desenvolvimento, ou o atraso, do Espírito Santo em seu período colonial foi o papel desempenhado pela capitania no século XVIII. No que diz respeito ao “capítulo da mineração” na história local, a colaboração do Espírito Santo para a história do Brasil ganha um sentido negativo para sua trajetória. O papel de defesa, que em relação às invasões sofridas pela colônia foram qualificados em termos de exaltar a participação do Espírito Santo ao longo da história do Brasil, no caso do período da mineração na região das Minas esse papel foi interpretado em função dos prejuízos acarretados para o desenvolvimento da Capitania.

<sup>253</sup> LEAL, João Eurípedes Franklin. Posfácio. *História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho*. In: OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: APEES/SECULT, 2006. p. 517-518; Torna-se importante frisar que as obras em geral não examinam a sociedade e a economia do Espírito Santo em si. As assertivas de fracasso contem, por generalização ou mesmo suposição, um elemento comparativo em relação a capitânias vizinhas que, por conseguinte, teriam sido bem-sucedidas. A interpretação de João Eurípedes Franklin Leal e outros autores segue, muitas vezes, sem questionamento, tal pressuposto.

<sup>254</sup> A própria literatura também se apropriou dessa noção. Cláudio Lachini, em narrativa literária sobre Vasco Fernandes Coutinho, opina sobre esse período: “O Espírito Santo que Vasco Fernandes Coutinho deixou foi isolado pela Coroa Portuguesa quando da descoberta do ouro em Vila Rica, situada em território que originalmente pertencia à Capitania do Espírito Santo. Como à mesma Capitania, e, portanto, de Vasco Fernandes Coutinho, foram as terras de Diamantina e da maior parte das Minas Gerais. As minas, que eram gerais como vaticinara Vasco, passaram a pertencer à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, criada em 3 de novembro de 1709.[...] O preço recebido pela região costeira que vai da divisa com a Bahia até a divisa com o Rio de Janeiro foi o abandono.[...] Deixá-lo à mingua, protegido por alguns fortes, foi a defesa mais em conta contra qualquer entrada que se fizesse pelo caminho mais curto. Ver: LACHINI, Cláudio. **Vasco: memórias de um precursor da globalização**. São Paulo: Bacarolla, 2009. p. 244.

Tal papel surge na narrativa como um momento associado a impedimentos, marginalização, estagnação e exclusão. Enquanto a mineração era acompanhada da ideia de riqueza, de progresso para a história do Brasil, para o Espírito Santo ela significou o atraso, o principal obstáculo da trajetória capixaba. A própria ênfase direcionada à mineração, associando-a a um período de esplendor das Minas Gerais, contrasta e reforça, por sua vez, a noção de marasmo do Espírito Santo, que diferentemente do restante da colônia, não se contaminou, ficando isolado.

Com José Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes e Neida Lúcia, esse período de impedimento e marginalização ganhou o status de marco histórico negativo. Como veremos, a imagem de decadência relativa ao início do século XIX na Capitania era resultado dos séculos anteriores, mas, sobretudo, pela estagnação desse momento. O século XVIII encerrava, segundo a interpretação dos autores, o passado colonial caracterizado pelo fracasso e, depois dele, a marca da trajetória do Espírito Santo seria a busca por superar essa condição ao qual fora submetido.

Em relação à busca pelo ouro, Enaile Carvalho evidencia que o Espírito Santo não esteve ausente:

No que se refere ao Espírito Santo, inúmeras entradas ao interior da Capitania buscaram a tão sonhada serra das esmeraldas, utopia que persistiu até a entrada do século XIX, sempre com dispêndio de gentes, provisões e mantimentos não só do Real Erário português, como também, de particulares. [...] Há várias referências no Arquivo Histórico Ultramarino, sobre expedições realizadas para descobrir a localização da serra das esmeraldas que se supunha existir nos limites da Capitania. Essa utopia, iniciada por Marcos de Azevedo, teve como adeptos seus filhos Antonio de Azevedo Coutinho e Domingos de Azevedo Coutinho e, mais tarde, vários aventureiros seguiram-se em expedições financiadas pelo Estado lusitano e/ou particulares, com o mesmo objetivo de encontrar o eldorado capixaba. Arquivo Histórico Ultramarino - CTA: AHU – Espírito Santo, de 1585 a 1821.<sup>255</sup>

Na perspectiva de análise adotada por José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes, percebemos que todos registraram as tentativas de exploração aurífera no Espírito Santo. Os autores evidenciaram as ações e os esforços dispensados por diferentes sujeitos,

---

<sup>255</sup>CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 31.

valorizados na narrativa e, inclusive, alguns foram destacados pela resistência que exerceram às ordenações oficiais de impedimento de interiorização no Espírito Santo nesse período.<sup>256</sup>

A busca pelo ouro ressaltada pelos autores evidencia que a capitania não estava avessa a este propósito da Coroa portuguesa para sua colônia. No entanto, para eles, a percepção foi a de perda. De acordo com Neida Lúcia de Moraes, "era o começo do ciclo do ouro do qual o Espírito Santo deveria permanecer afastado, e em virtude do qual iria ser isolado do resto do Brasil por cem anos, no decurso de todo o século XVIII."<sup>257</sup> Nessa perspectiva, a Capitania perdeu a oportunidade, estava reservado a ela outro papel nesse contexto da história do Brasil. Segundo José Teixeira:

---

<sup>256</sup> José Teixeira de Oliveira e Maria Stella de Novaes destacam ao longo da narrativa sobre o período colonial que as buscas pelo ouro no Espírito Santo ocorreram desde o século XVI, mas a capitania não obteve êxito nesses empreendimentos, o que reforça a noção de prejuízo do Espírito Santo com a descoberta do ouro na região das minas. Maria Stella de Novaes apresenta as tentativas, ainda que malsucedidas comparando-se ao que se desenvolveu na região das minas, que existiram na Capitania: "1646 – Continuava latente nos membros da família Azeredo, o sonho das pedras verdes. Haviam Antônio e Domingos de Azeredo, filhos de Marcos (Antônio) de Azeredo (Coutinho), o descobridor das serras de esmeraldas, se apresentado, em 1644, para realizar nova entrada, o que foi aceito pelas Côrtes Portuguesas. Segundo a notícia transmitida a 24 de setembro de 1646, ao Geral da Companhia de Jesus, pelo Provincial Francisco Carneiro, foram nomeados: - Superior da entrada, o Pe. Luís da Sequeira e seu companheiro, o Pe. Vicente de Banhos. Regressaram todos, nesse mesmo ano (1646), com notícias confirmativas da referida serra." NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 68, parênteses da autora); Novaes destaca, ainda, a resistência às proibições. Pedro Bueno de Carcunda é assim caracterizado: "sempre atento às minas auríferas. Averso às ordens superiores contrárias à exploração do interior da capitania, varava os sertões e iludia os delegados de El-Rei. Declarava suas riquezas e concorria, assim, para o povoamento do Espírito Santo. Audaz bandeirante, ..." (Ibid., p. 88.); Maria Stella demonstra ainda: "1758 – desde 1750 havia o Ouvidor do Espírito Santo estabelecido as minas do Castelo. Venceu, portanto, a perseverante coragem dos mineradores. Embora condenado pelo Governo da Bahia, que reclamava estar o lugar nos limites de sua administração [...]" (Ibid., p. 88-89.); José Teixeira de Oliveira também atenta-se para essa busca, evidenciando que a colonização do Espírito Santo foi marcada por essas tentativas: "Lançadas, pois, as sementes ao solo, Vasco Coutinho e seus companheiros se atiraram às explorações. Basílio Daemon, recordando o feito, escreveu que, em fins de 1535 ou princípios do ano seguinte, saíram os povoadores em grande número, 'bem armados e municiados' e entranharam-se pelo sertão. Abrindo picadas na floresta, chegaram até os 'arredores da hoje cidade da Serra', sem serem incomodados ou pressentidos pelos índios, pois nada consta a respeito, acrescenta o minucioso cronologista." OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 46; O autor destaca ainda que não existiu uma atenção voltada para o Espírito Santo, mesmo com indícios: "Preciosa por todos os títulos, a epístola do famoso jesuíta contém, ainda, esta notícia sensacional: 'Estão os moradores muito contentes, porque além do metal, que se na mesma Vila achou que se [sic] tem por prata, e muito ferro, mandou o Capitão Vasco Fernandes Coutinho descobrir, pelo sertão, e acharam ouro e certas pedras, que dizem que serão de preço, e que de um e de outro há muita cópia'. É surpreendente que as notícias desses achados não tenham provocado grande afluência de aventureiros, como se verificou nas outras capitanias. Pelo menos não se conhecem informações." Ibid., p. 83.; Registrou, portanto, que essa busca existiu na Capitania: "Dom Francisco de Sousa, o das Manhas, que governou o Brasil, pela primeira vez, no fim do século XVI, aqui esteve depois de outubro de 1598. Dirigia-se a São Paulo, mas, 'por lhe dizerem que havia metais na serra de Mestre Álvaro e em outras partes, as tentou e mandou cavar e fazer ensaio, de que se tirou alguma prata. Também mandou que fossem às esmeraldas, a que da Bahia havia mandado por Diogo Martins Cão e as tinha descobertas.' Informa Basílio Daemon que o governador foi em pessoa examinar algumas minas e que, entre os da sua comitiva, se contavam dois alemães – um engenheiro, de nome Geraldo, e um mineiro, Jaques." Ibid., p. 115.

<sup>257</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 30.

O século XVII, que se distinguiu pelo número de *bandeiras*, pela busca desesperada às brenhas promissoras, ainda assistiu à revelação do ouro no território que passaria a denominar-se *das minas gerais*. As lavras mais ricas estavam localizadas, justamente, na faixa de terra compreendida pelos limites traçados, na carta de doação, à capitania de Vasco Fernandes Coutinho. Entretanto, não ocorreria a ninguém reclamar o direito de senhorio sobre a região – tão distante do litoral. A impossibilidade dos donatários de levarem sua autoridade até os confins do quinhão que el-rei lhes doara conspirou com o tempo, modificando o direito primitivamente estabelecido.<sup>258</sup>

À impossibilidade de assumir o protagonismo da exploração aurífera, Maria Stella apresenta a condição de barreira que passava a caracterizar o Espírito Santo no cenário da colonização do Brasil:

Surgiu, depois, o receio das visitas indesejáveis, em busca das riquezas naturais do interior do Brasil. Vieram, por isso, ordens rigorosas da Bahia, para que se recolhessem a Vitória todos os que se encontrassem nas lavras. O Espírito Santo era já trincheira, para a defesa das Minas Gerais!... E, daí, resultou igualmente a proibição de se abrirem estradas para o Oeste. E, assim, a Capitania viu-se impedida de conhecer e defender seu próprio território, que se reduzia à pequena faixa litorânea, em desacordo com a Carta- Régia de doação a Vasco Fernandes Coutinho, baseado no Tratado de Tordesilhas!<sup>259</sup>

O papel de “barreira verde” definia um lugar para a capitania no contexto da história do Brasil, porém, segundo José Teixeira de Oliveira, para o “Espírito Santo, particularmente, a vizinhança das minas viria constituir empecilho à penetração e ao desenvolvimento das suas atividades para o interior.”<sup>260</sup> Os impedimentos direcionados ao Espírito Santo nesse período da exploração aurífera do século XVIII passaram, portanto, a definir a dinâmica da colonização local e a caracterizar sua marginalização. Os autores passaram a representar o lugar da Capitania e a apontar as causas e implicações dessa condição. Para Neida Lúcia:

[...] a capitania se encontrava em lugar que necessitava de vigilância minuciosa e ativa para evitar o contrabando do ouro.[...] Era necessária à fazenda real a manutenção da inviolabilidade da ‘barreira verde’ que vedava o acesso às jazidas auríferas. Eis como era bem assegurada a impermeabilização do tecido de proibições. Em 1716, o Marquês de Angeja recomendava ao seu enviado, o mestre de campo Domingos Teixeira, que observasse a ‘proibição de que ninguém passe a fazer descobertas de ouro no Espírito Santo por ser ordem de El-Rei, que não se façam estas enquanto não se fortifica primeiro a Capitania.’<sup>261</sup>

<sup>258</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 171.

<sup>259</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 80.

<sup>260</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 171.

<sup>261</sup> MORAES, op.cit., p. 31.

Assim também os demais autores evidenciaram os impedimentos que sujeitavam o Espírito Santo ao papel de trincheira. Segundo José Teixeira, foi essa a destinação atribuída por parte da Coroa portuguesa:

Por muitos anos, os administradores portugueses e seus delegados no Brasil estiveram convencidos de que qualquer ataque estrangeiro, dirigido contra as jazidas das *minas gerais*, teria o Espírito Santo como base de desembarque, daqui marchando em direção àqueles centros. A proibição de se fazerem estradas que ligassem a capitania à sua vizinha do oeste e a atenção dedicada às fortificações locais demonstram suficientemente a procedência dessa informação.<sup>262</sup>

Seria essa a condição da Capitania, na qual a política do governo geral seria a de ameaçar “de severos castigos aos transgressores da ordem del-Rei.”<sup>263</sup> Maria Stella de Novaes observa como consequência direta dessa política da Coroa o aparelhamento do Espírito Santo realizada pelo governo geral para que ela exercesse seu papel:

[...] tratou, simultaneamente, o Governo Geral do Brasil de providenciar o aparelhamento da capitania, para qualquer emergência. Realmente, a Fortaleza de São Francisco de Xavier, concluída em 1702, no local, mais ou menos onde se encontrava o Forte de Piratininga, notável desde os primórdios do povoamento, atestou o zelo do Governador Geral Dom Rodrigo da Costa, pela defesa da Vila; dotou-a de artilharia necessária.<sup>264</sup>

José Teixeira também faz alusão a essa condição estabelecida, evidenciando o estado em que se encontrava a capitania:

Numerosas referências a remessas de armas e munições por parte do governo da Bahia dão a entender que havia real temor de que alguma expedição estrangeira tentasse assaltar o Espírito Santo, para daqui passar às minas. Mesmo assim, em 1710, o governador geral aludia ao ‘miserável estado em que essa praça [Vitória] se acha pela falta que tem de tudo o que conduz à sua conservação e defesa’.<sup>265</sup>

<sup>262</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 173.

<sup>263</sup> Ibid., p. 181. Sobre as proibições e controle da Capitania, o autor destaca: “À Bahia chegaram delações contra o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, obrigando o governador geral a dirigir-se ao provedor da Fazenda Manuel Correia de Lemos. Pedia informações sobre a *suficiência* do acusado, estado das fortificações, prosseguimento das pesquisas de ouro e abertura do caminho para as *minas gerais*, pois constava que o capitão-mor se associara a Pedro Bueno Cacunda para levar a cabo a ligação da capitania com aquela região, ‘o que convém atalhar logo por todos os meios possíveis para evitar as danosas e irremediáveis consequências que precisamente se não de seguir contra o serviço de Sua Majestade e conservação da dita Capitania’.” (Ibid., p. 179.); Ainda segundo o autor: “Vale acentuar a recomendação do marquês de Angeja ao seu enviado, mestre de campo Domingos Teixeira, relativa à ‘proibição de que ninguém passe a fazer descobertas [de minas]’ no Espírito Santo, ‘por ser ordem de El-rei se não façam estas enquanto se não fortifica primeiro a Capitania’.” (Ibid., p. 186, destaques e colchetes do autor).

<sup>264</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 80.

<sup>265</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 181.

Diante do impedimento de interiorização e, conseqüentemente, de participação na economia aurífera, o Espírito Santo se encontrava com a preocupação de defesa, canalizando esforços nesse sentido.<sup>266</sup> Maria Stella de Novaes, ressalta, portanto, os impedimentos oficiais e o lugar estratégico ocupado pela capitania:

continuavam a despertar a atenção do Governo Geral que, por isso, proibiu ‘descobertas de minas, segundo ordem de El-Rei, antes que se fortificasse a Capitania. Essas recomendações vieram... ‘com a determinação que fortificasse o litoral da Capitania, datava de 2 de setembro de 1716.’ [...] governo preocupado com pontos estratégicos no qual o ES encontrava-se [...] 1726 – Verificou-se, passados alguns anos, que o Governo continuava a preparar as forças armadas e providenciava equitativamente a guarnição de diversos pontos do Brasil, tidos como estratégicos.<sup>267</sup>

Essa função estratégica exercida pelo Espírito Santo nesse momento de sua trajetória, portanto, trazia consigo, na leitura dos autores, os obstáculos para o seu desenvolvimento. Exclusão e marginalização, impedimentos e falta de autonomia caracterizavam a Capitania nesse contexto. Se os dois primeiros séculos da experiência colonizadora foram marcados pela ausência de progresso, a avaliação dos autores acerca do século XVIII manteve tal perspectiva de análise. Novamente, portanto, a imagem negativa do atraso atribuída ao passado colonial caracteriza a representação de Espírito Santo, nesse ponto, em decorrência dos obstáculos definidos pela Coroa portuguesa. A ideia de conquistas e as expectativas abertas com a mineração aparecem em contraste com a condição local. Segundo Neida Lúcia:

Enquanto isso, a capitania não podia pagar os impostos devidos à Coroa, não havia vida social, faltam notícias sobre comércio, atividades industriais ou artesanais, ou sobre fundação e desenvolvimento de povoados. A vida pobre e sem estímulos era ainda travada pela legislação que impedia o contato com as minas.<sup>268</sup>

Maria Stella de Novaes caracteriza a situação econômica em 1728:

Entre 1728 e 1730, a Vila da Vitória atravessava situação econômica difícil, ‘por falta de negócios’. Seus moradores ‘eram pobres’. Com setecentos fogos e [...] seus dízimos, em muitas ocasiões, não davam para cobrir os filhos da folha [...].<sup>269</sup>

<sup>266</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 86-87. A autora cita, ainda, que em 1709 os habitantes de Vitória “souberam que deveriam entregar armas, pólvora e dardos, que tivessem para a defesa da Capitania” e em 1710, diante do perigo de invasão estrangeira, “em caso de tão indesejável e perigosa visita, o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles[...]” Ibid., p. 86.

<sup>267</sup> Ainda sobre a função a autora registra: “1736 – Preocupava-se o Governo com a defesa do litoral, contra a invasão atraída pelas minas auríferas. Uma Carta-Régia, de 20 de abril de 1736, mandava que se estabelecesse, na Capitania, uma guarnição de 50 soldados, cujo pagamento se devia fazer pela Provedoria da Bahia de Todos os Santos, quando faltasse rendimento de dízimos.” Ibid., p. 89.

<sup>268</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 31.

<sup>269</sup> NOVAES, op.cit., p. 87.

José Teixeira de Oliveira recorreu mais uma vez à documentação que possibilitava evidenciar uma imagem da Capitania ao iniciar o século XVIII, mais especificamente, durante a administração do capitão-mor Francisco Ribeiro de Miranda que:

não se cansou de escrever aos seus superiores hierárquicos, pedindo providências para o desenvolvimento da capitania. No acervo da documentação conhecida, destaca-se a resposta que o governador geral deu a *várias* cartas de Ribeiro Miranda. É uma peça longa, em que D. Rodrigo da Costa passa em revista os principais problemas administrativos do Espírito Santo de então. Por ela, ficamos sabendo que a ‘lotação dos soldados pagos’ (quarenta homens) ‘se achava muito diminuta, havendo muitos moços que queriam sentar praça’ e que ‘o não faziam pela falta que ha[via] de dinheiro para se lhes pagar’; o padre reitor da Companhia de Jesus queixava-se de que os índios não eram pagos quando retirados das suas aldeias para o serviço da Coroa; as lavouras ficavam desfalcadas de mulatos e pardos, vendidos para as minas, não havendo negros para suprir a sua falta.<sup>270</sup>

A influência da região das minas é, portanto, enfatizada contrastando com a condição que passava a se encontrar o Espírito Santo. Ainda, segundo José Teixeira, no ano de 1752, era possível identificar “mais um depoimento sobre o senhorio, agora do capitão-mor José Gomes Borges (aqui chegado a quinze de janeiro daquele ano) e que o encontrara ‘no mais deplorável estado que se pode considerar’”.<sup>271</sup> Imagem, que de acordo com o autor, definiu o que ele chamou de uma “vida social fraca”:

Não há notícia de festas, convívio entre escravos e senhores, comércio, atividades industriais, desenvolvimento das povoações, relações com os silvícolas etc. Os grandes senhores, que passeiam suas riquezas ou títulos de nobreza pelas páginas das crônicas de outras capitanias, são ignorados no Espírito Santo. Nada que se destaque da mesmice de uma vida paupérrima, manietada pela absurda legislação que impedia o contato tonificante com as minas.<sup>272</sup>

A marca dessa inserção do Espírito Santo na história do Brasil era, portanto, a da exclusão e pobreza num momento interpretado como de opulência, trazida pela mineração. Na narrativa dos autores, deste modo, o século XVIII fora marcado pelos obstáculos impostos à capitania. A imagem construída sobre o início do século XIX foi, conseqüentemente, a da decadência, resultado dos séculos anteriores. Interessante notar que o final do período colonial aparece nas obras como um momento de possibilidades e mudanças. Ainda assim, mesmo evidenciando a presença de governos que representariam essa mudança na trajetória do Espírito Santo, o início do século XIX foi exposto pelos autores seguindo este contraste, pois anunciava possibilidades

<sup>270</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 176.

<sup>271</sup> Ibid., p. 202.

<sup>272</sup> Ibid., p. 187.

de modificação, mas ainda registrava, em decorrência do atraso histórico, a imagem que caracterizara o período colonial na Capitania.

José Teixeira de Oliveira considerou que no início do século XIX, “quadros bem sugestivos a capitania de Vasco Coutinho oferecia a um observador dos derradeiros tempos coloniais.” Segundo o autor, ao retratar o Espírito Santo nesse momento, considerava que o território se encontrava “reduzido e, sobretudo, a mata, a indiada e, mais que tudo, as ordens del-rei sojigavam os capixabas na estreita e indeterminada faixa litorânea.” A divisão administrativa evidenciava a ausência de cidade, “nem a sede da capitania” e parte dos distritos da Vila de Vitória “não passava de minúsculo povoado, mas oficialmente lhes davam aquele predicamento”. Segundo o autor, a população era reduzida se comparada às outras capitanias naquela época. Em termos de governança, a capitania permanecia sob o domínio da Coroa e “nos últimos tempos do período colonial, os cargos da administração civil, no Espírito Santo, eram bem reduzidos”, dificultando a administração. Possuía um aparelho de justiça deficiente que “correspondia a ausência quase total da justiça d’el-rei.”<sup>273</sup>

Com Neida Lúcia de Moraes, o diagnóstico negativo da situação local evidenciava-se na ocupação de seu território:

Acabamos de enumerar os obstáculos opostos à nossa penetração. Todo o século XVIII foi preenchido com o estabelecimento e a manutenção da ‘barreira verde, encobrindo as minas.’ Segundo assinala Saint Hilare, ao raiar o século XIX, em trezentos anos de sacrifícios, de incompreensão, de submissão forçada a interesses estranhos à Capitania, a faixa povoada não ultrapassava a média de 4 léguas a partir do mar, assim mesmo dividida em duas partes, distantes 80 km entre si, que tal é menor a distancia que vai do Rio Doce ao Rio São Mateus, em linha reta. A verdade é que as circunstancias não nos deixaram ir além.<sup>274</sup>

Diante desse quadro, o autor chama a atenção para a carta de D. João em 1800, preocupado em “reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo.”<sup>275</sup> Maria Stella de Novaes também

<sup>273</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 232-238.

<sup>274</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 33. Segundo a autora, a atividade aurífera naquele período só foi superada a partir de 1800: “A psicose do ouro criou uma nuvem que sombreou o Espírito Santo durante todo o século XVIII. Foi necessário que se encerrasse o ciclo do ouro, [...] para que falhas se abrissem na cortina e ao sol do progresso fosse permitido iluminar um pouco esta dadivosa e boa terra que veio a constituir o nosso Estado. Ao terminar o século XVIII, exatamente no apagar das luzes, aos 8 de outubro de 1800, foi estabelecido um registro à margem do Rio Doce, no Quartel do Porto do Souza. Finalmente nos era concedida a licença de atravessar a estreita faixa de terra do Espírito Santo.” Ibid, p. 32.

<sup>275</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 217.



ressalta esse momento e o interesse da Coroa frente ao Espírito Santo, o que evidenciava a necessidade de superação de uma condição de dificuldade que identificava a capitania:

Diante da situação de real decadência da Capitania, o Príncipe Regente Dom João VI escreveu ao governador da Bahia, Francisco Cunha Menezes, sobre ‘um particular cuidado em reanimá-la’, porque estivera ‘confiada, até agora a ignorantes e poucos zelosos capitães-mores’. Nomeou, por isso, um Governador particular, ‘um homem de conhecidas luzes e préstimos’. Recomendava ainda a cooperação com o mesmo Governador, para que realizasse grandes planos de que fora encarregado, tais como: - 1º) Abrir uma mais fácil comunicação com a Capitania de Minas Gerais de que não de seguir-se vantagens incalculáveis; 2º) Ampliar e conservar as preciosas matas da Capitania do Espírito Santo. 3º) Aumentar a extensão de toda a qualidade de culturas, nos férteis campos da Capitania. 4º) Civilizar os índios, por meio de propaganda das luzes do Cristianismo e concorrer assim para que eles se tornem vassalos leais.<sup>276</sup>

Maria Stella de Novaes também caracteriza o final do período colonial evidenciando as limitações encontradas pelo Espírito Santo:

A 23 de junho de 1811, o Escrivão da Junta da Fazenda Real, Francisco Manuel da Cunha, apresentava ao Conselheiro Antonio de Araújo e Azeredo amplas informações do estado da Capitania: - serviço público, topografia, história, etc. Estava a agricultura desprezada, por isso, os negócios giravam com açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão, em pequena escala. Casas arruinadas. As mulheres fiavam o algodão. O transporte da reduzida produção agrícola fazia-se, para o Rio de Janeiro e a Bahia, em pequenas embarcações dos comerciantes. Vila Velha tinha ‘quarenta casas cobertas de palhas.’ As condições das outras vilas não eram melhores. Finalmente, ‘desde o Rio Doce até o Itabapoana, a estrada é sempre pela costa do mar, e, raras vezes, dela se aparta.’<sup>277</sup>

A autora ressalta, ainda, a dificuldade que encontraria o primeiro governo provincial que apresentava um Espírito Santo deficitário:

- O primeiro Secretário do Governo Provincial foi Henrique José de Paiva, nomeado a 28 de novembro de 1823.  
- Era então precária a situação financeira da província. Em ofício de 2 de janeiro, a junta Provisória pediu ao Governo na Corte uma Bandeira nacional, porque não podia fazê-la na Vitória, pela ‘extrema falta de meios.’ [...] Seriam enormes os prejuízos

<sup>276</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 105.

<sup>277</sup> Ibid., p. 112. Observamos também em José Teixeira de Oliveira o destaque dessa condição do Espírito Santo nesse ano: “De 1811, isto é, justamente do ano em que Tovar deixou a governança, é um depoimento de Francisco Manuel da Cunha, que apresenta a capitania em estado bem contristado. O comércio de Vitória – a darmos crédito às suas palavras – só negociava, em produtos da terra: açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão – tudo em pequena escala, pois a agricultura estava como esquecida. As casas refletiam a penúria dos moradores e, se se arruinava, não eram reedificadas. Não havia divertimentos, devido à pobreza, que era geral.[...] Até o corte de madeira – umas das forças econômicas da terra – decaía. A minguada produção agrícola e industrial era transportada em pequenas embarcações, pertencentes aos comerciantes locais, para o Rio de Janeiro e Bahia. Raramente alcançavam Pernambuco ou Rio Grande do Sul. O Sonhado intercâmbio com Minas Gerais continuava sendo uma utopia. As canoas que singravam o Rio Doce conduziam apenas soldados.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 253.

decorrentes das dificuldades financeiras da Província, principalmente quanto à civilização dos índios, pois, abandonados, atacariam as lavouras, os núcleos do povoamento, etc. E a defesa militar exigia sempre novos gastos. Dizia mais: - ‘É preciso que S.M. Imperial esteja cabalmente ciente de que esta Província é a mais miserável do Império: - não tem agricultura nem comércio; seus habitantes são paupérrimos.’

E concluía com esta sincera afirmativa: - ‘Bem vejo que o Governo de S. M. Imperial está sobrecarregado de grandes ponderações qual a salvação da Pátria, mas, também é certo que esta parte do Império, pela sua constante adesão à causa do mesmo Império, lhe deve merecer atenção assim como a requisição do seu Presidente que em tempo algum deseja ser notado de omissor ou indolente em negócios de tanta monta, e pelo que fazia responsável perante S.M. Imperial e à Nação.’<sup>278</sup>

O início do período imperial apresentava, assim, a “Província mais miserável do Império”, herança do período colonial. Segundo José Teixeira de Oliveira, as dificuldades, os impedimentos e a marginalização que foram determinados ao Espírito Santo estavam presentes em sua realidade nesse momento:

Arrecadando 23:378\$000, o Espírito Santo tinha seus gastos, para 1827/8, calculados em 48:121\$413. Perduravam, como se vê, os déficits, raramente superados nos séculos precedentes. Para aliviá-los, determinara o Imperador – pela provisão de nove de fevereiro de 1826 – fossem entregues aos cofres da Província as sobras dos rendimentos de Campos que, em 1827, totalizavam 8:933\$629 e – por ato de catorze de novembro de 1826 – se consignasse mensalmente, em favor dos cofres espiritosantenses, a quantia de 4:000\$000. Entretanto, ‘pela estreiteza do comércio’, andava atrasadíssimo o pagamento da mesada, provocando, *ipso facto*, o acúmulo da dívida passiva, que aumentava sempre.<sup>279</sup>

O “peso” dos séculos anteriores, como sugere o autor, fazia-se presente nos anos inaugurais do Espírito Santo como província. Dessa forma, período colonial foi constituído, portanto, nas narrativas presentes nas obras *História do Estado do Espírito Santo*, *História do Espírito Santo* e *O Espírito Santo é assim* pelo conjunto de referências atribuídas a ele e definidora de sua condição. A partir da lógica atraso versus progresso, contrastando com o período republicano, os autores determinaram o significado do passado colonial como o fundador do atraso, o que possibilitou atribuir um sentido de superação progressivo aos séculos seguintes.

### 2.3 O SÉCULO XIX E A NARRATIVA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO.

A chegada do século XIX foi representado de forma distinta aos séculos anteriores na narrativa do progressivo desenvolvimento. Ainda que os autores tenham caracterizado o Espírito Santo no final do período colonial bem como no início do imperial marcado pelos déficits originários

<sup>278</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 147-148.

<sup>279</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 298.

dos séculos anteriores, percebemos uma mudança na qualificação e no significado desse momento para a história do Espírito Santo, quando comparado ao colonial.

Segundo Neida Lúcia, por exemplo, o século XIX inaugurou um novo momento do Espírito Santo em relação às expectativas de seu desenvolvimento econômico. Para ela, era necessário "examinar como vencemos os demais prejuízos causados por três séculos de restrições que hoje mal podemos compreender"<sup>280</sup>, o que por sua vez, evidenciava como o Estado conseguiu "recuperar em 100 anos o atraso dos 300 que pagamos caro o progresso das outras capitanias."<sup>281</sup> Nesta perspectiva, a lógica atraso/progresso na interpretação do passado definiu a diferenciação entre o que veio "antes" e "depois" do século XIX, estabelecendo-se, assim, um marco temporal que, por sua vez, definiu um novo sentido à trajetória do Espírito Santo nessas narrativas. De acordo com o sentido dado ao passado, no qual assumiam o presente como marco temporal, o século XIX foi definido dentro da trajetória do progresso como o do início do processo de superação do atraso. Se esta realizar-se-ia no presente, como já analisamos, o Espírito Santo em sua fase província foi caracterizado pela libertação dos impedimentos que caracterizaram o período colonial, ou seja, no qual possibilidades e horizontes se apresentavam à Província para inaugurar a marcha de progresso rumo ao Espírito Santo republicano.

A visão sobre o século XIX se constituiu em consonância com os critérios de avaliação por eles estabelecidos, o que implicou na definição do que ele carregava de novidade e colaboração para o progresso do Espírito Santo. Este foi apresentado nas narrativas por meio de um conjunto de circunstâncias, eventos e realizações governamentais, que, de maneira geral, compuseram um quadro em que o Espírito Santo figurou em melhores condições do que no período colonial. Constatamos que a noção de progresso foi representada por realizações governamentais, inovações e expansão territorial, interpretadas como conquistas do Espírito Santo. Os autores evidenciaram os seguintes temas e aspectos que caracterizariam o século XIX: o fim da dependência em relação à Bahia, o fim dos entraves em relação ao contato com as Minas Gerais, a possibilidade de interiorização com a construção de vias de comunicação, fundação de colônias e o surgimento de vilas e povoamentos no interior do Espírito Santo, bem como a introdução de uma série de inovações como o jornal, estradas, telégrafos e embarcações a vapor, que surgiam na narrativa como símbolos do progresso.

---

<sup>280</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 35.

<sup>281</sup> Ibid., p. 32.

A perspectiva de progressivo desenvolvimento, adotada por José Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes e Neida Lúcia orientou a leitura que estabeleceram sobre o século XIX. Estilaque Ferreira dos Santos<sup>282</sup>, argumenta que o governo de Silva Pontes (1800) inaugurou uma política de revitalização da capitania por meio das vias de comunicação e representava, portanto, a busca pelo desenvolvimento local tendo em vista o déficit dos séculos anteriores. Consideramos que os autores apresentaram essa visão progressista que delineou a imagem de Espírito Santo construída sobre o período.

Enaile Carvalho argumenta que o diagnóstico sobre o Espírito Santo realizado no início do século XIX evidenciava uma imagem negativa das condições da Capitania uma vez que os responsáveis por tais exames compartilhavam a visão de que o Espírito Santo ficara ausente de participação no sistema colonial de produção que garantia a lucratividade para a Coroa. No mesmo sentido, observa que existiu uma visão política preocupada em buscar alternativas econômicas frente à conjuntura do Estado Português e que, conseqüentemente, evidenciavam perspectivas em termos de produção e comércio favoráveis desde que conduzidas por uma administração voltada para realizar melhorias na Capitania.<sup>283</sup>

Considerando os critérios de avaliação e qualificação do passado adotados pelos autores, eles se apropriaram dos diagnósticos realizados sobre o Espírito Santo desse período para

---

<sup>282</sup> Segundo o autor, comentando a nomeação de Silva Pontes: "Ou seja, o próprio rei reconhecia abertamente que se tratava de um território ainda superficialmente explorado, atestando, portanto, a ineficácia de todo processo de ocupação colonial, e que competia ao seu representante alterar radicalmente este quadro, com providências inovadoras" SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba, **DIMENSÕES**– Revista de História da UFES, n.17, Vitória, 2005. p. 171.

<sup>283</sup> A autora ressalta a forma como tratou as fontes que informavam sobre o Espírito Santo nesse período, pois eram capazes de evidenciar a perspectiva de seus elaboradores sobre a Capitania. Segundo ela: "Como se trata de fontes escritas por políticos, trabalhei de forma a identificar até que ponto tais documentos representam a realidade ou o discurso político vigente no momento que foram escritos. A principal preocupação foi a identificação do relator de cada fonte trabalhada, no sentido de posicioná-lo dentro de seu contexto, verificando quais são suas preocupações e motivações ao relatar a situação do Espírito Santo." CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 24. Dessa forma, compreendemos a interpretação da autora sobre como se construiu uma visão sobre o início do século XIX no Espírito Santo: "Todas as Memórias, em maior ou menor grau, acabam por retratar a visão política desenvolvimentista e preocupada em criar alternativas econômicas frente à conjuntura do Estado português. Tanto Vila Nova Portugal, quanto Alberto Rubim e Accioli de Vasconcellos demonstraram existir no Espírito Santo do século XIX, perspectivas favoráveis em termos de produção e comércio. O pessimismo de Manoel da Cunha, fruto de suas desavenças com o governador Tovar, não o impediu, porém, de admitir que, tudo dependia de uma administração voltada para melhorias na então Capitania, a exemplo do governo de Silva Pontes.[...] Acredito que, da mesma forma que ocorre na historiografia, a questão da decadência acaba por ser abordada mediante a inoperância do sistema colonial no Espírito Santo, sistema esse em que a produção total era voltada para a exportação e, ao utilizarem o discurso de decadência, os políticos demonstram compartilharem de uma visão portuguesa de lucratividade para a Coroa, através de exportações de açúcar, não considerando a produção voltada ao abastecimento interno da colônia, como importante na manutenção do mesmo sistema."Ibid., p. 61- 62.

caracterizá-lo. Como demonstramos anteriormente, por um lado, elaborou-se uma imagem de decadência da Capitania no início do século XIX, porém, por outro, essa perspectiva presente em tais diagnósticos sobre o Espírito Santo, como indicou Enaile Carvalho, traziam consigo uma visão progressista que também foi adotada pelos autores em questão, tornando-a paradigmática na interpretação do Espírito Santo no século XIX. Por conseguinte, isso influenciou também na própria qualificação atribuída pelos autores a esse período e a determinados governos observados como administrações que buscaram superar as condições indicativas do atraso.

A narrativa histórica analisada apresentou uma nova perspectiva que se abria ao Espírito Santo no século XIX, correspondendo à chegada desses administradores que buscavam atender as orientações da Coroa, como indicou Enaile Carvalho. Na obra de Neida Lúcia encontramos a "recuperação do tempo perdido":

A recuperação do tempo perdido começou depois do Auto de 1800, cuja importância foi crescendo com o tempo. Na data da sua assinatura não era mais que um convenio para ‘os efeitos de se estabelecerem registros e desbravamentos respectivos, segundo as reais ordens do Príncipe Real Nosso Senhor, e a vantajosa comunicação de correios para os povos do interior com regiões marítimas.’<sup>284</sup>

José Teixeira exaltou a expectativa de ligação com Minas Gerais a partir de 1800:

A nova atitude da metrópole em relação aos meios de comunicação entre o Espírito Santo e Minas Gerais bem merece o qualificativo de revolucionária. Repetidas vezes temos citado as providências determinadas pelas administrações coloniais proibindo as relações entre os habitantes das duas capitanias. Providências, é bem de ver, coerentes com a linha adotada pela Coroa frente ao seu domínio sul-americano. Ainda em 1773, o Real Erário expedia uma ordem ao governo de Minas proibindo que qualquer pessoa, sob pretexto algum, passasse pelo rio Doce.[...]Ou porque fosse tarefa muito de seu agrado ou porque trouxera recomendações de dar pronta execução ao plano – parece que de inspiração de Rodrigo de Sousa Coutinho, que passa por ter sido protetor do novo chefe do executivo espiritoessantense – o certo é que Silva Pontes agiu com presteza inusitada.<sup>285</sup>

Maria Stella de Novaes estende essa perspectiva para as primeiras décadas desse novo século. Tal como Enaile Carvalho argumentou sobre as motivações e orientações dos governantes do início do século XIX na ainda Capitania, Maria Stella evidencia um cenário de potencialidades, possibilidades e busca de melhorias para o Espírito Santo.<sup>286</sup> Ela destacou que:

<sup>284</sup>MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 34.

<sup>285</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 243.

<sup>286</sup>José Teixeira de Oliveira também destaca esse evento: “O entusiasmo de Silva Pontes pelas possibilidades da navegação do Doce – o *Nilo Brasiliense*, conforme denominação de Francisco Manuel da Cunha – levou-o a

Extasiado frente a opulência da Natureza, no Rio Doce, Silva Pontes informava ao Governador da Bahia, a 16 de novembro de 1800, ‘de tudo isto que forma um tesouro daquelas riquezas, que não acabam enquanto durar o braço do homem.’ E relatava que ‘só o distrito desta Capitania, das Cachoeiras para baixo do Rio Doce, forma as mais belas das províncias do Brasil.’<sup>287</sup>

Tal perspectiva corresponde também ao período de Tovar, em 1809:

[...] ao regressar da Corte, o Governador foi ao Rio Doce. Percorreu e observou as obras necessárias à navegação comercial. Essa viagem correspondia aliás aos interesses da Coroa, para providências indispensáveis à exportação de gêneros das Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo. [...] o ano de 1810 foi intenso. A viagem do Governador Tovar ao Rio Doce, iniciada a 30 de março, visava a exploração daquelas paragens, a fim de dar ao Governo geral um relatório amplo dos seus recursos naturais e possibilidades de navegação.<sup>288</sup>

Destacando esse novo contexto, a autora chama a atenção para as “condições especiais” em que assumiu o governante Rubim, uma vez que “de acordo com o referido decreto de 13 de setembro de 1810, a Capitania ficara independente da Bahia de Todos os Santos.”<sup>289</sup> Passou o Governador a entender-se diretamente com o Governador – Geral.” Assim, permitiu o “esforço enviado na penetração do solo espiritosantense, com o traçado de vias de comunicação e consequente início de novos núcleos de povoamento.”<sup>290</sup>

José Teixeira de Oliveira avalia as primeiras décadas do século XIX qualificando o período como “início de uma nova era”, delimitando uma diferenciação em relação à época colonial. Ainda que exposto às dificuldades, o Espírito Santo, segundo o autor, modificava sua imagem:

Se boa parte do progresso então verificado pode ser levado à conta das consequências naturais dos esforços anteriores, é impossível negar a evidência da marcha ascensional da província após o Sete de Setembro.[...] Rasgaram-se estradas, construíram-se pontes, abriram-se escolas. A saúde do povo merecia cuidados especiais da administração. Os índios eram assistidos oficialmente. Se nem sempre as soluções eram as melhores e se muitas cousas não apresentavam a perfeição desejada, nem por isso é dado condenar os homens que as executavam. Nunca é demais repetir quão restritos eram os meios materiais disponíveis. Sem contar a falta do elemento humano

---

estudar o curso desse rio e seus afluentes e fazer-lhe o levantamento desde a foz até a cachoeira das Escadinhas, ‘sendo esse o primeiro trabalho topográfico que se executou na Capitania’. Logo ao regressar a Vitória, dando conta da missão ao governador da Bahia, Silva Pontes escreveu, cheio de entusiasmo: ‘Só o distrito desta nova Capitania das cachoeiras para baixo do Rio Doce forma a mais bela província das marítimas do Brasil.’” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. P. 245.

<sup>287</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 105.

<sup>288</sup> Ibid., p. 110-111.

<sup>289</sup> José Teixeira de Oliveira também ressalta a vantagem dessa nova condição para o Espírito Santo: “Emancipada que fora a Capitania daquela espécie de tutela que, durante séculos, a subordinara ao governo da Bahia, podia agora o Espírito Santo pleitear diretamente junto ao trono as providências reclamadas pelo bem-estar do povo e progresso da terra.” OLIVEIRA, op. cit., p. 254.

<sup>290</sup> NOVAES, op.cit., p. 112.

habilitado para levar a efeito os planos administrativos da elite que empunhava as rédeas do governo.<sup>291</sup>

A “marcha ascensional” indicava um novo perfil de Espírito Santo em sua trajetória de progresso, ainda que marcado por dificuldades. Maria Stella de Novaes<sup>292</sup> argumentou que a “política impedia a nomeação efetiva de um Presidente de Província”, caracterizando “mudanças sucessivas, na administração pública”, que, segundo ela “impediam a ordem e o trabalho e, portanto, o progresso e o estímulo.”<sup>293</sup>

José Teixeira de Oliveira também define os governos provinciais como a principal dificuldade do Espírito Santo no século XIX. Ele caracteriza como “governos melancólicos” as administrações capixabas nas quais os relatórios dos presidentes de província evidenciavam uma “desoladora monotonia.” Segundo o autor:

examinando-se a lista dos presidentes que estiveram à frente da província, verifica-se que – exceção feita de uns três ou quatro – todos eram principiantes bisonhos, que vinham pescar, no Espírito Santo, uma cadeira de deputado geral. Dois ou três conseguiram fazer carreira política. Os demais – a quase totalidade – desapareceram no cenário nacional.<sup>294</sup>

Para ele, tal condição denunciava a falta de “aspiração de progresso” por parte da população urbana bem como a dificuldade de se implementar um “empreendimento marcante.” Seguindo a interpretação dos autores sobre o período republicano, ou seja, o papel atribuído às elites capixabas no progresso da Província, José Teixeira de Oliveira argumenta que essa limitação associava-se, “talvez, a falta de uma elite que marchasse à vanguarda, despertando iniciativas.”<sup>295</sup>

Mesmo assim, essa perspectiva de superação do atraso que orientou a leitura do passado espiritosantense implicou na definição do conjunto de aspectos que passaram a constituir o quadro de características definidoras da imagem do Espírito Santo no século XIX.

<sup>291</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 333.

<sup>292</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 288-289.

<sup>293</sup> Ibid., p. 191. A visão da autora é reforçada, por exemplo, quando cita a importância do posicionamento de Costa Pereira em 1861: “Sucedião-se as mudanças do Governo do Espírito Santo. Pela Carta Imperial de 1861, foi nomeado Presidente da Província o Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, que prestou juramento e entrou em exercício, em 22 de março. Dedicou-se sinceramente ao Espírito Santo, porque nascido em Campos, a 20 de janeiro de 1833, quando a Paraíba do Sul era parte desta Província, o Dr. Costa Pereira considerava-se realmente capixaba, mesmo como deputado geral e, depois, Ministro do Império.” Ibid., p. 243.

<sup>294</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 345.

<sup>295</sup> Ibid., p. 346.

Primeiramente, destacamos a ênfase dada pelos autores às vias de comunicação e à interiorização em detrimento dos obstáculos dos séculos anteriores. Depois, evidenciamos a valorização direcionada a certos eventos interpretados como conquistas do Espírito Santo em sua trajetória e representativos do progresso capixaba, segundo eles.

Sobre as vias de comunicação, sobretudo com Minas Gerais, de acordo com a historiografia, elas se tornaram preocupação central dos diversos governantes do Espírito Santo a partir do século XIX. Leandro do Carmo Quintão focaliza a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e trabalha na perspectiva da implementação da mesma como forma de superar uma situação de atraso econômico. O autor analisa como se propôs inserir o Espírito Santo no mercado nacional e internacional via porto de Vitória, bem como observa o esforço das autoridades políticas na realização desses empreendimentos necessários para o desenvolvimento do Espírito Santo, numa busca por romper a dependência da Província em relação ao Rio de Janeiro. Mesmo considerando as dificuldades de realização, ele destaca como se realizou essa busca:

Podemos identificar, ao longo desse período, três meios diferentes idealizados para realizar a tão almejada ligação com Minas Gerais: o primeiro, com Silva Pontes, ainda no início do século XIX, através da navegação pelo Rio Doce; o segundo, uma década depois, com Francisco Rubim, optando pelas estradas de rodagem, ideia que permeou esse século, pois foi seguida por outros administradores provinciais; e o terceiro, com Moniz Freire, que encontrou nas vias férreas a melhor forma para concretizar tais anseios.<sup>296</sup>

As vias de comunicação, portanto, tornaram-se uma grande preocupação do século XIX e, como observamos, representativas do ideal de superação do atraso colonial. Sendo assim, nas narrativas de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes estas vias surgem como símbolos do progresso capixaba, entendido como superação do atraso colonial.

O progresso foi representado, por exemplo, na realização da via de acesso tão idealizada com as Minas Gerais. Segundo José Teixeira de Oliveira:

[...] ao caminho mandado abrir, durante o governo Rubim, ligando a baía da Vitória à Vila Rica, na capitania de Minas Gerais. Obra custosa – iniciada em 1814, só em 1820 deu passagem à primeira boiada trazida das pastagens mineiras – exigia, para segurança dos viajantes contra os ataques dos botocudos, guarnições militares dispostas em quartéis que se intervalavam de três em três léguas. [...] Apesar dos favores fiscais concedidos pela Coroa para o trânsito de mercadorias, *a estrada nova do Rubim* não conseguiu atrair a preferência do comércio. Em 1830, já era tão

<sup>296</sup> QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 63.



reduzido o movimento que o governo pôde retirar as guarnições que mantinha nos quartéis, abandonando os raríssimos tropeiros à própria sorte.<sup>297</sup>

Ainda que o autor evidencie que a estrada não teve o resultado esperado, a questão era a busca pela efetivação do contato com a região vizinha como forma de impulsionar a economia do Espírito Santo. Nesse sentido, destaca o esforço para a realização de tal propósito. Segundo ele, mesmo “abandonada pelo governo por inútil – uma vez que não havia comércio para movimentá-la – a estrada que ligava o Espírito Santo à província de Minas Gerais continuava preocupando as inteligências de mais ampla visão.”<sup>298</sup> José Teixeira segue advertindo sobre os esforços para essa realização:

A falta de dinheiro para enfrentar as despesas de desobstrução e outras obrigou a protelações de toda ordem, até que, em 1833, a obra foi contratada com o coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro – o mesmo diligente oficial que construíra a estrada nos dias do governador Rubim. Tamanha significação se emprestava ao assunto que o governo, quando verificou a exaustão dos próprios cofres, resolveu pedir dinheiro emprestado ao comércio para iniciar as obras.<sup>299</sup>

Maria Stella de Novaes, por sua vez, destaca ainda que a 4 de setembro de 1848 “iniciou-se a construção da estrada de Santa Tereza, que partia das margens do Rio Santa Maria da Vitória e devia chegar à Vila do Coieté em Minas Gerais”<sup>300</sup> e que mais tarde teve como implicação o surgimento do povoado que deu origem a cidade de Santa Tereza. Ao elencar os acontecimentos em princípios da segunda metade do século XIX a autora chamou a atenção para a importância das vias de comunicação. Sobre o ano de 1851 ela destacou que “o progresso do povoamento da Província preocupava o governo, com as vias de comunicação, que se estendiam para as vilas e os povoados, fontes de abastecimento da Capital, e contribuintes para a exportação, nesse tempo, já adiantada.”<sup>301</sup>

<sup>297</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 256, destaques do autor. Cabe ressaltar que a perspectiva de análise do autor, orientada pela noção de progresso do Espírito Santo, faz com que a referência aos índios botocudos não carregue consigo nenhuma menção à resistência indígena.

<sup>298</sup> Ibid., p. 310. O autor faz questão de citar um ofício para ressaltar a necessidade de contato com Minas Gerais: [...] ‘sendo a abertura de uma estrada que comunique esta Província com a de Minas Gerais um dos únicos meios que se pode levantar da miséria e pobreza em que se acha tanto de população como de comércio’ (Ofício de vinte e cinco de janeiro de 1832 do Conselho Provincial a José Lino Coutinho, ministro do Império). Ibid., p. 310, parênteses do autor.

<sup>299</sup> Ibid., p. 319.

<sup>300</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 199.

<sup>301</sup> Ibid. p. 218.

José Teixeira de Oliveira, também nessa perspectiva, destacando as características do Espírito Santo na década de 1870, aponta para a importância das vias de comunicação abertas ao longo do século:

Sobrepondo-se a todas as dificuldades – das quais a maior, por certo, era a deficiência das rendas – a província ia distendendo sua rede de comunicações. Estradas que partiam do norte, do centro e do sul ligavam-na com Minas Gerais. Todas as localidades tinham acesso à Capital por caminhos que, se não eram modelos de conforto – e em verdade estavam muito longe de o ser – permitiam o transporte dos produtos das lavouras para os portos do litoral.<sup>302</sup>

Os autores registram também, como símbolo desse progresso a navegação no Espírito Santo. Maria Stella de Novaes evidencia o início da navegação a vapor na Província ressaltando o princípio dos trabalhos do Vapor Rio Doce, ao norte, em 1879, “que representava o progresso para aquela região”, bem como registra, em relação ao mesmo ano, que foi “recebido festivamente” o Vapor Ana-Clara ao chegar a Vitória após navegar no sul da Província.<sup>303</sup>

José Teixeira de Oliveira destaca a importância da navegação para o Espírito Santo naquele momento:

Entre 1870 e 1880, os principais rios da província foram explorados por companhias de navegação a vapor. Assim é que em 1876 – a seis de setembro – a Companhia Cearense de Navegação Fluvial do Espírito Santo inaugurava seus serviços no Santa Maria; em 1878 funcionavam a Navegação de Itapemirim e a Empresa de Itabapoana, além da Companhia Espírito Santo e Campos (naturalmente de cabotagem).[...] Bem animadora era a situação em 1888, quando várias empresas mantinham barcos trafegando nas costas e rios capixabas, além do benefício da navegação para o estrangeiro e demais províncias marítimas brasileiras.<sup>304</sup>

Considerando, portanto, os impedimentos e obstáculos que marcaram o período colonial, os autores destacaram que “estrada e a navegação uniam-se, para o progresso da Província.”<sup>305</sup> Tais aspectos positivos, ausentes no passado colonial, passavam a compor a representação do Espírito Santo em vias de superação do atraso.

Complementando essa abordagem, identificamos, ainda, principalmente na obra de Maria Stella de Novaes, a preocupação com o progresso local por meio do registro do surgimento de vilas e povoados que representavam o processo de interiorização. Se a preocupação era evidenciar o

<sup>302</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 366.

<sup>303</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 275.

<sup>304</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 368.

<sup>305</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 287.

desenvolvimento do Espírito Santo, esse momento da trajetória local foi caracterizado como o de origem de futuros municípios e cidades do Estado. Neida Lúcia de Moraes sintetiza a chegada dos imigrantes destacando o surgimento dessas localidades:

Os primeiros foram os alemães que se destinaram ao núcleo de Santa Isabel. Depois desses, já na vigência da Lei de 14 de novembro de 1850, que proibiu o tráfico negro, outros colonos alemães que iniciaram o núcleo de Porto de Cachoeiro (atual Santa Leopoldina). [...] Vieram também os holandeses, suíços, tirolezes, luxemburgueses e belgas, todos instalados nas faldas do maciço montanhoso do sul do Estado, principalmente nos territórios que constituem os atuais municípios de Santa Leopoldina, Santa Tereza e Domingos Martins. [...] Em 1875 começou a imigração de italianos que se distribuíram pelas zonas que constituem hoje os municípios de Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Rio Novo do Sul, Santa Tereza, Colatina, Baixo Guandu e São Mateus.<sup>306</sup>

A imagem do Espírito Santo no período colonial esteve ligada à sua dificuldade de ultrapassar os limites do litoral. Assim, a ênfase dada às vias de comunicação, como símbolos do progresso, permitia ao Espírito Santo romper com obstáculos do passado. Maria Stella de Novaes evidencia esse processo, do qual ressaltamos algumas de suas referências ao assunto. O futuro município de São Pedro do Itabapoana foi assim apresentado:

Mais uma notícia relativa ao interior da província: a 1º de setembro de 1837, Francisco José Lopes da Rocha, acompanhado de sua família, chegou ao lugar que se chamaria Santa Cruz, afim de ‘possuir’ as terras e fazer fazenda. Foi o primeiro posseiro do lugar que viria a constituir depois o município de São Pedro do Itabapoana. Lutou com os índios e acabou vencendo-os.<sup>307</sup>

Nessa perspectiva, superar os índios ainda era um obstáculo para se efetivar a interiorização. Juntamente com eles, era necessário vencer a “barreira verde” que caracterizava o Espírito Santo. Foi, dessa forma, que a autora também registrou a origem do município de Atílio Vivácqua, quando em 1843, “Francisco José Leal começou a derribar matas e a plantar as primeira lavouras, no lugar denominado, então, Vila Nova.”<sup>308</sup>

Dessa forma, também surgiram outros lugares como os futuros municípios de São João do Muqui e Afonso Cláudio. O primeiro surgiu em 1849 quando “um caboclo de nome João Corumbá penetrou no maciço florestal da região.” Mas foi João Pinheiro Werneck que iniciou o “desbravamento do lugar”, cujo “povoado progrediu” e “em 1902 o arraial recebeu o nome de São João do Muqui.”<sup>309</sup> Já “o desbravamento do atual Município de Afonso Cláudio, antigo

<sup>306</sup>MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 41.

<sup>307</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p.190.

<sup>308</sup> Ibid., p. 192.

<sup>309</sup> Ibid., p. 216.

Alto-Guandu”, iniciou-se em 1876, quando “Jorge Guilherme Gomes, Inácio Gonçalves Lamas, José Manuel Ribeiro e outros vindos de Minas Gerais, estabeleceram-se nas margens do Ribeirão Lagoa, e fizeram abertas nas matas.”<sup>310</sup>

Nesses relatos de interiorização consta ainda a presença dos imigrantes europeus. Segundo Maria Cristina Dadalto:

No Espírito Santo, o processo imigratório europeu ocorreu de forma peculiar ao realizado nos outros estados da Federação: a imigração era parte da estratégia governamental para promover o povoamento de grande parte do território capixaba, ampliar a fronteira agrícola e fomentar o desenvolvimento regional, por meio da produção de riquezas. [...] Entre os anos de 1847 e 1881 entraram no Espírito Santo 13.828 imigrantes, sendo o auge os anos de 1872 a 1879, quando chegaram 10.300 imigrantes. Foram criados, nessa fase, quatro núcleos coloniais — Santa Izabel, Rio Novo, Santa Leopoldina e Castelo.<sup>311</sup>

Os autores inserem o estabelecimento desses colonos na narrativa de trajetória do Espírito Santo.<sup>312</sup> O que Dadalto argumenta como estratégia governamental, os autores representaram como mais um elemento definidor do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo, elencando o surgimento das colônias como resultado desse processo, compondo esse novo cenário que se consolidava, de acordo com a narrativa da superação do atraso.<sup>313</sup>

A construção da imagem do Espírito Santo em sua fase provincial foi reforçada pelo conjunto de eventos que ganharam um lugar na narrativa sobre o passado, considerados como representativos do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Seguindo a linearidade estabelecida nas obras, os autores construíram um quadro da trajetória do Espírito Santo nesse momento marcado por realizações governamentais e a introdução de inovações de diferentes ordens que foram interpretadas como conquistas e melhoramentos que passavam a constituir características adquiridas pelo Espírito Santo em sua trajetória.

<sup>310</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 272.

<sup>311</sup> DADALTO, Maria Cristina. Relacionamento interétnico e memória: narrativas de colonizadores do norte do Espírito Santo. In: **DIMENSÕES** – Revista de História da UFES, Vitória, n.18, 2006. p. 188-189.

<sup>312</sup> A análise acerca do lugar dos imigrantes nas obras dos autores também se encontra na parte da abordagem acerca dos personagens. Consideramos que, na narrativa da superação do atraso, a chegada dos colonos europeus do século XIX tem seu significado associado ao apagamento dos indígenas na história do Espírito Santo. Escolhemos realizar essa análise de forma conjunta, deixando para esse momento, apenas o registro de que a inserção desses grupos nas narrativas, via colonização, colaborou com a construção de uma representação do Espírito Santo em vias de superação do atraso.

<sup>313</sup> Os autores evidenciam, portanto, essa chegada e fixação desses imigrantes no Espírito Santo. Ver: OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 333-334.; NOVAES, op.cit., p. 188-196.

Nesse sentido, por exemplo, os autores registraram com destaque o surgimento da imprensa no Espírito Santo, enfatizando o início da circulação do jornal “Correio da Vitória” no ano de 1849.<sup>314</sup> Centrando a abordagem principalmente em Vitória, apresentaram os melhoramentos que a capital angariava. Novaes registrou como conquista em 1847 melhorias na iluminação de Vitória que “constituiu acontecimento excepcional.”<sup>315</sup> O autor, por sua vez, sobre esse tipo de benfeitoria, assim registrou:

A iluminação a óleo de peixe, adotada nas ruas de Vitória desde os tempos da colônia, foi substituída – em 1865 – por lampiões a querosene. Estes, por sua vez – a primeiro de março de 1879 – deram lugar a bicos de gás, festivamente recebidos.[...] Outro melhoramento que muito beneficiou a cidade-capital foi o farol de sua barra, inaugurado a sete de setembro de 1870.<sup>316</sup>

No conjunto dos melhoramentos, do progresso observado em Vitória, os autores destacaram, também, a chegada do telégrafo e melhoria dos correios. Maria Stella de Novaes ressaltou o entusiasmo da população com o benefício:

A 19 de fevereiro de 1874, inaugurou-se festivamente e com o maior entusiasmo popular e a presença do Presidente da Província Luís Eugênio Horta Barbosa, a Linha Telegráfica, entre Vitória, Itapemirim e Campos, instalada pelo engenheiro César Rainville. Dentro do protocolo, foram trocados telegramas congratulatórios do mesmo Presidente a S. M. Imperador Pedro II.<sup>317</sup>

Cabe ressaltar, ainda, o registro da economia espiritosantense. Maria Stella de Novaes limitou-se a destacar que a “cidade de Vitória progredia, igualmente, em diversos ramos da indústria,” sem ampliar sua abordagem. José Teixeira de Oliveira, por sua vez, chamou a atenção para a fraqueza desse ramo, considerando que “resumia-se a um artesanato desprezível a indústria

<sup>314</sup> Segundo José Teixeira de Oliveira: “**O primeiro jornal** – Justamente trinta e dois anos depois de iniciar-se a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o Espírito Santo viu circular *O Estafeta* – primeiro jornal impresso na terra (1840). Nasceu tão mofino que não passou do número inaugural. Saiu da tipografia do alferes Aires Vieira de Albuquerque Tovar – que também foi a primeira aqui instalada. Nove anos após – a dezessete de janeiro de 1849 – da mesma oficina saiu o *Correio da Vitória*, fadado a uma vida longa e exornada de relevantes serviços à província. Com ele começa a história do jornalismo capixaba.”; Maria Stella de Novaes (1969, p. 215) registrou: “A 17 de janeiro de 1849, a província teve o seu primeiro jornal, o ‘Correio da Vitória’, de propriedade de Pedro Antônio de Azeredo [...]. O ‘Correio da Vitória’ assinalou o início da história da imprensa no Espírito Santo.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 329.

<sup>315</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p.196.

<sup>316</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 364. Maria Stella de Novaes também registra a inauguração do Farol a 7 de setembro de 1871. (NOVAES, op.cit., p. 255.).

<sup>317</sup> NOVAES, op. cit., p. 263. José Teixeira de Oliveira ao diagnosticar a capital Vitória na década de 1870 registra também: “a dezenove de fevereiro de 1874 foi inaugurada a estação de Vitória, e ligada a Capital com Itapemirim, Campos e Rio de Janeiro Os correios, em 1861, possuíam dez agências distribuídas por diferentes localidades, além da estação central – em Vitória.” OLIVEIRA, op. cit., p. 363.

capixaba do ano de 1889.”<sup>318</sup> O autor ressalta, por outro lado, a presença do café no progresso do Espírito Santo. Sem também realizar uma ampla abordagem sobre o assunto, José Teixeira de Oliveira argumentou que ao longo do século XIX o “café, passo a passo, conquista a liderança da economia capixaba”.<sup>319</sup>

Segundo ele, em “meados do século, a rubiácea alcançaria o lugar preeminente que vem mantendo no conjunto dos produtos que constituem a riqueza do Estado.”<sup>320</sup> Evidencia, portanto, a queda na produção de açúcar que estava diretamente ligada ao crescimento do café, considerando que assim foi

o *rush* cafeeiro, que prosseguiu avassalador – empolgando antigos fazendeiros e monopolizando o interesse dos novos. Os primeiros abandonavam a lavoura canavieira, empenho de pais e avós; os últimos traziam das terras donde vinham a imagem extasiante dos *oceanos verdes*. [...] Todos tinham os olhos postos no café.<sup>321</sup>

O café seria, dessa forma, seria a última grande conquista dentre as referidas pelos autores em relação à trajetória do Espírito Santo no século XIX. É nesse viés que Neida Lúcia encerra a narrativa da Província espiritosantense, considerando que "o café havia ultrapassado de tal forma o açúcar que passara a ser o sustentáculo da economia estadual" e, conclui que, no limiar desse período: "O Espírito Santo avança em seu desenvolvimento." Nesta perspectiva, portanto, se o Espírito Santo inaugurava esse século com o déficit do período colonial, seu término apresentava uma nova condição. Se os três séculos de colonização abordados pelos autores foram representados pelas dificuldades, impedimentos e marginalização, o século XIX representou um novo momento da trajetória do Espírito Santo. E, como observamos, inaugurou o percurso do progressivo desenvolvimento do Estado, que daria andamento com mais vigor no período republicano, mas que concretizaria o caminho da superação do atraso com o projeto desenvolvimentista a partir da década de 1960.

---

<sup>318</sup> Ainda que interprete como incipiente a indústria do Espírito Santo, o autor ressalta a diversificação de atividades e profissões: “Contudo, o *Almanaque* de Godofredo Silveira refere-se a fabricantes de cal, cigarros, licores, cerveja, sabão, velas, baús, colchões, selas, aguardente, bem como a joalheiros, padeiros, farmacêuticos, açougueiros, aparelhadores de gás, alfaiates, afinadores de piano, barbeiros, carpinteiros, marceneiros, douradores, entalhadores, construtores navais, encadernadores, engenheiros, fogueteiros, ferreiros, serralheiros, funileiros, armadores de igrejas, guarda-livros, ourives, pedreiros, pintores, professores de piano e de música, relojoeiros, sapateiros, tipógrafos, fotógrafos, cabeleireiros, jornalistas, tecelões, caldeireiros, dentistas, doceiras, calafates, médicos, advogados, modistas, mascates, capitalistas, negociantes, agricultores.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 398.

<sup>319</sup> Ibid., p. 346.

<sup>320</sup> Ibid., p. 259.

<sup>321</sup> Ibid., p. 400.

Considerando que as obras *História do Espírito Santo*, *O Espírito Santo é assim* e *História do Estado do Espírito Santo* construíram a narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Diante do que foi exposto até o momento, cabem algumas reflexões que envolvem tanto a construção de representações do passado do Espírito Santo como a formação de um modelo de interpretação e escrita da história local. Ao observarmos a configuração desse enredo elaborado pelos autores, identificamos dois importantes aspectos que envolvem o sentido do passado instituído pelas narrativas. Primeiramente, identificamos que o sentido da superação, constituído por meio da definição de eventos, circunstâncias e períodos, permitiu a avaliação dos limites dessa interpretação vinculada ao discurso do desenvolvimento. Em segundo lugar, argumentamos que a forma dessas narrativas apresentou uma determinação de sentido instituída pelo modo de formatação do passado construído a partir da sequência temporal dos fatos. Isso definiu a elaboração de uma história na qual a experiência do passado tivesse sentido para aquele contexto de modernização do Espírito Santo, tornando significativa a formulação da narrativa da superação do passado (atraso).

Em relação ao primeiro aspecto, tendo como orientação o sentido histórico da superação do atraso, os autores se limitaram a apresentar os fatos em sua sequência temporal o que transformou as narrativas, dentro do binarismo atraso/progresso, no relato do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Desse modo, não interpretaram o período colonial fora da perspectiva da expansão da sociedade colonizadora, que no Espírito Santo não teria se realizado como em outras capitanias, definindo uma trajetória homogênea para a Capitania.<sup>322</sup>

Tendo em vista essa perspectiva, observamos que a narrativa do atraso se preocupou com os “desígnios do Espírito Santo”, que deveriam se realizar, em termos de progresso, acompanhando o desenvolvimento da Colônia. Ao apontarem a não prosperidade da Capitania, os autores definiram em seus roteiros os prejuízos ocasionados pelas dificuldades iniciais dos colonizadores, a presença de capitães-mores desastrosos à frente da administração local. Interpretação que pode ser estendida no tempo, principalmente, no que diz respeito à definição do Espírito Santo como barreira da região das minas auríferas. A visão de Maria Stella de Novaes, Neida Lúcia e José Teixeira de Oliveira ao definir o papel de trincheira como o principal impedimento ao desenvolvimento da Capitania parece levar em consideração eventos

---

<sup>322</sup> SOBRINHO, Sueni da Vitória. **Capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul: a pauta de comércio e a atividade mercantil (1600-1642)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. p. 15-20.

posteriores, do século XIX, que acabaram atribuindo significado a esse período como um momento de estagnação local. Assim, percebemos que os autores analisaram o Espírito Santo no século XVIII limitados às fontes oficiais que apresentavam as medidas legais determinadas pela Coroa à época da descoberta das minas. Consequentemente, como a principal razão de um fracasso da economia colonial. No entanto, essa perspectiva levou em consideração, sobretudo, os discursos progressistas dos governadores do início do século XIX bem como a política de interiorização conduzida a partir desse momento. O que acarretou a oposição figurativa entre a experiência negativa do século XVIII e o período de conquistas inaugurado com o século XIX.

Em relação ao significado da narrativa do progressivo desenvolvimento naquele contexto, entendemos que a sequência temporal e a ordenação dos fatos nas obras evidenciam que os acontecimentos lembrados pela historiografia, constituintes desse enredo, foram definidos em função do significado que passaram a possuir para o presente. Consequentemente, delinearam-se narrativas que vincularam às circunstâncias do presente um determinado passado adequado. E a superação do atraso foi o sentido da trajetória histórica do Espírito Santo. Nas obras de Maria Stella de Novaes, José Teixeira de Oliveira e Neida Lúcia, isso se apresentou tanto na forma de um passado como lição bem como no formato de um passado a ser superado.

No que diz respeito ao primeiro, segundo Rüsen, esse modelo de configuração do conhecimento histórico caracteriza-se por narrativas exemplares, ou seja, do passado como lição a ser aprendida.<sup>323</sup> O sentido do passado estabelecido pelos autores na trajetória do Espírito Santo apresentou uma memória histórica voltada para os conteúdos da experiência do passado local que passaram a representar regras e modelos. Assim, o passado do Espírito Santo apresentou-se marcado pelo atraso, construído por meio de obstáculos e característicos de sua formação. Uma condição de atraso, por sua vez, que passou a validar a narrativa do desenvolvimento. A “história dos obstáculos”, a “história da marginalização”, ou a “história da origem do atraso” do Espírito Santo, identificando no passado aspectos negativos e positivos, possibilitou a produção de uma história na qual o Espírito Santo foi narrado seguindo o princípio do progresso, correspondente ao paradigma do desenvolvimento.

Esse caráter modelar do passado, além de presente na formatação historiográfica, pode ser observado, por exemplo, na preocupação de Maria Stella de Novaes em direcionar sua obra

---

<sup>323</sup>RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.p. 51-53.



“especialmente para a juventude espiritoossantense.”<sup>324</sup> Segundo Rüsen, essa forma de constituição de sentido define o passado como exemplar. Para ele,

no discurso político, por exemplo, acontecimentos e situações presentes são frequentemente remetidos a casos históricos, de modo a deixar entender que ambas as circunstâncias obedecem aos mesmos princípios gerais e que a experiência do passado deve servir de lição para o presente.<sup>325</sup>

Como um modelo explicativo do Espírito Santo, na narrativa da superação do atraso, portanto, na perspectiva de Rüsen, o passado surge como aprendizado direcionado para dar uma explicação acerca do presente do Estado, como exemplo da trajetória de dificuldade e superação que marcaria, segundo os autores, o progressivo desenvolvimento do Espírito Santo, do atraso colonial à industrialização.

Nessa relação estabelecida com a experiência passada, na narrativa da origem e da superação do atraso, observamos também as mudanças identificadas em determinados momentos e que surgem nas narrativas dotadas de sentido. Esse tipo de formatação historiográfica, segundo Rüsen, enfatiza o caráter de transição que passa a ser destacado nos processos e acontecimentos do passado e, conseqüentemente, historicamente lembrados como portadores de sentido.<sup>326</sup> A história do Espírito Santo é interpretada, portanto, não apenas como uma trajetória linear do progressivo desenvolvimento, mas com momentos específicos responsáveis pela inauguração de novas etapas que deram, também, sentido à trajetória de superação. Caracterizaram-se como narrativas orientadas e em diálogo com o contexto gerador de expectativas do qual participavam. De acordo com Rüsen, a divergência entre o que se viveu e as perspectivas de um futuro diferente, possibilita que o passado seja articulado com o tempo presente, o que implica que o futuro apareça como oportunidade de superação.<sup>327</sup> Desse modo, do atraso do período colonial ao projeto de modernização de meados do século XX, os autores construíram em suas narrativas um sentido para o passado do Espírito Santo, classificando e hierarquizando seus diferentes períodos.

---

<sup>324</sup> A autora ressalta o passado do Espírito Santo como sendo composto por diferentes personalidades, exemplos a serem seguidos. NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 11. Na nota da edição da obra, sem autor identificado, provavelmente do editor, observamos que o comentário afirma que o conhecimento da história do Espírito Santo estava voltado para “apontar o futuro com o exemplo do passado, principal missão da história.”

<sup>325</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p.54.

<sup>326</sup> Ibid., p. 58.

<sup>327</sup> Ibid., p. 59.

Nesse aspecto, ficou evidente a relação entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa. Os marcos definidores de um sentido do passado como alcance de novos patamares de desenvolvimento do Espírito Santo não corresponderam aos tradicionais marcos políticos ou à divisão sequencial dos períodos colonial, imperial e republicano. Mesmo sendo evidente a diferenciação entre eles e o próprio significado de cada um para a trajetória histórica do Estado, as categorias atraso/progresso foram as definidoras do sentido histórico e de marcos negativos (atraso) e positivos (progresso).

Entre a experiência do atraso e a expectativa da superação, a relação estabelecida foi a de diferenciação e afastamento, ou seja, uma relação de ruptura com o passado, representado pelo atraso. Nas narrativas, o passado como experiência não correspondia às expectativas. Assim, além da diferenciação entre os períodos, os autores instituíram determinados eventos como marcos definidores do sentido do passado espiritossantense. Nessa perspectiva, o período colonial inaugurou o atraso. No entanto, o descaso, a marginalização e os obstáculos são modificados ao longo das narrativas por mudanças que surgem como elementos impulsionadores do desenvolvimento. Dessa maneira, instituem o ano de 1800 e o governo de Silva Pontes como símbolos de uma nova etapa da trajetória do Espírito Santo, ainda que pela sequência temporal dos fatos narrados situem-se no que seria o período colonial. A incipiente tentativa de industrialização no início do século XX com Jerônimo Monteiro seria também um marco, inaugurando um esforço, mas que apenas realizar-se-ia com o projeto desenvolvimentista pós-1950.

Nessa perspectiva, mesmo posicionados de acordo com a linearidade temporal da narrativa, o sentido de superação foi dado pela dicotomia entre esses marcos do atraso versus os do progresso. Por exemplo, a interpretação acerca do ano de 1800 como nova etapa da trajetória do Espírito Santo ou a chegada dos imigrantes como símbolo de conquistas para a Província, ganharam uma conotação positiva na trajetória local porque correspondem a marcos de superação de uma condição anterior, caracterizada pelo lugar atribuído às dificuldades administrativas, as de ocupação e de interiorização que marcaram os séculos XVI, XVII e XVIII no Espírito Santo. A narrativa estabelece momentos de ruptura entre períodos que são interpretados em função da noção de superação ou ruptura que caracterizava as expectativas do presente.

Evidenciamos, portanto, a correspondência entre discurso político das décadas de 1960 e 1970 e a narrativa histórica da superação do atraso. Os autores Maria Stella de Novaes, José Teixeira de Oliveira e Neida Lúcia delinearão uma forma de narrar historicamente o Espírito Santo. Não encontramos nessa narrativa conceitos como o de "subdesenvolvimento" que marcaram a interpretação do discurso político. Ou ainda, suas abordagens, mesmo preocupadas com o desenvolvimento do Espírito Santo, não corresponderam a fundamentos ou referências de um domínio da história econômica. No entanto, a narrativa tradicional que apresentaram constituiu um saber histórico compatível com o discurso político da superação do atraso. O passado foi recuperado como aprendizado para agir no presente apresentando um conhecimento histórico legitimador do projeto político-econômico da época: capaz de explicar a condição de atraso histórico do Espírito Santo bem como evidenciar a busca por sua superação.

Sendo assim, observamos a emergência num dado momento de discursos políticos que tiveram sua manifestação na escrita da história. A narrativa histórica do progressivo desenvolvimento instituiu um discurso sobre o passado do Espírito Santo, apresentou-se como um discurso fundador, inaugurando uma discursividade, uma determinada narrativa do passado local e atribuindo um sentido a ele. Um modo de explicar o Espírito Santo. Para Hobsbawm o passado tem a capacidade de dar sustentação, elaborar um pano de fundo, de permitir que esse passado seja satisfatório num determinado contexto presente,<sup>328</sup> e, a eficácia do uso da história reside justamente na apresentação de um passado satisfatório.<sup>329</sup> A narrativa histórica da superação do atraso instituiu essa visão.

Diante desses apontamentos, observaremos a seguir como a narrativa histórica do progressivo desenvolvimento elaborou representações de determinados sujeitos históricos do Espírito Santo.

---

<sup>328</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 17-20.

<sup>329</sup> FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 1.

### 3. CAPÍTULO III - ENTRE O ATRASO E O PROGRESSO: OS PERSONAGENS HISTÓRICOS NA NARRATIVA DO PROGRESSIVO DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

A abordagem das obras *História do Estado do Espírito Santo*, *História do Espírito Santo* e *O Espírito Santo é assim* revelou uma série de sujeitos históricos que tiveram sua imagem construída ao longo das narrativas. Nesse modelo de escrita da história e o enredo elaborado pelos autores, temos como elementos centrais das narrativas as ações individuais ou de determinados grupos como condutoras da trajetória do Espírito Santo, o que nos encaminhou para uma análise da constituição dessas representações.

A produção histórica representada por José Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes e Neida Lúcia instituiu o lugar e o valor de diferentes atores históricos do Espírito Santo, definidos em função do sentido dado à trajetória de fundação e superação do atraso elaborada pelos atores. Dessa forma, a principal questão que envolve os diferentes personagens do passado local é a seguinte: compreender porque e como alguns sujeitos são lembrados de forma positiva e com papéis preponderantes para a trajetória do Espírito Santo enquanto outros, quando não são simplesmente apagados, surgem nas narrativas com uma imagem negativa e sua lembrança está associada a eventos e circunstâncias consideradas prejudiciais para o desenvolvimento da sociedade espiritosantense.

Tal questão torna-se importante uma vez que a historiografia tem seu papel na memória instituída sobre determinados grupos. Sobre esse aspecto, para introduzirmos nossa abordagem sobre essa questão, ressaltamos aqui a preocupação de Vânia Moreira quando diante da necessidade de se resgatar os vestígios de uma memória indígena no Espírito Santo:

Foram, no mínimo, cento e quarenta anos de história de contato e conflito na região do rio Doce e adjacências e somente em 1940 o ‘problema indígena’ foi considerado superado naquelas regiões, então sob o controle do Estado do Espírito Santo. Entendeu-se, na ocasião, que o problema estava superado porque os vestígios da presença indígena naquele território haviam sido suprimidos. Essa história de contatos e conflitos ainda permanece basicamente desconhecida pelas novas gerações que não viram, com os próprios olhos, os índios do rio Doce.<sup>330</sup>

---

<sup>330</sup> MOREIRA, Vânia Maria Lousada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES** – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001. p. 100.

A oposição da autora à condição de ausência dos indígenas na memória local evidencia um dos limites da narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Analisando a questão na obra *História do Estado do Espírito Santo*, Vânia Moreira realiza a seguinte crítica:

Seu livro faz parte de uma produção historiográfica influenciada pelo que hoje qualificamos de escola metódica cujos limites são bem conhecidos. Mas a popularização da maneira metódica de escrever-se a história nem sempre produz os melhores frutos.<sup>331</sup>

A autora identifica que a narrativa se tornou uma referência negativa no que tange a imagem e o lugar ocupados por determinados sujeitos históricos na memória local. São narrativas detentoras de um enredo cujo significado produz lembranças e esquecimentos e reforçam hierarquias. A reivindicação de Vânia Moreira evidencia como a memória organizada “constitui um objeto de disputa importante,” sendo “comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória” de uma coletividade.<sup>332</sup> Argumentamos que as obras aqui analisadas produziram determinadas representações ligadas ao Espírito Santo, uma “memória estruturada com suas hierarquias e classificações.”<sup>333</sup> Nessas, em função da trajetória do progressivo desenvolvimento, os autores classificaram e hierarquizaram personagens-símbolos do passado espiritossantense.

Quando tratamos da emergência de uma narrativa histórica da superação do atraso, evidenciamos que se definiu um modelo de interpretação do Espírito Santo no passado. A historiografia local, entretanto, surgiu associada à instituição de um outro modelo de interpretação do passado a partir da segunda década do século vinte e que se estendeu aos anos de 1940. A inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) no ano de 1916 marcou o início de uma efetiva produção historiográfica no Estado e, consequentemente, a organização de uma memória histórica. As publicações da Revista do IHGES, a partir de 1917, mesmo com algumas interrupções ao longo das duas décadas seguintes, foram instrumentos importantes para as interpretações sobre o Espírito Santo.<sup>334</sup>

---

<sup>331</sup> MOREIRA, Vânia Maria Lousada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES** – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001. p.106.

<sup>333</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

<sup>334</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 50-52.

Segundo Juçara Leite, nas primeiras décadas do século XX, como não existia no Brasil uma tradição universitária, coube ao IHGB e seus institutos regionais a produção do conhecimento histórico. O IHGES, assim como seus pares, tornou-se espaço de sociabilidade das elites intelectuais que passaram a ser formuladoras das interpretações de Espírito Santo. Além da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* os meios de publicação foram os livros financiados pelos próprios autores, o que definiu uma geração de “historiadores” sem formação acadêmica específica. Assim, “eram ‘historiadores’ médicos, advogados, engenheiros”. Para Juçara Leite, configurou-se uma produção do conhecimento histórico por meio de uma abordagem memorialista, com uma concepção de história “magistra vitae”<sup>335</sup> e marcada pela preocupação com o futuro.<sup>336</sup>

Nesse cenário, intelectuais como Mário Aristides Freire, Archimino Martins de Mattos, Antônio Athayde, Elpídio Pimentel e Carlos Xavier Paes Barreto colaboraram com a produção histórica local a partir de uma perspectiva de culto ao passado. A escrita da história caracterizou-se pela busca por exemplos ilustradores das experiências anteriores e, conseqüentemente, na construção de heróis da história do Espírito Santo. Naquela época, a constituição de um mito espiritoossantense de dimensões nacionais tinha como significado a tentativa de fazer o Espírito Santo reconhecido politicamente em nível nacional. Domingos Martins<sup>337</sup> foi eleito o primeiro herói local. Com ele, argumenta Juçara Leite, estabelecia-se um regionalismo na formação do herói, uma vez que sua figura identificava o Espírito Santo ao Brasil, pois representava o herói local com projeção nacional.

A partir da década de 1930, Domingos Martins passou a conviver com outros dois vultos do passado espiritoossantense: José de Anchieta<sup>338</sup> e o índio Arariboia. As imagens desses

<sup>335</sup> Rüsen caracteriza de constituição exemplar de sentido a formatação historiográfica correspondente à história magistral vitae, narrativas nas quais é possível identificarmos que os elementos tornados presentes pela historiografia exerce a função de modelares para a ação do presente. RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 51.

<sup>336</sup> LEITE, Juçara Luzia. Construção indenitária e livro didático regional de História: uma prática geracional de escrita de si. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (orgs). **O livro didático de história**: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: Ed.UFRN, 2007. p. 189-191.

<sup>337</sup> Domingos Martins, de origem capixaba, tornou-se o primeiro herói da história do Espírito Santo devido a sua participação na Revolução Pernambucana de 1817. Tal como outros membros do movimento, foi preso e fuzilado no mesmo ano. A partir da década de 1920, Domingos Martins passou a figurar nos discursos como personagem representativo do Espírito Santo. Segundo Juçara Leite, no IHGES, “[...] as discussões intelectuais locais estavam inseridas num contexto nacional de uma mentalidade republicana e, conseqüentemente, numa ideia de Pátria.” LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e História**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espiritoossantense no século XX. Tese de Doutorado. 352 p. São Paulo: FFLCH/ USP, 2002. p. 86.

<sup>338</sup> A valorização dos Jesuítas já fazia parte da tradição historiográfica brasileira desde a implantação do IHGB, justamente voltada para a relação com os indígenas. Segundo Danilo Ferreti: “A tradição à qual os membros indianistas do IHGB procuravam se vincular, ainda que com algumas reservas, era a tradição cristianizadora dos

personagens históricos foram formuladas em relação ao momento fundacional do Espírito Santo, glorificando essa origem, ou seja, por meio da consagração de determinados sujeitos. Por exemplo, a edição de 1935 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo publicou um artigo de Antônio Athayde. O título do artigo, “Os três vultos notáveis da História Colonial do Brasil, com relação à Capitania do Espírito Santo”, já enunciava a valorização dos personagens locais e sua importância para o passado nacional. Nesse sentido, para esse autor, a história deveria “melhor despertar sociocraticamente um culto ao Passado” assim como “servir de ensinamentos cívicos às futuras gerações, como objeto de admiração e de exemplo, educando-as pelo conhecimento da conduta dos seus grandes homens.”<sup>339</sup> Assim, segundo Juçara Leite, esses sujeitos representavam a identidade local e correspondiam ao ideário patriótico daquele período. Essa galeria surgia, portanto, ligada à concepção de um passado mítico que justificaria a existência de um Espírito Santo valoroso no passado.<sup>340</sup>

No entanto, a busca pela valorização do Espírito Santo no passado cedeu lugar à representação do atraso, o que implicou, também, na apropriação dos personagens históricos. Não é correto afirmar que essa perspectiva de valorização de determinados indivíduos no passado local tenha sido abandonada. Como observamos, o discurso fundador permite a produção de novos sentidos mas se insere numa discursividade já instalada.<sup>341</sup> Nas obras de José Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes e Neida Lúcia encontramos personagens históricos que ganharam lugar nas narrativas a partir da exaltação de seus feitos que, por sua vez, correspondiam a um lugar de destaque do Espírito Santo, de sua participação na trajetória da história nacional. Dentro da divisão de períodos e da sequência cronológica do passado local e nacional nas quais se

---

missionários, principalmente jesuítas. Se os membros do IHGB e a própria Monarquia se identificavam com alguma missão civilizadora oriunda do passado colonial, esta era com a tradição dos jesuítas de cristianização dos indígenas e defesa de sua “liberdade” contra a escravidão. O Jesuíta, e não o colono, era, assim, o que mais próximo chegava de um herói civilizador da história brasileira, a despeito de toda a hesitação existente em torno de sua figura. A historiografia indianista via o processo de colonização do Brasil como uma missão cristianizadora determinada pelos desígnios da Providência. Este caráter ao mesmo tempo civilizatório e cristão, estava definido desde os primórdios, desde o momento fundador da chegada de Cabral à terra que significativamente batizara de Santa Cruz.” FERRETI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade: Identidade, Historiografia e Política em São Paulo**. 2004. 388f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 40-65

<sup>339</sup>ATHAYDE, Antônio. Os três vultos notáveis da História Colonial do Brasil, com relação à Capitania do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, n. 8, Vitória, 1935, p. 13.

<sup>340</sup>LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e História: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espirito-santense no século XX**. Tese de Doutorado. 352 p. São Paulo: FFLCH/ USP, 2002. p. 104-106.

<sup>341</sup>ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador: a formação do país e a identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993. p.23-24

estruturam as obras, determinados personagens evidenciam a participação e colaboração do Espírito Santo para a história do Brasil.<sup>342</sup>

Porém, a mudança na perspectiva de interpretação do passado e o modelo de escrita da história do Espírito Santo trouxe consigo um deslocamento na forma de relação com os sujeitos históricos. A lógica atraso/progresso e o presente com suas expectativas como marco temporal que orientaram a qualificação e hierarquia dos períodos do passado local definiram, também, o modo de dizer sobre os personagens. Indivíduos e grupos foram avaliados pelo papel que exerceram em termos de contribuição para o desenvolvimento do Espírito Santo. Governantes, colonos, funcionários reais, religiosos, indígenas ganharam um lugar e um valor nas narrativas em função da colaboração (ou não) para o progresso do Espírito Santo.

Assim, demonstraremos como o "problema indígena" é um dos aspectos que envolvem a escrita da história local. Por meio de oposições figurativas presentes nas narrativas, selecionamos e ordenamos seus personagens históricos, evidenciando como se configurou lembranças e ausências, imagens positivas e negativas, destaques e exaltações, bem como depreciações e estereótipos que o paradigma de análise e os limites do mesmo instituíram para a memória local.

### 3.1 A ELITE ADMINISTRATIVA: ENTRE O ATRASO E O PROGRESSO.

A narrativa histórica do progressivo desenvolvimento construiu uma história centrada na “missão” das elites locais na condução do Espírito Santo. A forma como se apropriaram de suas respectivas fontes, sobretudo documentos oficiais, bem como os critérios de interpretação e qualificação do passado implicaram na definição desses personagens. Produziram uma hierarquia e diferenciações no seio dessa elite governante, distinguindo os que estavam de acordo com a função de realizadores do progresso, bem como identificando aqueles que estavam vinculados ao atraso.

---

<sup>342</sup>Nas três obras aqui analisadas, o sentido da história do Espírito Santo é definido pela sequência cronológica. Com isso, a narrativa sobre o Espírito Santo foi construída seguindo a história do Brasil. Assim, encontramos ao longo das tramas, um conjunto de acontecimentos que evidenciam a participação do Espírito Santo no contexto nacional. Consequentemente, determinados atores históricos representaram a colaboração do Espírito Santo à história do Brasil. Por exemplo, entre outros, Domingos Martins e Maria Ortiz são inseridos nas narrativas como personagens locais que colaboraram com a história do Brasil. Os autores mantêm a mesma perspectiva de interpretação da produção historiográfica representada pelo IHGB, exaltando seus feitos, sendo Maria Ortiz em prol da defesa da colônia frente a invasão estrangeira e Domingos Martins como mártir da liberdade por ter participado do movimento emancipacionista em Pernambuco em 1817. No entanto, a constituição de sentido da história local seguiu o progressivo desenvolvimento espiritoossantense, com foco em outros atores históricos que delinearam a trajetória do Espírito Santo.



Não poderíamos deixar de iniciar com Vasco Fernandes Coutinho. Consideramos que ele é o personagem símbolo dessa perspectiva de análise. Entendemos que sua figura concentra e sintetiza, de certa maneira, a avaliação dos autores sobre o início da formação do Espírito Santo. Ele foi representado como o fundador e o vínculo inicial entre o Espírito Santo e a história do Brasil. No entanto, por meio dessas narrativas que tiveram nas realizações dos governantes o fio condutor da trajetória espiritosantense, a experiência do fundador Vasco Fernandes Coutinho à frente da capitania refletia a própria história do Espírito Santo. Cabe ressaltar que dentre os autores, Neida Lúcia não aborda a experiência de Vasco Fernandes Coutinho tal como os outros dois autores, daí, em sua obra o primeiro donatário aparece, junto com outros governantes, retratados em suas dificuldades, correspondentes à condição da capitania, porém, representados como heróis, no sentido de resistirem às dificuldades.<sup>343</sup>

Reside em sua imagem a exclusão, o atraso, insuficiências e dificuldades que os autores apresentaram sobre a Capitania. Se o Espírito Santo no período colonial foi retratado, sobretudo, por sua condição de déficit, a figura de Vasco Fernandes Coutinho refletiu, por sua vez, tal condição, estando manifestada na forma como foi interpretado o primeiro donatário.

Vasco Fernandes Coutinho é retratado pelos autores tendo o seu perfil delineado entre o passado glorioso, de suas atividades no oriente, e sua condição perante os novos desafios da colonização portuguesa na América.<sup>344</sup> Coutinho<sup>345</sup> era “fidalgo da casa real” e deveria conter “o suficiente para uma existência folgada.”<sup>346</sup> No entanto, os autores contrastam sua origem de fidalgo com

---

<sup>343</sup> Segundo a autora, os colonizadores conseguiram “a duras penas, a integridades de seu território, quantos lhe assumiram a governança, nesse período que pode ser classificado de heroico, tais o destemor, o desprendimento e a tenacidade ante a agressividade dos óbices que o caracterizaram.” MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 26. Nessa perspectiva, argumenta que no quadro geral das capitanias, a condição do Espírito Santo era negativa e por isso seria difícil avaliar os donatários. Ibid., p. 29.

<sup>344</sup> José Teixeira de Oliveira ressalta a apreciação em relação ao histórico do donatário: “Aliás, é o próprio soberano quem lhe atesta os méritos militares quando, na introdução da carta de doação, diz: ‘Esguardando eu aos muitos serviços que Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo de minha casa e El-Rei meu Senhor e pai que santa glória haja e a mim tem feito assim nestes reinos como em África e nas partes da Índia onde serviu em muitas coisas que se nas ditas partes fizeram, nas quais deu sempre de si mui boa conta’.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 27.

<sup>345</sup> Maria Stella de Novaes também registra essa condição assumida por ele: “Vasco Fernandes Coutinho, que foi capitão de navio e alcaide-mor de Ormuz, regressou à Europa, em 1522, e desembarcou na lendária praia de Restelo, decidido a estabelecer-se, na sua propriedade o solar de Alenquer, amparado nos seus rendimentos: cem mil réis de moradia, na matrícula de 1449, e três mil réis, como fidalgo na matrícula de 1450, além de uma tença que Dom João III lhe concedera, como prêmio de suas façanhas, na Índia” NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 13.

<sup>346</sup> OLIVEIRA, op.cit., p. 28. Essa também é a interpretação utilizada por Neida Lúcia: “O donatário, Vasco Fernandes Coutinho, era um homem da melhor fidalguia. Servira em Goa, na China e na África. Depois dessas campanhas devia ser um homem rico, ou, pelo menos, a salvo das dificuldades materiais da vida. Não era um personagem notável na Metrópole, nem sua empresa foi objeto de grande interesse para uma população fortemente excitada pela fama das riquezas do Oriente.” MORAES, op. cit., p. 15.

seu espírito aventureiro, bem como evidenciam que a necessidade de realizar os preparativos de sua jornada colonizadora já anunciava as dificuldades a que deveria enfrentar, o que marcaria sua experiência na capitania do Espírito Santo. Maria Stella de Novaes narra o início desse empreendimento considerando que “o arrojo de uma colonização em terras ignotas conduziu o donatário a desfazer-se de tudo o que possuía e trocar as vantagens de fidalgo da Casa Real pelo equipamento de um transporte que o levasse àquele lugar do Brasil.”<sup>347</sup> A mesma passagem registrada pela autora é apresentada por José Teixeira de Oliveira como os “primeiros sacrifícios”<sup>348</sup> de Vasco Fernandes Coutinho, o que anunciava uma vida diferente na colônia:

Não fora, de certo, para viver encurralado num arraial, a guerrear com os flecheiros das selvas, que o donatário do Espírito Santo se desterrara para a sua bárbara capitania brasileira”[...] Endividado, sem outros recursos de que lançar mão, entrado em anos e naturalmente combalido pelas canseiras da vida militar a que dedicara a sua mocidade, não era cômoda nem invejável a situação do ex-alcaide de Ormuz.<sup>349</sup>

Diante desse contraste que passou a caracterizar a figura de Vasco Fernandes Coutinho, percebemos que sua imagem foi construída associada à sua busca por um desenvolvimento da Capitania que não se realizou, integrada às circunstâncias de sacrifício e dificuldades. Os autores não deixaram de registrar o empenho do primeiro donatário para o progresso de sua capitania. Maria Stella de Novaes reconhecia na figura do primeiro donatário alguém preocupado com o “progresso da sua propriedade” e que suas ações foram direcionadas para esse objetivo, mesmo diante das dificuldades.<sup>350</sup> Nessa perspectiva também o qualificou José Teixeira de Oliveira. Ao tratar dos primeiros desbravamentos de Coutinho, o autor ressalta o esforço e a dificuldade:

Ao donatário, responsável e interessado direto no progresso do quinhão que lhe tocara, a revelação das minas oferecia vantagem dupla: faria dele um nababo, caso fosse ele próprio o descobridor, e atrairia, de qualquer maneira, multidões para a terra. [...] Lançadas, pois, as sementes ao solo, Vasco Coutinho e seus companheiros se atiraram às explorações. Basílio Daemon, recordando o feito, escreveu que, em fins de 1535 ou princípios do ano seguinte, saíram os povoadores em grande número, ‘bem armados e municiados’ e entranharam-se pelo sertão. Abrindo picadas na floresta, chegaram até os ‘arredores da hoje cidade da Serra’, sem serem incomodados ou pressentidos pelos índios, pois nada consta a respeito, acrescenta o minucioso cronologista. O único resultado dessa expedição foi consolidar no espírito do capitão a ideia da necessidade de aumentar o número de habitantes brancos da sua governança.

<sup>347</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 14.

<sup>348</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 28.

<sup>349</sup> Ibid., p. 39.

<sup>350</sup> NOVAES, op. cit., p. 20-21.

Com o escasso grupo de que dispunha, não podia se aventurar à conquista de tesouros no interior.<sup>351</sup>

No entanto, a caracterização desse personagem histórico passou a ser vinculada às dificuldades. Segundo José Teixeira Oliveira:

Quatro anos após sua chegada à terra brasileira – vencidos os tropeços iniciais, colhidos os primeiros resultados do trabalho geral – Vasco Coutinho deve ter constatado que até então mal conquistara uma posição. O futuro, a riqueza, a glória, escondidos no seio da floresta, pousados na serra de Mestre Álvaro e além, chamavam-no, seduziam-no com o encantamento do desconhecido. Mas para ir até lá, tentar as minas, alargar a conquista, fazia-se mister mais gente, mais recursos materiais. [...] Se a solução estava em Portugal, isto é, se havia necessidade de maior número de brancos para levar avante a empresa, e esses deviam vir da metrópole, só havia um caminho a seguir: ir buscá-los. Foi o que se presume ter levado o donatário ao Reino, em princípios de 1540.<sup>352</sup>

Impedimentos, frustrações, sacrifícios foram as referências usadas para qualificar as ações do primeiro donatário correspondendo à própria trajetória inicial do Espírito Santo. O autor ainda argumenta que tudo o que dele nos ficou “recorda sacrifícios, renúncias, amarguras.”<sup>353</sup> A partir do ano de 1540, os autores evidenciam os descaminhos de Vasco Fernandes Coutinho como fatores prejudiciais à Capitania. Suas viagens à Europa tomam um sentido de desventuras e frustrações frente à condução do Espírito Santo. Maria Stella de Novaes ressalta que Coutinho viajou “[...] a Portugal em 1540, a fim de equipar-se, para varar o sertão, ‘a conquistar minas de ouro e prata de que tinham novas’, e realizar negócios, que lhe convinham.”<sup>354</sup> Mesmo com a dificuldade em se definir quanto tempo ele permaneceu ausente, a autora evidencia a consequência negativa da viagem:

[...] Alguns cronistas, entre os quais Basílio Daemon, admitem que tenha o donatário realizado mais de uma viagem à Corte, mesmo por que seria incoerência com seu zelo pela Capitania demorar-se por tantos anos, na Europa. O certo, porém, é que encontrou a decadência da sua propriedade e a Villa devastada. Contristou-se, perante a ruína do seu ‘Vilão Farto’!<sup>355</sup>

<sup>351</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 46.

<sup>352</sup> Ibid., p. 48.

<sup>353</sup> Ibid., p. 47.

<sup>354</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 20.

<sup>355</sup> Ibid., p. 22.

José Teixeira de Oliveira narra essa mesma viagem considerando que em seu retorno, o “vilão farto, de que tanto se orgulhava o donatário, convertera-se em ruínas.”<sup>356</sup> O autor dá sequência aos relatos sobre essa ausência de Vasco Fernandes Coutinho e suas implicações:

Nesse mesmo ano (1650), viajou novamente o Donatário. A 14 de julho, já havia passado pela Capitania de Porto Seguro, governada, então, por Duarte de Lemos, que o denunciou ao Soberano, pelo fato de ter deixado o Espírito Santo e ‘ir à França a se restaurar dos seus gastos que tem feito na sua Capitania.’<sup>357</sup>

Sacrifícios e prejuízos marcavam, portanto, a trajetória do primeiro donatário do Espírito Santo.<sup>358</sup> José Teixeira de Oliveira também avalia essa ausência de Vasco Fernandes Coutinho fazendo alusão à displicência, deficiência administrativa e descaminho dado ao Espírito Santo devido ao seu distanciamento frente à Capitania:

Presume-se que tenha estado na Europa entre 1550 e 1555. Em abril de 1551, Pero de Góis, de volta do sul, escrevia ao rei, informando: ‘Fui ter ao Espírito Santo terra de Vasco Fernandes Coutinho [...] estive aqui cinco ou seis dias por a terra estar quase perdida com discórdias e desvarios dos homens, por não estar Vasco Fernandes nela e ter ido não sei lá onde [...]’.

Não havia, pois, notícia sobre o paradeiro do donatário e as discórdias dividiam a população. Dois anos depois, finda a inspeção que realizara pela costa, Tomé de Sousa dava conta a Sua Majestade do que vira e fizera durante a viagem. Referindo-se ao senhorio de Vasco Coutinho, assim se expressou:

‘O Espírito Santo é a melhor capitania e mais abastada que há nesta costa mas está tão perdida como o capitão dela Vasco Fernandes Coutinho [...] mas V. A. deve mandar capitão ou Vasco Fernandes que se venha para ela e isto com brevidade.’

Muito descera o valoroso soldado de Afonso de Albuquerque para ser apontado como perdido [...] Aquele ‘que se venha para ela’ dá quase a certeza de que Tomé de Sousa sabia Vasco Coutinho achar-se em Portugal. Parece um recado ao administrador negligente.<sup>359</sup>

O autor apropria-se da crítica realizada por Tomé de Sousa à condição da Capitania do Espírito Santo para caracterizar a displicência de Vasco Fernandes Coutinho, o que implicou nessa associação entre o donatário e o Espírito Santo. A insuficiência de suas realizações foi indicada por José Teixeira ao retratar o fim do primeiro fundador:

Vasco Coutinho faleceu em 1561, ‘tão pobrememente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei si teve um lençol seu em que o amortilhassem’. Houve,

<sup>356</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 57.

<sup>357</sup> Ibid., p. 23, parênteses do autor.

<sup>358</sup> Maria Stella de Novaes retrata as consequências negativas de sua ausência: "Seguiu-se no Espírito Santo um período de decadência, porque na falta do Donatário, em viagem forçada, para a obtenção de recursos necessários ao desenvolvimento da capitania, seus substitutos faltaram a confiança neles depositada. Dizia Pero de Góis que ‘a terra estava quase toda perdida com discórdias e desvarios dos homens e não estar Coutinho nela, e ter ido não se sabia para onde’." NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 29.

<sup>359</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 68.

certamente, algum exagero nestas palavras de frei Vicente do Salvador, muito amigo de construir frases de efeito. Entretanto, força é convir que os dias de Coutinho no Brasil foram uma ininterrupta sucessão de trágicos acontecimentos. Senhor de um lote privilegiado, dispondo de alguns auxiliares tão bons como os melhores que viviam no Brasil da época, beneficiado pela presença e colaboração dos jesuítas, favorecido com a proximidade da Bahia, de onde recebeu auxílios vitais em momentos críticos – tudo foi insuficiente para levar avante o esforço do pobre donatário.<sup>360</sup>

Evidenciou-se, assim, o momento final do primeiro donatário associado a uma realidade de pobreza marcada pela trajetória de “trágicos acontecimentos.” Vasco Fernandes Coutinho surgiu, assim, com a imagem-símbolo da condição da capitania construída pela historiografia, evidenciando em sua figura as dificuldades e impedimentos. Sua experiência, interpretada como sendo de um valor negativo frente à capitania do Espírito Santo, colaborou com o lugar por ele ocupado na história local, figurando na categoria de personagens definidos como obstáculos do progresso.

Seguindo essa perspectiva, encontramos em José Teixeira de Oliveira a marca dessa crítica direcionada aos não-colaboradores da história capixaba, principalmente, aos que eram governantes, responsáveis pela condução da capitania. Por exemplo, quando o autor avalia o donatário Manuel Garcia Pimentel, o critério utilizado em sua apreciação foi justamente o do papel que coube a ele para os prejuízos futuros do Espírito Santo. Dessa forma, o autor caracteriza o “donatário displicente”:

Não se conhece qualquer ato do donatário Manuel Garcia Pimentel em benefício da capitania. Tudo o que fez, enquanto o Espírito Santo lhe pertenceu, foi nomear alguns poucos funcionários, não interferindo, segundo parece, nem mesmo na escolha dos capitães-mores. É admissível supor que o Espírito Santo viesse a ser melhor aquinhoado territorialmente se o herdeiro de Francisco Gil de Araújo zelasse um pouco mais pelo senhorio, não permitindo que os delegados del-rei restringissem, como fizeram, suas possibilidades de expansão. [...] Garcia Pimentel preferiu continuar administrando suas propriedades baianas, sacrificando, com tal atitude, o futuro da capitania.<sup>361</sup>

---

<sup>360</sup> José Teixeira de Oliveira ressalta a dificuldade de governança de Vasco Fernandes Coutinho ao ponderar elementos de seu perfil: “Os que se têm ocupado da sua personalidade negam-lhe dotes de chefia, atribuindo-lhe vícios e falta de energia para enfrentar os malfeitores que se acoitavam na capitania, todos ou quase todos agentes da sua ruína. Há demasiado rigor no julgamento. Quem tivesse a responsabilidade de povoar uma parcela do território brasileiro àquela hora, tão pobre e tão avaro em recompensas, não poderia ter a veleidade ridícula de um chefe de disciplina colegial. Conceda-se que não foi suficientemente hábil para conter ‘a avidez de lucros e a sede de ouro que, nos primeiros tempos, extinguiram todos os sentimentos humanos dos colonizadores europeus’, mas que seja feita justiça à dedicação, à generosidade, à bravura, solidariedade e espírito magnânimo do primeiro donatário. Não o acusam de um só ato injusto, de uma opressão, da prática de uma vingança.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 97.

<sup>361</sup> Ibid., p. 177. Observamos, anteriormente, que um dos fatores definidos pelos autores como responsáveis pelas dificuldades do Espírito Santo colonial foi a ausência dos donatários frente à capitania governada pelos capitães-mores. A partir desse entendimento é que compreendemos a ironia de José Teixeira ao qualificar a presença de um capitão-mor na categoria de colaborador do progresso da capitania. Assim se refere o autor: “Milagre dos milagres:

O governante, portanto, surgiu na narrativa situado na mesma categoria de Vasco Fernandes Coutinho, uma vez que essa dificuldade identificada por José Teixeira correspondia aos impedimentos de expansão sofridos pelo Espírito Santo que o impediram de usufruir dos benefícios da exploração aurífera.

Se por um lado, os dois donatários foram exemplos negativos, por outro, um conjunto de indivíduos figurou no enredo histórico como protagonistas da história local.<sup>362</sup> Personagens cuja significação foi definida em função de suas realizações em prol do destino do Espírito Santo. Uma linha de continuidade que caracterizou a trajetória do progressivo desenvolvimento. Do período colonial até o período republicano.

Os autores ressaltaram o perfil de determinados governantes à frente da capitania. Foram eles Vasco Fernandes Coutinho Filho e Gil de Araújo, que foram representados em oposição ao que se configurava como atraso colonial. O primeiro é marcadamente posicionado em lado oposto ao de seu pai, o primeiro donatário. Pois, “sob o governo de Coutinho Filho”, argumenta Maria Stella “tudo ressurgia”.<sup>363</sup> A contraposição ao momento anterior aparece na caracterização de seu período como governante:

Em contrário, porém, à fase de inércia, a posse de Vasco Fernandes Coutinho Filho, herdeiro do primeiro Donatário, assinalava o ressurgimento da Vila [...] Plantações de cana, algodão e cereais, criação de gado e instalação de novos engenhos, transformavam Vitória num centro irradiante de movimento para toda a Capitania. O comércio direto com Portugal tomou novo incremento. Gandavo registrava que do

---

um capitão-mor – Manuel da Rocha de Almeida – intentou, e parece que realizou, a construção de “uma força” na praia de Vitória. Seria pequena fortificação destinada a proteger a vila e que, no entender de Mário Freire, reflete o seu desenvolvimento.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 140.

<sup>362</sup> Os autores privilegiaram em suas narrativas os governantes e administradores do Espírito Santo. No entanto, outros também figuraram como representantes dessa oposição entre colaboradores e obstáculos do progresso. Maria Stella de Novaes oferece um exemplo que se caracterizou em contraponto aos impedimentos trazidos ao Espírito Santo pelas determinações da Coroa portuguesa em relação à condição de “barreira verde” assumida pela Capitania espiritosantense. Apontada como um dos fatores do déficit do Espírito Santo no período colonial, tal condição colaborou para caracterizar a imagem de Pedro Bueno Cacunda como homem “sempre atento às minas auríferas”, identificado pela busca de superação. A autora ressalta sua atuação em sentido contrário às determinações da Coroa. Temos sobre ele: As atividades de Pedro Bueno Cacunda [...] continuavam a despertar o interesse do Governo Geral que, por isso, proibiu ‘descobertas’ de minas, segundo, ordem de El-Rei, antes que se fortificassem a Capitania. [...] Avesse às ordens superiores contrárias à exploração do interior da capitania, varava os sertões e iludia os delegados de El –Rei. Declarava suas riquezas e concorria, assim, para o povoamento do Espírito Santo. Audaz bandeirante, chegou mesmo a dirigir-se ao El-Rei, com a narrativa de sua odisseia e pedido da Superintendência das Minas, das passagens dos rios Manhuaçu, Guandu e Itapemirim [...].”NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 86-88.

<sup>363</sup>Ibid., p. 40.

Espírito Santo era ‘o melhor açúcar que há em todo o Brasil’. Dizia ainda que ‘os moradores vivem abastados de mantimentos da terra, como de fazendas’.<sup>364</sup>

José Teixeira de Oliveira segue esta avaliação, valorizando a importância deste donatário naquele cenário de impedimentos e atraso do Espírito Santo colonial:

Preocupado com o desenvolvimento do senhorio, Vasco Coutinho (filho) fez uma revisão na distribuição das terras, passando a novas mãos aquelas cujos sesmeiros tinham morrido ou as haviam deixado no abandono [...]. Com o auxílio de novos braços e capitais, o Espírito Santo conheceu uma quadra de progresso, assinalando-se a construção de alguns engenhos de açúcar e o incremento do comércio direto com Portugal. Rubim diria com justiça: ‘A Colônia tomou um aspecto mais lisonjeiro.’<sup>365</sup>

Progresso é o termo que caracteriza o governante. Essa é também a valorização que Neida Lúcia atribuiu à Gil de Araújo:

Um homem enérgico e bem-intencionado podia desenvolver um trabalho profícuo. E a oportunidade foi bem aproveitada. Os serviços público tomaram impulso, as finanças foram regularizadas, edifícios públicos foram restaurados, o comércio e a agricultura foram objeto de suas atenções.[...]<sup>366</sup>

Maria Stella de Novaes o associa, além disso, à noção de prosperidade. Segundo a autora, ele “incentivou a lavoura”, “assistiu aos moradores com todos os meios, para que os seus engenhos progredissem, de par com as lavouras que, nesse tempo, avultavam consideravelmente.”<sup>367</sup> Em José Teixeira de Oliveira, observamos o destaque para o caráter progressista de uma administração que “distinguiu-se pelas obras que levou a termo”:

Resta mencionar as notícias colhidas em outras fontes a respeito de administração tão progressista. Rubim, por exemplo, informa que Gil de Araújo ‘trouxe da Bahia muitos casais de colonos a quem doou terras, e tanto a estes, como aos antigos moradores assistiu com cabedal para fornecerem seus engenhos e lavouras. Este dinheiro de

<sup>364</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 38.

<sup>365</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 102-103. O autor evidencia a marca positiva da colaboração do filho do primeiro donatário para o porvir do Espírito Santo: “A administração de Coutinho (filho) distinguiu-se, principalmente, pelo sentido de estabilidade que imprimiu ao senhorio. Foi durante sua gestão, graças à paz e sossego reinantes, que os habitantes conseguiram fixar-se, em definitivo, na terra e demonstrar, pela construção de engenhos, desenvolvimento efetivo da catequese e levantamento da igreja dos jesuítas – para apontar tão-somente três expressivas demonstrações de desejo de fixação na gleba – confiança no futuro e preocupação de continuidade na nova pátria.” (Ibid., p. 109.).

<sup>366</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 30.

<sup>367</sup> NOVAES, op. cit., p. 73. Dessa forma, ela apresenta o diferencial desse governante: “[...] em a Terra Goitacá, de Alberto Lamego diz que: - Enquanto a Capitania da Paraíba do Sul, administrada por Vasqueanes e, ausentes seus donatários, continuava estacionária. A do Espírito Santo, governada pelo próprio Francisco Gil, prosperava. [...] Em confirmação das referências à atividade desse donatário, notemos ainda que consertou a Casa da Câmara, em Vitória. Em Vila Velha, mandou fazer a Casa da câmara que havia desaparecido, e deu sepultura condigna aos ossos de Vasco Fernandes Coutinho.” Ibid., p. 73-74.

primor foi causa do incremento que teve nesse tempo a lavoura de cana de açúcar [...].<sup>368</sup>

Foi, assim, retratado como o “homem de mais ampla visão dentre os que passaram pela administração capixaba na fase colonial.”<sup>369</sup> Por meio desses perfis, observamos como se constituíram as narrativas marcadas pela noção da superação do atraso. Estes governantes do período colonial ganharam um lugar no passado que estavam de acordo com o desenvolvimento do Espírito Santo, ainda que o período colonial fora classificado como o da origem do atraso.

Seguindo a linearidade temporal das obras de Neida Lúcia, José Teixeira de Oliveira e Maria Stella de Novaes, a caracterização associada a alguns governantes que marcaram o século XIX, por sua vez, correspondia à própria imagem que foi elaborada acerca desse período. Aos acontecimentos e marcos cronológicos vinculados ao progresso, estavam os responsáveis pelo desenvolvimento. São exemplares, nesse caso, os governantes Silva Pontes e Francisco Alberto Rubim.

Nas narrativas, ambos foram responsáveis por inaugurar o roteiro da superação. O primeiro foi descrito como “um homem de conhecidas luzes e préstimo.” Maria Stella de Novaes evidenciou suas realizações em prol do desenvolvimento do Espírito Santo, sobretudo em relação à busca por vias de comunicação, e sua viabilidade, com Minas Gerais, definindo-o como administrador operoso.<sup>370</sup> Neida Lúcia associou o governante à “recuperação do tempo perdido” com as novas possibilidades trazidas por Silva Pontes em relação ao fim dos impedimentos frente à região das minas.<sup>371</sup> José Teixeira de Oliveira, tratando das expectativas que surgiam com o século XIX, o situa dentro de uma nova relação, considerada revolucionária, e benéfica, da metrópole com o Espírito Santo.<sup>372</sup> O governante aparece na narrativa em consonância com a modificação daquilo que prejudicava o Espírito Santo, o acesso à região das minas. Progresso, dinamismo e

<sup>368</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 158.

<sup>369</sup> Ibid., p. 159.

<sup>370</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 106. A autora o indica como alguém preocupado com o desenvolvimento do Espírito Santo: “interessado pelas vias de comunicação com o interior da Capitania, o Governador Silva Pontes mandou reconstruir a Ponte de Passagem, com pregões de alvenaria e de acordo com a planta de sua própria autoria.” Ibid., p. 108.

<sup>371</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 34.

<sup>372</sup> Segundo o autor, o esse governante “trazia especialmente recomendada a abertura e navegação do Rio Doce. [...] A nova atitude da metrópole em relação aos meios de comunicação entre o Espírito Santo e Minas Gerais bem merece o qualitativo de revolucionária.” OLIVEIRA, op. cit., p. 244. José Teixeira de Oliveira também atenta para essa preocupação com a região do Rio Doce: “Sua pré-memória de 1802 testemunha o carinho com que encaminhava a solução dos problemas ligados ao rio, que, oficialmente, abriu à navegação, tida, aliás, por impossível.” Ibid., p. 250.



realizações marcariam, assim, o momento e a figura do governador, sobre quem “os memorialistas e historiadores têm concedido [...] as homenagens que se tributam aos governadores dignos do respeito da posteridade.”<sup>373</sup> Um lugar, portanto, ao “homem íntegro, competente e ativo, embora arbitrário”, cuja “administração coincidiu com a fase mais fecunda em realizações do período de permanência da Corte portuguesa no Brasil.”<sup>374</sup>

A noção de colaboração e legado também marca a imagem criada sobre o governador Rubim. Neida Lúcia também ressalta a memória acerca desse governante:

Por essa época (1812) desembarcou em Vitória um novo governador, homem íntegro e de grande capacidade de trabalho. Era Francisco Alberto Rubim, que dirigiu os destinos do Espírito Santo por sete anos e deixou traços tão visíveis de sua passagem, que um século e meio depois ainda admiram os que olham, mesmo de relance, a história de nossa terra.<sup>375</sup>

Para Maria Stella, ele teve uma “administração laboriosa e segura”, sendo ele um governante que “prestou valiosos serviços ao Espírito Santo.”<sup>376</sup> Essa era a imagem do Espírito Santo à sua época, uma “capitania em franco desenvolvimento”. A autora evidenciou suas realizações.<sup>377</sup> José Teixeira teve a mesma proposta da autora. Em sua narrativa são elencadas as realizações do governante e sua importância foi definida em termos de realizações em benefício do progresso espiritosantense. Nessa perspectiva, ele argumenta que Rubim realizou “uma administração ativa, benéfica e empreendedora.”<sup>378</sup>

As referências que prevaleceram na caracterização dos presidentes de província ao longo do século XIX tiveram, de maneira geral, essa conotação do progresso.<sup>379</sup> Delineou-se, assim, um

<sup>373</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 249.

<sup>374</sup> Ibid., p. 254.

<sup>375</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 35.

<sup>376</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 115.

<sup>377</sup> Ressaltou a busca pela interiorização: “[...] muito justamente pode-se considerar o Governador Rubim o fundador da atual Cidade de Cachoeiro do Itapemirim, com o Quartel de barca, levantado ‘na margem-Sul do Rio Itapemirim, de frente da primeira cachoeira, seis léguas para o sertão da Vila do Itapemirim.’” Ibid., p. 126.; Segue a autora: “[...] Pelo extraordinário empenho, na abertura de estradas, recebeu o Governador Rubim uma Cart régia, datada de 4 de dezembro de 1816, que louvava sua atividade, tanto naquela empresa quanto no desenvolvimento da lavoura, incentivo à mineração, e à navegação nos rios da Capitania.” Ibid., p. 120-121.

<sup>378</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 259. José Teixeira de Oliveira segue a mesma análise de Maria Stella de Novaes. Apresenta o caráter de bom administrador compromissado com o progresso do Espírito Santo. Para isso, evidencia uma série de realizações do governador frente à administração da capitania do Espírito Santo. Ibid., p. 256-259.

<sup>379</sup> Maria Stella de Novaes foi a autora que deu mais ênfase às características de alguns governantes em função de suas respectivas colaborações para o desenvolvimento do Espírito Santo. Sobre o governo de Costa Pereira: “o Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, que prestou juramento e entrou em exercício, a 22 de março. Dedicou-se sinceramente ao Espírito Santo, porque nascido em Campos, a 20 de janeiro de 1883, quando a Paraíba do Sul era parte desta província, o Dr. Costa Pereira considerava-se realmente capixaba, mesmo como deputado federal e,

conjunto de representações imagético-discursivas acerca de alguns indivíduos que passaram a compor uma galeria de personagens do passado símbolos do progresso. A narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo relatou, assim, as experiências dos construtores do Espírito Santo.

Não obstante, foi essa a característica presente nos governantes do período republicano. Estes foram classificados em função do seu papel de propulsores do progresso, como personagens-símbolo de um novo momento que conduziu o Espírito Santo para a superação do atraso via industrialização. Ao caracterizar o início do período republicano no Espírito Santo, José Teixeira de Oliveira evidenciava que essa nova fase do Estado se deu, principalmente, pela "ação exercida por uma elite saída dos próprios quadros locais e que, desde as primeiras horas do novo regime, assumiu o controle dos negócios públicos."<sup>380</sup> Nesse sentido, as obras se apresentam, ao longo das narrativas do Espírito Santo republicano, como um sequência de realizações desses indivíduos na condução do Estado para o futuro.<sup>381</sup>

Até a década de 1930, foram destacados Muniz Freire, Jerônimo Monteiro e Florentino Ávidos. Em relação ao primeiro, José Teixeira o define como marco para o Espírito Santo, por seu "espírito progressista e realizador":

A dois de maio de 1892 foi solenemente promulgada a nova Constituição, seguindo-se, no mesmo dia, a eleição do presidente do Estado – José de Melo Carvalho Muniz Freire. Inaugurou-se, com este, uma fase de arrojadas realizações na terra capixaba.<sup>382</sup>

---

depois, Ministro do Império. Sempre cuidou da colonização da Província. Construiu a estrada do Queimado até as primeiras clareiras do Rio Santa Maria da Vitória, a fim de facilitar o desenvolvimento da Colônia de Santa Leopoldina. Defendeu a Província, quando Minas Gerais invadiu as povoações do Veado e São Pedro. Amparou a Colônia do Rio Novo. Em homenagem de gratidão dos capixabas, o aterro da Prainha, depois de urbanizado, recebeu o nome de Praça Costa Pereira.” NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 244. Sobre o governo de João Tomé da Silva, temos: “1873 – Assumiu o Governo da Província, a 28 de dezembro de 1873, o Dr. João Tomé da Silva, que muito influiu no progresso da cidade, quer zelando pela instrução do povo, quer intensificando melhoramento de real importância.” Ibid., p. 279.; E ainda: “Dr. Marcelino de Assis Tostes, que realizaria intenso e proveitoso Governo, até 24 de março de 1882[...] A 24 de agosto, dizia um cronista: - 'Homem de uma vida dirigida e laboriosa, o Presidente Tostes não ficou no pedestal que o povo do Espírito Santo e as populações dos municípios lhe ergueram; na lembrança de ter conseguido a estrada-de-ferro'." Ibid., p. 282.

<sup>380</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 407.

<sup>381</sup> Nossa análise focalizou-se nos governos estaduais que foram destacados pelos autores a partir de enunciados que os definiam como elementos da categoria progresso. A tendo em vista as referências usadas pelos próprios autores. Assim, nem todos os governos foram citados.

<sup>382</sup> Ibid., p. 413.

Maria Stella de Novaes ressalta a "energia e a clarividência do ilustre Governador"<sup>383</sup> enquanto Neida Lúcia considera que "seu dinamismo estendeu-se a vários setores da administração" e seu governo trouxe realizações voltadas para a "garantia de prosperidade do Espírito Santo."<sup>384</sup> Mas, a narrativa elaborada pelos autores definem o governo de Jerônimo Monteiro como o principal marco de desenvolvimento durante a Primeira República no Espírito Santo. Segundo Neida Lúcia:

Esse quadriênio fez época na terra capixaba, marcando dois períodos: o Espírito Santo antes do governo Jerônimo Monteiro e o Espírito Santo após esse governo. [...] Sua operosidade estendeu-se ao Estado inteiro, abrangendo todos os setores da administração pública.<sup>385</sup>

Já Maria Stella de Novaes define o início de seu governo como o de uma "verdadeira renovação política-social para o Espírito Santo".<sup>386</sup> Sobre a administração de Jerônimo Monteiro a autora ressalta o desenvolvimento da capital Vitória e sua preocupação "no sentido de movimentar a indústria e todos os demais recursos do progresso e consequente independência econômica do Estado."<sup>387</sup> Já José Teixeira de Oliveira sintetizou sua atuação por seu "programa de amplas realizações" no qual "o Estado experimentou largos benefícios da ação governamental."<sup>388</sup>

Jerônimo Monteiro, portanto, tornou-se, marco desse processo de desenvolvimento. O governante aparece na própria definição acerca de Florentino Ávidos, realizada por Neida Lúcia:

Esse quadriênio marcou o ritmo de progresso acelerado de doze anos antes. A morfologia da cidade foi alterada: alargamento e abertura de novas ruas, pavimentação, redes de esgoto, núcleos residenciais, edifícios públicos, ponte sobre a baía, escadaria, viaduto, jardins e monumentos. Foi aberta a av. Jerônimo Monteiro.<sup>389</sup>

<sup>383</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 320

<sup>384</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 44.

<sup>385</sup> Ibid., p. 46.; José Teixeira de Oliveira também ressalta esse governo como marco: "Vale ressaltar que Jerônimo Monteiro realizou obras tão vultosas – até hoje lembradas em meio às mais gratas referências pelos capixabas." OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 420.

<sup>386</sup> NOVAES, op. cit., p. 365.

<sup>387</sup> Ibid., p. 373.

<sup>388</sup> Segundo o autor: Durante o quadriênio Jerônimo Monteiro, o Estado experimentou largos benefícios da ação governamental: abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhoria dos rebanhos bovinos, construção da usina de açúcar de Paineiras – ao tempo considerada a melhor do Brasil –, desenvolvimento do ensino público e melhoria do aparelho administrativo. Vitória transformou-se em cidade moderna, dotada que foi dos serviços de água, esgotos, luz e bondes elétricos. OLIVEIRA, op.cit., p. 419.

<sup>389</sup> MORAES, op. cit., p. 47. Foi também nessa perspectiva que José Teixeira qualificou o governante: "Florentino Ávidos teve o mérito de saber escolher auxiliares para as tarefas de governo. E conseguiu realizar obras que fazem seu nome lembrado com carinho em todo o Estado. Duas pontes que construiu – ligando Vitória ao continente e sobre o rio Doce, em Colatina – são marcos decisivos no progresso do Espírito Santo. A estrada de penetração,

Definia-se, assim, os governos modelares da primeira república, que antecipava, segundo a narrativa dos autores, o novo momento que surgiria no Espírito Santo a partir da década de 1950. Carlos Lindenberg é lembrado pela administração que realizou, mas foram Jones dos Santos Neves, Christiano Dias Lopes e Arthur Gerhardt os governantes identificados como os responsáveis pelo impulso necessário ao desenvolvimento do Espírito Santo.<sup>390</sup> Jones dos Santos Neves é interpretado como o responsável por preparar a nova fase de realizações que caracterizariam o Espírito Santo:

A passagem de Jones dos Santos Neves pela interventoria (1943-45) já prenunciava administração brilhante para o quadriênio inaugurado em 1951. Beneficiado pela atuação saneadora de seu antecessor, que lhe entregara o governo em boa situação financeira, Santos Neves realizou gestão profícua, inteligentemente conduzida. Cabe-lhe o privilégio de ter sido o primeiro governante capixaba a estabelecer planejamento para a administração: o Plano de Valorização Econômica do Estado. Assessorado por uma equipe de escol, o governo atacou obras em numerosas frentes de trabalho.<sup>391</sup>

Já Christiano Dias Lopes Filho e Arthur Gerhardt são identificados como os responsáveis pelo início da nova fase de desenvolvimento do Espírito Santo. Para Neida Lúcia, Christiano Dias Lopes teve um governo "repleto de dinamismo" com "a força de uma equipe jovem e progressista."<sup>392</sup> Sobre Arthur Gerhardt, a autora escreve aludindo às expectativas acerca da "inteligência lúcida e capacidade de trabalho" do governante, "o criador e presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES)".<sup>393</sup> Para José Teixeira de Oliveira, o governo Christiano Lopes foi o marco da mudança:

---

ligando Colatina a Nova Venécia, abriu a denominada zona desconhecida ao trabalho fecundo dos povoadores. OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 426.; Maria Stella de Novaes caracterizou esse período como uma "fase intensa de construções": "Traçara o Dr. Florentino Avidos um plano geral de melhoramentos da Cidade de Vitória: novos bairros, obras de saneamento, conforto, embelezamento, estradas suburbanas, etc. E foram surgindo: Bomba, Suá, Maruípe, Santa Maria, Santo Antônio, além da Praia Comprida, bairro planejado desde os tempos de Saturnino Brito. Drenagem, pavimentação, esgoto, abastecimento de água, jardins, monumentos, etc. movimentaram a cidade de Vitória." NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 408.  
<sup>390</sup> Maria Stella de Novaes, ainda que caracterize a década de 1950, como observamos no capítulo anterior, não avalia os demais governos, finalizando sua abordagem nas realizações do Governo Carlos Lindenberg caracterizado como momento de expectativas acerca do futuro do Espírito Santo. José Teixeira de Oliveira assim o caracteriza: "Carlos Lindenberg voltou à curul do governo estadual em 1959. Graças à política de recuperação financeira que assinalou seus dois períodos administrativos, aquele prestigioso homem público lembra a figura lendária de Campos Sales no plano federal." OLIVEIRA, op. cit., p. 452.; Cabe ressaltar que José Teixeira de Oliveira faz ainda uma breve referência ao governo Elcio Álvares, momento de publicação da segunda edição de sua obra. Consideração correspondente às expectativas em relação ao futuro: "No momento mesmo da redação destas linhas, a Assembleia Legislativa Estadual elege o novo governador que deverá dirigir o Estado no próximo quadriênio – o deputado Elcio Álvares, cujo passado responde pelos anseios de progresso dos seus coestaduanos." Ibid., p. 465.

<sup>391</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 446.

<sup>392</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 49.

<sup>393</sup> Ibid., p. 49.

Christiano Dias Filho (1967-71) inaugurou fase nova na vida do Estado. [...] Seu primeiro gesto de governante foi um brado pela afirmação do Espírito Santo como parte da comunidade brasileira. Com intrepidez e resolução, fez ouvir a voz do povo capixaba, gritando ao resto do Brasil que o Estado existe e que é parte da Pátria comum.<sup>394</sup>

Assim como Neida Lúcia, o autor interpreta o governo de Gerhardt como continuidade de seu antecessor, pois o governante, "infatigável e culto homem público", já havia comandado "o trabalho de planejamento das iniciativas governamentais" e, então, iria "realizar muitos dos projetos que idealizara." Assim, era o responsável por consolidar a nova etapa do Espírito Santo:

Familiarizado com todos os problemas do Estado, Artur Gerhardt vem administrando à base de planos meticulosamente elaborados e tem sabido atender às aspirações da atualidade. A tônica de seu governo é a industrialização do Espírito Santo.<sup>395</sup>

Com essas características, evidenciamos que a elite administrativa do Espírito Santo no século XX, tornou-se, nas narrativas históricas, os responsáveis pela mudança de status do Estado. Em especial, Neida Lúcia e José Teixeira de Oliveira assumiram o próprio discurso da elite dirigente que, como vimos anteriormente, justificou e legitimou a implementação do projeto de industrialização no Espírito Santo. A representação da elite político-administrativa correspondeu a uma nova qualificação do Espírito Santo e às expectativas de futuro.

Instituiu-se um roteiro histórico a partir dos modelos e exemplos a serem seguidos, símbolos do progresso no passado que correspondiam ao ideal de desenvolvimento e superação do atraso no presente. Neida Lúcia, ao comentar as dificuldades enfrentadas pelos donatários no Espírito Santo, ressalta que dever-se-ia observar as "suas tremendas dificuldades vencidas com aquela pertinácia" e que, tal qualidade, "naquele tempo iniciada, nunca abandonou, até hoje, os responsáveis pelos nossos destinos."<sup>396</sup> A autora refere-se aos indivíduos considerados modelares, os exemplos de superação a serem aprendidos. O passado satisfatório ao discurso da superação do atraso evidencia tanto uma trajetória cuja origem foi repleta de obstáculo a serem superados, como também identifica os elementos identitários entre o presente gerador de expectativas e o passado. A mesma autora, por exemplo, estabelece o vínculo entre Silva

<sup>394</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 452.

<sup>395</sup> Ibid., p. 460.

<sup>396</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 29.

Pontes, Rubim e Christiano Dias Lopes com a trajetória do Espírito Santo, identificada com a de seus construtores. Segundo ela, sobre a abertura para Minas:

É bem verdade que demorou mais de um século, até que, sob a chefia suprema de Teixeira Soares, Pedro Nolasco e Álvaro Mendes, em 1904, começou a ser implantada no solo espiritosantense a estrada de ferro Vitória à Minas que iria começar a realização dessa ligação entre Minas Gerais e o mar através do Espírito Santo, no rumo do Porto de Vitória. [...] Ainda quarenta anos tiveram de decorrer para que se reconhecesse que o minério de ferro de Itabira tinha em Vitória o seu escoadouro natural para o exterior. O auto de 1800 determinou as divisas das duas capitanias, atuais estados do Espírito Santo e Minas Gerais, mas a sua fixação no terreno custou mais de 150 anos.

Foi a tarefa enfrentada pelo engenheiro Ceciliano Abel de Almeida e o advogado Bernardino Monteiro, no princípio do século XX e nos meados desse século pelo engenheiro civil e advogado Cícero Moraes. A mais recente consequência dos Auto de Silva Pontes ainda ressoa ao nossos ouvidos, com os aplausos que tributamos ao Vice-Presidente Augusto Hamann Rademaker Grunewald, ao Governador Christiano Dias Lopes Filho e ao Ministro Mário David Andreazza, no dia 25 de novembro de 1969, na inauguração da Rodovia Castelo Branco que une Vitória a Belo Horizonte, e representa a conclusão daquela estrada contratada por Francisco Rubim [...].<sup>397</sup>

A obra da superação do atraso realizar-se-ia, portanto, pela elite administrativa responsável pela implantação do projeto de desenvolvimento a partir da década de 1960. Uma jornada que, ao longo de todos os séculos narrados, foi caracterizada pelas ações individuais condutoras desse percurso. Portanto, por meio de sua linearidade narrativa os autores representaram, ainda que diferenciando os períodos, a trajetória do Espírito Santo que unia a “obra” de determinados atores históricos, a saber, de alguns colonizadores, aos governantes provinciais, bem como aos administradores públicos do período republicano, numa mesma linha condutora, marcada pela superação dos obstáculos, que culminaria com a industrialização.

Portanto, analisando as oposições figurativas entre os personagens símbolos do progresso e os representantes do atraso, é possível identificarmos as diferenciações entre os atores históricos da elite política-administrativa. Por exemplo, a nítida dicotomia entre o próspero e operoso Vasco Fernandes Coutinho Filho e seu pai, o fundador do atraso. Acompanhando a construção dessas oposições, consideramos que se constituiu uma narrativa histórica que instituiu personagens símbolos de mudanças assim como definiu uma linha de continuidade entre os responsáveis pelo desenvolvimento do Espírito Santo, considerando que elas seguem as formas de constituição de sentido presentes nas narrativas, tanto à “genética de sentido” como à “exemplar de sentido”.

<sup>397</sup>MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 34-35.

Desse modo, por um lado, correspondendo às expectativas de futuro, determinados indivíduos tornaram-se marcos de mudança.<sup>398</sup> Por exemplo, Silva Pontes e Jerônimo Monteiro correspondiam, no passado, ao mesmo papel de mudança que era atribuído a Christiano Dias Lopes Filho no presente. A narrativa histórica do progressivo desenvolvimento elaborou um roteiro histórico satisfatório ao momento de implementação de um projeto de desenvolvimento, demarcando, no passado, determinados atores responsáveis por impulsionar o Espírito Santo para o caminho do progresso. Por outro lado, na linearidade do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo, determinados atores são evidenciados no enredo pelos acontecimentos que se tornaram significativos para essa trajetória peculiar do Espírito Santo. São identificados como exemplos históricos uma vez que suas ações são narradas como experiências modelares do agir humano no passado.<sup>399</sup> É possível identificarmos, assim, a construção de uma imagem de Arthur Gerhardt como exemplo de governante associado ao desenvolvimento e que sua experiência, no presente, seria a continuidade de ações em prol do progresso do Espírito Santo existentes na trajetória local. As expectativas do projeto de industrialização, no presente, ganhavam sentido na narrativa histórica como continuidade dos feitos de Gil de Araújo, Rubim, Muniz Freire e Florentino Ávidos, que começaram a marcha da superação, num passado marcado pelo atraso.

### 3.2 JESUÍTAS, IMIGRANTES E INDÍGENAS: A SUPERAÇÃO DO ATRASO NA REPRESENTAÇÃO DOS PERSONAGENS.

Nas obras *História do Estado do Espírito Santo*, *O Espírito Santo é assim* e *História do Espírito Santo* observamos também que alguns grupos ganharam destaque na trama histórica construída pelos autores, a saber: os jesuítas, os imigrantes e os indígenas. A avaliação e a qualificação desses grupos seguiram a mesma lógica que orientou a interpretação dos governantes e administradores espiritosantenses, determinando os grupos (e seus representantes) como colaboradores ou obstáculos da trajetória do Espírito Santo.

Nesse caso, ficou evidente na configuração das narrativas que os jesuítas correspondiam à força do progresso presente no contexto do atraso atribuído ao período colonial e os imigrantes foram elementos constitutivos da narrativa da superação que marcou o século XIX. No entanto,

<sup>398</sup> A ideia de superação corresponde ao que Rüsen denominou de constituição genética de sentido dentre os tipos de constituição narrativa de sentido. RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 58-61.

<sup>399</sup> Rüsen define também as formatações narrativas exemplares, que apresentam o passado como exemplo e dotado de significação para o agir no presente. Ibid., p. 50-54.

mesmo em momentos distintos, ambos foram caracterizados em função da maneira como os índios foram interpretados e inseridos nesse enredo elaborado pelos autores. A forma como os jesuítas e os imigrantes emergem nas narrativas, o papel que desempenham e o valor a eles atribuído na história do Espírito Santo correspondem à secundarização e apagamento dos indígenas, bem como à definição de sua imagem como principal símbolo do atraso no passado do Espírito Santo.

No que tange aos jesuítas, a importância que ganharam na história do Espírito Santo, situados na categoria de colaboradores do progresso, está vinculado ao papel desempenhado frente aos índios.<sup>400</sup> José Teixeira de Oliveira os qualificou de “nova e poderosa força”<sup>401</sup>, quando da chegada desse grupo, no sentido de possibilitar o progresso da capitania. Dessa forma, os religiosos aparecem como excelentes colaboradores da colonização no sentido de integrar os índios à obra colonizadora dos europeus. As referências aos jesuítas estiveram, sobretudo, associadas ao controle dos indígenas. José Teixeira referindo-se à chegada desses religiosos ressalta:

Coube-lhes também o papel relevantíssimo de, pela linguagem do coração, tornar menos bravios e ferozes os silvícolas inconquistáveis. Se não os trouxeram a todos para o lado dos brancos, aplainaram pelo menos grandes dificuldades que se antepunham à aproximação, mesmo precária, das duas sociedades.<sup>402</sup>

O autor deixa claro, portanto, que a colaboração desse grupo se efetivou por meio da política de relação que os religiosos estabeleceram com os indígenas em benefício dos colonizadores, pois, sem os jesuítas, argumenta o autor, “teria sido muito diferente a conquista da terra e de seus primitivos donos e habitantes.”<sup>403</sup>

---

<sup>400</sup> Segundo Maria Regina de Almeida, o propósito do estabelecimento da ordem jesuítica na colônia foi, essencialmente, o de colaborar com a colonização por meio do contato com os grupos indígenas: “Sua principal função seria a de reunir os índios aliados em grandes aldeias próximas aos núcleos portugueses nas quais iriam se tornar súditos cristãos para garantir e expandir as fronteiras portuguesas na colônia. Era preciso manter os índios aliados e derrotar os inimigos de forma a seguir adiante com o projeto de colonização.” ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 45.

<sup>401</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 76.

<sup>402</sup> Ibid., p. 76-77.

<sup>403</sup> Ibid., p. 147.



Maria Stella destaca também a catequização como uma conquista da Capitania.<sup>404</sup> Referindo-se a um momento de dificuldade do Espírito Santo em torno do ano de 1553, ressalta o papel dos religiosos:

Somente os jesuítas prosseguiram na missão que lhes fora confiada. E, sob a influência apostólica dos padres, os índios indomáveis pareciam convencidos de abandonar o litoral e embrenhar-se na floresta longínqua. Os catequizados, entretanto, colaboravam com os portugueses, nos roçados e nas construções.<sup>405</sup>

Nessa perspectiva de análise adotada pelos autores, tornou-se essa forma de colaboração o grande legado exercido pelos jesuítas. Maria Stella de Novaes enfatizou a participação dos membros dessa ordem. Por exemplo, a noção de mediadores de conflito entre colonos e indígenas caracterizou o perfil do padre Afonso Brás<sup>406</sup> definido como “o diretor moral dos índios e dos colonos, confraternizando-os.”<sup>407</sup> Esse sentido atribuído ao papel dos jesuítas ficou evidente, principalmente, na caracterização que a autora realizou de José de Anchieta:

E, em todos os recantos do Espírito Santo, atingidos pelo trabalho da colonização, notava-se de fato, a indefinível poesia, que se irradiava das pegadas de Anchieta. Ensaiaava autos e desvendava os segredos da língua indígena. Confraternizava os índios com os portugueses. [...] Dir-se-ia, porém, que o seu dinamismo apostólico propagara-se e enraizara-se, nos diversos pontos da capitania [...], os princípios da arte e da indústria, lançados desde o estabelecimento dos padres, na Capitania, prosperavam em todos os sentidos.<sup>408</sup>

Essa percepção acerca de Anchieta correspondeu aos jesuítas de maneira geral. Se a imagem que os autores construíram da Capitania estava associada ao descaso, impedimentos e marcada, como vimos, por colonos considerados inaptos ao progresso, as referências que encontramos

<sup>404</sup> Neida Lúcia evidencia esse aspecto mas a partir da noção de legado: “Devemos aos jesuítas, além da obra apostólica de resultados sociais muito grandes, poderoso auxílio na defesa contra os invasores estrangeiros. Contribuíram para o abrandamento da ferocidade dos índios, no alevantamento dos padrões de moralidade da população branca, eram admiráveis como praticantes da medicina e enfermagem. Foram responsáveis pela construção da igreja e da casa para o primeiro colégio, sendo que desta última, conservada, ampliada e diversas vezes reformada, se originou a sede do Governo do Estado, sob a atual denominação de Palácio Anchieta.” MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 18.

<sup>405</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 28.

<sup>406</sup> O padre Afonso Brás representava os jesuítas como fator de progresso, segundo Maria Stella de Novaes: “Devotado sempre em colaborar com o Donatário, no progresso do lugar, o Pe. Brás Lourenço não repousara. [...] incentivando a fundação do Seminário que tanto beneficiava o povo; dava-lhe instrução e catequizava os índios que, assim, gradualmente, se integravam no trabalho organizado” Ibid., p. 39. O legado desse religioso é ainda evidenciado pela autora: “A ampliação do Seminário, pelos esforços do Pe. Brás Lourenço, deve ser recordada, visto como Afonso Brás, tendo-se demorado apenas dois anos e meses, aqui deixou “somente pequeno Seminário”, coberto de palhas, conforme relatam cronistas. De certo, porém, o edifício que serviu tantos anos, para residência dos Presidentes do Espírito Santo e, reconstruído, em 1911-1912, ainda é a sede do Governo do Estado”. Ibid., p. 39.

<sup>407</sup> Ibid., p. 24.

<sup>408</sup> Ibid., p. 53-54.

em relação aos jesuítas nos remetem justamente a uma posição de enfrentamento a essa condição do Espírito Santo no passado.

Os autores construíram a imagem dos jesuítas, portanto, em função da importância que tiveram para a viabilidade da colonização, papel evidenciado na narrativa dos autores, quando interpretaram a expulsão dos religiosos da colônia. Neida Lúcia interpreta como uma situação prejudicial à já condição difícil da capitania:

Para agravar a penosa situação, cai-nos o raio da expulsão dos jesuítas em 1759. Esses religiosos, ainda que recolhidos apenas às suas fazendas, serviam de elemento de harmonia entre colonos e índios e eram educadores únicos. As suas propriedades estavam disseminadas desde Nova Almeida até Itapemirim. O golpe não foi contra o Espírito Santo. Mas a nossa parte foi bem sentida.<sup>409</sup>

Na mesma perspectiva, temos a visão de José Teixeira de Oliveira:

Ao despontar o ano de 1760, o Espírito Santo perdeu a poderosa força que, havia mais de dois séculos, vinha colaborando no seu desenvolvimento: os jesuítas. [...] Faltam elementos para fixar com precisão os efeitos provocados, na capitania, pela retirada dos jesuítas. Não foi de menor expressão a desordem trazida à política de aperfeiçoamento dos indígenas, que, em massa, desertaram as aldeias, de regresso às brenhas de origem.<sup>410</sup>

A argumentação dos autores direcionou-se, sobretudo, para o impacto negativo da saída dos religiosos, uma vez que representavam a perspectiva da superação do atraso. Entretanto, para essa qualificação dos jesuítas foi preciso que os índios fossem definidos como ferozes, indomáveis e hostis, reproduzindo, como veremos adiante, um estereótipo dos grupos indígenas historicamente elaborado.

Se por um lado, a imagem positiva dos religiosos configurou a depreciação dos indígenas, por outro, a inserção dos imigrantes na história do Espírito Santo se efetivou em detrimento dos indígenas. A narrativa do progressivo desenvolvimento que classificou o século XIX como o início do processo de caminhada de superação do Espírito Santo selecionou a interiorização e a chegada dos colonos europeus como acontecimento-símbolo do progresso. Como

<sup>409</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 32. Maria Stella de Novaes se refere a esse acontecimento: Quantos anos de sacrifício e trabalho! Quanto heroísmo na defesa de Vitória, repetidas vezes, atacadas pelos aventureiros e inimigos da Coroa Lusitana! [...] Privada de seus devotos apóstolos, sentiu a Capitania os primeiros efeitos do abandono espiritual e a redução da assistência desvelada [...] De fato, com a expulsão dos jesuítas, desaparecia o maior fator de civilização, na Capitania: - a força conciliadora dos ânimos, em favor do trabalho e da cultura. NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 94.

<sup>410</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 203.

consequência, configurou-se também a “superação dos indígenas” que tiveram seu paulatino apagamento da narrativa histórica do Espírito Santo.

Neida Lúcia também cita os momentos em que desembarcaram os imigrantes no Espírito Santo, considerando sua importância:

O número de imigrantes não foi muito grande se compararmos aos dos que se dirigiram para os Estados do Sul. [...] Apesar disso, devemos considerar inestimável o serviço prestado por essa imigração. Quando o Estado instituiu o Museu do Imigrante, quando levantou o Monumento ao Imigrante, quando festeja o Dia do Imigrante, não faz senão reconhecer o que devemos a esse contingente de destemidos trabalhadores.<sup>411</sup>

No que tange a presença dos imigrantes, Maria Stella de Novaes, ainda que não realize uma ampla abordagem, associou-os à interiorização do Espírito Santo, enfatizando o aspecto positivo desse processo. Segundo a autora, a “fundação da Colônia do Rio Novo, em 1855, assinalou o reinício da colonização, que teria de trazer ao Espírito Santo o movimento heroico e belo da imigração”.<sup>412</sup> Vinculados à noção de prosperidade, os imigrantes seriam elementos essenciais à penetração do território. José Teixeira de Oliveira, por outro lado, não compreende a chegada dos imigrantes da mesma forma do que as autoras:

Sem pretender depreciar a valia da colaboração dos colonos europeus, cumpre situá-la nos seus justos termos. [...] Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas. Suas terras ficavam muito aquém dos domínios botocudos. As primeiras estradas já permitiam trânsito mais fácil entre os diferentes núcleos de população. Ao estrangeiro coube receber a terra penosamente conquistada e lavrá-la. Ilhados nas suas colônias, mui remotamente influenciariam a agricultura e a indústria dos nacionais com os seus métodos, necessariamente mais adiantados. Aqui – como no resto do Brasil – a conquista da terra foi obra exclusiva dos brasileiros.<sup>413</sup>

No entanto, ele reconhece que, para tratar especificamente em relação aos imigrantes, Luiz Derenzi seria o estudioso para definir o papel desse grupo na história espiritosantense, o que, contribuiu, de alguma maneira, à caracterização desses personagens:

Os colonos europeus, tanto os germanos, chegados entre 1847 e 1880, como os italianos, introduzidos de 1874 a 1895, contribuíram poderosamente para o progresso

<sup>411</sup>MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 41.

<sup>412</sup>NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 227. É assim que a autora evidencia a origem da colônia de Santa Isabel: "Pela influência do Presidente Pedreira, fundou-se, em 1847, a Colônia de Santa Isabel, com cento e sessenta colonos alemães. [...] Foram concedidas terras, com duzentas braças de testada e seiscentas de fundo, nas margens do Rio Jucu [...]. A Colônia de Santa Isabel possuía um terreno fértil, cortado por diversos rios, além do já referido Jucu. Foi privilegiada pela estrada do Rubim. Progrediu rapidamente com o plantio de cereais e do café." Ibid., p. 196.

<sup>413</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 344-345.

demográfico e econômico do Estado. A contribuição estimada pelos analistas foi, respectivamente, de 11.000 austro-alemães e 40.000 italianos. Assim que a população de 1862, de 60.702 habitantes, alcançou, em 1890, 209.783, um acréscimo salutar de 149.081 almas. No campo econômico, a produção de café teve a marca: em 1860, 50.529 sacas; em 1890, 250.000; em 1900, 394.150! O italiano, que por primeiro se miscigenou, deu sadio exemplo de perseverança, amor ao trabalho e à família. Introduziu novos hábitos e restaurou a moral doméstica. Os colonos venceram sós. As autoridades públicas não lhes deram a mínima assistência. [...] Desde as primeiras levadas, os colonos viveram sós e caminharam apenas acompanhados pelos agrimensores e futuros administradores dos núcleos. Não acharam nem derribada de mata nem ranchos.<sup>414</sup>

Esta visão se aproxima à do “movimento heroico e belo” de Maria Stella de Novaes, que ressalta, inclusive, esse papel atribuído aos imigrantes, sobretudo os italianos, no que tange ao legado desses grupo.<sup>415</sup>

Diante dessa imagem construída acerca dos imigrantes em relação ao seu papel na história do Espírito Santo, consideramos dois aspectos importantes no que diz respeito às avaliações e qualificações atribuídas aos personagens históricos dentro das narrativas dos autores. Primeiramente, principalmente em relação aos italianos, as narrativas históricas colaboraram com o fortalecimento do que Maria Cristina Dadalto chamou de “mito da italianidade do Espírito Santo”, presente, especialmente, na literatura. Segundo ela:

[...] uma profícua produção literária produzida sobre a imigração italiana no estado ajudou a construir e a fortalecer este mito. [...] Essas obras literárias teriam cristalizado o conhecimento sobre o processo de formação e desenvolvimento do Espírito Santo, ao criar uma trama em ambientes inóspitos, os quais italianos e seus descendentes sonharam, sofreram, mas venceram todas as adversidades. Projetar-se-ia, assim, uma representação da identidade capixaba fundada nos italianos trabalhadores e vencedores. Há de se ressaltar, por outro lado, que não se observa uma produção literária de imigrantes ou descendentes de outras etnias participantes do processo colonizador do estado com o mesmo volume da produzida sobre os italianos e descendentes. Também se pode considerar que outros fatores, tais como a fundação de associações culturais italianas e o número de representantes políticos eleitos nos últimos cinquenta anos no Espírito Santo, auxiliaram na construção dessa narrativa.

<sup>416</sup>

<sup>414</sup> Assim, José Teixeira argumenta o recurso a Luiz Serafim Derenzi: “Procurando elucidar o contingente de progresso trazido ao Espírito Santo pelos imigrantes europeus, pedimos ao Dr. Luiz Derenzi – que conhece o tema e dá os últimos retoques a um livro sobre a imigração italiana – resumisse algum aspecto do seu trabalho, a ser publicado dentro em breve.” Ibid., p. 345. Provavelmente, a obra a que se refere José Teixeira é: DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

<sup>415</sup> Segundo a autora: “Em 1840, chegou à Colônia de Viana, Giuseppe Balestrero, primeiro italiano a fixar-se no Espírito Santo. [...] Veio parar no Espírito Santo, atraído parece pelas notícias resultantes ainda da propaganda feita pelo Governador Francisco Alberto Rubim. [...] Dedicou-se à cultura do café e de cereais, além da criação de gado. Seus numerosos descendentes colaboram ainda em diversos ramos da vida social, industrial, agrícola e econômica do Espírito Santo.” NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 188.

<sup>416</sup> DADALTO, Maria Cristina. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído. **Pensamento Plural** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL, Pelotas, n. 03, 2008, p. 148.

A autora analisa, por exemplo, o romance *Karina*<sup>417</sup>, de Virgínia Tamanini, no qual os imigrantes italianos se deparam com a obra de desbravamento das florestas em direção ao interior do Espírito Santo. E, nesse ponto, evidenciamos o segundo aspecto a ser observado nessa abordagem dos autores sobre os imigrantes. O lugar que obtiveram nas narrativas históricas do Espírito Santo está vinculado, justamente, ao de romper a “barreira verde” e “superar o atraso”, ou seja, a dificuldade de penetração territorial característica do período colonial, na qual também se inserem os indígenas.

José Teixeira de Oliveira, ainda que tenha relativizado o papel dos imigrantes, insere a chegada deles no mesmo contexto de controle daqueles que ele interpretou como obstáculos do desenvolvimento espiritosantense. Segundo o autor, dentro do tópico intitulado “início de uma nova era”, a conquista e controle sobre os indígenas, e posteriormente, a chegada dos imigrantes europeus constituiriam avanços do Espírito Santo. Avaliando a Província na década 1840, o autor argumentava que “ganhava impulso animador a domesticação dos índios, sendo de notar a criação – em 1845 – do aldeamento denominado Imperial Afonsino.” E, dois anos mais tarde, em “1847, foi reencetado o encaminhamento de europeus para as terras capixabas” quando “instalou-se a Colônia de Santa Isabel, seguida, em 1857, pela de Santa Leopoldina e outras [...]”<sup>418</sup>

Dentro da narrativa histórica do progressivo desenvolvimento, portanto, o lugar destinado ao colono europeu correspondeu ao que Vânia Moreira chamou, como vimos, de “problema indígena.” A lembrança do papel da imigração corresponde a eliminação do indígena:

[...] recentemente foi publicado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo o relatório do cônsul Carlo Nagar sobre a colonização italiana no Espírito Santo. Escrito em 1895, o relatório consular é uma importante fonte para a pesquisa do processo de colonização e imigração, fato, aliás, ressaltado na apresentação escrita por Agostino Lazzaro. Contudo, na mesma apresentação podemos ler que ‘a imigração italiana, germânica e polonesa, entre outras, teve como objetivo primordial, no Espírito Santo, a colonização e o povoamento do grande vazio demográfico que era seu território no século XIX.’ [...] Como em um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas

<sup>417</sup> TAMANINI, V. **Karina**. Brasília, [s.e.], 1981. Sobre essa obra e o mito da italianidade no Espírito Santo, conclui Maria Cristina Dadalto: “[...] possibilita a configuração de uma narrativa do discurso de um povo que enfrentou todas as dificuldades, que sofreu vendo filhos, pais, amigos morrendo por problemas de saúde, mordidas de animais, mas que venceram esse desafio e encontraram a Terra Prometida. [...] Estas considerações oferecem, assim, a possibilidade de refletir como a história contada por italianos, transmitidas na literatura produzida, apoiada nas ações realizadas e conhecidas por sua divulgação e difusão na sociedade, compõe-se como elemento indicativo a constituir e a cristalizar o discurso fundador do mito da italianidade na identidade capixaba.” DADALTO, Maria Cristina. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído. **Pensamento Plural** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL, Pelotas, n. 03, 2008, p. 162.

<sup>418</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 333-334.

pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de ‘vazios demográficos’.<sup>419</sup>

Em relação ao Espírito Santo, ela argumenta que esse discurso elimina a presença de uma vasta população indígena no século XIX<sup>420</sup> suprimida nas narrativas. Nesse sentido, cabe, então, compreendermos como os indígenas foram alçados à condição de principal obstáculo da trajetória do desenvolvimento do Espírito Santo.

### 3.2.1 OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO: O INIMIGO DE TODAS AS HORAS.

Na narrativa histórica construída por José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes, os indígenas alcançaram um lugar ímpar, tornando-se o principal inimigo do desenvolvimento da obra colonizadora. A representação indígena nas obras evidencia a oposição ao progresso que definiu o lugar dos índios no passado do Espírito Santo.

Observemos, a princípio, a importância que os autores atribuem a dois personagens do período colonial no Espírito Santo. A saber, Diogo Morim e Miguel de Azevedo. Maria Stella de Novaes, ao narrar a batalha travada entre colonizadores e indígenas no Rio Cricaré ao norte da Capitania chama a atenção para o papel de Diogo Morin:

A revolta, portanto, não se fez esperar e, nessa peleja, morreu no Cricaré, Fernão de Sá, filho do Governador Geral do Brasil, viera auxiliar a defesa do Espírito Santo. Surgiu, porém, a valorosa figura de Diogo Morim que, após grandes esforços, conseguiu reanimar os colonos e reuni-los, em número de sessenta e oito, para combater o gentio.

Basílio Daemom refere-se a Diogo de Morim, combatendo no Cricaré, durante alguns meses. Assumira o comando da expedição após a morte de Fernão de Sá, e dirigiu-se para a Vila da Vitória que estava ameaçada e, até, saqueada, o que forçara o Donatário a pedir auxílio ao Governador Geral. [...]

Após a derrota dos índios, Mem de Sá escreveu à Rainha Da. Catarina, para comunicar a vitória sobre os silvícolas, a morte do seu próprio filho e a contribuição intrépida de Diogo de Morin.<sup>421</sup>

<sup>419</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES** – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001, p. 100.

<sup>420</sup> Sobre o equívoco do conceito de vazio demográfico Vânia Moreira argumenta: “É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo do século XIX como um enorme ‘vazio demográfico’, totalmente disponível à ação colonizadora oficial e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados ‘índios bravos’ ou ‘tapuias’, representantes das tribos puri, coroados, botocudos e outras, mas também os denominados ‘índios mansos’, ‘domesticados’ ou ‘civilizados’, isto é, aqueles pertencentes às tribos tupiniquim e termiminó, que, desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso-brasileira.” Ibid., p. 100.

<sup>421</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 32-33.

José Teixeira de Oliveira, por sua vez, sobre essa relação de combate entre o elemento colonizador e os índios, destaca o papel de Miguel de Azevedo, que governou durante o breve período em que a capitania esteve sob a responsabilidade de Luiza Grimalda, viúva de Vasco Fernandes Coutinho Filho. O autor observa que ele presenciou “dois grandes fatos”, um foi a morte de José de Anchieta, e o outro:

Chefiou, no ano de 1594, uma grande bandeira punitiva contra os goitacazes, que obstavam a instalação dos cristãos no sul da capitania. Ferozes e em grande número, grupos daquelas tribos faziam constantes incursões nas propriedades dos que buscavam as regiões do seu predomínio, talando vidas e benfeitorias. O capitão-mor se fez acompanhar ‘por Antônio Jorge e João Soares, homens experimentados em correrias, e dos moradores que com mais frequência tinham sofrido crueldades’. [...] Cronistas e historiadores são unânimes em afirmar ‘que daí em diante deixaram esses selvagens de surpreender e atacar os habitantes da Capitania.’<sup>422</sup>

Os dois personagens, tal como os jesuítas e os imigrantes, tomam lugar na narrativa em função das relações estabelecidas com os indígenas. Nesse caso, pelo combate aos selvagens, perigosos e inimigos indígenas.

A importância atribuída à trajetória de superação do atraso definida como linha condutora do sentido do passado espiritosantense nas obras aqui analisadas determinou uma hierarquia de posições na qual, por sua vez, instituíram os indígenas como um dos principais obstáculos ao progresso do Espírito Santo. Ou seja, a representação construída acerca dos índios corresponde às narrativas do atraso e a da superação: o período colonial foi o da origem do atraso, e os indígenas foram o principal obstáculo. O século XIX, interpretado como a gênese do processo de superação, foi marcado nas narrativas tanto pela manutenção dos índios como empecilhos ao progresso como também pela “superação” do indígena na história do Espírito Santo, silenciados nas narrativas em detrimento dos acontecimentos e personagens símbolos do desenvolvimento.

O índio, “pesadelo constante, inimigo de todas as horas”<sup>423</sup> foi caracterizado como um dos principais fatores da não-realização da capitania, em termos de desenvolvimento. A imagem dos indígenas foi, ao longo das narrativas, tecida sob a perspectiva do colonizador. Foram interpretados por meio de dicotomias “bons” *versus* “maus” ou “colaboradores” *versus*

---

<sup>422</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 112.

<sup>423</sup> Ibid., p. 55.

“inimigos”, o que implicou numa série de referências que os identificavam como obstáculos, barreira, empecilhos, opositores de um projeto que deveria ser realizado.

De acordo com Maria Regina Almeida, a interpretação sobre os índios na história do Brasil esteve vinculada à perspectiva do colonizador.<sup>424</sup> E, ao longo do tempo, na historiografia brasileira, o lugar dos indígenas foi marcado pela manutenção de uma representação:

Desde a História do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagem (1854) até um momento bastante avançado do século XX, os índios, grosso modo, vinham desempenhando papel muito secundário, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses. Teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os objetivos dos colonizadores.<sup>425</sup>

O indígena, dentro da galeria de personagens da história do Espírito Santo, insere-se no conjunto de grupos e indivíduos pertencentes à categoria de inimigos, identificados, sobretudo, com a imagem do atraso. No entanto, seguindo essa lógica interpretativa, encontramos também personagens indígenas que passaram a frequentar essa galeria histórica no papel de aliados, definidos como “colaboradores” da colonização.

Tais indígenas ganharam uma posição de destaque justamente por representarem a preocupação dos autores em buscar no passado um lugar e um papel para o Espírito Santo no contexto da história nacional. Nesse sentido, tal como Maria Ortiz, esses indígenas foram diferenciados pelos serviços prestados aos colonizadores. Maracaiguacu e Arariboia, diferentemente da maioria dos grupos indígenas, passaram a frequentar a categoria dos heróis da história do Espírito Santo, não pela resistência, mas pelo papel que desempenharam na contribuição ao elemento colonizador, mais especificamente, na defesa contra as invasões sofridas pela colônia portuguesa.<sup>426</sup> Mesmo que não seja uma abordagem ampla e esclarecedora das experiências de

<sup>424</sup>Segundo Maria Regina Almeida: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 com a intenção de criar uma história do Brasil que unificasse a população do novo estado em torno de uma memória histórica comum e heroica, iria reservar aos índios um lugar muito especial: o passado. Nessa história, os índios apareceriam na hora do confronto, como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliavam os portugueses. ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 17.

<sup>425</sup>Ibid., p. 13.

<sup>426</sup>Na *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes encontramos uma menção a outro indígena que não se vinculou a essa defesa do território e expulsão dos invasores. A autora destaca a figura do índio Guido Prockrane: “Com justiça, devemos inserir aqui uma nota sobre o chefe índio botocudo Guido Prockrane que faleceu, no Rio Doce, em 1843, Soldado da Segunda Companhia da Montanha e diretor da Aldeia dos Índios, do Manhuaçu, no Caeté, prestou valiosos serviços à catequese e civilização dos seus irmãos. Auxiliado pelo Tenente Guido Tomás Marlière, seu padrinho de batismo, que o educou, pela retidão de sua conduta elevou-se à estima e ao respeito de sua tribo e de outras vizinhas.” NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 192.



ambos, é nítido o contraste entre a presença deles com os demais indígenas na narrativa. Maracaiguaçu aparece na narrativa sendo primeiramente ajudado por Vasco Fernandes Coutinho devido ao ataque de índios tamoios e franceses, por seu propósito de tornar-se cristão e, sobretudo, por ter combatido os franceses no ano de 1558, o que definira, portanto, “os bons entendimentos que presidiam as relações entre os colonos e a gente de *Gato Grande*” (significado de Maracaiguaçu).<sup>427</sup>

Mas é Arariboia que surge como herói representativo da colonização do Espírito Santo na defesa do Brasil. Neida Lúcia ressalta o caráter heroico nas qualidades atribuídas ao indígena:

As crônicas portuguesas da época contam bem o heroísmo do índio e os seus feitos de guerra. Contam que ele foi o vencedor do terrível tamoio, na Guanabara e mesmo fora dela. E vencedor que aterrava o inimigo pela sua coragem e arrojo.” (p. 23)  
Seguindo a narrativa sobre Arariboia, a autora evidencia a fala de um governante do Rio de Janeiro em uma cerimônia: ‘O grande Arariboia, aquele a quem tanto deve Portugal; o tacape mais valeroso desta parte da América. Garantiu o brilho das armas portuguesas nos famosos encontros de Paranapicuí e Uruçumirim, pelos tempos de fundação do Rio de Janeiro, isso, sem falar das campanhas de Cabo Frio. Escudo vivo Del-rei.’<sup>428</sup>

Assim os insere Maria Stella em sua narrativa:

[...] A expedição para combater Villegaigon saía da Bahia de Todos os Santos, a 16 de Janeiro de 1560; fundeu na Guanabara a 21 de fevereiro. Levou do Espírito Santo um contingente de índios-flecheiros, apesar de estarem os moradores temerosos dos índios dos franceses. Rocha Pombo e outros historiadores registram que, nessa viagem do Governador Geral, Maracaiguaçu, incorporou-se à expedição. De acordo com Simão de Vasconcelos, o chefe Arariboia foi, igualmente, ao Rio de Janeiro na mesma ocasião.  
Dado o valor dos índios flecheiros desta Capitania, sempre atenta a auxiliar a defesa do Brasil, não se pode desprezar a ideia nas duas viagens do intrépido Arariboia, o bravo auxiliar dos colonizadores, - no Espírito Santo e no Rio de Janeiro (onde nasceu). [...] <sup>429</sup>

O lugar do Espírito Santo surge, então, dessa participação. A Capitania colaborou, principalmente com índios flecheiros sob o comando de Arariboia:

Seguiram, de fato, muitos índios flecheiros, sob o comando de Arariboia, que, segundo já escrevemos, durante quatro anos, muito auxiliou no combate aos franceses. Colaborou, assim, na fundação da cidade do Rio de Janeiro, e, pelos seus méritos, foi

<sup>427</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 82, destaque do autor.

<sup>428</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 23-24.

<sup>429</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 34-35.

nomeado Cavaleiro de Cristo, com uma tença de 12\$000 e uma sesmaria, em Niterói, onde fundou uma aldeia.<sup>430</sup>

José Teixeira de Oliveira completa essa visão, na qual o indígena surge numa situação reverenciada pelo autor, ou seja, na ajuda prestada pela capitania do Espírito Santo à do Rio de Janeiro em 1561:

Aludimos ao auxílio prestado pelo Espírito Santo a Estácio de Sá na empresa que culminou na expulsão dos franceses da Guanabara e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois capital do Brasil. A colaboração que a capitania de Vasco Coutinho dispensou a este episódio da consolidação da hegemonia portuguesa no Brasil se inscreve entre as mais belas e eloquentes demonstrações de acuidade política e solidariedade fraternal do período colonial.<sup>431</sup>

É nesse contexto que o autor insere Arariboia:

De Arariboia, comandante de duzentos temiminós que o Espírito Santo mandou à luta contra os franceses de Villegagnon, não é necessário dizer mais que isto: ele e os flecheiros que tinha junto de si decidiram da sorte dos intrusos.<sup>432</sup>

Constatamos que José Teixeira, Maria Stella e Neida Lúcia atribuem um significado reduzido e simplista (aliados de uma causa portuguesa) à atuação de Arariboia e dos temiminós. Estes foram interpretados em função do papel que caberia ao Espírito Santo no contexto da colonização portuguesa no Brasil, desconsiderando, deste modo, a complexidade de relações que se estabeleceram entre índios e colonizadores, conferindo um significado aos indígenas aliados da obra colonizadora, no qual Arariboia aparece como representante.<sup>433</sup> No entanto, na narrativa do progressivo desenvolvimento, a imagem indígena correspondeu a um outro lugar.

<sup>430</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 36.

<sup>431</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 101.

<sup>432</sup> Ibid., p. 102. José Teixeira de Oliveira apresenta, assim, a colaboração do Espírito Santo: “Poderoso exército de reserva, utilizado em numerosas ocasiões principalmente contra o invasor estrangeiro – aqui e alhures, no período colonial – coube aos índios catequizados do Espírito Santo fornecer quinhentos dos seus melhores filhos para a fundação da aldeia de São Pedro, origem da atual cidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Isto se deu em 1617, quando, expulsos os holandeses e ingleses que tentavam ali estabelecer-se, os portugueses julgaram de bom aviso instalar na região gente de sua confiança.” Ibid., p. 122.

<sup>433</sup> Maria Regina de Almeida chama a atenção para o dinamismo das interações entre europeus e indígenas: “As informações imprecisas e muitas vezes contraditórias dos documentos não nos permitem acompanhar passo a passo a trajetória dos temiminós, nem tampouco a de Arariboia, sobre a qual as controvérsias são inúmeras. Não é possível sequer saber ao certo quando teria regressado ao Rio de Janeiro. Porém, muito mais do que buscar verdades sobre a trajetória de Arariboia ou dos temiminós, importa reconhecer nessas informações as possibilidades de rearticulação e construção de alianças, inimizades e identidades que iam surgindo nas diversas situações, sobretudo em épocas de guerras intensas, como as da costa brasileira em meados do século XVI.” ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p.60-61.

O que prevaleceu foram representações imagético-discursivas que evidenciam o lugar de obstáculo ao progresso instituído sobre os indígenas. Maria Stella de Novaes apresenta uma interpretação similar ao falar do princípio da colonização considerando que exigia de Vasco Fernandes Coutinho “previsões contra inimigos internos e externos”, dentre eles, o índio.<sup>434</sup> Neida Lúcia, por sua vez, avalia as dificuldades do Espírito Santo em sua origem:

Ia começar a dolorosa adaptação, a luta sem intervalos, a vigília permanente, com o desconhecido sufocando anseios[...] A mata começava na praia e não se interrompia ao surgir a cordilheira. Em cada volta o inimigo, ora com a forma de uma fera, ora representado por uma doença, ora encarnado na figura do índio.<sup>435</sup>

Constatamos, assim, o espaço reservado ao indígena. Ao realizar a comparação entre o Espírito Santo e outras capitânias, José Teixeira de Oliveira argumenta:

Outras donatarias exibiam mais riquezas, mas, por certo, em nenhuma outra as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que abrigava. Décênios, séculos decorreriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas.<sup>436</sup>

Se Maria Stella os qualificou de “inimigos internos”, José Teixeira evidencia a barreira que dificultou o desenvolvimento do Espírito Santo, destacando, inclusive, a especificidade local, o diferencial negativo da Capitania em relação às demais: a presença do índio. Seguindo a perspectiva da trajetória de progresso espiritosantense, a obra colonizadora deveria representar o desenvolvimento do Espírito Santo em sua origem, porém, os indígenas eram a dissonância a esse propósito. Neida Lúcia, Maria Stella e José Teixeira desconsideraram a resistência desses atores. Esse não reconhecimento implica, segundo Almeida, na cristalização de uma imagem acerca de certos grupos indígenas:

Alguns desses grupos foram especialmente aguerridos e tornaram-se bastante conhecidos pelas descrições extremamente negativas e estereotipadas, como os caetés, os potiguaras, os Goitacazes e os terríveis aimorés que, a partir do século XVIII, foram sendo chamados de botocudos.<sup>437</sup>

---

<sup>434</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 18.

<sup>435</sup> MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. p. 15.

<sup>436</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 18.

<sup>437</sup> Ibid., p. 47.

A narrativa histórica reforçou estereótipos. A representação de inimigos e obstáculo do desenvolvimento constituiu-se por meio dos eventos narrados e nas qualificações negativas. Identificamos os indígenas no contexto de chegada e fixação do colonizador e, conseqüentemente, do desenvolvimento do Espírito Santo. Assim, foram representados na luta contrária ao estabelecimento do elemento português. As ações dos grupos indígenas não eram tratadas como resistência, mas lhes foi atribuído o significado de barreira. A própria chegada dos colonizadores retrata esse perfil elaborado sobre os indígenas. Segundo Maria Stella de Novaes:

Senhor Absoluto daquela Natureza incógnita, o índio enfrenta o colonizador de sua terra estremecida. Arcos, flechas, lanças e outras armas, ao seu dispor, são manejadas contra as balas, que rompem a folhagem e os canhões troantes abordo, até que, aturdido, o aborígine afasta-se para as matas distantes, enquanto o lusitano, decidido, pisa nas terras de suas esperanças.<sup>438</sup>

Teixeira narra esse momento também fazendo alusão à noção de impedimento:

O primeiro contato com a terra revelou os tropeços que aguardavam aquele pugilo de aventureiros: os índios preparavam uma recepção nada cordial. Postando-se armados em grupos na praia, mostravam-se dispostos a impedir o desembarque. Alguns disparos das peças de bordo, porém, anularam a pretensão, afugentando-os para a floresta.<sup>439</sup>

A ausência de cordialidade por parte dos indígenas marcava, assim, o primeiro momento e contato entre estes, os inimigos, e os portugueses, os pioneiros e realizadores do projeto de construção do Espírito Santo. Desconsiderando a existência de um processo de conquista e colonização, a narrativa acerca do contato define o papel reservado aos indígenas, como a dificuldade a ser superada, tanto que Teixeira argumenta que “as duas grandes tarefas” reservadas aos colonizadores eram as de “cultivar a terra e conquistar o coração do íncola.”<sup>440</sup> A construção da imagem do indígena na história capixaba efetivou-se, assim, por meio dessas referências que demarcavam o lugar de obstáculo.

Esses atores receberam uma série de alusões a características negativas. Terror, ameaça e ferocidade caracterizaram as qualificações e adjetivações nessas situações narradas. Maria Stella de Novaes, ao relatar uma batalha travada entre os colonizadores e índios goitacazes, em 1594, ressalta que estes eram “destros nos arcos, inimigos de todos, ferozes e gigantes” e tinham

<sup>438</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 15.

<sup>439</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 35.

<sup>440</sup> Ibid., p. 39.

“predicados para a luta.”<sup>441</sup> José Teixeira também qualificava os “inimigos de todas as horas” a partir da dicotomia entre atraso e progresso, que marcara a interpretação sobre o Espírito Santo colonial:

No Espírito Santo, sua atuação vinha sendo de franca hostilidade ao branco. As eventuais tréguas entre as duas sociedades nada mais pressagiavam, nesta faixa litorânea, que maior ameaça futura, quiçá golpe mortal, por parte dos belicosos habitantes da floresta.<sup>442</sup>

Associados, então, à guerra, avessos e hostis à obra colonizadora, os indígenas foram construídos nessa trajetória capixaba condicionados aos prejuízos do Espírito Santo, correspondendo à imagem negativa constituída acerca do período colonial. Se as ausências de Vasco Fernandes Coutinho foram interpretadas como danosas para o desenvolvimento da Capitania, os indígenas lá estavam:

Muito perdeu a Vila de Nossa Senhora da Vitória, na ausência do donatário, porque os tupiniquins, aliados aos goitacás, serrearam os colonizadores, queimaram os engenhos e as fazendas; atacaram a flechadas Dom Jorge de Menezes e seu substituto Simão Castelo Branco[...] Cercada a Vila, seus moradores viram-se obrigados a abandoná-la; passaram para a Ilha de Duarte de Lemos. Foram alguns para as capitanias vizinhas.<sup>443</sup>

José Teixeira de Oliveira também narra esse evento, resumindo o que ele definiu como “índios x brancos”, denominando tal relação como “carnificina”. Nessa perspectiva, encontramos na conclusão do capítulo “Trabalho, sangue e ruínas” a presença do indígena como responsável pela condição de “sombras e ruínas” da capitania:

Os que não morreram em combate – restrita minoria – fugiram aterrorizados para as capitanias vizinhas ou pereceram transviados na floresta. Os silvícolas reduziram o trabalho de mais de um decênio a pouco mais de uma tapera.[...] O 'vilão farto' de que tanto se orgulhava o donatário, convertera-se em ruínas, depois de ter sido a terra da dor e da morte para os que teimavam em salvá-la.<sup>444</sup>

<sup>441</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 51.

<sup>442</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 49.

<sup>443</sup> Ibid., p. 21.

<sup>444</sup> Ibid., p. 59. A noção de hostilidade e ameaça foram as que prevaleceram na interpretação sobre o elemento indígena. Sobre as dificuldades de Vasco Fernandes Coutinho, Teixeira assim retrata as circunstâncias vividas pelo primeiro donatário do Espírito Santo: “Assim pôde manter os íncolas à distância até fins de 1557, quando, “persuadido de suas poucas forças, e queixas dos povos”, apelou para o governo da Bahia, pedindo auxílio para dar combate aos selvagens. Suas cartas chegaram à cidade do Salvador pouco antes ou nos dias mesmo em que Duarte da Costa transmitia o cargo ao sucessor. Lá está, no *Instrumento dos Serviços de Mem de Sá*, muito bem contado o que ocorreu: ‘Como me deram posse do governo logo me deram cartas de Vasco Fernandez Coutinho capitão da capitania do Espírito Santo em que dizia que o gentio da sua capitania se levantara e lhe fazia crua guerra e lhe tinha mortos muitos homens e feridos e que tinham cercado a vila/ onde dias e noites os combatiam’. Era, como se vê, de extrema gravidade a situação. Além de muitos mortos e feridos, o donatário e sua gente

Neida Lúcia os inseriu, também, como impedimento à interiorização e à busca de riquezas na capitania. Ao falar da única possibilidade de progresso aberta no século XVIII no Espírito Santo, devido ao bloqueio determinado pela Coroa, a autora argumenta que o empreendimento foi impedido devido aos índios:

Foi no início da segunda metade do século, em 1757. A mineração do ouro, descoberto em Castelo, na bacia do Rio Itapemirim, foi permitida, apesar de veemente condenação do governo da Bahia. Esse, entretanto, tinha outros aliados. Os índios destruíram a povoação nascente.<sup>445</sup>

A apreciação acerca do índio como um perigo à colonização chegou a definir mesmo a argumentação acerca do nome da Ilha de Vitória. Independente do debate e das interpretações sobre esse tema, o triunfo dos colonos sobre os indígenas tornou-se referência para a origem da nomeação da Ilha:

Esse fato, que alguns historiadores do Espírito Santo consideram ‘mentira histórica’, ou simples tradição, é encontrada nos trabalhos de Daemon, Amancio Pereira, Teixeira de Melo e outros, como origem do nome Vitória, para a capital do Espírito Santo. Alberto Lamego, por exemplo, diz: - ‘Atacada pelos índios e sendo repelidos, após mortífero combate, deu-se à povoação o nome de Vitória.’ Igualmente, a Vitória sobre os índios é registrada, em quase todos os autores, pelo fato de terem-se afastado em definitivo e deixado os colonizadores, em paz.[...]

Portanto, o que se deu, ao certo, a 8 de setembro de 1551, em relação à Vila Nova, não foi sua fundação, sim a consagração da matriz a Nossa Senhora da Vitória. E, de acordo com os cronistas, a mudança do nome para Vila da Vitória, em atenção ao valor, brilhantes feitos e gloriosa vitória que alcançaram os povoadores, ficando até hoje esse nome, que, por Decreto de 18 de março de 1823, foi confirmado, ainda na criação da cidade.

Tem, portanto, a Capital do Espírito Santo honrosa fé-de-ofício, um passado heroico, bastante para justificar o seu batismo e atestar o valor de seus fundadores.<sup>446</sup>

O conjunto de característica atribuídas aos indígenas, dessa forma, aparece em oposição aos responsáveis pela obra colonizadora. Hostilidade, animosidade, perigo e terror constituíram o perfil desse grupo. Na narrativa do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo não existiu lugar para a diversidade e reconhecimento das diferentes experiências vivenciadas por esses sujeitos no passado.

---

estavam cercados em Vitória, beirantes da rendição.” OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 83, destaque do autor.

<sup>445</sup>MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971. 31 ; Maria Stella de Novaes observa que não só as proibições da Coroa tornaram-se impedimentos para a interiorização do Espírito Santo no período colonial, mas também os índios eram interpretados como barreira. Segundo Maria Stella de Novaes: “1771 – Houve, nesse ano, pavorosa luta, entre puris e os mineradores, no Castelo. Foram os habitantes obrigados ao abandono do lugar. Desceram para o Baixo-itapemirim e deixaram as minas de Sant’Ana do Castelo.” NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 98.

<sup>446</sup> Ibid., p. 24-25.

Os indesejáveis indígenas também figuraram como o obstáculo a ser superado. O que ocorreu na própria escrita da história. Segundo Cristiane Portela, essa questão permeia a própria história da historiografia brasileira:

Se considerarmos que, no Brasil, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, até meados do século XX predominou uma perspectiva tradicional que considerava as sociedades indígenas como inferiores e destituídas de história, e que a superação dessa tendência só veio com a interpretação marxista a partir da década de 1960 (na qual o ‘apagamento’ da história indígena foi tão grande quanto), constata-se, não sem admiração, a ausência historiográfica do indígena em praticamente toda a história do Brasil.<sup>447</sup>

Nas narrativas analisadas, o século XIX surge como o início de uma trajetória de superação do Espírito Santo e identificamos que os autores, além de se limitarem a reproduzir a imagem da hostilidade, extinguíram os indígenas da narrativa histórica.

Primeiramente, foram interpretados também como obstáculo à penetração territorial no século XIX. Maria Stella de Novaes evidencia que o governador Silva Pontes no início buscou criar destacamentos militares uma vez que “os botocudos, ferozes e indomáveis, atacavam as fazendas e matavam os colonizadores.” Como registra a autora, ao citar a dificuldade desse Governador em constituir a ligação entre o Espírito Santo e Minas Gerais via Rio Doce: “Em pouco tempo, a Aldeia de Coutins foi visitada pelos botocudos que mataram um soldado e correram com os outros.”<sup>448</sup>

Nesse período, o empecilho para a ligação entre Espírito Santo e Minas Gerais eram os índios botocudos. Ou seja, na visão dos autores, a grande dificuldade surgida nesse projeto era a de povoar a região, e, novamente, o indígena surgia em prejuízo ao desenvolvimento. Na passagem para o período Imperial, José Teixeira de Oliveira evidencia mais uma vez a dificuldade de penetração e povoamento do interior responsável pela ligação com as Minas Gerais, o que era visto como necessário para o progresso da região, mas que tiveram nos “inimigos de todas as horas”, os “temíveis silvícolas” os responsáveis pela não realização do projeto:

A existência de numerosas tribos de botocudos na região atravessada pela estrada Espírito Santo-Minas era a causa principal do seu abandono. Em verdade, os temíveis silvícolas não eram simples tema literário. Enchiam de pavor mesmo aos habitantes das vilas e até os da Capital, pois visitavam frequentemente as lavouras situadas nas proximidades daquelas povoações, depredando e matando. A correspondência dos

<sup>447</sup> PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009. p. 154.

<sup>448</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 106.

presidentes, de quando em vez, acusa o terror que os índios inspiravam, prejudicando todas as tentativas de penetração.<sup>449</sup>

Esse perigo representado pelos indígenas aparece ainda na abordagem de Maria Stella de Novaes quando a autora ressalta a preocupação em se criar defesas contra os ataques daqueles quem a autora classificou como inimigos internos. Ao caracterizar o Espírito Santo em inícios do século XIX, Novaes identifica como sintoma da dificuldade de desenvolvimento da Capitania a fixação dos colonizadores restrita ao litoral, e que as buscas pela interiorização eram dificultadas pela presença do indígena. Apareciam, portanto, como responsáveis pela formação de quartéis, criados com o objetivo de combate aos inimigos do progresso. Segundo a autora:

A fim de prevenir as devastações feitas pelos índios, que chegaram a descer até os lugares próximos da Vila da Vitória, e invadir as fazendas, nas margens do Rio Santa Maria da Vitória e na Freguesia da Serra, o Governo, pelo Decreto de 18 de agosto de 1810, criou, na Capitania, um batalhão de Artilharia Miliciano, definitivamente organizado, a 1º de dezembro. Recebeu um parque de campanha, arma que os índios mais temiam.<sup>450</sup>

Os indígenas definiam essa dinâmica de estabelecimento e expansão de um aparato militar, que foi registrado pela autora também em função dos ataques das tribos. Segundo ela, “ainda em 1810, para o mesmo fim de combater os índios criou-se um posto militar, o Quartel de Bragança.”<sup>451</sup> E, registra que, em 1813, eles:

atacaram os quartéis de Aguiar, a 19 de fevereiro de 1813; de Linhares, a 31 de março, o sertão de Iconha, em Benevente, a 29 de maio; a povoação de Linhares, a 16 de agosto; e ainda o Porto do Sousa, a 30 de setembro. Morreram igualmente alguns defensores. [...] Foi esse o motivo por que, no mesmo ano, foram desdobrados os destacamentos da Capitania [...].<sup>452</sup>

Os autores, portanto, reproduzem a imagem de hostilidade atribuída aos indígenas. A construção de quartéis aparece simplesmente como exemplo da necessidade de proteção à postura dos “inimigos” do processo de interiorização. No entanto, ao observarmos que os indígenas são excluídos da história do Espírito Santo a partir desse momento nas obras, identificamos que eles cedem lugar aos fatos e personagens selecionados para a composição da narrativa da superação do atraso.<sup>453</sup> Comparativamente, podemos observar a percepção de Silva

<sup>449</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 320.

<sup>450</sup> Ibid., p. 111.

<sup>451</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964. p. 112.

<sup>452</sup> Ibid., p. 112-113.

<sup>453</sup> “[...] a política seguida por Silva Pontes de abertura do rio Doce à navegação e ao povoamento significou, segundo Teixeira, uma verdadeira ‘revolução’. Segue o historiador apresentando outros fatos que promoveram a lenta colonização da região, como criação de alguns quartéis e vilas. Contudo, tendo narrado as principais medidas



Pontes, personagem-símbolo do progresso na leitura dos autores, em suas impressões sobre os índios. Segundo Vânia Moreira:

Para Silva Pontes, por exemplo, que assumiu a administração da capitania em 1800, a presença indígena era não apenas inequívoca, mas um verdadeiro problema ou um enorme transtorno. Definiu a situação do Espírito Santo como precária, pois ‘rodeada de gentio inimigo todo o perímetro da colônia, desde a barra do Rio Doce, até o da barra da Parayba do Sul, não se estranham os colonos para o centro do sertão.’ Preferia a população viver, ao contrário, ‘em contínuo litígio, mas nunca deliberando-se a ir formar estabelecimento, onde as matas estão sem dono, e a abundância abandonada ao corpo do gentio’.<sup>454</sup>

Dessa forma, os autores assumiam uma postura de reprodução de atribuições negativas aos índios, corroborando e fortalecendo uma imagem existente desde o período colonial. As narrativas estabelecerem as categorias de “colaboradores” ou “inimigos” da obra da colonização na interpretação dos diferentes sujeitos da história do Espírito Santo, e, para os indígenas, essa dicotomia significou a apropriação de uma visão sobre eles instituída naquele período. Para Tarcísio Silva, ao abordar a visão elaborada sobre os indígenas nas primeiras décadas do século XIX:

[...] essa separação maniqueísta entre “índios bons” e “índios maus” pode levar-nos a falsas considerações. Essa separação entre os índios é uma visão que pode ter suas origens nas narrativas dos cronistas da época [...] ou, dizendo de outra maneira, é uma construção que, sendo repetida, pode ter-se constituído num falso estatuto.<sup>455</sup>

Corroborando esse autor, consideramos a avaliação de Vânia Moreira sobre os estereótipos acerca dos indígenas, estabelecidos nos conflitos por eles vivenciados no passado e reproduzidos ao longo do tempo:

Tais estereótipos foram, aliás, incorporados e reproduzidos por segmentos importantes da intelectualidade da província no decorrer do século XIX.

Para o historiador Braz da Costa Rubim, em livro publicado em 1861, os botocudos eram não apenas os maiores responsáveis pelo atraso da lavoura no interior, mas também verdadeiros assassinos, bárbaros e antropófagos. As conclusões do historiador não podiam ser, de fato, muito diferentes, já que sua metodologia de pesquisa baseava-se na reprodução textual dos documentos oficiais de época.[...] ‘A verdade histórica’ da segunda metade do século XIX era, portanto, inequívoca: os

---

do governador Silva Pontes, o povoamento do rio Doce é descentralizado da sua análise, cedendo espaço para outros fatos, certamente considerados por Teixeira mais importantes para caracterizar o progressivo desenvolvimento do Espírito Santo.” MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES** – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001, p. 106.

<sup>454</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES** – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001, p. 101.

<sup>455</sup> SILVA, Tarcísio Glauco da. Junta Militar do Rio Doce: a posse da terra como um dos objetivos de conquista. In: **DIMENSÕES** – Revista do Departamento de História da UFES, n. 18. Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais – UFES, 2006, p. 308.

índios impediam o desenvolvimento da lavoura e não passavam de bárbaros assassinos e canibais.<sup>456</sup>

Analisando as interpretações de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes, consideramos que eles colaboraram, ainda após meados do século XX, para essa (re)produção histórica acerca do papel e do lugar do indígena no passado no Espírito Santo, bem como de sua exclusão, ao cristalizar e limitar sua presença ao período colonial.

Ao abordarmos diferentes atores individuais e coletivos que tiveram lugares e valores distintos dentro da história do Espírito Santo apresentada pelos autores, consideramos, portanto, que a seleção, classificação e ordenação de eventos e seus respectivos personagens – que compõem as configurações narrativas –, são capazes de organizar a memória, de lembrar/esquecer, de atribuir um sentido ao passado, e pode ser configurada em conformidade com poderes e posições de poder.<sup>457</sup> A narrativa histórica da superação do atraso elaborou um passado em conformidade com o projeto de Espírito Santo gestado a partir de meados da década de 1950, legitimando o discurso político da época. Assim, se a matriz política do discurso da superação do atraso instituiu um modo de dizer sobre o Estado, a historiografia instituiu uma discursividade sobre o Espírito Santo no passado e seus atores históricos.

Segundo Marc Ferro, o que ocorre com os personagens nas narrativas é o mesmo que se dá em relação aos acontecimentos históricos. Ou seja, os atores históricos têm seu significado em conformidade com os critérios e signos que legitimam a narrativa histórica.<sup>458</sup> A história espiritosantense escrita sob o signo do progresso, teve como foco o desenvolvimento do Espírito Santo o que definiu um roteiro de acontecimentos estruturantes e definidores do sentido e, conseqüentemente, uma galeria de personagens em concordância ou não com esse sentido. A história narrativa tradicional, como argumenta José Carlos Reis, caracterizou-se por ser uma perspectiva com olhar de cima, a partir das elites políticas,<sup>459</sup> o que para o Espírito Santo configurou-se como a história dos propulsores do progresso.

<sup>456</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES** – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001, p. 121.

<sup>457</sup> José Carlos Reis, analisando a relação entre historiografia e memória em Paul Ricouer, argumenta que as configurações narrativas podem ser definidas como uma forma de “esquecimento manifesto” que “é exercido pela memória manipulada. É um esquecimento estratégico, astucioso. (...) a configuração narrativa seleciona datas, eventos, personagens e cria um esquecimento estratégico, que justifica poderes e posições de poder.” REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 41.

<sup>458</sup> FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 15-17.

<sup>459</sup> REIS, José Carlos. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 132-133.

Na construção de um enredo da história do Espírito Santo, constituiu-se uma trama histórica em que se definiram lugares e papéis a diferentes atores tendo em vista o paradigma da marcha progressiva do desenvolvimento espiritosantense. Por um lado, em consonância com a linha ordenadora, com o sentido ascensional de sua trajetória, o Espírito Santo seria o herdeiro da atuação de determinados protagonistas, assim, foram selecionados e mereceram destaques certos governantes dos períodos colonial e imperial ou grupos como jesuítas e imigrantes, evidenciados pelo papel de propulsores do progresso. Por outro, em desalinho ao sentido da superação, estiveram os personagens representativos do atraso e dos obstáculos enfrentados pelo Espírito Santo. Vasco Fernandes Coutinho, dentre outros governantes, como vimos, foi situado na categoria de obstáculo. E, os indígenas, nesse caso, não correspondiam ao progresso e ganharam um lugar depreciativo, caracterizados pela paulatina exclusão e apagamento nos enredos dos autores.

Dessa maneira, diante do embate entre lembranças e esquecimentos, e sua implicação nas hierarquizações e distinções realizadas por esta narrativa em relação a determinados sujeitos históricos, percebemos, como reivindicou Vânia Moreira ao destacar o “problema indígena”, a necessidade de uma ruptura com essas narrativas mestras orientadas pela noção da superação do atraso.

#### 4. CAPÍTULO IV - A NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO NA CONTEMPORANEIDADE: HISTÓRIA E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO.

O desafio historiográfico do Espírito Santo proposto neste estudo segue a orientação de uma história da historiografia sob a perspectiva crítica. Nos preocupamos em demonstrar não só a emergência de certa narrativa histórica mas também em avaliar como se efetivou o percurso de produção de representações históricas acerca do Espírito Santo. Observamos que as obras anteriormente analisadas elaboraram um roteiro da trajetória do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Esse enredo do passado local fundamentou, por sua vez, um conjunto de obras que passaram a reiterar certas interpretações e a perpetuar determinadas representações atribuídas a eventos, períodos e personagens históricos que podem ser identificados em diferentes narrativas construídas a partir da década de 1970 no Espírito Santo.

André Pirola analisa as obras didáticas da História do Espírito Santo argumentando que elas colaboraram com a construção de determinadas representações e, por abarcarem gerações de leitores, constituíram uma forma de compreender a trajetória histórica do Estado. Segundo ele, Neida Lúcia tornou-se referência na definição de um roteiro de leitura histórica do Espírito Santo no que tange os textos didáticos. Por exemplo, as obras *Pequena História do Espírito Santo* e *Espírito Santo, esta é a sua terra, no Brasil*, ambas de 1973, e a última adotada oficialmente pelo governo e difundida nas escolas, caracterizam-se pela busca de transposição, para a esfera didática, da narrativa presente na obra *O Espírito Santo é Assim* (1971). Transferindo para os textos escolares a interpretação do atraso e do "Espírito Santo em marcha para o desenvolvimento."<sup>460</sup> Pirola identifica, assim, como conteúdos e representações do passado foram apropriadas em diversas obras didáticas, caracterizando o que ele definiu como a formação de um roteiro de leitura histórica.<sup>461</sup>

Nessa perspectiva, de acordo com André Pereira, entre os anos de 1980 e a primeira década do século XXI, um conjunto de obras voltadas para o ensino de História, e mesmo acadêmicas, reproduziram fatos históricos vinculados a uma determinada representação do passado local com o propósito de demonstrar como o Espírito Santo foi prejudicado em sua trajetória, o que

---

<sup>460</sup>PIROLA, André Luiz Bis. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações.** 2008. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2008. p. 113-119.

<sup>461</sup> Ibid., p. 120-200.

justificava o seu atraso em relação a outros estados. Em sua análise, ele evidencia que as obras apresentavam a formação da capitania de Minas Gerais e o papel de "barreira verde" determinado ao Espírito Santo pela Coroa Portuguesa como marco histórico negativo de seu desenvolvimento. Na esfera acadêmica, ressalta a obra *A formação econômica do Espírito Santo (o roteiro da industrialização)*, e, também, os livros didáticos: *Espírito Santo: minha terra, minha gente*; *Espírito Santo: história e geografia*; *Espírito Santo, uma viagem de cinco séculos*; *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada, 1532-2002*.<sup>462</sup>

A representação do atraso histórico foi reiterada ao longo do tempo. Complementando esse cenário, além dessas referências, também no decorrer das décadas posteriores à década de 1970 até o início do século XXI, encontramos um conjunto de obras auto intituladas como "romances históricos" que reforçaram um determinado lugar do período colonial assim como reproduziram as imagens atribuídas a Vasco Fernandes Coutinho e aos indígenas. *Eu vi nascer o Brasil*, de Renato Pacheco, *O Capitão do fim*, de Luiz Guilherme dos Santos Neves, *Vasco Fernandes Coutinho*, de Alvarito Mendes, e *Vasco: memórias de um precursor da globalização*, narram a trajetória desse personagem histórico do Espírito Santo seguindo o roteiro estabelecido pela historiografia.<sup>463</sup>

Tendo a vida do primeiro donatário como condutora da narrativa, as obras traçam um panorama da origem do Espírito Santo por meio das experiências de Vasco Fernandes Coutinho e, seguindo o roteiro da "fundação do atraso" estabelecido pela historiografia, apresentam um

---

<sup>462</sup>Evidenciamos aqui, como exemplo, dois comentários de André Pereira: "No livro *Espírito Santo: minha terra, minha gente*, três professores do curso de História da UFES - Léa B. R. A. Rosa, Luiz G. Santos Neves e Renato Pacheco (1986) – sustentaram a fantasia sobre a posse das minas. Sobre isto, afirmam: 'O nome Minas Gerais vem da quantidade de ouro e pedras achadas nesta região. Parte deste território pertencia ao Espírito Santo, apesar de bem distante do litoral. Mas acabou se separando da capitania capixaba'. O texto foi publicado em 1986 pelo governo local e era destinado ao ensino de 1º grau nas escolas estaduais." PEREIRA, André Ricardo Valle V. *Fantasia persecutória na História do Espírito Santo. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*. Goiânia, n.1, jan/jul, 2013. Disponível em: [http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth). Acesso em: 12/04/2015. p. 155; Encontramos ainda: "A versão de 2001 de *Espírito Santo: história e geografia*, em quarta edição, é apontada, na capa, como 'direcionada principalmente ao vestibulando', além de contar o aviso de que se encontra 'de acordo com o programa da UFES'. Os autores são Thais Helena L. Moreira e Adriano Perrone (2001). No que se refere ao tema em questão, o texto reproduz várias passagens de Oliveira, assim como o mapa. Por fim, conclui: 'Em 1720, Minas Gerais foi elevada à condição de Capitania, se desvinculando formalmente do Espírito Santo, frustrando qualquer ideia de reintegração de terras, que porventura pudesse existir aqui.' Em sua edição mais recente, publicada em 2008 pelos mesmos autores, mas com ligeira alteração do título para *História e geografia do Espírito Santo*, o texto tomou a sério a especulação e o raciocínio contrafactual de um suposto direito dos capixabas à região das minas e concluíram, de forma incorreta, que a área tinha sido desvinculada do Espírito Santo." Ibid., p.155-156;

<sup>463</sup> PACHECO, Renato. *Eu vi o nascer o Brasil*: a vida nos primeiros tempos do Brasil colonial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1997.; NEVES, Luiz Guilherme dos Santos. *O Capitão do Fim*. Vitória: IHGES, 2001.; MENDES, Alvarito. *Vasco Fernandes Coutinho*. Vitória: Pro Texto, 2006.; LACHINI, Cláudio. *Vasco: memórias de um precursor da globalização*. São Paulo: Bacarolla, 2009.

conjunto de aspectos que caracterizam a região como um lugar que não prosperou. A vida de Vasco Fernandes Coutinho é apresentada a partir de uma série de aspectos negativos que caracterizaram sua jornada colonial. Sua figura nas obras sintetiza a representação do Espírito Santo, inclusive por meio da abordagem do fim melancólico e pobre desse personagem histórico, que simbolizaria a condição da Capitania.<sup>464</sup>

---

<sup>464</sup> Destacamos aqui o caráter aventureiro e o momento final da vida desse personagem. Pacheco apresenta Vasco Fernandes Coutinho como homem de um Portugal quinhentista, contagiado pela “febre do mar”: “Com o tempo, embora nos meus trinta anos, e rico, e bem estabelecido, fiquei impaciente: via o sol brilhando e rebrilhando sobre os ribeirões de meus campos e parecia-me estar em pleno mar, imenso e misterioso, e a relva parecia o verde-oceano, espumando em minhas faces e entrando-me na barba espessa. Estava, como acontecera com milhares de portugueses daquela época, com a febre do mar. Cinco anos lavrando a terra entre oliveiras e pinheiros mansos cansaram-me. A produção era pouca e a vida aventureira que eu tivera nas Índias me chamava para lugares desconhecidos. Decididamente não gostava de viver longe do mar.” PACHECO, Renato. **Eu vi o nascer o Brasil:** a vida nos primeiros tempos do Brasil colonial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1997, p. 17-18; Cláudio Lachini considera que sobressaiu o espírito aventureiro: “Essa terra de cá, primitiva à margem do Atlântico do Sul, não é o meu mundo, para onde vim porque uma força interior me impulsionou, como sempre, desde muito cedo, ativou-me na curiosidade do desconhecido, a navegar em busca de fortuna, ouro e pedras preciosas, em si tão fantasiosas quanto tudo o que é inanimado. E este foi meu maior erro: entediado em minha Quinta do Alenquer, onde poderia ter gozado de uma velhice tranquila e abastada.[...] Fui louco. Não tem a mente sã de entregar a seu rei mais do que sua força ou suas armas; nunca o próprio futuro[...].” LACHINI, Cláudio. **Vasco: memórias de um precursor da globalização.** São Paulo: Bacarolla, 2009, p. 15.; Luiz Guilherme, sobre o “Capitão do fim”, corrobora a aventura colonial. Seu perfil conquistador-militar de outros tempos e sua idade, não condiziam com a maneira como deveria realizar-se a obra colonizadora: “O capitão veio para se dedicar a essa obra aquilatando mal a dimensão do sacrifício que lhe iria custar, do tempo de vida que lhe iria exigir. Não bastava desembarcar na Capitania, batizá-la sob a invocação do Espírito Santo, chanfrar no chão a espada rutilante do sol do meio-dia, mijar na orla da praia os saís dos seus rins, para que a terra explodisse em cornucópia de facilidade e dádivas. Bem cedo Vasco Fernandes compreendeu o erro de avaliação que havia cometido, reconhecendo que, movido pela ambição e soberba, tinha dado com a caravela nos brejos.” NEVES, Luiz Guilherme dos Santos. **O Capitão do Fim.** Vitória: IHGES, 2001, p. 28-29.; Ressaltamos, também, o que os autores retratam acerca do fim de Vasco Fernandes Coutinho. Luiz Guilherme elabora a seguinte reflexão do personagem Vasco, como lamentação: “Lembraís da vila que lá em minha terra vistes? Uma pequena igreja, miúdas choças? Findo-me eu, findam-me meus netos e bisnetos, a estirpe toda se vai de cabo a rabo, sem que aquela vila avance ou mude de figura. O gentio que lá existe é bárbaro e inconstante. Os colonos que lá existem, todos me desacatam.[...] Se não fosse eu submisso à honra do meu nome e escravo da lealdade que devo a meu rei, que Deus guarde, deitava tudo ao chão, da má a sorte importunado.” NEVES, Luiz Guilherme dos Santos, op. cit., p. 101.; Renato Pacheco também narra uma espécie de fim melancólico de seu personagem: “Nesse entretempo fui defeito em praça pública pelos principais da vila, que reclamavam de minha moleza em ordenar as entradas.[...] Recolhi-me a meu sítio da Ribeira, onde ninguém me procurava e onde, se não fosse a escrava Felipa, teria passado fome. Acho que fiz muito por meu vilão farto. Faltaram-me dinheiro e gente para tocar sua colonização.[...] Minha vida é uma história triste: tive fama, agora passo o tempo a esperar, as vaidades sumiram como nuvens desfeitas pelos ventos. Dura e escura foi minha sorte, a velhice é seca e triste, busco um porto que me livre destas dores. Ó Deus, quando terminará minha jornada?” PACHECO, Renato. op. cit., p. 56.; Cláudio Lachini complementa seu romance, inclusive, com uma breve avaliação conclusiva sobre o Espírito Santo colonial e apresenta sua interpretação sobre a continuidade do abandono e dificuldade da capitania: “O Espírito Santo que Vasco deixou foi isolado pela Coroa Portuguesa quando da descoberta do ouro em Vila Rica, situada em território que originalmente pertencia à Capitania do Espírito Santo. Com à mesma Capitania, e portanto de Vasco Fernandes Coutinho, foram as terras Diamantina e da maior parte das Minas Gerais. As Minas, que eram gerais como vaticinara Vasco, passaram a pertencer à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro criada em 3 de novembro de 1709, como consequência da Guerra dos Emboabas (1707-1709) e necessidade de garantir o controle da Coroa sobre a região das recém-descobertas terras auríferas.[...] O preço recebido pela região costeira que vai da divisa com a Bahia com até a divisa com o Rio de Janeiro foi o abandono. E ele é tanto maior por se ilhar o território entre as capitas da colônia a Bahia e o Rio de Janeiro. Deixá-lo à míngua, protegido por alguns fortes, foi a defesa mais em conta contra qualquer entrada que se fizesse pelo caminho mais curto (de Vitória a Ouro Preto são cerca de 50 léguas). LACHINI, Cláudio, op. cit., p. 239.

Diante desse cenário, no entanto, para além dessa identificação de como a narrativa do progressivo desenvolvimento serviu de matriz para outras narrativas, nosso desafio historiográfico propôs analisar o percurso de uma determinada forma de se compreender e narrar o Espírito Santo. Sendo assim, cabe-nos ainda compreender como se configurou a narrativa da superação do atraso na contemporaneidade e suas relações com o discurso político do desenvolvimento.

De acordo com Koselleck, em cada presente as antigas expectativas se modificam, se desgastam em novas experiências, o que permite rever, interpretar ou “emitir juízo” em relação ao passado. Assim, quanto maior a experiência, mais aberta se tornam as expectativas que se apresentam à sociedade, pois mais ainda ela pode aprender com o vivido. Com isso, o presente permite as modificações nas perspectivas de compreensão do passado, até mesmo, modificando o valor histórico desse passado.<sup>465</sup> Koselleck, portanto, nos indica que podem existir mudanças na relação entre a experiência e a expectativa, o que acarreta modificação na forma de se compreender o passado.

Ao considerarmos a temporalidade das narrativas históricas, estendemos nossa análise para o a primeira década do século XXI<sup>466</sup> que corresponde aos dois primeiros mandatos de Paulo Hartung no governo do Estado e período no qual observamos a publicação e a reedição de um conjunto de obras que tratam sobre o passado local e que ganharam um significado político correspondente ao discurso do "Novo Espírito Santo", que orientou a problemática desse desafio historiográfico. Tivemos como objeto de análise a obra *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*, de Gabriel Bittencourt, a coleção *Memórias do Desenvolvimento: Grandes Nomes* e, complementado, avaliamos as intervenções de Paulo Hartung nas obras reeditadas pela Coleção Canaã durante seus dois mandatos nesse período. Buscamos, assim, analisar as continuidades e deslocamentos que ocorreram na narrativa da superação do atraso, os novos critérios de determinação de sentido e, seguindo nosso desafio, as relações com o discurso político do desenvolvimento.

---

<sup>465</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006. p.317-325.

<sup>466</sup>O recorte corresponde à elaboração do discurso político de construção da imagem do Novo Espírito Santo como observamos no capítulo I. As obras analisadas se estendem até o ano de 2012, pois identificamos a continuidade de certas publicações sob essa perspectiva, relevantes para nossa análise.

#### 4.1 A NARRATIVA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO: A SUPERAÇÃO DO ATRASO PELOS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

*História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*, de Gabriel Bittencourt, é uma obra singular. A narrativa tem o propósito de abarcar desde o início da colonização até os primeiros anos do século XXI. Porém, apesar de sua edição datar do ano de 2006, ela caracteriza-se por reunir o conteúdo trabalhado pelo autor em outras obras e seguir exatamente a mesma lógica de interpretação e o roteiro histórico presente nesses estudos anteriores.<sup>467</sup> Assim, consideramos que essa obra do autor corresponde à leitura do passado que respondia tanto aos desafios de se pensar o Estado na década de 1980, após os impactos das transformações ocorridas com a industrialização, assim como aos novos horizontes que se apresentaram ao Espírito Santo na primeira década do século XXI.

Na apresentação da reedição (2012) da obra *Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1980)*, de 1991, de Haroldo Corrêa Rocha e Ângela Maria Morandi,<sup>468</sup> Estilague Ferreira dos Santos argumenta que se instituiu durante a década de 1980 uma leitura acadêmica do Espírito Santo:

A mobilização social decorrente da mudança econômica gerou um processo de urbanização e de concentração populacional na Grande Vitória que assumiu proporções inéditas, redesenhando completamente sua configuração urbanística. Mas essas transformações não poderiam deixar de se refletir também no campo cultural e intelectual e foram elas mesmas o principal tema daquilo que se pode

<sup>467</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. Esta obra apresenta a mesma lógica reflexiva e o sentido da narrativa histórica presente nas obras anteriores do autor. A diferença está no acréscimo de algumas considerações a respeito de alguns sujeitos históricos e a eventos políticos. O diferencial é justamente a ampliação do período de abordagem. Enquanto obras anteriores do autor tinham como recorte cronológico a década de 1980, a obra aqui analisada vai até os primeiros anos da primeira década do século XXI, correspondendo ao período do primeiro governo de Paulo Hartung. As obras anteriores são: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforços industrializantes na Primeira República: o Espírito Santo 1889-1930**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1979.; BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura, 1987. Nesta, encontramos o seguinte propósito: "O objetivo principal do presente trabalho é, portanto, um estudo sobre a Formação Econômica do Espírito Santo. A maior parte de seu conteúdo, porém, privilegia o acontecido no setor da transformação dos produtos econômicos. Isso se justifica pelo nosso interesse em analisar a especificidade de tal processo, sob o prisma regional, pela própria atualidade da industrialização local, como se esta inaugurasse um "novo ciclo econômico", articulado, porém, com os quadros mais amplos que o gerou [...]". Ibid., p. 17-18.

<sup>468</sup> Estilague Ferreira dos Santos evidencia a obra como referência para se pensar o Espírito Santo: antes mesmo de sua primeira edição definitiva, que ocorreu em 1991, ela já era utilizada de forma muito intensa desde a década anterior por alunos e professores de nossa Universidade Federal, e continua assim até hoje. [...] Nela eles encontravam um conjunto bem-organizado de dados a respeito da evolução econômica do Espírito Santo e uma consistente interpretação deles, constituindo-se assim em um sólido apoio para suas pesquisas e reflexões a respeito da trajetória socioeconômica recente do Estado. SANTOS, Estilague Ferreira dos. Prefácio à 2ª edição. In: ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. 2.ed. Vitória: ES em Ação, 2012. p.7.



chamar a “redescoberta” do Espírito Santo, pelos próprios capixabas, da qual este livro é um marco significativo. [...] Criou-se, a partir desses trabalhos, um núcleo regional de produção acadêmica que inseriu o Espírito Santo nas discussões nacionais e revelou a especificidade de nossa formação. Esses estudos, entre os quais esta obra se destaca, acabaram se convertendo em verdadeiros paradigmas e constituem até hoje referência obrigatória.<sup>469</sup>

As considerações de Estilaque chamam a atenção, primeiramente, para o contexto de produção dessas interpretações que surgem academicamente sob a influência das mudanças ocorridas no Espírito Santo na década de 1970. E, principalmente, atenta para a emergência de uma interpretação acerca do Estado e sua especificidade, vista como paradigmática. Gabriel Bittencourt também esteve presente nesse cenário. Segundo Raquel Daré, o NEP, Núcleo de Estudo e Pesquisa do departamento de Economia da UFES, possibilitou a produção de uma série de estudos acadêmicos que reproduziram o ideário desenvolvimentista durante a década de 1980. Para ela, tal produção buscou compreender o processo de transição de uma economia agrária, a partir da crise do café, para a industrial. Com isso, direcionaram para o meio acadêmico a hegemonia do discurso desenvolvimentista das décadas de 1960 e 1970: a industrialização como via de superação do atraso ganhava um estatuto científico ao ser apropriada por esses estudos acadêmicos.<sup>470</sup>

Conseguimos compreender a lógica de interpretação que orientou a leitura do passado realizada por Gabriel Bittencourt em suas produções e, também, na obra *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*.

Gabriel Bittencourt elaborou uma narrativa que envolveu tanto a sequência tradicional dos períodos quanto estabeleceu recortes em função de sua perspectiva de análise, dando ênfase aos aspectos econômicos, entendidos como determinantes no processo histórico de formação do Espírito Santo. Ao analisarmos a obra do autor, entendemos que constituiu-se um paradigma de interpretação do passado espiritosantense que reelaborou a narrativa da superação do atraso, interpretada sob a orientação da história econômica<sup>471</sup>, diferentemente dos autores

<sup>469</sup>SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Prefácio à 2ª edição. In: ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. 2.ed. Vitória: ES em Ação, 2012.p. 7-8.

<sup>470</sup>DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010, 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. p. 93-143.

<sup>471</sup> Para o autor: “[...] atenção despertada para as deficiências da historiografia tradicional do Espírito Santo, cujas obras, quase sempre concentradas nos aspectos narrativos dos temas políticos e administrativos, ficavam restritas quanto aos aspectos críticos, sem a preocupação da emersão do substrato sócio e econômico dos fatos históricos regionais.” BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 13.

anteriormente analisados que a apresentaram sob a perspectiva do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Com Gabriel Bittencourt instituiu-se o que denominamos de *narrativa histórica da formação econômica do Espírito Santo*.

A redefinição do sentido da superação ocorreu por meio da apropriação de conceitos clássicos da história brasileira forjados após 1950: o *sentido da colonização*, apropriado de Caio Prado Júnior, o de *ciclos econômicos*, de Roberto Simonsen e a noção de *modelo*, de Celso Furtado.<sup>472</sup> Bittencourt narra, então, o lugar ocupado pelo Espírito Santo no contexto de desenvolvimento da economia brasileira. Recorrendo a esses conceitos, define o caráter marginal do Estado ao longo de sua trajetória, as dificuldades e impedimentos para o seu desenvolvimento, assim como a busca pela superação de sua condição.

A interpretação do passado local pelo autor teve como principal orientação o conceito de sentido da colonização. Este caracterizou-se como uma forma de compreender o processo histórico e o sentido do desenvolvimento tomado por uma sociedade e, conseqüentemente, capaz de explicar sua condição no presente. Decorreu desse entendimento a noção de formação econômica no seio da discussão sobre o sentido do desenvolvimento brasileiro, norteador, a partir da década de 1960, a compreensão das sociedades capitalistas denominadas à época de subdesenvolvidas.<sup>473</sup> No caso de Bittencourt, ele recorre a esse paradigma de explicação para compreender o Espírito Santo na contemporaneidade, a partir de sua trajetória.

No entanto, Gabriel Bittencourt trouxe para a interpretação dessa especificidade do Espírito Santo um outro conceito: o de *ciclos econômicos*. Interessante notar, que a noção de sentido da

---

<sup>472</sup> Segundo Bittencourt: "[...] coube a Caio Prado promover a primeira análise global do passado do País sob a inspiração do materialismo dialético (1942), afirmando ele que o Brasil contemporâneo teve a sua formação assentada sob o tripé: monocultura, latifúndio, escravidão. mais ainda, alimentando o debate sobre as estruturas socioeconômicas brasileiras nos anos 1940 e 1950. No entanto, não se pode esquecer que foi somente a partir de Roberto Simonsen (1937), que ficou introduzido, em um critério de periodização, o fator econômico, com a noção de ciclo econômico, para delimitar as fases do período colonial. Também Celso Furtado a quem, no final dos anos de 1950, coube a introdução da noção de modelo, concebendo a sua Formação Econômica do Brasil em torno de três modelos básicos e articulados entre si: a sociedade escravista do açúcar, do café, gerada pela dependência de mercados distantes e subordinada a estímulos que lhes são exteriores e, portanto, que não podem ser modificados a partir da sua própria dinâmica interna." Ibid., p. 15-16.

<sup>473</sup> Segundo Astor Dihel: "O tema desenvolvimento como conteúdo da História do Brasil foi objeto de estudo no livro de Caio Prado Júnior, cujo texto parece ser menos historiográfico, tendo como resultado mais uma história do desenvolvimento, ou melhor, do subdesenvolvimento brasileiro. O texto descreve as iminentes contradições como variáveis que não podem deixar de ser levadas em consideração na análise do processo de desenvolvimento da década de 1960. O estudo procura explicitar o subdesenvolvimento brasileiro em termos históricos [...]. A obra tem condições de mostrar uma dimensão histórica que também pode ser considerada historiográfica quanto ao conhecimento e interpretação dos fatos, mecanismos e estruturas do passado." Segundo DIHEL, Astor A. **A cultura historiográfica brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.p. 169.

colonização, entendendo o passado como processo, diferencia-se da ideia de desenvolvimento histórico baseada na noção de ciclos, caracterizada pela lógica hegemonia-decadência, a partir da qual uma atividade econômica tornar-se ia hegemônica e determinante da organização da sociedade, mas fadada à decadência e superada por outra atividade. Bittencourt aplica a noção de ciclos econômicos associada à do "sentido" e também à noção de *modelos*, considerando que o modelo de desenvolvimento agrário-exportador não permitiu a dinamização da economia local, o que só seria resolvido com a industrialização. Configurou-se, assim, a lógica do sentido da superação do atraso na narrativa da formação econômica do Espírito Santo.

Determinado o sentido da trajetória espiritosantense estabelecido pelo autor, é possível compreendermos como o roteiro histórico do Espírito Santo presente nesta obra corresponde a essa chave interpretativa do passado. A obra de Gabriel Bittencourt apresenta um modelo de explicação e de narrativa do Espírito Santo a partir do qual percebemos as continuidades e também as mudanças em relação às narrativas anteriormente analisadas. Ela apresenta mudanças em relação a marcos históricos e aspectos estruturantes, definidores do sentido da história local, mas também, carrega consigo elementos característicos e reiterações acerca de fatos, circunstâncias e sujeitos históricos do Espírito Santo.

#### 4.1.1 A NARRATIVA HISTÓRICA DO ATRASO E A HERANÇA COLONIAL DO ESPÍRITO SANTO.

Tal como a narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo, o período colonial foi representado de forma negativa. A "herança colonial" do Espírito Santo foi o atraso econômico. A análise de Bittencourt, cujo propósito é o de realizar "um estudo sobre a formação contemporânea do Espírito Santo", apresenta a narrativa de um processo histórico local caracterizado por uma "formação defasada em sua fase colonial", definida por um processo histórico que engendrou "uma construção gigantesca que deu ao país uma das maiores economias tropicais de exportação mas que redundou em uma 'economia de sobrevivência' para o Espírito Santo."<sup>474</sup> Se o café será, de acordo com essa narrativa, o marco histórico que inaugurou o Primeiro Ciclo de Desenvolvimento local, essa foi a caracterização elaborada de sua formação inaugural pelo modelo agrário-exportador que demarcou a não participação da Capitania no "ciclo do açúcar".

---

<sup>474</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 14-15.

A narrativa do autor buscou evidenciar os fatores estruturais e conjunturais que determinaram esse lugar do Espírito Santo. Segundo Bittencourt, o "sentido da colonização" instituiu o sistema de ocupação territorial baseado na sesmaria durante o período colonial, o que teve uma implicação negativa. Tal sistema, para ele, "ficou fatalmente condenado ao fracasso, também no Espírito Santo, gerando grandes latifúndios, muitas vezes improdutivos."<sup>475</sup> Além desse problema estrutural da distribuição da posse da terra, ele argumenta que a Capitania não participou da lógica comercial e não conseguiu atrair os grandes capitais necessários para o desenvolvimento de seu potencial de produção e comercialização de açúcar. Mesmo com a presença de grandes propriedades produtoras desse produto, elas não participaram da dinâmica do mercantilismo no período.<sup>476</sup>

Quando observamos, portanto, o autor caracterizando o Espírito Santo como portador de uma "economia de sobrevivência", ele está considerando o lugar periférico atribuído à Capitania no processo histórico de desenvolvimento do Brasil, condição que se iniciou na colonização:

Desde cedo, na realidade, capitais e contingente populacionais, e as atenções do mercado, afastaram-se do Espírito Santo, indo engrossar aquela corrente que se dirigira ao Nordeste açucareiro, com melhor possibilidade de atrair os incentivos da produção.<sup>477</sup>

Os fatores estruturais e conjunturais definidores da especificidade do Espírito Santo passaram a caracterizar os dois primeiros séculos de colonização na Capitania, marcados na narrativa pelas dificuldades de desenvolvimento local. Assim, alguns aspectos considerados como fundamentais para o atraso colonial presentes nas obras anteriormente analisadas permanecem na interpretação de Bittencourt, porém, atrelados e subordinados à essa determinação econômica do processo histórico:

Vista como um obstáculo imposto à colonização portuguesa, no início da fase colonial, toda a região capixaba era coberta por exuberante floresta tropical que atingia cerca de 90% do atual território do Estado. Aliados à densa floresta, os rios

<sup>475</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 14-15. p. 75.

<sup>476</sup> O autor aborda a formação de grandes propriedades, principalmente ao sul da Capitania, que produziram açúcar e outros gêneros, caracterizando o modo de produção local: "Tendo como epicentro o município de Itapemirim, vinham essas famílias dilatando suas propriedades pelo vale acima: os Gomes Bittencourt, dominando o lado do Itapemirim e o barão de Itapemirim, o lado sul do rio; por terras que somavam quilômetros de extensão; apenas limitados em suas posses pelo atual município de Cachoeiro de Itapemirim.[...] Essas propriedades, quase todas antigas sesmarias, abasteciam de açúcar e aguardente toda a província do Espírito Santo, com excedente exportado em grande quantidade para o Rio de Janeiro. Conforme Antônio Marins, até 1887, de um lado e do outro do rio Itapemirim, contava-se cerca de vinte fazendas produtoras de açúcar e aguardente, cujos engenhos, em sua maioria eram movidos a vapor." BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.p. 79-80.

<sup>477</sup> Ibid., p. 88.

encachoeirados para o interior e o indígena adverso, pareciam completar o quadro considerado desfavorável. Sobretudo, se levarmos em consideração que a colonização brasileira tomou o aspecto de uma verdadeira empresa comercial, destinada a explorar os recursos da terra descoberta, particularmente pela agricultura, cujos estímulos eram provenientes do exterior.[...] Não foram as características físicas e o silvícola hostil os fatores determinantes do insucesso inicial da capitania de Vasco Fernandes Coutinho. A localização geográfica excêntrica, a má administração nos primeiros tempos e a baixa capacidade de atração dos capitais disponíveis para o açúcar, talvez se posicionem melhor.<sup>478</sup>

Os "obstáculos do progresso" característicos das leituras anteriores aparecem como fatores de impedimento à interiorização, reforçando a condição secundária que o Espírito Santo iniciava sua trajetória.<sup>479</sup> Dessa forma, a Capitania definia sua peculiaridade inicial, marcada por fatores internos e determinada pela lógica do capital mercantil:

A incapacidade de conter os frequentes ataques indígenas, as discórdias constantes entre os colonos e a desorganização administrativa, são as causas que podem ser captadas na historiografia tradicional, no sentido da dificuldade da manutenção de uma produção dinâmica ligada à economia tropical de exportação. Razão pela qual desviou-se aquela corrente que compreendia capitais e contingentes de população e da mão-de-obra para o Nordeste brasileiro, que melhor atraía os fatores de produção.<sup>480</sup>

Bittencourt, portanto, recuperou a interpretação tradicional acerca da imagem da Capitania para tratar das dificuldades locais no século XVII:

Não fosse a obra dos jesuítas, por certo, o Espírito Santo poderia ser aquilo que Frei Vicente do Salvador deixa subentendido e Varnhagem descreveu: 'Uma capitania com tão boas terras, com um porto excelente, com rios navegáveis para o sertão' e completamente abandonada por mais de três séculos. Após as primeiras décadas do século XVII, no entanto, o Espírito Santo entrou em nova fase de depressão que justificaria aquela tradição da historiografia colonial brasileira, influenciada por Frei Vicente do Salvador, que apresenta a capitania como um verdadeiro desastre, desinteressando-se os próprios descendentes de Coutinho da administração da terra que lhes cabia pela cláusula de sucessão hereditária. Natural, portanto, que, desde cedo, capitais e contingentes populacionais, e as atenções do mercado, tenham se afastado do Espírito Santo, indo engrossar aquela corrente que se dirigira ao Nordeste açucareiro, com melhor possibilidade em atrair os incentivos da produção. Destarte, dado o insucesso, também, das expedições mineradoras, as únicas perspectivas de sobrevivência econômica no Espírito Santo permaneceram ligadas ao setor açucareiro,

<sup>478</sup>BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.p. 107.

<sup>479</sup>Segundo Bittencourt: "Por sua vez, a despeito da conjuntura favorável ao açúcar no Espírito Santo, como de resto das demais capitanias, a princípio, os pioneiros das terras capixabas não pareciam muito interessados na agricultura. As perspectivas de descobrimento e de exploração de minas de metais preciosos é que, parece, polarizavam as atenções. [...] Foi a agricultura, porém, que possibilitou a colonização sistemática da capitania. As tentativas de penetração esbarram em alguns obstáculos intransponíveis, entre estes o temor inspirado pelos indígenas que, aliados a densa floresta tropical e os rios encachoeirados, a poucas léguas do litoral, tornaram-se fatores impeditivos à interiorização. Essa economia escravista, que dependia quase exclusivamente da procura externa, e que deveria multiplicar o capital nela imobilizado, terminou direcionada, em sua maior parte, para o Nordeste açucareiro que, desde cedo, pelas suas peculiaridades e localização, atraiu os capitais disponíveis ao açúcar colonial." Ibid., p. 107-108.

<sup>480</sup> Ibid., p.108.

quando o Brasil já começava a trajetória de declínio como principal produtor mundial de açúcar.<sup>481</sup>

A condição desfavorável e o lugar marginalizado na economia colonial permaneceram, segundo o autor, no século XVIII. Nesse ponto, observamos a reiteração do lugar do Espírito Santo durante a exploração da atividade aurífera nas Minas Gerais:

Curiosamente, a própria descoberta de ouro em grande escala nos fins do século XVII e início do XVIII, no Brasil, constituiu-se em um empecilho ao desenvolvimento regional. Entre as repercussões da grande exploração do ouro colonial, nesse momento, no governo de d. João V, proibiu-se rigorosamente a abertura de estradas ou caminhos que ligassem o litoral capixaba à rica Capitania das Gerais. Medidas e estratégias foram adotadas no sentido de se evitar ataques estrangeiros e, sobretudo, o contrabando pelo litoral espiritosantense, terminando por isolar a capitania entre o mar e as montanhas proibidas. Nesse contexto passou o século XVIII, com a capitania espremida nos limites litorâneos, tanto pela floresta indevassável, como pelas proibições dos governos metropolitanos.[...] <sup>482</sup>

O autor insere em sua interpretação a noção da "barreira verde" como um dos fatores do atraso do Espírito Santo no período colonial. Marginalizado no "ciclo do açúcar", a Capitania fora impedida de participar do "ciclo do ouro" e, assim, marginalizada até o século XIX. Segundo Bittencourt, "até, então, o capixaba, como caranguejo, errava pelas praias do litoral, em torno de uma economia de subsistência ou, principalmente, daquela monopolizada pelo açúcar, sem que fosse criada a necessária infraestrutura à interiorização." <sup>483</sup>

Foi essa, pois, a "herança colonial" determinante para o lugar secundário do Espírito Santo no contexto do desenvolvimento da economia brasileira: uma condição originária marcadamente periférica e ausente do fluxo dos grandes capitais presentes em outras regiões. O modelo de desenvolvimento agrário-exportador não fora suficiente, segundo Bittencourt, para dinamizar a Capitania.

---

<sup>481</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 11. Sobre os jesuítas e a economia local: "Depois da extinção da Companhia de Jesus no Brasil, e o consequente sequestro de seus bens, resultou para as unidades produtivas do Espírito Santo uma enorme desorganização[...]. O desequilíbrio econômico regional do qual já se ressentia a Capitania do Espírito Santo no Século XVII, distanciou-a ainda mais do comércio internacional, limitando-se a uma navegação de cabotagem com o Rio de Janeiro e Bahia, talvez os únicos mercados atingidos pela economia capixaba." Ibid., p. 114.

<sup>482</sup> Ibid., p. 121.

<sup>483</sup> Até os Jesuítas, mesmo com seus empreendimentos: "Os próprios jesuítas, os mais poderosos e esclarecidos "empresários" da Capitania, ao abrirem suas importantes fazendas, fizeram-nas nas proximidades do litoral, sem se aventurarem pelo interior, onde predominava o botocudo adverso." BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p 25.

Reiterando as narrativas anteriores, Bittencourt também define o período colonial como o da fundação do atraso do Espírito Santo e determinante do sentido de sua trajetória histórica de superação. Essa perspectiva em relação à fase colonial do desenvolvimento do Espírito Santo estabeleceu, por sua vez, o significado de determinados eventos e personagens coloniais, reforçando a imagem negativa a eles atribuídas. O período relativo à exploração da atividade aurífera na região de Minas Gerais surge, novamente, como marco histórico negativo e os impeditivos da Coroa em relação à Capitania, no que tange ao seu papel de "barreira", aparecem na narrativa como obstáculo ao desenvolvimento local e determinante de seu atraso. Os indígenas, por sua vez, se perderam o status de principal obstáculo ao progresso, continuaram seguindo o papel de inimigos a eles atribuído no roteiro histórico do atraso. Ainda que os fatores econômicos fossem os determinantes para a formação da sociedade espiritosantense, os índios surgem na narrativa sob a condição de empecilho à interiorização, principal consequência negativa atribuída à Capitania pelo autor. Além do reforço dessa imagem, o sentido da superação da trajetória do Espírito Santo estabeleceu a eliminação dos indígenas na narrativa. O lugar desses grupos no passado local aparece associado exclusivamente ao do atraso colonial, pois, foram eliminados da narrativa com a introdução do conceito de "vazio demográfico" que o autor inseriu em sua narrativa na caracterização dos marcos históricos da superação do atraso.<sup>484</sup>

#### 4.1.2 DA PERIFERIA AO CENTRO: OS CICLOS ECONÔMICOS DO CAFÉ E DA INDUSTRIALIZAÇÃO.

Gabriel Bittencourt apresenta uma representação histórica do desenvolvimento do Espírito Santo a partir dos ciclos econômicos. Ao diferenciar as diferentes fases da evolução econômica, a obra constituiu o que Rüsen denominou de narrativa genética de sentido. Para esse autor essa forma narrativa tem o momento da mudança temporal no centro do trabalho de interpretação histórica e é caracterizado por ser portador de sentido. O tempo histórico surge como "chance

---

<sup>484</sup> Este conceito surge na narrativa do autor ao tratar da expansão cafeeira e imigração estrangeira no século XIX. Presente no próximo item de nossa análise. Segundo Raquel Daré, esse conceito foi utilizado, principalmente, por Hildo Meirelles de Souza Filho para tratar dos aspectos históricos das transformações econômicas desencadeadas a partir da década de 1960. Segundo ela, este autor utiliza o conceito de "vazio demográfico" para caracterizar o interior do Espírito Santo e sua economia de subsistência, entendida como herança do período colonial. DARÉ, Raquel. **A "crise" do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. p. 125. Ver também: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba**. 1990. 202 f. Dissertação de Mestrado em Economia. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1990.

de superar os padrões de qualidade de vida alcançados, como abertura de perspectivas de futuro, que vão qualitativamente além do horizonte do que se obteve até o momento."<sup>485</sup>

Com Gabriel Bittencourt a narrativa da superação do atraso estabelece marcos históricos de ruptura que definiram novos patamares de desenvolvimento. A superação do atraso colonial ocorreu com as transformações efetuadas pela economia cafeeira no século XIX e, posteriormente, com o ciclo da industrialização após a década de 1960, seguindo o sentido estabelecido pela lógica hegemonia-decadência de uma determinada atividade econômica. Gabriel Bittencourt define a economia cafeeira<sup>486</sup> como o principal marco histórico do Espírito Santo. O "ciclo do café" propiciou, segundo ele, a superação de uma condição de "marasmo" herdado da fase colonial:

A ligação do Espírito Santo à economia cafeeira foi decisiva para a modificação desse panorama, na medida em que a agricultura de exportação continuava sendo, praticamente, a única perspectiva de sobrevivência da economia provincial. Até a consolidação do café, porém, como vimos, não se apresentara favorável a conjuntura econômica do Espírito Santo.<sup>487</sup>

Era essa a condição após o período colonial, "do qual resultara uma província plena de carências infraestruturais e cuja economia predominante, a do açúcar, não produzira números favoráveis expressivos capaz de aproximar o Espírito Santo de suas congêneres mais importantes."<sup>488</sup> A Província, nesse sentido, teve "na cafeicultura a vereda de salvação para a superação do marasmo em que vivera na maior parte de seu processo histórico."<sup>489</sup>

Tal como nos autores analisados anteriormente, o sentido da superação do atraso é instituído, também, pela oposição entre os diferentes momentos experimentados pelo Espírito Santo. Entretanto, enquanto Neida Lúcia, Maria Stella de Novaes e, principalmente, José Teixeira de

<sup>485</sup> JÖRN, Rösen. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 58.

<sup>486</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 157. Sobre o início do cultivo do café: "[...] o café só ganha destaque no Espírito Santo, a partir da ocupação mais dinâmica do sul da província, em meados do século XIX, penetrando pelos vales do Itapemirim e do Itabapoana, na medida em que a franja agrícola, deslocando-se da província do Rio de Janeiro, ia invadindo o solo agrícola capixaba". Ibid., p. 161.

<sup>487</sup> Bittencourt apresenta um quadro do Espírito Santo logo após a Independência do Brasil: "Em que pese a Independência política, no início da segunda década do século XIX, esse movimento poucas modificações trouxe para o Espírito Santo, que permanecerá como que transformado em posto militar, e apresentando um quadro demográfico e econômico fortemente atrofiado.[...] Assentada a poeira das agitações políticas na Província, inaugura-se o período acumulando-se déficits e necessitando-se de subsídios do Governo Federal para a sobrevivência administrativa." Ibid., p. 155.

<sup>488</sup> Ibid., p. 175.

<sup>489</sup> Ibid., p. 195.



Oliveira inseriram os "símbolos do progresso" conquistados a partir do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo no século XIX, dentre eles, a introdução da atividade cafeeira, Gabriel Bittencourt estabelece a economia cafeeira como o divisor temporal espiritosantense, estabelecendo a superação da condição anterior e como propulsor do dinamismo do Espírito Santo:

[...] o atraso econômico secular do Espírito Santo pode ser explicado, muito mais pelas próprias barreiras impostas pelo sistema colonial, cuja estrutura, de caráter unilateral, produzirá uma estrutura quase sempre favorável à metrópole e aos países de economia dominante, condição que só ficará superada a partir da liberdade governamental e das perspectivas de aproveitamento de suas potencialidades, sobretudo, a partir do substrato representado pela cafeicultura, cuja expansão atraiu investimentos e acumulou o mínimo necessário de capitais para a criação de uma infraestrutura mais satisfatória à modernização do século XX.<sup>490</sup>

O café, segundo o autor, determinou as mudanças em uma região impedida "de explorar seu próprio território durante a fase colonial", mas que "paradoxalmente, conservara condições favoráveis para que, a partir da segunda metade do século XIX houvesse a expansão da cafeicultura pelas terras virgens e desabitadas da Província, ainda verdadeiro vazio demográfico."<sup>491</sup> Como vimos, a não interiorização foi uma das principais características negativas do Espírito Santo e o café, por sua vez, representou a promoção do desenvolvimento local:

O crescimento da cafeicultura no Espírito Santo vai, mesmo que indiretamente, promover o desbravamento da floresta, o incremento da imigração e, sobretudo, a fixação desse imigrante europeu, particularmente, o não português, a construção de estradas e novos caminhos para o transporte, a navegação regular a vapor e, até mesmo, a implantação da ferrovia.<sup>492</sup>

O sentido da superação, portanto, passou a ser definido pela hegemonia do café e as consequências positivas que arregimentou no Espírito Santo, sobretudo as transformações infraestruturais que, também, ganharam o status de "símbolos do progresso" espiritosantense e contribuíram para a definição do sentido dessa narrativa da superação do atraso.<sup>493</sup>

<sup>490</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 196.

<sup>491</sup> Ibid., p. 162.

<sup>492</sup> Ibid., p. 163.

<sup>493</sup> Ibid., p. 164-196. De acordo com o autor, o café permitiu: *a) a interiorização:* "Essas matas, conforme assinalamos, representaram formidável obstáculo ao colonizador, mantidos e fixados no litoral ou a poucos quilômetros para o interior até a penetração da cafeicultura no Século XIX, quando a fronteira agrícola foi decisivamente dilatada no Espírito Santo, nas justas medidas da destruição das matas capixabas. O café será portanto, o responsável pela penetração contínua no solo virgem do Espírito Santo, dilatando a fronteira agrícola da região, superando o temor inspirado pelos botocudos e pelas feras que a floresta encerrava. As extensas

Tal sentido, porém, orientado pela lógica hegemonia-decadência, apresentou o duplo papel desempenhado pela economia cafeeira para o desenvolvimento local. Além das mudanças infraestruturais, o café possibilitou a execução dos "esforços industrializantes" na 1ª República.<sup>494</sup> A especificidade do Espírito Santo, entretanto, dentro do processo histórico da formação econômica brasileira, segundo Bittencourt, não permitiu que as transformações trazidas pela economia cafeeira se configurassem na superação da condição histórica do Espírito Santo em relação aos Estados mais desenvolvidos do Brasil.

Nesse ponto, ele analisa a condição do Espírito Santo sob a perspectiva do "desequilíbrio regional" que marcou a trajetória espiritosantense ao longo do século XX. A hegemonia da cafeicultura não gerou as condições necessárias para elevar o patamar de desenvolvimento local. A caracterização do Espírito Santo no final do período imperial e no início do republicano

---

plantações, sobretudo a partir de Cachoeiro de Itapemirim, adensando as populações rurais, seguia o curso dos principais rios, instalando novos povoados e vilas. Galgando as serras, foram os caminhos que orientaram os imigrantes europeus." Ibid., p. 164. *b) Ampliação da arrecadação*: "De qualquer forma, iniciou-se uma nova era para a agricultura capixaba. A Província cuja renda era derivada quase que essencialmente da agricultura, passou a registrar seus primeiros superávits orçamentários no século XIX.[...] A produção agrícola provincial do período 1881-82 ficou avaliada em rs. 3.854:070\$517 e a safra do período 1885-86 em rs. 5.127:818\$499, valores bem superiores aos de algumas províncias não cafeeiras como a do Amazonas e Piauí, correspondentes a rs. 277:169\$225 e rs. 14:566\$427, respectivamente. Muito embora, no contexto das grandes regiões do país, a participação do Espírito Santo ainda se apresentasse bastante reduzida, por exemplo, em comparação com a safra paulista, cuja expansão já apresentava valores calculados em 42.257:126\$182. De qualquer forma, nesse período, a Província atingia, pela primeira vez, formidável desempenho proporcionado pelo café, cuja produção chegava a 18.498, 205 toneladas, superando agriculturas tradicionais como o milho (661,680 ton.), o açúcar (501, 874 ton.), e a farinha de mandioca (3.589,036 ton.)." Ibid., p. 165. *c) o aumento populacional por meio da imigração*: "Graças à dinâmica do café, a economia agrícola capixaba passou a atrair, decisivamente, pela vez primeira, grandes contingentes populacionais para a região. Por intermédios de companhias organizadas de colonização, buscaram-se na Europa, os milhares de emigrantes, sobretudo alemães e italianos, de que o Espírito Santo necessitava[...]" p. 167; Dinamizou a Província: "A dinâmica do café estava a exigir medidas vigorosas ao escoamento da produção. Por volta de meados do século XIX, os esforços do governo concentravam-se na recuperação daquelas vias consideradas vitais à economia provincial, e, sobretudo, na criação de um 'corredor de exportação' para as minas Gerais pelo interior espiritosantense. [...] Era no núcleo das colônias estrangeiras produtoras de café onde ficará localizada a atenção das autoridades promotoras da viação provincial. Porquanto, conforme podemos observar, à proporção que se foi efetivando a ocupação do solo desses núcleos agrícolas, é que se começou a viabilização das estradas de rodagem com vistas ao fluxo contínuo da produção cafeeira." Ibid., p. 168-169. *d) a modernização com a introdução da navegação*: "No Espírito Santo, apesar de toda sua orientação para o mar, praticamente a única via de comunicação com as demais províncias do império, a navegação era mantida em bases precárias. até o século XIX, intercomunicavam-se as povoações pelos rios e mar. Também pelo mar, normalmente, ligava-se o Espírito Santo às demais províncias do Império. Entretanto, em que pese toda essa orientação para o oceano, não havia navegação regular com o exterior, e mesmo de cabotagem, apesar da posição portuária privilegiada que caracterizava a Província." Ibid, p. 174; *e) a introdução das ferrovias*: "[...] não deve ficar negligenciada a histórica ligação às Minas Gerais pelo vale do Rio Doce, que resultou na Estrada de Ferro Vitória a minas, a mais importante via férrea do Norte do Estado, ligando, posteriormente, importante área da antiga Província de Minas Gerais ao Porto de Vitória, não deixando de abrir à colonização expressiva área desse vale." BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 191.

<sup>494</sup>Esse é o título da dissertação de mestrado do autor: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforços industrializantes na Primeira República**: o Espírito Santo 1889-1930. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1979.

evidenciam a percepção do autor acerca das possibilidades e limites do desenvolvimento espirito-santense. Sobre os efeitos do café na Província:

O Espírito Santo, em que pese a dinâmica da sua economia cafeeira, era reputado como um dos mais atrasados do Império, apresentando uma representação nacional muito fraca. Embora inserido entre as principais unidades políticas do Império, permanecia em grande desequilíbrio regional, apresentando um quadro carencial, onde sobressaía a deficiência da viação pública para o escoamento da produção cafeeira, cuja solução muitos localizavam em uma política econômica mais descentralizada, que capacitasse a província prover suas próprias necessidades.<sup>495</sup>

Assim, o Espírito Santo alcançava a República ainda sob o efeito da "herança colonial":

Aqui, apesar das similitudes aos estados da região na qual se insere, sob o ponto de vista da economia agrária, o Espírito Santo apresentava-se, ainda no início da fase republicana, em considerável plano secundário em relação àqueles estados. Em que pese a dinâmica da cafeicultura nas últimas décadas da fase imperial, tal crescimento econômico não fora suficiente para superar a herança colonial que tornara a região defasada por longos períodos.<sup>496</sup>

Seguindo a lógica hegemonia-decadência, o autor evidencia que a cafeicultura, ainda que tenha permitido mudanças de infraestrutura e possibilitado a modernização da capital Vitória, não provocou uma dinâmica suficiente para escoar a produção, nem formar um mercado consumidor, muito menos capaz de gerar acumulação de capitais para o investimento em outras atividades. Mesmo ressaltando o primeiro projeto de desenvolvimento realizado por Jerônimo Monteiro<sup>497</sup>, apesar dos "esforços industrializantes"<sup>498</sup>, o Estado também foi prejudicado devido ao "desequilíbrio regional" devido à concorrência com outras unidades federativas mais desenvolvidas.<sup>499</sup> De acordo com Bittencourt, evidenciava-se os limites estruturais que

<sup>495</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 271.

<sup>496</sup> Ibid., p. 304.

<sup>497</sup> Sobre o projeto de Jerônimo Monteiro: "Foi, portanto, graças ao respaldo financeiro amalhado pelo Estado no governo Coutinho, que Jerônimo Monteiro pode, durante o seu quadriênio de governo, dar início e desenvolver uma política voltada para grandes esforços industrializantes no Espírito Santo, tendo como promotor o próprio Estado. Para isso não deixou de contar com o apoio irrestrito do Congresso Legislativo estadual, que quase sempre referendava seus projetos e solicitações, tanto no que tange à liberação de verbas para a montagem direta de indústria pelo Governo, como para favores e incentivos às empresas, entre estes a garantia de juros a empréstimos empresariais, renúncia fiscal, doação de terras e até mesmo fornecimento gratuito de energia elétrica aos projetos subsidiados pelo Estado." Ibid., p. 308.

<sup>498</sup> Em relação às dificuldades de realização da industrialização: "Neste caso, também, cessados os investimentos públicos, não se conseguiu atrair os capitais industriais para os projetos governamentais, pois eles já se encontravam canalizados para o centro nacional. Quanto à acumulação criada pelo café, ela ficará imobilizada no próprio mecanismo da produção da rubiácea. Isto é, como as possibilidades de êxito econômico do Estado continuavam enquadradas na área cafeeira, ganhando o café, na década de 1920, novos impulsos, os atrativos aos investimentos, tanto do Governo como da iniciativa privada, foram recanalizados para essa área." Ibid., p. 302.

<sup>499</sup> Além dessas dificuldades, Bittencourt identifica outros fatores: "A falta de mão-de-obra especializada, posicionou-se como um dos mais sérios problemas aos empreendimentos fabris do período [...]. mas não era esse o único problema enfrentado pelos esforços industrializantes do Espírito Santo: dificuldade de importação de bens de capital, desvalorização monetária, deficiência dos meios de transportes, custo de fretes, problemas relativos à

determinavam o lugar secundário ou periférico do Espírito Santo. Para o autor, na década de 1920, o Estado era o terceiro maior produtor nacional de café, "responsável pela quase totalidade dos recursos arrecadados que mantinha dinâmico o setor terciário e, por extensão, os próprios projetos industrializantes." Situação mantida "graças aos recursos do café, que permanecia como a principal fonte da acumulação capitalista do Espírito Santo."<sup>500</sup> Condição que definia o problema estrutural do modelo agrário-exportador no Estado, incapaz de produzir uma indústria competitiva pela ausência de capital e de mercado consumidor:

No confronto com o quadro nacional, as peculiaridades inerentes à nossa formação industrial e as especificidades da economia brasileira, criam dificuldades apreciáveis para a análise e interpretação dos esforços regionais do setor industrial, nos rumos tomados pela economia local. Retardatário em um País de indústria retardatária, repercutirá decisivamente no Espírito Santo a inexistência de um mercado nacional integrado, coexistindo no Estado duas barreiras expressivas: a competição com produtos importados e a competição com produtos nacionais provenientes de outros centros, além de não esquecermos que a indústria capixaba da 1ª República objetivava transcender ao mercado local demandando mercado mais amplo que aquele espiritosantense.[...] A tentativa de implantação de unidades industriais, de porte multirregional, próximo dos estados de São Paulo ou Rio de Janeiro, fatalmente defrontaria com as maiores indústrias desses dois Estados.<sup>501</sup>

Assim, o Espírito Santo por mais que superasse a condição de "marasmo colonial" inseria-se na lógica capitalista a partir de sua condição periférica na região de economia mais dinâmica do país:

Liderado pelo Estado de São Paulo, onde a dinâmica do café já havia promovido uma acumulação capitalista capaz de possibilitar a implantação de um parque industrial diversificado, a economia paulista não só conseguiu liberar-se da extrema dependência da cafeicultura como, também, possibilitou a conquista do mercado nacional. Esse foi, também, em menor escala, o caso do Rio de Janeiro, que, juntamente com São Paulo, assumiu a liderança do processo de industrialização. processo que, nas décadas que se sucederam, ficou estendido para o Sul do País, assim como, também, a Minas Gerais. Nesse contexto, o Espírito Santo, conforme vimos, inserido na mais dinâmica área da produção nacional, permaneceu com sua economia totalmente apoiada na agricultura do café. [...] A extrema dependência da monocultura ditava não somente o perfil diferencial que o separava dos demais Estados da região, como, também, revelava uma base precária de sustentação da renda estadual, subordinada esta ao sabor das oscilações que caracterizavam o setor agrário - ora em ascensão, ora em decadência, como fruto das incertezas da cafeicultura. Não havia, no caso do Espírito Santo, uma dinâmica local que possibilitasse a expansão capitalista. Ao contrário, as condições intrínsecas da economia capixaba e suas

---

exportação e a Guerra Mundial de 1914 complementavam o quadro de adversidades." BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 313. Aponta ainda outras limitações: "Em 1920, contavam-se no Espírito Santo, 457.328 habitantes, destes, 159.966 tinham profissão definida. A grande maioria, 132.628 encontravam-se ocupados na lavoura, como que confirmando a 'vocação agrícola' do Estado. Poucos, portanto, se localizavam na indústria, demonstrando não terem sido suficientes os investimentos realizados no setor secundário há quase duas décadas. Mesmo o setor básico da indústria de energia elétrica não parecia muito promissor." Ibid., p. 319.

<sup>500</sup> Ibid., p. 324.

<sup>501</sup> Ibid., p. 326-327.

relações de produção no setor primário, impediam que o Estado pudesse desempenhar um papel de destaque na nova conjuntura em que começava a se ater a economia do País.<sup>502</sup>

Para ele, o Espírito Santo não acompanhou o desenvolvimento nacional. A estagnação e a decadência da economia cafeeira demarcariam o lugar ocupado pelo Espírito Santo. Assim, o Estado vivia em função já da ultrapassada economia cafeeira:

No nível do planejamento econômico nacional, desde algum tempo que técnicos estrangeiros e brasileiros insistiam na necessidade de desenvolvimento. Dessa maneira, promoviam balanço das deficiências nacionais, dos meios de suprimi-las e dos esforços para a concentração de recursos para tal. No Espírito Santo, nenhum governo, a quem cabia, de fato, administrar a solução do problema da monocultura agrícola, animava-se em empreender grandes obras infraestruturais, ante o resultado aleatório da receita estadual, ora em ascensão, ora em declínio, ao sabor das estiagens e das especulações mercantis do mercado cafeeiro.<sup>503</sup>

Diante dessa condição, Bittencourt avalia que o Espírito Santo ganhava um novo capítulo, o da superação da crise da economia cafeeira. Sua trajetória histórica entrava na transição de uma economia agrícola para a fase industrial. Tal como José Teixeira de Oliveira e Neida Lúcia, o governo Jones dos Santos Neves emerge como símbolo de transição<sup>504</sup>. A narrativa do autor evidencia as mudanças que ocorreram no Estado e, conseqüentemente, a superação da crise econômica que caracterizava a economia cafeeira. Nesse sentido, ressalta a transição do ciclo do café para o industrial, marcado pela ação governamental na criação de órgãos por meio de uma política intervencionista na administração local<sup>505</sup> e nas modificações infraestruturais

<sup>502</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 377-378.

<sup>503</sup> Ibid., p. 361.

<sup>504</sup> O autor relata as mudanças na infraestrutura do Estado. Sobre Jones dos Santos Neves: "[...] assim que tomou posse, lançou, conforme vimos, o 'Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo', fundamentado em obras infraestruturais para implementação do Porto de Vitória, ampliação da produção da energia elétrica, abertura de rodovias para escoamento da produção agrícola, que deveria ser fomentada. [...] A deficiência da infraestrutura, porém, em nada viabilizava os empreendimentos industriais, públicos ou privados. As poucas unidades industriais então existentes eram espoliadas pelos altos preços da energia elétrica, ao que se somavam as dificuldades de mercado, ausência de mão de obra especializada e outras mazelas que compunham o quadro deficitário regional." Ibid., p. 379. Narra também a capacidade da energia elétrica: "Em 1976, a capacidade de produção de energia elétrica do Estado atingiu a aproximadamente 180,8 MW, compondo o 'Sistema ESCELSA'; nesse ano, onze usinas hidráulicas, duas térmicas, 31 subestações e 1.555 km de linhas de transmissão, interligando-se ainda a empresa ao sistema 'FURNAS' que possibilitou o suprimento de 23% de toda a demanda que o Estado exigia para crescimento da vida urbana e a grande decolagem do 'ciclo industrial'." Ibid., p. 382.

<sup>505</sup> Segundo ele: "No Espírito Santo, portanto, para a estruturação da sua economia, foram criados alguns órgãos de atuação que a nova política intervencionista permitia, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Sistema de Crédito para o Desenvolvimento (atuais Bandes e Banestes). Elegeu-se a industrialização como 'carro-chefe' dessa política de reestruturação." Ibid., p. 399-400.

voltadas para a realização desse projeto.<sup>506</sup> Para Bittencourt, configurava-se o avanço para uma nova realidade:

O aspecto mais marcante, contudo, da ação governamental, concentrou-se na infraestrutura implantada para atender aos 'Grandes Projetos', principalmente àquela infraestrutura relacionada com a rede de comunicação e transporte. As ligações asfálticas com o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, datam de 1965, 1969 e 1973, respectivamente. O Porto de Tubarão inicia suas operações em 1966. Duplica-se a Estrada de Ferro Vitória-Minas [...] A nova ESCELSA-Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., em 1968, a interligação desta com FURNAS e com a CEMIG, a construção da hidrelétrica de Mascarenhas, no Rio Doce, no Município de Baixo Guandu (ES), as redes de transmissão que se estenderam por todas as cidades e vilas, romperam o estrangulamento energético que retardou historicamente o crescimento econômico e a industrialização capixaba. A TELEST - Telecomunicações do Espírito Santo S.A. expandiu a rede urbana e interurbana, integrando-se, ainda, ao sistema nacional da EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., expandindo, ainda, os terminais de TELEX. No campo do saneamento básico, a CESAN - Companhia Espírito-santense de Saneamento, beneficiou dezenas de localidades estaduais com o programa 'PLANASA-PAEG'. Foi a conjugação de tudo isso que permitiu a quebra do isolamento estrutural do Espírito Santo.<sup>507</sup>

Nessa perspectiva, o Espírito Santo alcançava, enfim, uma nova condição. A "quebra do isolamento estrutural" definiu, portanto, novas possibilidades e, conseqüentemente, um novo lugar para o Espírito Santo no cenário nacional. Assim como o discurso político daquele período, Bittencourt, sob a ótica do desenvolvimento, define o projeto industrial como marco de superação de uma condição periférica, de um Espírito Santo, enfim, integrado à economia nacional:

Modifica-se, portanto, o perfil econômico do Estado. Passara, rapidamente, do estágio agrícola para um importante pólo industrial, nascido da política de incentivos fiscais, que já apresentava, então, expressivo desempenho no setor que já representava cerca de 39% da economia estadual, em oposição a 45% do setor de serviços, enquanto a agricultura respondia apenas por 16%. Graças a todo esse esforço, a Coordenação de Planejamento da Presidência da República (Coplan), considerou o Espírito Santo

---

<sup>506</sup> Para Bittencourt: "[...] o projeto de industrialização que vinha sendo realizado em nível nacional, começou a ter desdobramentos no Espírito Santo. Apesar de reduzido, o setor industrial local começou a demonstrar que havia um núcleo coeso identificado com o projeto nacional de industrialização 'acelerada'. Foi um projeto articulado em torno da Federação do Comércio e da recém-criada Federação da Indústria, ambas presididas pelo empresário Américo Buaiz. O projeto agregou um conjunto de atores importantes. Entre eles, Eliezer Batista, que era gerente e, depois, diretor da Companhia Vale do Rio Doce, em Vitória. Mais tarde, ele se transformaria em presidente da estatal e, ainda, ministro de Minas e Energia. Outras figuras de destaque também colaboraram para a realização do projeto de modernização regional. Entre eles, Arthur Carlos Gerhardt Santos, que foi Secretário do Planejamento do segundo governo de Carlos Lindenberg, no começo de 1960. Na verdade, esses serão os formuladores e gestores de uma nova política regional de desenvolvimento. Isto é, a partir das gestões e articulações realizadas por todo um conjunto de pessoas, é que houve um segundo projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo." BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 384-385.

<sup>507</sup> Ibid., p. 401.

como o único parceiro da economia de São Paulo, em termos absolutamente proporcionais, entre todos os demais estados brasileiros.<sup>508</sup>

O Espírito Santo, portanto, alcançava um novo patamar de desenvolvimento que, enfim, situava o Espírito Santo em um novo lugar no cenário nacional. Os dois ciclos econômicos permitiram ao Estado ultrapassar uma condição determinada pela "herança colonial." O projeto de desenvolvimento industrial, nessa perspectiva, tornou-se o principal marco histórico do Espírito Santo. Considerando o período de escrita da primeira versão do autor, na década de 1980, o sentido da superação foi definido pela industrialização, interpretada como alavanca que permitia ao Estado, enfim, figurar como desenvolvido no contexto econômico brasileiro. O autor corrobora o discurso político da superação do atraso elaborado nas décadas de 1960 e 1970, assumindo o desenvolvimento via industrialização como o caminho necessário para o Estado, estabelecendo o sentido de superação de sua trajetória.

Nesse ponto, chegamos ao último período analisado por Bittencourt. Se a industrialização marcou a emergência de um Espírito Santo desenvolvido, industrializado, qual o sentido da narrativa para o início do século XXI? A atualização da narrativa elaborada pelo autor remete a um sentido construído no contexto da última década? Poderíamos, então, tratar de um sentido da superação do atraso?

#### 4.1.3 A NARRATIVA HISTÓRICA DA SUPERAÇÃO DO ATRASO NO SÉCULO XXI: UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO E O PROTAGONISMO DO ESPÍRITO SANTO.

Quando analisamos o paradigma de compreensão e narrativa do Espírito Santo na obra de Gabriel Bittencourt, percebemos que, o que na década de 1970, com Neida Lúcia e José Teixeira era a "arrancada para o futuro" ou a "marcha do desenvolvimento", a narrativa elaborada por Bittencourt definiu o sentido da trajetória do Espírito Santo tendo em vista a superação de sua condição periférica, considerando que o Estado já havia realizado seu "segundo ciclo de

---

<sup>508</sup>BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 429. Encontramos, também: "Destarte, no Espírito Santo, partiu-se para um processo de industrialização concentrado na área de 'Grande Vitória' e adjacências que, por sua vez, já canalizava as correntes migratórias do interior, atraídas pelo porto e pelos empreendimentos dos quais, aliás, fora fator de implantação. Devido às suas múltiplas ligações com os planos superiores, o processo de industrialização que então se implantou tornou-se irreversível, fato este que proporcionou ao Estado taxas estáveis de crescimento. A partir de 1966, por cerca de dez anos, a economia capixaba cresceu à taxa de 13,4% a.a., liderado pelo processo industrial. Esta expectativa de um crescimento global da economia estadual, bem acima da média nacional, tendia a reduzir a distância entre a renda per capita média do País e a do Estado." Ibid., p. 497.

desenvolvimento" e se encontrava em outro patamar, participando da dinâmica econômica nacional.<sup>509</sup>

Ao analisarmos a narrativa histórica realizada por Bittencourt no início do século XXI, observamos que a ampliação da experiência local e o surgimento de expectativas acerca do crescimento econômico do Espírito Santo, possibilitou a definição de uma narrativa genética de sentido em diálogo com esse novo horizonte acerca do Estado. Segundo Rüsen:

No modo da constituição genética de sentido, a experiência histórica adquire uma nova qualidade temporal. Ela passa a ser determinada categoricamente pela divergência estrutural entre a experiência de tudo o que se acumulou até agora e a expectativa do inteiramente diverso. O presente entra no campo tenso da transição de uma à outra. Esse caráter de transição é destacado nos processos e acontecimentos do passado, historicamente lembrados, como portador de sentido. A concepção determinante, pela qual o passado dinamizado temporalmente é articulado com a prática do tempo presente, de modo que o futuro apareça como chance de superação, é a da mudança constante [...] A plenitude das mudanças temporais, que se rememora, é integrada numa determinação de sentido (direção), que remete a um futuro para além do momento presente, e faz aparecerem como transitórias as circunstâncias atuais da vida.<sup>510</sup>

Dessa forma, seguindo a narrativa do autor e sua ampliação temporal, a rememoração dos marcos históricos da superação do atraso, ou seja, dos dois ciclos de desenvolvimento econômico anteriores, foram colocados em função das expectativas de surgimento de um novo ciclo para o Estado. Se o projeto desenvolvimentista da década de 1960 surgiu em sua narrativa como marco de ascensão do Espírito Santo, o início do século XXI foi interpretado como o de configuração de um contexto econômico no qual a representação do Espírito Santo é definida pelas expectativas de seu protagonismo no cenário nacional.

O Estado é caracterizado pelo seu potencial de, enfim, corresponder ao sentido do desenvolvimento da economia nacional e internacional. A narrativa do autor sobre a década de

---

<sup>509</sup> É importante ressaltar que o autor não deixa de reconhecer alguns problemas acarretados ao Espírito Santo nesse processo, ainda que seja secundário em sua obra: "A industrialização engendra um efeito social bastante adverso, sobretudo em países de grandes desigualdades sociais e em vias de desenvolvimento. Ela eleva os índices de favelização nas áreas urbanas, atrai trabalhadores das regiões vizinhas e eleva o preço da terra urbana, degradando o nível de vida nas grandes cidades. Foi o que terminou por ocorrer na área da Grande Vitória. [...] O Estado do Espírito Santo, entre 1970 e 1980, apresentou um acréscimo de aproximadamente 450.000 habitantes, acarretando uma taxa média geométrica de incremento anual da população residente de 2.063.610 habitantes. Desse total, em decorrência do êxodo rural e/ou atraídos pelo advento dos Grandes Projetos de Impacto, 722.607 pessoas viviam na então denominada Grande Vitória, formada pelos municípios da Capital, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. Logo, a população do Espírito Santo tornou-se, predominantemente, urbana. Em 1980, 1.325.164 habitantes, 64,21% da população, residiam na zona urbana, enquanto 738.437, apenas 35,78% de seus habitantes, concentravam-se na zona rural." BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 426-427.

<sup>510</sup> JÖRN, Rüsen. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 59.



1990 e o início do século XXI apresenta o surgimento de um novo ciclo econômico no Espírito Santo em função da nova ordem econômica mundial, a da economia globalizada. Para o Espírito Santo, a internacionalização da economia reativara, segundo Bittencourt, "aquela capacidade empreendedora em comércio e serviços já manifestada por ocasião das grandes vertentes da industrialização, que caracterizou o Estado a partir dos anos de 1970."<sup>511</sup> Nesse contexto, o autor resgatou o sentido de superação atribuído ao ciclo da industrialização para identificar um momento de transformação que se configurava no início do novo século. Destacou em sua narrativa as mudanças e expectativas que a atividade portuária, a siderurgia e o petróleo introduziram no Estado.

O Espírito Santo surge em um novo cenário no início do século XXI:

O impacto regional representado pelos investimentos em grandes empresas implantadas no Espírito Santo, como a Aracruz Celulose, a CST, a CVRD e a Samarco, ou em setores como os de mármore, granito, confecções e metal-mecânico, vem proporcionando especificidade à economia capixaba. As perspectivas trazidas pelo segmento de petróleo complementam a possibilidade de ascensão econômica do estado [...]. Dotado de uma completa infraestrutura de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo, além das modernas estações aduaneiras do interior, para armazenagem de cargas, esta estrutura permite também ao Estado receber parte da produção dos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia. Uma situação que posiciona o complexo portuário do Espírito Santo na rota de grandes investimentos, estimulando a geração de novos negócios e consequente aumento do volume de cargas transportadas.<sup>512</sup>

Bittencourt estabeleceu, para o sentido da trajetória de desenvolvimento do Espírito Santo em sua narrativa, a expectativa de um novo ciclo:

O capixaba pode estar experimentando um novo ciclo da riqueza produtiva, emergente dos campos de petróleo. É necessário, no entanto, criar um clima contagioso de investimento empresarial no Estado. Além do aço, celulose, minério e petróleo, o incentivo a novos setores posiciona-se entre os grandes desafios ao Executivo e

<sup>511</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 481.

<sup>512</sup> Ibid., p. 473. Sobre contexto econômico caracterizado pelo petróleo, a siderurgia e o complexo portuário encontramos também: "A introdução de novas tecnologias e de técnicas especiais de perfuração de poços, é que propiciaram este novo ciclo na bacia terrestre do Espírito Santo, caracterizando tanto as novas descobertas quanto os expressivos aumentos das reservas e da produção de óleo e gás" p. 485 [...] A companhia Vale do Rio Doce congrega hoje, instaladas no Porto de Tubarão, sete usinas de pelotização, que produzem cerca de 25 milhões de toneladas de minério de ferro, destinadas, sobretudo, para o mercado externo. A empresa que detém cerca de 50% do controle acionário da Samarco, vem estudando a possibilidade de aumentar a produção de suas usinas em mais de 3,5 milhões de toneladas a partir da construção de mais uma usina, a terceira de pelotização em Ubú, no município de Anchieta. [...] Por outro lado, as bases portuárias do Espírito Santo vêm, de há muito, servindo de apoio às empresas multinacionais que atuam na Bacia de campos. A par disso, a movimentação do Porto de Vitória tem registrado constante crescimento." BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 485.

Assembleia Legislativa a quem competem as políticas estaduais de incentivo ao desenvolvimento econômico.<sup>513</sup>

O século XXI apresentava a expectativa de uma nova condição, de protagonismo e afirmação do Espírito Santo:

No contexto evolucionar da economia brasileira o Espírito Santo vem ocupando um papel de destaque. Pelos números relativos ao Espírito Santo, divulgados pelo IBGE, o Estado alcançou um crescimento de 6% no ano de 2002, fato este que significou a maior expansão registrada na Região Sudeste no período. Representou também o quarto lugar entre os estados que mais sofreram ampliação em suas economias. Naquele ano, o PIB espiritosantense representou R\$ 24,723 bilhões, o 13º lugar entre as 27 unidades da Federação. Este fato significou, também, a consolidação de uma característica de crescimento positivo da economia capixaba, pois desde meados da década de 1980, o PIB local vem crescendo em percentuais acima da média brasileira. É de se esperar que os esforços da sociedade atual produzam resultados até melhores do que os que vêm sendo apresentados.<sup>514</sup>

No entanto, observamos, também, o discurso reivindicativo acerca do novo lugar do Espírito Santo diante de seus desafios e impedimentos:

A construção de uma posição digna do Espírito Santo quanto a sua organização espacial requer um processo político ético e competente, com planejamento: esse é o desafio atual do Espírito Santo. O descompasso entre a posição econômica do Espírito Santo e os resultados políticos e sociais são flagrantes. O Espírito Santo até há pouco, era o oitavo Estado no ranking de competitividade nacional, considerando-se noventa e oito indicadores socioeconômicos, segundo o Instituto Simonsen, de São Paulo. [...] Na última década o Espírito Santo não conseguiu atrair nenhum empreendimento significativo, que faça sombra aos grandes projetos tecidos nos anos de 1970. [...] Logo, nos anos de 1960/70, a formulação sobre o desenvolvimento no Espírito Santo foi superior à dos últimos vinte anos. Desde a década de 1980, vem ocorrendo uma certa paralisia nesse sentido, no Espírito Santo. Ultimamente, o Estado tem sido uma das unidades da federação que menos tem recebido investimentos do Governo Federal.[...] É inadmissível um Estado como o Espírito Santo, com o potencial econômico que representa, e que se torna ainda mais importante com o crescimento previsto com a instalação definitiva da indústria do petróleo, dispor de investimentos tão acanhados por parte do Poder Central.<sup>515</sup>

Apropriando-se do discurso político característico da primeira década do século XXI no Espírito Santo, Gabriel Bittencourt finaliza sua narrativa considerando que a "primeira década deste terceiro milênio possa ficar marcada pela superação dos principais desafios que estão obstando o desenvolvimento da terra espiritosantense."<sup>516</sup>

<sup>513</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 489.

<sup>514</sup> Ibid., p. 491.

<sup>515</sup> Ibid., p. 500-501.

<sup>516</sup> Ibid., p. 501.

Bittencourt, portanto, no início do século XXI, recuperou a expectativa otimista sobre o Espírito Santo e determinou o sentido da superação a partir da representação de novos marcos históricos de ruptura: a economia cafeeira, com a modernização possibilitada por ela, e a industrialização pós 1960. A narrativa da formação econômica do Espírito Santo definiu a trajetória de superação do atraso, ou do "desequilíbrio regional". Este, instituído no período colonial, foi, de acordo com a narrativa, superado pela industrialização que permitiu ao Estado avançar de uma condição periférica ao centro da economia nacional.

O sentido de ruptura estabelecido na relação entre as expectativas e a experiência histórica é modificada apenas na representação do desenvolvimento do Espírito Santo do século XXI. No contexto do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento", a representação é a da condição de protagonista. O autor recupera o sentido da superação, mas o avanço do Estado não é interpretado como ruptura com o ciclo anterior. O horizonte é o do desenvolvimento de suas potencialidades e o desafio tornou-se o aproveitamento e o reconhecimento desse novo status no contexto nacional, principalmente, em relação ao Governo Federal. A nova fase da formação econômica do Espírito Santo seria a do seu protagonismo.

O paradigma da história econômica e a determinação do sentido da narrativa fundamentada nos ciclos de desenvolvimento econômico estabeleceu novos marcos históricos que ganharam um significado no contexto do início do século XXI. De acordo com a trajetória do Espírito Santo na obra de Bittencourt, o lugar marginalizado e periférico do Estado no passado não condizia mais com a atualidade e as expectativas de crescimento. Assim, a narrativa histórica da superação do atraso via ciclos econômicos estabeleceu o passado histórico para a legitimação do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento" utilizado por Paulo Hartung durante a primeira década desse século. Como vimos, o discurso político nesse período reforçou o novo lugar do Espírito Santo no cenário nacional. O próprio Hartung caracterizou esse status:

A partir de 2003, o Espírito Santo reconquista a estabilidade e a credibilidade político-governamental e institui um renovado modelo de desenvolvimento, dando início ao seu terceiro ciclo econômico. O novo ambiente político-institucional capixaba traz impactos positivos para o setor privado em duas frentes: anima os empresários já instalados a ampliar seus negócios e, ao mesmo tempo, atrai novos investidores nacionais e estrangeiros. [...] Nos últimos cinco anos, nosso PIB mais que dobrou. O crescimento industrial capixaba se destaca no cenário nacional. De outubro de 2006 a outubro de 2007, o incremento da indústria capixaba chegou a 6,8%. O investimento privado foi importante em 2007, ano em que também se anunciaram novos recursos em áreas como siderurgia, petróleo e gás, logística, entre outros. Podemos destacar, na siderurgia, a expansão da Arcelor Mittal, a ampliação da Vale e da Samarco e a nova usina Companhia Siderúrgica Vitória (CSV), parceria da Vale com a chinesa Baosteel. Na área de logística, a Vale, além de um porto de águas

profundas, com 22 metros de calado, inicia as obras da Ferrovia Litorânea Sul. Temos ainda cinco terminais portuários em processo de licenciamento. Eles se somarão ao terminal de barcas da Arcelor Mittal, recém-inaugurado juntamente com a expansão da siderúrgica, e ao terceiro píer em Portocel, em construção, num porto especializado em celulose. O Espírito Santo caminha para ser um dos pólos nacionais de logística, base fundamental para o desenvolvimento brasileiro.

A indústria do petróleo e do gás está a todo vapor. A exploração dos campos terrestres e marítimos avança com novas plataformas e outros investimentos. Ainda nessa área, registramos dois fatos importantes. O primeiro é que o Espírito Santo vai despachar para o Brasil, na virada de 2008 para 2009, cerca de 20 milhões de metros cúbicos de gás. Com isso, 50% da produção nacional, de 40 milhões de metros cúbicos, sairá dos campos terrestres e marítimos do Espírito Santo. Uma solução capixaba para um sério problema brasileiro.<sup>517</sup>

O discurso de Paulo Hartung, portanto, corresponde à caracterização de um novo ciclo narrado por Gabriel Bittencourt. O discurso do desenvolvimento e a imagem do "Novo Espírito Santo" foram construídos a partir da projeção de um horizonte inaugurado por um novo ciclo, nova fase de uma trajetória que já contava com dois ciclos históricos de desenvolvimento.<sup>518</sup> Instituíam-se, assim, um discurso político que definia o governo Paulo Hartung como marco histórico de superação. E, a narrativa da formação econômica do Espírito Santo fundamentava, nessa perspectiva, essa imagem política.

<sup>517</sup> REZENDE, Sidney. Três perguntas a Paulo Hartung. 8/01/2008. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/1862>. Acesso em: 26/06/2009.

<sup>518</sup> O documento *ES2025*, ao projetar o futuro do Estado, apropria-se exatamente da narrativa dos ciclos históricos do desenvolvimento: "Desde meados do século XIX até a década de 1950, os ciclos econômicos do Estado do Espírito Santo estavam intimamente ligados à atividade cafeeira. A história do café no estado tem início pelo sul, por influência da cafeicultura fluminense em franca expansão. Com isso, instalaram-se na região grandes unidades produtoras de café arábica, utilizando mão de obra escrava. A partir de 1880, com a intensificação da imigração, começam a surgir novos pólos produtores de café na região central capixaba, que trazem consigo um novo modelo de produção pautado em pequenas lavouras familiares. No limiar da década de cinquenta, 75% dos estabelecimentos rurais no Espírito Santo tinham o café como principal atividade e a cafeicultura contribuía diretamente com cerca de um terço da renda gerada no estado e com mais de 40% das suas receitas tributárias. As recorrentes crises de queda de preço na atividade cafeeira reduziram significativamente a renda de boa parte da população. Entretanto, o modelo de produção em pequenas propriedades familiares dificultava a substituição da cultura, em razão do caráter de subsistência de parte delas. [...] O ciclo de diversificação econômica pela via industrial tem início na década de 60, quando a cafeicultura sofreu forte redução em sua participação na economia do estado com o programa de erradicação dos cafezais menos produtivos. A implantação do Porto de Tubarão, em Vitória, pode ser encarada como o "divisor de águas" deste processo de industrialização, e a subsequente instalação e operação das duas primeiras usinas de pelotização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) levou a um visível salto na indústria de transformação capixaba. Entretanto, foram ainda pouco expressivas as alterações da estrutura industrial, pois os pequenos estabelecimentos continuaram predominantes. A partir de 1975, a expansão industrial foi mais significativa do ponto de vista da diversificação, tendo sido fomentada pelo grande capital estatal e estrangeiro. Essa etapa foi marcada pela instalação e expansão dos chamados "grandes projetos" – grandes unidades industriais focadas na produção de bens intermediários (commodities) –, formulados no âmbito do planejamento estratégico do governo federal que visava deter, ou minimizar, a reversão ocorrida após o fim do período conhecido como "milagre econômico". *ES 2025. Plano estratégico para o desenvolvimento do Espírito Santo*: carteira de projetos estruturantes. Espírito Santo: Macroplan, 2006. 10 volumes. p. 23. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em 06 de maio de 2010. p. 27-28.

A apropriação da narrativa histórica dos ciclos econômicos não foi a única forma de legitimação do "Novo Espírito Santo". O uso do passado pelo discurso político, como pode ser visto a seguir, foi recorrente nesse período.

#### 4.2 AS "MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO" E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO.

O início do século XXI e as expectativas de crescimento econômico estadual apresentaram, também, outras configurações que caracterizaram a mobilização de determinadas lembranças em função da legitimação do poder e definiram, como sugere Marc Ferro, um novo foco da história local a partir das "memórias do desenvolvimento".

Um marco desse fenômeno podemos identificar na publicação do livro "Memórias do Desenvolvimento."<sup>519</sup> A obra é resultado de seminários realizados no meio acadêmico inseridos no curso de mestrado em Administração da UFES, coordenados por João Gualberto que à época era detentor de uma cadeira de história do desenvolvimento do Estado. A proposta do livro é a de "registrar a memória do desenvolvimento econômico do Espírito Santo" a partir da noção de que o entendimento das "explicações sobre o que ocorreu no passado ajudam a entender melhor o presente e a planejar o futuro."<sup>520</sup> O livro lançado em 2002 reflete justamente as preocupações com o Espírito Santo no início do século XXI, com o propósito de "refletir sobre as 'trajetórias de Desenvolvimento do Espírito Santo', apontando caminhos de reconstrução baseados no entendimento do processo histórico de desenvolvimento do Estado e reconhecendo o papel de diversos atores políticos nessa trajetória". A obra, dessa maneira, é apresentada como resgate de uma memória entendida como exemplar para se pensar o Espírito Santo no início do século:

A partir desse contexto, a exigência de uma reviravolta nos rumos e de perspectivas propositivas de ação inspirou o professor e pesquisador João Gualberto a investigar o passado em busca de identidades positivas, que demonstrassem que, partindo da vontade política do que ele denomina 'lideranças' e de uma conjuntura promissora (perspectiva de novos governos em âmbito federal e estadual, com discurso desenvolvimentista; descoberta de novos campos de petróleo no Estado; etc.), como houvera em décadas passadas, se poderiam cumprir dois papéis: um de valor histórico, de resgate da memória de desenvolvimento do Estado respaldada por aqueles que ajudaram a construí-la, o que, ao mesmo tempo, lhes presta um tributo; outro de valor reflexivo, a partir do momento em que dialoga a academia universitária, analítica, apontando os caminhos de desenvolvimento, dada uma determinada conjuntura político-econômica, com personagens políticos que desmitificam a possibilidade de

<sup>519</sup> VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.

<sup>520</sup> ORRICO, José Luiz Soares. Prefácio. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. p. 9. José Luiz Soares Orrico era, à época, diretor da Organização Futura uma das responsáveis pela publicação da obra junto com o Programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo.

racionalização na análise do processo de desenvolvimento, colocando em questão as subjetividades envolvidas nos processos decisórios [...]."<sup>521</sup>

A obra é constituída de capítulos em que se debatem os caminhos do Espírito Santo tendo em vista a sua "trajetória de desenvolvimento". É sob essa perspectiva que capítulos como o de João Gualberto e Ricardo Pandolfi ou ainda os dos ex-governadores Christiano Dias Lopes Filho e Arthur Gerhardt colaboram na construção de uma memória que se articula com uma dada narrativa da superação. As abordagens dos ex-governadores estão presentes em função de serem eleitos como marcos, exemplos desse passado a ser resgatado em função do futuro do Estado. Assim, uma análise do texto de Arthur Gerhardt nos permite encontrar o relato de sua experiência profissional e política, bem como seu papel na condução dos Grandes Projetos Industriais e que, consequentemente, segundo ele, considerou ser uma grande transformação do Estado.<sup>522</sup> Christiano Dias Lopes, por sua vez, destaca sua atuação frente ao governo do ressaltando, sobretudo, o esforço empreendido para que o Espírito Santo conquistasse os investimentos industriais.<sup>523</sup> Seguindo o sentido da superação do atraso, insere o seu governo e o de Gehardt como marcantes de uma trajetória de desenvolvimento do Espírito Santo.<sup>524</sup>

<sup>521</sup> BIANCO, Mônica de Fátima. Introdução. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 11-13.

<sup>522</sup> Segundo Arthur Gehardt: "[...] para a economia do Estado era uma transformação muito grande. Depois dessa transformação que durou desde o final da década de 60, toda a década de 70 até o início da de 80, a composição da renda bruta do Estado sofreu uma modificação radical. A parte agrícola deixou de ter importância que tinha, desceu para os níveis civilizados, digamos, de 20% a 30% da formação da renda interna. O setor industrial cresceu muito. Ele era muito pequeno e passou a ter uma importância muito maior, e o setor de serviços criou uma gama muito grande e uma importância muito grande no Estado." GEHARDT, Arthur. O nascimento dos grandes projetos. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 54.

<sup>523</sup> Segundo Christiano Dias Lopes Filho: "Então, meus caros, esse é um trajeto que fizemos para chegar aos anos mais recentes que vivemos com muito entusiasmo, sobretudo, para obter do Governo Federal uma compensação para o Espírito Santo em virtude dos prejuízos que este levava por causa da Sudene". FILHO, Christiano Dias Lopes. A formulação do Desenvolvimento. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 28.

<sup>524</sup> O ex-governador Christiano Dias Lopes Filho resgata um roteiro de superação dos prejuízos históricos: "[...] Com a Proclamação da República, inicia-se, a partir de 1889, um período de vários governos marcados por importantes decisões. Não se pode deixar de citar Muniz Freire, Henrique Coutinho, que foi quem antecedeu Jerônimo Monteiro, que, já no governo de Muniz Freire, exerceu o seu prestígio, a sua atividade e a sua inteligência, conduzindo um empréstimo externo para o governo do Espírito Santo que estava em dificuldade. [...] Bem, seguindo Jerônimo Monteiro veio Florentino Avidos. Houve aí Marcondes de Souza, Bernardino Monteiro e Nestor Gomes, que não deixaram registrados muitos acontecimentos e muitos saltos de desenvolvimento do Estado. Marcantes mesmo foram os períodos de Jerônimo Ribeiro e, já no final do primeiro quartel do século, de Florentino Avidos." VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 24-25. Segue, ainda, definindo Jones dos Santos Neves também nessa linha sucessória de governos desenvolvimentistas: "[...] O Jones entrou num período de intervenção, período interventorial. Nesse período de 42, 43 e 44, ele deixou plantado, deixou estruturado um projeto de desenvolvimento econômico que raramente se poderia encontrar para aquela época. Depois, eleito governador em 1950, tomou posse em 1951 e então executou o seu projeto [...]. Aqueles procedimentos de Jones, aqueles estudos de Jones, aquela dedicação de Jones, do qual eu fui oficial de gabinete, influenciaram tanto na formação do jovem de 20 anos que eu era [...]."

João Gualberto e Ricardo Pandolfi, por sua vez, ressaltando as figuras desses ex-governadores, analisam a trajetória do desenvolvimento econômico do Espírito Santo a partir do papel político das "lideranças" como propulsores do desenvolvimento local. Avaliam, assim, a história do desenvolvimento do Espírito Santo sob a perspectiva das elites políticas e seu papel na condução do Estado. Para eles:

Os chamados bons governos, aqueles que conseguem dotar as instâncias públicas de eficiência e produzir atores sociais consistentes, acabam alimentando positivamente a sociedade. No que diz respeito à esfera econômica, os bons governos terminam por produzir a outros arranjos institucionais e conduzem a coletividade a outros patamares produtivos. No caso inverso, quando as elites que se apropriam da máquina pública não são capazes de conduzir com eficiência os destinos coletivos, temos o fracasso.<sup>525</sup>

Atualizam a narrativa da superação de atraso e reforçam o paradigma da superação evidenciando um roteiro histórico do Espírito Santo com marcos significativos do passado que dão sentido à trajetória do Estado. Assim, recuperam a noção dos dois ciclos econômicos como fundamentais desse percurso, a cafeicultura e a industrialização.<sup>526</sup> Para eles, dois contextos bem específicos do Espírito Santo produziram elites capazes de conduzir o Estado a novos patamares de desenvolvimento: a elite política proveniente da economia cafeeira do início do período republicano, responsável por inserir o Espírito Santo na economia nacional e o "projeto jonista" de industrialização das décadas de 1950, 1960 e 1970.<sup>527</sup>

---

FILHO, Christiano Dias Lopes. A formulação do Desenvolvimento. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 26.

<sup>525</sup> PANDOLFI, Ricardo; VASCONCELLOS, João Gualberto. Elites e Gestão do Desenvolvimento: uma reflexão sobre o caso do Espírito Santo. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 124-125.

<sup>526</sup> Ibid., p. 126-134.

<sup>527</sup> Sobre a economia cafeeira eles asseveram: "Como o objeto privilegiado da ação do Estado era o café, as principais realizações estiveram não só na construção de ferrovias, do Porto de Vitória, elementos importantes para seu escoamento, além da melhoria das condições urbanas da capital, mas também na industrialização do Sul do Estado. Em termos de gestão pública, chamam a atenção por sua visão de futuro, Muniz Freire, duas vezes presidente do Estado entre 1891 e 1894 e entre 1900 e 1904, e, pelo caráter gerencial de suas ações, Jerônimo Monteiro. O último presidente entre 1908 e 1912 acabou transformando em realidade muitos dos projetos de Muniz Freire. Isso sem falar dos governos laboriosos de florentino Avidos ou de Nestor Gomes, nos anos 1920, auge da produção cafeeira na República Velha. É importante fixar a ideia de que houve um projeto de desenvolvimento para o Estado que foi sendo construído por aquilo que estamos chamando de cultura do café e pelos intelectuais que ela pode gerar. Esse projeto foi sendo implantado aos poucos por várias gerações de empreendedores no campo político e na iniciativa privada. Foi dessa liga que surgiu o desenvolvimento possível, mas que tirou o Espírito Santo do marasmo e o colocou, dentro de suas possibilidades, no contexto da economia brasileira." In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 130. A respeito do "projeto jonista" encontramos: "O projeto jonista começou a produzir resultados mais orgânicos. Não apenas o aparelho do Estado ficou mais preparado para gerir um processo de industrialização, mas também aliados importantes foram construídos, boa parte deles alojados na Findes. Entretanto, a finalização do projeto foi feita por Christiano Dias Lopes Filho.[...] O projeto jonista viveria no Governo Christiano Dias Lopes, segundo Orlando Caliman, um período de inflexão, pelo fato de representar uma ruptura com o modelo de crescimento anterior. Mais uma vez as elites locais, como haviam feito na cultura do café, criaram e implantaram um projeto de desenvolvimento local. Foi da articulação de diferentes atores e da ação planejada do Estado que ele foi

Os autores reforçam uma dada memória do desenvolvimento do Espírito Santo evidenciando as realizações de determinados atores políticos para o futuro do Estado. Tal como a narrativa de Bittencourt, como vimos, o sentido do passado local é definido pelos dois momentos caracterizados pelos autores que, inclusive, a partir desse início do século XXI fundamentariam a definição do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento."<sup>528</sup>

Outro participante da configuração dessa memória é a ONG Espírito Santo em Ação que tem promovido o reforço do discurso da superação.<sup>529</sup> De acordo com a proposta da Organização, um de seus setores é responsável por promover a imagem do Espírito Santo:

O Comitê Temático de Capital Social, Cultura e Imagem - CT07 objetiva desenvolver, valorizar e ressaltar aspectos da sociedade capixaba, fazendo com que suas características e peculiaridades sejam reconhecidas pela sociedade, evidenciando o Estado como um dos mais promissores e ricos em diversidade cultural no país. A proposta é promover o conhecimento do Espírito Santo no Brasil e no mundo, disseminando uma imagem positiva do Estado, além de enfatizar os atributos que caracterizam a identidade capixaba.<sup>530</sup>

Nesse sentido, ela tem como um de seus propósitos a produção ou a reedição de obras ligadas ao tema do desenvolvimento do Estado. Por exemplo, a obra de Haroldo Rocha e Ângela Morandi, *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*, já citada, teve sua reedição conduzida pela referida ONG. Tal proposta, demonstra um determinado

---

formulado e implementado. Mas ele havia produzido resultados. Seu principal objetivo que era tirar o Espírito Santo da estrita dependência do café, obtivera êxito. Havia as indústrias e um aparato governamental muito mais qualificado. Assim como os positivistas do final do século XIX formularam um projeto que colocou o Estado na cena nacional a partir do café, os desenvolvimentistas articulados em torno de Jones e fortemente ligados ao ideal getulista também obtiveram resultados. O Espírito Santo jamais seria o mesmo." PANDOLFI, Ricardo; VASCONCELLOS, João Gualberto. Elites e Gestão do Desenvolvimento: uma reflexão sobre o caso do Espírito Santo. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 133-134.

<sup>528</sup> A leitura do passado realizada pelos autores surge das expectativas de futuro para o Espírito Santo. Revisitar o passado, nesse caso, significou apropriar-se de um roteiro histórico já fundamentado com o propósito de pensar os caminhos do Espírito Santo no século XXI. Por isso, encontramos interpretações condizentes com o discurso do "Novo Espírito Santo" inaugurado por Hartung na mesma década. Segundo Gualberto e Pandolfi: "Assim, encontra-se o Espírito Santo no ano de 2002 diante de seu próprio destino. A base industrial está montada. Existem grandes interesses econômicos constituídos no Estado, mas não existe mais um projeto claramente colocado para a sociedade. A ausência desse projeto é sentida em vários pontos do tecido social, sejam públicos, sejam privados. Por tudo isso é preciso pensar em um novo projeto de longo prazo para o Estado. É preciso estabelecer novos padrões de articulação de interesses capazes de fazer retornar o interesse e a mobilização, capazes de mobilizar a sociedade em torno do futuro da região" Ibid., p. 138.

<sup>529</sup> Como observamos no Capítulo 1, ela participa diretamente na formulação de documentos e projetos acerca do Espírito Santo, como o ES2025, além da promoção de seminários e estudos relativos ao desenvolvimento econômico local.

<sup>530</sup> Grupo de trabalho responsável pelas ações relativas à essa área temática, responsável pelas publicações. [http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/comites\\_tematicos/capital\\_social,\\_cultura\\_e\\_imagem/index.php](http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/comites_tematicos/capital_social,_cultura_e_imagem/index.php)



passado a ser resgatado ou a retomada de certa narrativa sobre ele.<sup>531</sup> Assim, o resgate é orientado por uma noção de "superação de desafios":

Muitas vezes, quem vive neste cenário moderno e atrativo, desconhece os fatos históricos que conduziram o Espírito Santo a um futuro tão promissor, mas também desafiador. Esses acontecimentos, que têm suas bases no processo de colonização brasileira, deixaram marcas claras no desenvolvimento do Estado.

Ao ler este livro, você vai entender as profundas transformações vividas pela sociedade capixaba, a partir da década de 1960, e vai perceber que a história que o Espírito Santo escreveu é marcada por desafios. Aliás, esta é uma peculiaridade do nosso povo: vencer a falta de oportunidades e transformar as ameaças em benefícios.<sup>532</sup>

Além dessa política de reedições, a ES em Ação é responsável pela coleção *Memórias do Desenvolvimento do Espírito Santo: Grandes Nomes* que tem produzido obras que resgatam a experiência pretérita de personalidades vinculadas ao desenvolvimento econômico do Estado. De acordo com a própria ONG, temos o propósito da Coleção:

O Comitê Temático de Fortalecimento da Identidade e Imagem do Estado (CT10) está desenvolvendo o programa Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo, cuja finalidade é resgatar e preservar a sua rica história de crescimento e, assim, evitar que a memória se perca no tempo.[...] A coleção Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo: Grandes Nomes é uma das ações do programa e contempla a

<sup>531</sup> Na apresentação da obra, temos: "Hoje, você tem em suas mãos mais um fruto do nosso trabalho. Trata-se do primeiro volume da coleção, um conjunto de estudos sobre um importante período da história desenvolvimentista do nosso Estado. São trabalhos profundos, produzidos e publicados por pesquisadores e acadêmicos, sobretudo nas décadas de 1980-90, que serviram de referência para a construção do pensamento político e econômico acerca da modernização do nosso estado. Nosso objetivo ao reeditar este primeiro volume - obra de dois importantes economistas do nosso estado - é promover uma reflexão sobre o processo de industrialização do Espírito Santo, seus impactos e as oportunidades que surgiram a partir deste processo." THEODORO, Alexandre Nunes. Apresentação. In: ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. 2.ed. Vitória: ES em Ação, 2012. p. 21.; A divulgação do lançamento também expôs os propósitos e a perspectiva da reedição desta obra e da linha editorial das publicações de maneira geral: "O objetivo do Espírito Santo em Ação ao reeditar esse volume - a primeira edição foi lançada em 1991 - é promover uma reflexão sobre o processo de industrialização do Espírito Santo, seus impactos e as oportunidades que surgiram a partir deste processo. Esta edição, importante contribuição para os estudos da economia capixaba, contou com o apoio do Bandes e da Vale. O livro, com 173 páginas, narra o enorme abalo da economia capixaba, na década de sessenta, com a erradicação dos cafezais. O Estado tinha perdido grande parte de sua principal atividade econômica e não havia alternativa imediata para sua substituição. Foi este preocupante cenário que levou os empreendedores e as autoridades políticas capixabas a trilhar novos planos para o desenvolvimento do Estado, sendo a atividade industrial o foco principal. O coordenador do projeto e membro do Comitê Temático de Fortalecimento da Identidade e da Imagem do Estado, João Gualberto Vasconcellos, explica que a proposta da coleção "Economia e Política" é a edição ou reedição de importantes obras para a compreensão da história e realidade atual do Estado: "Uma das linhas editoriais é valorizar grupos de intelectuais que produziram, nos anos 80, trabalhos muito importantes. Entre os professores da UFES que constituíram a geração intelectual dessa época, certamente estão Haroldo Corrêa e Ângela Morandi. Trata-se de um trabalho de grande valor para a compreensão do que se passa hoje e um exemplar extraordinário da capacidade de se produzir intelectualmente". [...] A coleção "Espírito Santo: Economia e Política" visa reeditar obras e estudos, das décadas de 70 e 80, de pesquisadores que descrevem fatos econômicos e políticos do Estado. Disponível em: [http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/sala\\_de\\_imprensa/materia.php&cd\\_matia=3065](http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/sala_de_imprensa/materia.php&cd_matia=3065). Acesso: 12/04/2015.

<sup>532</sup>THEODORO, Alexandre Nunes. Apresentação. In: ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. 2.ed. Vitória: ES em Ação, 2012. p. 22.

publicação de uma série de livros que contam a história de grandes empreendedores que tiveram um papel relevante na construção e no desenvolvimento do Espírito Santo. Além disso, contempla a reedição de obras de autores capixabas que tenham explorado o mesmo tema.<sup>533</sup>

Assim, dentre as publicações, encontram-se as que abordam a trajetória de Christiano Dias Lopes Filho, elaborada por João Gualberto Moreira Vasconcellos, e as que trazem as experiências de Américo Buaiz e Moniz Freire, ambas escritas por Estilaque Ferreira dos Santos.<sup>534</sup> De modo geral, elas trazem as trajetórias de vida desses personagens históricos destacando suas atividades empreendedoras que são identificadas com a própria história do Espírito Santo. As realizações de empresários e governadores surgem como marcos históricos do Estado que nos remetem, inclusive, ao lugar ocupado pelos "condutores do progresso" nas narrativas da superação do atraso.

A primeira publicação, em 2010, apresenta a "memória do desenvolvimento" a partir de Christiano Dias Lopes Filho. Além de englobar os principais acontecimentos políticos que compuseram a carreira política do ex-governador, a narrativa ressalta seu legado na elaboração de um projeto de desenvolvimento<sup>535</sup> e criação das condições necessárias para que o Espírito Santo ingressasse em uma era de transformações via industrialização. O roteiro, portanto, constitui-se, principalmente, pelas mudanças administrativas e criação de órgãos necessários para viabilizar o desenvolvimento no Estado, junto com a luta por investimentos necessários

---

<sup>533</sup> ES em Ação. Memória do Desenvolvimento: Grandes Nomes. Disponível em: [http://www.es-acao.org.br/index.php?id=rede\\_de\\_desenvolvimento/responsabilidade\\_social/materia.php&cd\\_materia=2418](http://www.es-acao.org.br/index.php?id=rede_de_desenvolvimento/responsabilidade_social/materia.php&cd_materia=2418).

Acesso em: 08/05/2015.

<sup>534</sup> Até agora, tal coleção corresponde às seguintes obras: VASCONCELOS, João Gualberto (coord.). **Christiano Dias Lopes**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010. (Memórias do Desenvolvimento do Espírito Santo: Grandes Nomes); SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Américo Buaiz**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2011. (Memórias do Desenvolvimento do Espírito Santo: Grandes Nomes); SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. (Memórias do Desenvolvimento do Espírito Santo: Grandes Nomes). Para nossa análise, não vamos desenvolver uma abordagem em torno da obra sobre Américo Buaiz pois centramos naquelas que trazem a trajetória dos ex-governadores. No entanto, Estilaque dos Santos segue a mesma perspectiva das demais no propósito de ressaltar o legado desse personagem para a história do Espírito Santo. O autor realizou amplo trabalho de pesquisa e relacionou a experiência de Américo Buaiz tanto à chegada dos imigrantes libaneses ao Brasil como ao pensamento desenvolvimentista brasileiro.

<sup>535</sup> O autor reforça essa imagem: "O legado daquela administração dependeu da força e do caráter de seu líder. Um líder que não era de meias palavras, não se curvava a interesses privados, não negociava em questões que colocassem em xeque seus valores, crenças e objetivos. O desejo de desenvolver o Espírito Santo foi infinitamente maior que os interesses políticos do próprio Governador. Colocando o Estado acima de sua carreira, Christiano se consolidou como um verdadeiro líder, um estadista, afinal." VASCONCELOS, João Gualberto (coord.). **Christiano Dias Lopes**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010. p. 328.

para tal. A narrativa assume, inclusive, o próprio discurso político da época, tendo como fio condutor o sentido de superação do atraso estabelecido por suas ações.<sup>536</sup>

Tendo em vista o contexto de produção dessas narrativas, tão importante quanto as lembranças recuperadas na obra, evidenciamos como a narrativa é apropriada para ressignificar o discurso da superação do atraso na contemporaneidade. Estilaque Ferreira dos Santos, no prefácio da obra, resgata a busca da superação como ideal político do Espírito Santo, do qual Christiano Dias Lopes seria representante:

De forma muito inteligente e patriótica, ele percebeu que a política que estava sendo posta em prática pelos militares, que incluía a redução das desigualdades regionais, mas implicava também eficiência na alocação dos recursos produtivos, poderia favorecer o Espírito Santo, desde que este apresentasse projetos exequíveis e razoáveis de desenvolvimento econômico e foi isso o que ele procurou fazer. Ou seja, ele percebeu que a situação exigia uma requalificação da gestão política e administrativa do estado, adequando-a às novas funções que aquele quadro impunha. Era uma 'janela de oportunidade', como se diz hoje, que o estado não poderia perder, mas que era preciso lutar e qualificar-se para que ela fosse bem aproveitada. E foi isso o que ele e sua equipe procuraram fazer, iniciando assim a realização de um sonho que vinha desde os primórdios da república com Moniz e Jerônimo, passando por Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg e muitos outros: o da equiparação do Espírito Santo aos estados mais desenvolvidos da federação brasileira.<sup>537</sup>

Estilaque dos Santos reitera os lugares desses personagens, tal como Christiano Dias Lopes Filho, em função do ideal de superação. Tal perspectiva é também apresentada por Paulo Hartung na apresentação da obra:

[...] À frente do governo, promoveu uma drástica modernização da máquina administrativa. Num momento de crise da economia capixaba, soube agir para viabilizar o segundo ciclo da história econômica do Espírito Santo. [...] O ideal de superação da subalterna condição político-econômica do Estado, assim como das precárias condições de vida de nosso povo, mobilizou Christiano ao longo de sua vida, levando-o ao Palácio Anchieta no período de 1967 a 1971. [...] Christiano fez importantes movimentos no processo de superação desses desafios. No tocante à administração estadual, o ex-governador promoveu a modernização das estruturas governativas, com extinção de diversos órgãos, criação de departamentos, empresas públicas, autarquias e serviços que dessem maior capacidade de ação do governo.<sup>538</sup>

Hartung reforça a questão dos desafios do Espírito Santo como característica de uma "história de superação, em várias frentes e em condições e tempos desafiantes."<sup>539</sup> Aqui, novamente,

<sup>536</sup> Ver capítulos IV, V, VI e VII. VASCONCELOS, João Gualberto (coord.). **Christiano Dias Lopes**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010. p. 107-299.

<sup>537</sup> SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Prefácio. In: VASCONCELOS, João Gualberto (coord.). **Christiano Dias Lopes**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010. p. 19.

<sup>538</sup> HARTUNG, Paulo. Apresentação. In: VASCONCELOS, João Gualberto (coord.). **Christiano Dias Lopes**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010. p. 9.

<sup>539</sup> Ibid., p. 10.

estamos diante da recuperação de uma noção que orienta o discurso político local. E, ainda mais, reveladora de seu uso político. No "Prólogo" da obra, Idalberto Luiz Moro, estabelece a seguinte relação:

[A obra] ganha importância porque retrata a história e as decisões de homens públicos que foram fundamentais e interferiram na história de cada um de nós.[...] O momento político no qual Dr. Christiano Dias Lopes foi Governador do Estado permitiu que sua capacidade política e administrativa fosse colocada à prova. Ele conduziu com rara habilidade as delicadas relações institucionais internas. Assim também o fez entre o Estado e a União. O Espírito Santo, acanhado na região sudeste, precisava de projetos que fortalecessem a sua economia. [...] A exemplo da gestão inovadora do Governo Paulo Hartung, que implementou o Programa de Competitividade - Compet, que beneficiou o Estado e, especificamente, o segmento atacadista e distribuidor, Dr. Christiano planejou e concretizou importantes estruturas como Fundap, o Bandes e o Geres, que até hoje são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo. prova inequívoca da competência de um estadista ímpar.<sup>540</sup>

Podemos observar como a "memória do desenvolvimento" torna-se legitimadora de determinados grupos e projetos políticos. No contexto de possibilidades acerca do desenvolvimento econômico na primeira década do século XXI, as biografias definiram um valor histórico a esses personagens atribuindo-lhes um sentido de superação e um legado para o presente e seus horizontes de expectativas. É com essa orientação que se apresenta a obra "Muniz Freire"<sup>541</sup>, de Estilaque Ferreira dos Santos. Ela é uma biografia que apresenta uma relação direta com a história das ideias políticas. O autor realiza um trabalho de pesquisa amplo e analisa a atuação política de Moniz Freire a partir da história do pensamento político, em especial, a história do pensamento republicano no Brasil.<sup>542</sup> Nesse sentido, Moniz Freire, tendo sua formação político-intelectual fundamentada na tradição política familiar, a do "partido capixaba"<sup>543</sup> e pelo positivismo do século XIX, é interpretado pelo autor como representante da

<sup>540</sup> MORO, Idalberto Luiz. Prólogo. In: VASCONCELOS, João Gualberto (coord.). **Christiano Dias Lopes**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010. p. 11.

<sup>541</sup> SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. O autor deu preferência, no transcorrer de seu texto, em denominá-lo de "Muniz Freire". Em nosso texto, mantivemos a grafia "Moniz Freire" e nas transcrições da obra respeitamos a do autor.

<sup>542</sup> Sobre sua pesquisa, o autor argumenta: "A história econômica, social, política e cultural do Espírito Santo nos séculos XVIII e XIX ainda é bastante desconhecida. Suas fontes documentais são muito escassas, e mais pobre ainda é a historiografia desse período. Via de regra, a história desses dois séculos nos é apresentada de uma maneira muito episódica e descontínua, sob a forma de uma extensa lista de funcionários políticos e militares nomeados pelo Governo metropolitano e, depois pelo Governo central, que teriam governado a antiga capitania sem muita inspiração. A partir do que nos fornece a historiografia, temos uma noção muito vaga do que teria sido a sua estruturação social, se é que havia alguma, e igualmente deficientes são as informações de que dispomos no que diz respeito à sua evolução política e cultural." SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p. 24.

<sup>543</sup> A origem do jornal O Marimbondo, em 1860, marcou o surgimento de uma ideia que se desenvolveria no ES: a de um "partido capixaba" voltado para atender aos interesses de uma elite política local no contexto do sistema político caracterizado pela bipolaridade e revezamento do partido conservador e liberal no poder. Ibid., p. 113-115. Estilaque estabelece essa relação: "Essa era uma aspiração defendida pelo antigo 'partido capixaba', desde meados do século XIX, ainda no Império, quando seus parentes, inclusive seu próprio pai, que era natural da Bahia,

gênese do pensamento e manifestação do republicanismo, e sua especificidade, no Espírito Santo.

A narrativa reconhece a atuação política de Moniz Freire como origem da manifestação do discurso político reivindicativo tendo em vista a condição de marginalização do Estado no cenário nacional. A obra não só vincula-se à proposta da "memória do desenvolvimento" como também está inserida em seu tempo. O contexto de crescimento econômico, as expectativas acerca do desenvolvimento local e a questão do lugar ocupado pelo Espírito Santo orientam a interpretação do passado, no caso, o contexto de atuação política de Moniz Freire. Ele é interpretado como marco de superação de um atraso. As referências relacionam a atualidade do Espírito Santo, do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento", com o projeto de Moniz Freire. Segundo o próprio autor:

[...] antecipando-se premonitoriamente à atual onda globalizante, eles se sentem integrados nessa realidade universal, e, embora reconheçam e busquem as marcas da identidade regional, e daí o seu capixabismo (o capixabismo modernizado do partido capixaba), o que eles queriam de fato era colocar sua província no *nível do século*, aprofundando sua integração nessa realidade. O que eles queriam era, como disse Muniz Freire na epígrafe inicial deste livro 'Aproveitar as grandes forças brutas desta natureza que ainda não teve lapidários, transformar esse bloco rude em um ideal grandioso - é o que incumbe às correntes diretoras da opinião e dos governos, pondo em ação todos os elementos que dormem no fundo escuro do incerto e do desconhecido.' Nesse sentido, destaca-se o caráter francamente prospectivo de seu pensamento, mas sem utopismos desvinculados da realidade em que viviam, uma vez que para eles sua terra valia não pelo que ela era naquele momento, mas pelo que ela haveria de ser no futuro, e daí o seu forte apelo aos homens de sua geração para ações transformadoras, ações que apressassem e viabilizassem as potencialidades de sua província.<sup>544</sup>

---

se empenharam na luta em defesa do partido que reivindicava justamente que os próprios capixabas ocupassem os cargos eletivos a que tinham direito no plano federal." Ibid., p. 529.

<sup>544</sup>SANTOS, Estilque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p.543. Maurício José da Silva apresenta assim a obra: "O autor nos coloca em contato com fatos que definiram, de maneira fundante, o modo como nós capixabas passamos a nos posicionar em relação ao restante do país, ou seja, trata-se de uma obra importante para compreendermos o processo de construção da nossa identidade. Personagem de grande importância para os rumos do desenvolvimento capixaba, Muniz Freire tem expressa na sua biografia a clara consciência do protagonismo histórico. Um líder e político visionário, esse ilustre personagem da história capixaba foi o mentor de um projeto de Espírito Santo moderno, forte e em conexão com os outros estados brasileiros e com o mundo. SILVA, Maurício José da. Palavras do Secretário de Cultura. In: SANTOS, Estilque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p.11. Carlos Teixeira de Campos Júnior também se refere às questões contemporâneas que envolvem o Espírito Santo e sua economia globalizada: "Todas essas percepções deslocam a visão sobre o passado, tornando Muniz Freire como marco: o grau de abertura para o mundo que a economia capixaba apresenta, uma das mais abertas - quem sabe a mais aberta - entre as economias das unidades da federação, o caráter mercantil-exportador de importante fração da elite local concentrada em Vitória e os traços do urbanismo de sua capital, Vitória, com forte identificação positivista, são manifestações, na atualidade, de um projeto político construído para o desenvolvimento do Espírito Santo ainda no século XIX. Nas bases da concepção e implementação desse projeto está envolvida a figura de Muniz Freire [...]" CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. Apresentação. In: SANTOS, Estilque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p.19.

Moniz Freire é identificado como marco de origem de uma definição do lugar que caberia ao Estado, como momento gerador de um projeto de Espírito Santo moderno, como gênese do que se definiu na contemporaneidade. A visão atual acerca do Espírito Santo, de seu lugar numa economia globalizada, é projetada na interpretação acerca de seu passado, o que permitiu avaliar o governante por sua importância para o devir do Espírito Santo e sua trajetória de superação do atraso. A perspectiva de interpretação do passado é a do Espírito Santo do século XXI e a definição desse governante como marco histórico fundamenta-se na lógica atraso *versus* progresso.<sup>545</sup>

A "Era Muniz Freire" é analisada a partir das referências do discurso político contemporâneo. Por exemplo, o autor interpreta os discursos de Muniz Freire a partir da preocupação com o lugar e a construção de uma determinada imagem de Espírito Santo. Sob essa perspectiva, Estilaque argumenta que o que orientava o projeto político e de desenvolvimento daquele governante era "responder efetivamente aos grandes desafios que estavam na agenda do país, e dentro dela a conquista de um espaço para seu Estado que fosse capaz de viabilizar o seu potencial." <sup>546</sup> Observa uma atuação política "pautada pela defesa articulada do que se entendia como sendo os interesses fundamentais do Espírito Santo."<sup>547</sup> Um projeto de Espírito Santo que, "com base em noções como as de competência, progresso e austeridade, pretendia impulsionar o Estado a um novo patamar de desenvolvimento, inédito em toda a sua história."<sup>548</sup>

É nesse sentido de superação de uma condição que emerge a figura de Moniz Freire e, sobretudo, a questão central era o lugar ocupado pelo Espírito Santo:

Sua ideia mais geral era a de que era preciso urgentemente melhorar a reputação do Espírito Santo, promovendo de forma sistemática a elevação do Espírito Santo no ranking dos Estados brasileiros e buscando para isso o aproveitamento de todas as suas potencialidades. [...] Para ele, o Espírito Santo com seus cerca de 200 mil habitantes não era um Estado pobre, mas o conceito e a reputação que se tinham dele no plano nacional o desmereciam, prejudicando-o enormemente. Ele percebia que o Espírito Santo era habitado por um povo laborioso e possuía elementos inesgotáveis de riqueza, ocupando o 8º ou 9º lugar no país em rendas públicas, mas, apesar disso,

---

<sup>545</sup> Segundo Estilaque, a origem de um projeto de desenvolvimento vinculou-se à preocupação de superação do atraso colonial: "Quando jovens advogados como Afonso Cláudio e Muniz Freire iniciaram sua trajetória política na década de 80 do século XIX, o Espírito Santo era uma formação social onde sobressaíam ainda os vestígios do mesmo desalento que teria vigorado na época colonial. Capitania 'esquecida' e marginalizada na era colonial, relativamente isolada das correntes comerciais externas que poderiam dinamizar sua economia, em virtude da timidez de sua produção voltada para o mercado, o Espírito Santo acabou submergindo, praticamente, em formas econômicas de subsistência absolutamente incapazes de gerar um desenvolvimento consistente." SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p.144.

<sup>546</sup> Ibid., p. 224.

<sup>547</sup> Ibid., p. 254.

<sup>548</sup> Ibid., p. 229.

aos olhos da federação brasileira, ele ocupava o status de um Estado de 4ª classe e que: talhado para viver grande e próspero entre os primeiros, nós vegetamos servilmente entre os últimos, ao menos no conceito geral da nação.<sup>549</sup>

A preocupação era a de que "o Estado aparecia como uma região deficitária dependente de transferências unilaterais e sem contrapartida da União."<sup>550</sup> O autor, portanto, destacou justamente os elementos constitutivos de uma posição política contestatória do status do Espírito Santo e seu caráter reivindicativo de um "novo lugar" a ser ocupado pelo Estado.<sup>551</sup> A mudança de patamar era, segundo o autor, reconhecida pelo discurso político local.<sup>552</sup> Muniz Freire é interpretado não só como marco de desenvolvimento do Espírito Santo, mas como pioneiro na construção de uma imagem de superação do atraso:

E quando se contrastavam esses resultados com o que se teve no passado mais remoto era quase impossível não se desenvolver, naquele contexto, uma sensação de euforia que embalou os sonhos de Muniz Freire, de seus apoiadores e da própria sociedade capixaba.

Na verdadeira euforia que se estava vivendo projetou-se uma imagem do passado mais remoto do Estado extremamente negativa, onde quase tudo estava ainda por ser feito, e chegou-se à conclusão de que o Espírito Santo era reputado uma das províncias mais atrasadas e das menos importantes do Brasil, até o advento da República.<sup>553</sup>

Percebemos, assim, a noção de exemplaridade de Muniz Freire e sua correspondência com a forma como se construiu a imagem de um "Novo Espírito Santo" no discurso político contemporâneo:

Pela própria descrição feita por Muniz Freire da visita do governante mineiro a Vitória pode-se imaginar a grande repercussão que ela teve, não só no Estado. Ela projetou nos habitantes do Estado a imagem de um governante ativo, empreendedor, profundamente patriótico e com iniciativa. Graças a essa ação difundiu-se concretamente no Espírito Santo, pela primeira vez, a imagem de que o Estado estava começando a viver efetivamente um tempo novo, de grandes realizações, um tempo que seria um marco de sua história. A ligação ferroviária do Estado com Minas gerais simbolizava o progresso, a modernização e a atualização do Espírito Santo no plano

<sup>549</sup> SANTOS, Estilique Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p. 295.

<sup>550</sup> Ibid., p. 295.

<sup>551</sup> Em relação à contemporaneidade do Espírito Santo, observamos que essa interpretação se vincula à reivindicação de um reconhecimento necessário do Estado no cenário nacional e recorrente, não só no discurso político, mas também no intelectual, como já observamos no capítulo I com Roberto Simões e neste mesmo capítulo IV com Gabriel Bittencourt. SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002. p. 243; BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 501.

<sup>552</sup> "Muniz Freire também estava certo de que tinha contribuído enormemente para a elevação da reputação do seu Estado, antes tão espezinhado pela opinião nacional. De acordo com ele: 'Éramos considerados um Estado de quarta ordem, apontado nas estatísticas oficiais, e na opinião pública generalizada de todos os homens públicos eminentes, como um dos que mal suportariam sem auxílio central a nova vida federativa: hoje somos invocados como um dos testemunhos das excelências do regime, como um argumento pela República, como um exemplo de esforço e de trabalho, e o nome do Espírito Santo fulgura na primeira página entre os Estados do Brasil fadados a mais altos destinos'." SANTOS, op. cit., p. 358.

<sup>553</sup> SANTOS, op. cit., p. 309.

nacional: ela dava aos seus habitantes a sensação auspiciosa de que finalmente sua terra iria entrar em compasso com os estados mais desenvolvidos da federação.<sup>554</sup>

A experiência histórica de Moniz Freire é interpretada a partir dos horizontes de expectativas relacionados ao Espírito Santo, no presente e no passado. Por um lado, o autor tem o mérito de evidenciar dois aspectos históricos importantes: a origem de um discurso propriamente capixaba, voltado para a reivindicação dos interesses locais, e o de demonstrar que a experiência do passado local colabora com a compreensão das questões que envolvem os horizontes e expectativas do Espírito Santo na atualidade. Por outro lado, a obra se insere no contexto de produção de um conjunto de produções que reforçam e reiteram um determinado discurso político contemporâneo que se apropria da representação de um passado sob a perspectiva da superação do atraso para legitimar posições e projetos de poder. A imagem de Moniz Freire também permitiu esse uso político do passado. Vejamos, por exemplo, a definição de Estilaque em relação a esse ex-governante do Estado:

Muniz Freire construiu uma carreira política verdadeiramente excepcional, projetando-se como uma das lideranças políticas mais proeminentes de toda a história política do Espírito Santo. Ele pode ser considerado, sem sombra de dúvida, do nosso ponto de vista, um dos personagens mais significativos da vida política e intelectual de um período marcante da história do Espírito Santo, o período em que ele abandona a herda "sonolência" herdada da era colonial, e, talvez, de toda sua história.<sup>555</sup>

Podemos observar como Paulo Hartung, no prefácio dessa obra, apropria-se da narrativa. Primeiramente, exalta Moniz Freire como marco histórico de superação e definição de um Espírito Santo moderno:

O Espírito Santo encontrou-se com o Brasil e o Brasil descobriu o Espírito Santo pelas estradas de ferro. Destacado como barreira verde para proteger as Minas Gerais, o nosso Estado atravessou quatro séculos de história brasileira como terra indepassável, intransponível.

Quase 440 anos depois de Vasco Fernandes Coutinho fundar o Espírito Santo, coube a Muniz Freire estabelecer a integração capixaba ao território nacional. Saímos do litoral rumo ao interior, entramos no trilho da história e da economia brasileira pelo caminho das ferrovias. O presidente Muniz Freire, em dois mandatos, de 1892 a 1896 e de 1900 a 1904, consolidou a ligação do Espírito Santo com o Rio de Janeiro e com Minas Gerais. [...]

Mas essa estrada foi ainda mais longe. Pelas cargas que movimenta e pelo vulto dos negócios em que está envolvida, a Estrada de Ferro Vitória a Minas faz parte, hoje, do caminho estratégico de negócios que nos une ao planeta. A estrada que iniciou o encontro efetivo do nosso Estado com o nosso País compõe a rota entre o Espírito Santo e o mundo.<sup>556</sup>

<sup>554</sup> SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p. 319.

<sup>555</sup> Ibid., p. 23.

<sup>556</sup> HARTUNG, Paulo. Prefácio. In: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p 16-17.



Complementando, ressalta a exemplaridade de Moniz Freire e define seu governo (2003) como marco histórico para a trajetória do Espírito Santo, a partir da similaridade encontrada no passado:

Muniz Freire projetou um Espírito Santo forte, autônomo, coeso e articulado em busca de uma presença marcante no cenário nacional e pautado pelo desenvolvimento. Vislumbrou, planejou e chegou a iniciar alguns de seus projetos, mas, certamente, sua maior obra terá sido a construção das bases do Espírito Santo moderno, institucional, política e economicamente falando.[...] Ao jogar luz sobre a caminhada de um visionário, relata uma história que, com a nova fronteira histórica capixaba alcançada a partir de 2003, pode e deve inspirar as atuais e futuras gerações rumo a um Espírito Santo sustentável, com oportunidade para todos.<sup>557</sup>

Hartung recorre, inclusive, às referências utilizadas por Estilaque para caracterizar a atuação política de Moniz Freire, para estabelecer a correspondência entre seus governos para a história local. Evidencia, assim, como o uso do passado é elemento importante do discurso político.

Complementando esse cenário, identificamos a obra escrita por Amylton de Almeida em fins da década de 1980, lançada em 2010 pelo Governo do Estado. Não está inserida na coleção acima, porém, corresponde ao significado dessas produções contemporâneas. A biografia de Carlos Lindenberg, além de trazer aspectos particulares de sua vida, ressalta seu caráter de homem público. Abrangendo desde sua atuação ainda durante o governo de Vargas, a obra destaca, sobretudo, sua importância para a vida política e para o desenvolvimento do Espírito Santo durante os seus dois mandatos à frente do governo do Estado. No que tange sua ação política, é ressaltada sua habilidade administrativa e financeira na condução do governo, aparecendo como representante de uma classe política rural, mas voltada para o desenvolvimento do Espírito Santo, ficando em evidência sua administração entre 1959 e 1962 quando viabilizou o acordo sobre o Porto de Tubarão e a Vale do Rio Doce.<sup>558</sup>

Vista nesse campo de representações acerca de uma memória do desenvolvimento, a obra é apropriada no sentido de evidenciar a importância de sua figura para a trajetória do Espírito Santo, principalmente pelos responsáveis por sua publicação e apresentação.<sup>559</sup> Na leitura

<sup>557</sup> HARTUNG, Paulo. Prefácio. In: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. p 16-17.

<sup>558</sup> ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um Estadista e seu tempo. Vitória: APEES, 2010. p. 333-453.

<sup>559</sup> O governador à época, Paulo Hartung, definiu a obra como "ímpar oportunidade de conhecer um pouco mais da nossa história por meio da trajetória de um dos nossos mais laboriosos homens públicos", e assim apresentou Carlos Lindenberg: " Este livro tem como protagonista um dos mais destacados personagens da história capixaba do século XX. Integrante de uma família que deu ao Espírito Santo dois presidentes de estado, Jerônimo de Souza Monteiro (1908-12) e Bernardino de Souza Monteiro (1916-20), Carlos Fernando Monteiro Lindenberg foi secretário de Estado da Fazenda e da Agricultura, deputado federal constituinte por duas vezes, em 1934-35 e em 1946-47, governador por dois mandatos, de 1947 a 1951 e de 1959 a 1962, e também senador da República em

realizada por Estilaque Ferreira dos Santos sobre a relevância da atuação de Carlos Lindenberg, encontramos um lugar reservado a ele a partir de um perfil político marcado por qualidades necessárias para a condução do Espírito Santo.<sup>560</sup> O que o insere, segundo Estilaque, em um roteiro da história do Espírito Santo orientado pela ação de determinados governantes que conduziram a trajetória do Estado:

A historiografia capixaba tem destacado com alguma frequência, por exemplo, a obra meritória de um Francisco Alberto Rubim (1812-19) que, já no final da era colonial, abriu a estrada para Minas Gerais, até então quase completamente isolada do Espírito Santo, estimulou a implantação da cafeicultura e introduziu os primeiros imigrantes açorianos nas proximidades da capital. Mesmo na era imperial, entre aqueles quase sempre efêmeros presidentes de província que para cá vinham nomeados apenas para controlar e manipular as eleições, destaca-se, por exemplo, a figura de um Luís Pedreira do Couto Ferraz, que, apoiado pela Assembleia Provincial, soube divisar na imigração estrangeira uma das possíveis alavancas para o nosso povoamento e desenvolvimento econômico e social; foi graças à sua atuação que se implantou o núcleo pioneiro de Santa Isabel (no atual município de Domingos Martins) em 1847. Ele também se interessou, quando já ocupava o importante Ministério dos Negócios do Império, pela criação do núcleo de Santa Leopoldina em 1857.

Com a República, proclamada em 1889, os próprios capixabas tiveram que enfrentar o desafio de governar eles mesmos a sua terra e dar a ela um rumo que expressasse de alguma forma os antigos e persistentes anseios de desenvolvimento que vinham de sua relativamente pequena população.

Afonso Cláudio, o primeiro desses governantes, além de ter liderado a campanha pelo republicanismo e pela melhoria de nossos costumes políticos, no curto período em que governou o estado (1889-90) notabilizou-se por sua honestidade, por sua inteligência e pelo interesse em expandir a educação elementar. Mas foi com o hábil Muniz Freire, eleito governador em dois mandatos (1892-96 e 1900-04), que se consolidou definitivamente um projeto político e social abrangente para o Espírito Santo, baseado na afirmação da centralidade da cidade e do porto de Vitória, na abertura de estradas de ferro para o interior e para Minas Gerais, no desenvolvimento

---

duas ocasiões, de 1951 a 1958 e de 1966 a 1974, ano em que encerrou formalmente sua longa e proveitosa carreira política." HARTUNG, Paulo. Apresentação. In: ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: um Estadista e seu tempo**. Vitória: APEES, 2010. p. 11. Fernando Achiamé evidencia o lugar por ele ocupado na história do Espírito Santo: "O presente estudo possui outros méritos: por um lado, humanizar um 'monstro sagrado', um mito da política espiritossantense, apresentando o lado prosaico, comum da sua vida. Por outro, permite que as pessoas desinformadas – conhecedoras de Carlos Lindenberg por ouvirem falar, ou por seu nome designar uma grande avenida em Vila Velha, um município pequeno do estado, a nova ponte em Vitória – fiquem sabendo os motivos de ser ele considerado um estadista espiritossantense. [...] Quer se goste da figura política de Carlos Lindenberg, quer se tenha alguma restrição às suas ações, um aspecto não pode ser ignorado: sua presença ficará nos registros da vida capixaba de forma imorredoura. Assim, não se poderá escrever a história espiritossantense de boa parte do século XX sem se fazer um balanço dos prós e contras que representou nos nossos destinos essa liderança ímpar." ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. Atualidade de Carlos Lindenberg. In: ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: um Estadista e seu tempo**. Vitória: APEES, 2010. p. 43. Estilaque Ferreira dos Santos qualifica o perfil político do ex-governador: "[...] terá inúmeras oportunidades de acompanhar a lenta formação em Lindenberg das qualidades apontadas por Weber como necessárias à constituição de um verdadeiro chefe político, como ele foi: em primeiro lugar a paixão pela política, que ele demonstrou desde muito cedo; em seguida, o sentimento de responsabilidade, que demonstrou ter não apenas no governo de seu estado mas em todas as funções que exerceu, especialmente quando lhe competia tomar as decisões mais difíceis, mas necessárias; e por fim o senso de proporção, que ele demonstrou sobejamente ao pautar sempre sua atuação pela busca de um equilíbrio entre opções aparentemente antagônicas, e que certamente explica sua opção pela industrialização sem perder de vista a agricultura." SANTOS, Estilaque Ferreira dos. A dimensão histórica de Carlos Lindenberg. In: ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: um Estadista e seu tempo**. Vitória: APEES, 2010. p. 21.

<sup>560</sup> SANTOS, Estilaque Ferreira dos. A dimensão histórica de Carlos Lindenberg. In: ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: um Estadista e seu tempo**. Vitória: APEES, 2010. p. 15.

da cafeicultura, da imigração e da pequena propriedade. Um projeto que teve sequência com a operosidade de um Jerônimo Monteiro (1908-12) – tio e grande referência política e pessoal do próprio Carlos Lindenberg –, que “modernizou” Vitória, implantando a iluminação e os bondes elétricos, concluiu o parque Moscoso e chegou a imaginar a possibilidade da implantação de indústrias no estado; e de um Florentino Avidos (1924-28), construtor das “Cinco Pontes” e da ponte de Colatina, que incrementaram o desenvolvimento de suas respectivas cidades. E, já no fim da chamada Era Vargas, foi muito marcante também a administração do mateense Jones dos Santos Neves (1943-45 e 1951-54), o qual, em meio ao possível esgotamento da cafeicultura estadual, elaborou um Plano de Valorização Econômica do Estado que implicava a eletrificação rural, a diversificação da agricultura e a implantação de indústrias.

É claro que essa “lista” não está ainda completa, pois outros nomes, principalmente mais recentes, devem nela ser acrescentados. Entretanto, parece-nos fora de dúvida que, na galeria de governantes respeitáveis, que são ainda hoje o pilar em que se pode assentar a negação daquela cultura cética que apenas vê nos políticos e na política um estorvo, e cuja memória é imprescindível para a reabilitação e consolidação necessária do ideal democrático entre nós, certamente deve figurar com destaque o nome do ex-governador Carlos Lindenberg (1947-51 e 1959-62).<sup>561</sup>

E, na “Mensagem do Instituto Sincades”, também apresentando a obra, o uso dessa memória acerca dos governantes do Espírito Santo é direcionada em função de legitimar o lugar de Paulo Hartung nessa história dos responsáveis pela condução do Estado:

Disseminar a exemplar contribuição de Carlos Lindenberg como estadista é necessário. Ele liderou o estado do Espírito Santo em momentos de crise no estado e no país, e conseguiu – característica que o distingue – aglutinar forças políticas e empresariais que deram sustentação à construção de sólidos valores e de uma identidade capixaba, calcada no desenvolvimento socioeconômico, na ética e na melhoria da qualidade de vida. Esta é a mesma característica que marca a liderança do governador Paulo Hartung. Não por acaso, ele foi o principal entusiasta para a publicação desta obra, escrita pelo saudoso jornalista Amylton de Almeida. Tão importante quanto oferecer subsídios preciosos para a história capixaba, ela reaviva a nossa memória para homenagearmos quem muito se empenhou, com seu exemplo, para o nosso desenvolvimento.<sup>562</sup>

O legado dos responsáveis pelo desenvolvimento na história do Espírito Santo é vinculado a um novo marco histórico nesse roteiro, instituindo o governo Paulo Hartung. Observamos, portanto, a configuração de uma dada memória, a do desenvolvimento, construída e reforçada por meio de lembranças que ganharam uma significação no contexto da primeira década do século XXI. O resgate desse passado ao mesmo tempo que correspondeu às expectativas de crescimento econômico que caracterizaram o Estado no período, possibilitou a construção do legado do desenvolvimento e seus condutores o que, por sua vez, permitiu uma apropriação

<sup>561</sup> SANTOS, Estilque Ferreira dos. A dimensão histórica de Carlos Lindenberg. In: ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um Estadista e seu tempo. Vitória: APEES, 2010.p.17.

<sup>562</sup> MORO, Idalberto Luiz. Mensagem do Instituto Sincades. In: ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um Estadista e seu tempo. Vitória: APEES, 2010. p. 13.

direcionada para legitimar o discurso da superação característico da imagem do "Novo Espírito Santo".

O uso do passado foi recorrente no governo Paulo Hartung. Além dessas obras acima, diferentes narrativas foram resgatadas pelo próprio governo estadual afim de consolidar o discurso da superação. O próprio livro de Amylton de Almeida faz parte da Coleção Canaã.<sup>563</sup> Durante sua gestão, na primeira década desse século, as publicações da Coleção foram apresentadas pelo próprio governador. Com isso, ficou evidente a forma como um determinado passado foi apropriado na formação e no reforço do discurso político da superação. Encontramos como uma das publicações a reedição da obra de José Teixeira de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo*. Se esta, na década de 1970, participou da construção de um roteiro histórico da superação do atraso, sua terceira edição foi direcionada em função de um horizonte de expectativas elaborado no início do novo século:

Além de tratar-se de um clássico, o que por si só já seria motivo maior para este lançamento, fixa-se aqui uma outra razão ao empreendimento desta terceira edição. A consciência de nossa caminhada de quase cinco séculos de colonização multicultural enriquece a identidade capixaba. O exercício de nossa memória só tem a nos fortalecer no início de uma nova era histórica em que muitos desafios e oportunidades se colocam no presente e no horizonte próximo. [...] Motiva-nos de modo especial a constituição de bases sólidas para o exercício de nossa memória neste momento em que o Espírito Santo avança em seu terceiro ciclo histórico, com uma prática político-administrativa renovada pela devoção incondicional à ética republicana e com um paradigma econômico transformado pelo petróleo e gás e pela ampliação do agronegócio e da indústria exportadora.<sup>564</sup>

A obra torna-se, em um novo contexto, portadora de uma narrativa histórica de superação do atraso que justifica a definição de um "Novo Espírito Santo." Ao analisarmos as intervenções de Paulo Hartung nas apresentações dessas obras, identificamos o propósito do resgate e o sentido atribuído ao passado:

Nesse sentido, a partir de 2003, além de nos dedicarmos a uma obra de desafios gigantescos acerca da reconstrução político-institucional do presente, seja em função do descalabro que herdamos, seja em busca de um futuro com qualidade de vida, sustentabilidade e oportunidades compartilhadas, investimos no processo de compreensão de quase 500 anos de história de colonização das terras capixabas. Um dos instrumentos mais importantes nesse empreendimento são os livros, os registros das questões e do desenrolar dos fatos socioeconômicos, políticos e culturais dos diferentes tempos que as sucessivas gerações de capixabas constituíram nesta porção do Brasil. [...] Além de incentivarmos a produção contemporânea de estudos

<sup>563</sup> Trata-se de uma coleção organizada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo no qual encontramos um conjunto de publicações de documentos históricos e narrativas históricas que compõem a memória do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/publicacoes.htm>.

<sup>564</sup> HARTUNG, Paulo. *História do Estado do Espírito Santo: um clássico*. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Secretaria do Estado da Cultura, 2008. p. XIX.

sobre a vida espiritossantense, investimos fortemente na reedição de obras fundamentais da história capixaba. Podemos citar, entre peças raras, *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, de Levy Rocha, e *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira. [...] Esta é mais uma importante conquista para compreendermos como chegamos até aqui e para refletirmos como queremos caminhar em direção aos dias que virão. [...] E o nosso presente, pelo menos desde 2003, contempla e busca, nas lições e marcas da história, referências para a construção de um novo Espírito Santo.<sup>565</sup>

O uso do passado, portanto, surge como instrumento para caracterizar o presente, em especial o governo Hartung, como marco histórico da trajetória do Espírito Santo, colaborando com a instituição do sentido de superação e legitimando seu projeto de poder. Ao resgatar o passado como exemplo, como modelo, o sentido da superação foi reiterado de acordo com a temática publicada pela coleção. Por exemplo, nas obras *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça (1860)* e *Colônias imperiais na terra do café : camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo (1874-1900)*, a noção de superação ganhou o significado de identidade histórica local, no qual o passado surgia como exemplo, lição a ser seguida no contexto atual. Sobre os imigrantes italianos:

Felizmente, o povo que teve coragem para seguir a esperança, tendo mais uma vez refeito seus horizontes, acabou ajudando a construir o Brasil moderno. Em nosso caso, ajudou mesmo a instituir as bases do Espírito Santo que hoje vivemos, visto que até o século XIX éramos pouco mais que uma lacuna na geopolítica nacional. [...] Neste momento em que o Espírito Santo trabalha, árdua e coletivamente, para estabelecer uma nova era de sua história contemporânea, inaugurando uma fase de austeridade e honradez político-administrativa, prosperidade coletiva e justiça social, não deixa de ser importante lembrarmos que já fomos vitoriosos, que somos capazes de vencer a adversidade – processo em que este livro pode ser valioso. [...] Ademais, a consciência dos desafios e sacrifícios do passado nos faz mais comprometidos com o presente e o futuro, pois, de outro modo, teriam sido em vão os dias vividos. Em honra de quem aqui investiu sua existência em busca de uma vida renovada, e contribuiu para viabilizar um novo Espírito Santo, devemos nos manter firmes e comprometidos com um Espírito Santo renovado hoje e no futuro, distante do passado recente, tão indigno do tributo que recebemos de nossos precursores.<sup>566</sup>

A saga italiana aparece, assim, como modelo de ação. Já a obra de Tschudi, considerada como representante de uma visão negativa acerca do futuro das colônias de imigrantes no Espírito Santo, aparece como exemplo de superação dos obstáculos:

Mas se as previsões não se concretizaram, então por que, depois de mais de um século, editar um livro no qual elas têm espaço de destaque? [...] Fato relevante, pois, do passado, mais que lembrança, devemos apreender ensinamentos. A recordação da ultrapassagem de obstáculos nos é valiosa, fortalece-nos. Tomar consciência de nossa

<sup>565</sup>HARTUNG, Paulo. Apresentação. In: DAEMON, Basílio. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; APEES, 2010. p. 9-10.

<sup>566</sup>HARTUNG, Paulo: *A Mèrica era o Espírito Santo* GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (Vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900**. Vitória: APEES, 2008. p. 10-11.

capacidade de superar adversidades, saber que já vencemos e que, portanto, somos capazes de vencer novamente, é fundamental num momento em que estamos, todos nós – poderes públicos, sociedade civil organizada e cidadãos –, diante de um dos maiores desafios de nossa história: a reconstrução das instituições públicas capixabas como fator essencial ao alcance de uma realidade com ampliado e sustentado desenvolvimento socioeconômico e igualdade de oportunidades.

Saber dos sacrifícios da caminhada faz-nos mais comprometidos com o presente e o futuro, afinal, somos os herdeiros não apenas das conquistas de nossos antepassados, mas também eternos portadores e guardiões de suas lutas, vitórias e perdas.[...]

O ímpeto, a força, a coragem, o olhar para além do presente muitas vezes indigno e desalentador, a capacidade de soerguimento, a vocação e o dom de sonhar e realizar, como bem mostra este livro, são mais que características dos capixabas de hoje, são marcas ancestrais que compõem a identidade capixaba.<sup>567</sup>

A superação como identidade histórica local é apresentada a partir da apropriação do passado, como característica também do governo Hartung, legitimando-se como marco histórico, identificado com o passado local de enfrentamento das adversidades. A noção de superação apareceu, ainda, na apresentação da obra *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, de Levy Rocha.

Sobre a obra:

[...] sem dúvida alguma, de fundamental memória para todos nós. Fundamental porque, ao permitir paralelos históricos, evidencia o quanto um povo pode mudar a sua realidade.

No momento em que o Espírito Santo consolida os passos iniciais de seu terceiro ciclo histórico, com a prática político-administrativa renovada pela devoção incondicional aos valores republicanos e com o paradigma econômico transformado pelo petróleo e gás e pela ampliação do agronegócio e da indústria exportadora, o livro de Levy Rocha traz detalhes do tempo em que o nosso Estado apenas ensaiava os primeiros movimentos a fim de se firmar para além de uma província esvaziada pela função de muro protetor das riquezas das Gerais. [...]

[...] Quase um século e meio depois da visita do imperador, o Espírito Santo ainda registra sérias demandas de origem local e também enfrenta situações críticas resultantes de um contexto nacional e mesmo planetário. Mas pode-se afirmar que estamos a anos luz da situação de indigência verificada por Pedro II e revelada por Levy Rocha em sua fundamental obra. Mais que isso: se a caminhada até aqui nos legou um presente muito distante do passado provinciano, vale dizer que capixabas de nenhuma outra geração puderam estar diante de um horizonte tão promissor como se registra atualmente. Como assinalamos há pouco, neste início de milênio conquistamos renovados paradigmas político-administrativos e econômicos, o que nos permite alcançar uma perspectiva de futuro jamais vislumbrada em terras capixabas. Nesse ambiente é que estamos constituindo planos viáveis e factíveis para a constituição de dias fundados na revolucionária igualdade de oportunidades para todos, a partir de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e geograficamente desconcentrado.<sup>568</sup>

O governador legitimava seu governo, nesse caso, a partir do distanciamento entre a experiência e expectativa e o sentido da superação estabelecido pelo marco histórico que seria seu governo e modelo de desenvolvimento. Paulo Hartung recorreu ao uso do passado como estratégia

<sup>567</sup>HARTUNG, Paulo. Apresentação. In: TSCHUDI, Johan Jakob Von. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vitória: APEES, 2004. p. 8-9.

<sup>568</sup> HARTUNG, Paulo. Uma viagem memorável. Prefácio. In: ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Imprensa Oficial, 2008. p. 8-9.

política. Fosse diferindo e distanciando o presente em relação à experiência histórica marcada pelo atraso ou buscando no passado os exemplos de superação com os quais buscou identificação.

Em suma, avaliamos que essas narrativas, de Gabriel Bittencourt e as que compõem as "memórias do desenvolvimento", emergiram no século XXI correspondendo às expectativas de crescimento econômico que se assinalavam no horizonte do Espírito Santo. Todas, cada uma em seu formato, tiveram o desenvolvimento como o paradigma de compreensão do passado, atribuindo um valor histórico, o da contribuição para o progresso, a determinados fatos e personagens da história local. Recuperaram e ressignificaram elementos constitutivos da narrativa do progressivo desenvolvimento estabelecida por José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes, possibilitando, assim, uma recuperação do passado sob a perspectiva da superação do atraso em consonância com o discurso político do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento".

Conseguimos estabelecer, novamente, as relações entre a narrativa histórica e o discurso político. Primeiramente, no que tange a narrativa histórica da formação econômica do Espírito Santo, de Gabriel Bittencourt, observamos a recuperação de um passado satisfatório ao contexto político no qual a obra foi produzida: o sentido de superação definido a partir da noção de ciclos econômicos engendrou uma trajetória da formação econômica do Estado que culminava justamente em sua nova condição no cenário nacional que, por sua vez, correspondia às expectativas do "Terceiro Ciclo" e seu discurso político. Em relação à "memória do desenvolvimento", as produções trouxeram os exemplos do passado responsáveis pelo progresso do Estado. Essa produção histórica não abandonou a perspectiva da superação do atraso, mas as biografias que compõem a Coleção da ONG ES em Ação determinaram como foco da história as lideranças do desenvolvimento local, e o resgate de personalidades do passado esteve em função do governo de Paulo Hartung, identificado como um novo marco histórico. E, enfim, evidenciamos que este governante remodelou o lugar do Espírito Santo e sua imagem. O efeito de um discurso fundador do "Novo Espírito Santo" foi construído a partir de um novo contexto de expectativas econômicas positivas e por meio das representações que lhes foram associadas. Segundo Orlandi, a eficácia do "fundador" reside na possibilidade de produzir o efeito do novo, de ressignificar sentidos já estabelecidos.<sup>569</sup> O discurso político

---

<sup>569</sup> ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador**: a formação do país e a identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993. p. 23-24.

imprimiu a noção de "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento" e recorreu ao sentido da superação. Além das narrativas, o próprio governador, como vimos, apropriou-se do passado definindo uma notoriedade e um lugar particular na história, para o Espírito Santo e para o seu governo.



## 5. CAPÍTULO V - POR OUTRAS HISTÓRIAS DO ESPÍRITO SANTO.

Quando reconhecemos esse cenário de reforço do discurso político da superação do atraso e sua correspondência com narrativas históricas não podemos desconsiderar que a escrita da história do Espírito Santo na contemporaneidade tem, também, produzido um conjunto de narrativas que se opõem a esse paradigma do progresso e do desenvolvimento como orientadores das leituras do passado local. Esse cenário demonstra a existência de formas diferenciadas de interpretações das experiências no tempo, a partir da mudança de critérios de entendimento e compreensão, assim como das formas de narrar o Espírito Santo que entram em conflito.

Consideramos que as representações históricas podem estar no centro de determinadas disputas, presentes num campo de concorrências sobre interpretações centrais que dizem respeito a uma determinada sociedade. As avaliações e qualificações do lugar do Espírito Santo no presente e no passado se inserem nessa disputa, afinal, como vimos, colaboram com a legitimação de determinados projetos políticos.<sup>570</sup> No entanto, esse campo de concorrência na contemporaneidade envolve um processo de reescrita da história do Espírito Santo por meio de revisões e atribuições de novos sentidos às experiências passadas.

André Pereira, por exemplo, ao analisar os equívocos interpretativos acerca da história espiritossantense, reconhece a necessidade de novas narrativas que sejam não só atrativas para o público, mas, principalmente, que evidenciem o embate acerca da interpretação sobre o passado em um dado presente. Segundo ele:

a tarefa de uma história crítica do Espírito Santo fica muito dificultada, pois a sua forma de operar a interpretação é impessoal, exige estudo, compreensão de conceitos e concepções, um certo distanciamento que torna a crônica menos prazerosa. Mesmo assim, é preciso buscar narrativas que enfrentem o problema. No mínimo, professores de história não devem assinar embaixo versões como a da barreira verde. Cabe-nos articular teorias e contextos em uma linguagem com o mesmo potencial de convencimento, de prazer e reconhecimento, tendo sempre em vista a inserção em um presente que nunca é dado, mas é elaborado por sujeitos em confronto.<sup>571</sup>

<sup>570</sup> Chartier considera a existência de um campo de concorrência ao se analisar as diferentes representações que possibilitam a compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo tenta impor sua concepção de mundo social e seus valores. CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p.17.

<sup>571</sup> PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Fantasias persecutórias na História do Espírito Santo. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Goiânia, n.1, jan/jul, 2013. p. 153. Disponível em: [http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth). Acesso em: 12/04/2015.

Essa avaliação do autor ajuda-nos a refletir sobre novas perspectivas de interpretação do passado. Seguindo a indicação de André Pereira, consideramos a seguinte problemática: o discurso político da superação, no presente, se encontra em confronto com interpretações dissonantes, que se opõem ao que está estabelecido. O que, por sua vez, nos remete a considerar que a contemporaneidade também tem produzido narrativas históricas que se opõem às que legitimam esse discurso político contemporâneo.

Para melhor caracterizarmos esse embate e, conseqüentemente, as novas formatações historiográficas e seu significado para a releitura do passado local, recorreremos novamente às considerações de André Pereira para refletirmos sobre as mudanças de perspectiva em torno do que estava instituído como narrativa histórica do Espírito Santo. Em artigo publicado em revista eletrônica local<sup>572</sup>, ele analisa o que se denominou de "Terceiro Ciclo do Desenvolvimento"<sup>573</sup>, trazendo uma perspectiva crítica acerca desse processo, do discurso acerca dele e, principalmente, desconsiderando a noção de um "novo ciclo" de desenvolvimento ligado à prosperidade do Estado.<sup>574</sup>

Segundo André Pereira, o novo cenário de desenvolvimento econômico que se estabelece a partir da última década originou-se da relação entre o Governo Estadual e o Movimento Espírito Santo em Ação<sup>575</sup> e não engendrou um novo modelo de desenvolvimento. Para o autor, esse

---

<sup>572</sup> PEREIRA, André Ricardo V. V. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Ed. n.09, v.1, Jun. 2011. pp.203-232.

<sup>573</sup> Por considerar que não houve rompimento com o processo de industrialização anterior, ele chama de "segundo ciclo de modernização industrial" o projeto de desenvolvimento gestado a partir de 2003 no Espírito Santo.

<sup>574</sup> O autor discorda de seus status de novidade: "A fase na qual este se encontra hoje gera estímulos crescentes para o aprofundamento, em direção ao que eu chamo de segundo ciclo de modernização industrial. Daí a ideia de que teremos, daqui para frente, — mais do mesmo. Este aprofundamento na integração subordinada terminará por esgotar a pequena recuperação institucional pela qual o governo do estado passa hoje, porque os fatores externos, internos e a conexão entre eles geraram uma dinâmica que está relacionada com o modelo político. Eles se retroalimentam, de forma que é difícil crer em mudança de rumos." Ibid., p. 204. Arlindo Villaschi e Ednilson Silva discordam também da noção de Terceiro Ciclo: "[...] embora tenha a capacidade de contribuir para uma dinamização da economia local, os avanços da indústria do petróleo no Espírito Santo não podem e não devem ser considerados como o —terceiro ciclo de desenvolvimento da economia capixaba. Isso porque ela em absolutamente nada muda o padrão de desenvolvimento da economia local: exploração de recursos naturais atrelado a uma logística de transporte necessária. Pelo contrário, o que se percebe é o risco de abortar outras ideias e visões em detrimento do petróleo, diminuindo as possibilidades de novos saltos qualitativos." VILLASCHI, Arlindo e SILVA FELIPE, Ednilson da. O global e o local: interações e conexões no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o debate. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. p. 215.

<sup>575</sup> "A recuperação institucional iniciada no ano de 2003 foi resultado do esforço combinado de vários atores, unificados justamente pelo grau de corrupção, descontrole e falência do poder público que se instalou. Entre todos, o ator que mais bem aproveitou esta janela de oportunidades foi o Espírito Santo em Ação. O grupo participou da elaboração do planejamento estratégico do governo Hartung, conhecido como Plano ES 2025. Tal iniciativa formalizou a proposta de um segundo ciclo de modernização industrial." PEREIRA, André Ricardo V. V. Mais do

modelo implantado seguiu a lógica econômica da reprimarização de bens exportados e fortaleceu o Espírito Santo como "lugar de passagem." Argumenta que a forma de desenvolvimento adotada pelo Brasil nesse período seguiu o avanço da China e definiu a reprimarização do país, ou seja, definiu-se como exportador de produção do "agronegócio e das indústrias de baixo valor agregado", o que surge como "algo que se adequa ao caso do Espírito Santo."<sup>576</sup> O que no discurso político e na narrativa histórica de Bittencourt aparecem como principais especificidades do Espírito Santo (o potencial logístico, sua posição geográfica e seus portos) são caracterizados como elementos negativos e definidores do Estado como "lugar de passagem." Característica que, segundo o autor, não é nova, mas ampliada e reforçada na atualidade em função dos interesses do grande capital:

Desde que a CVRD transformou a EFVM num meio de transporte eficiente e confiável, tal processo vem se ampliando e não há sinal de que venha a sofrer inflexões, devido à íntima relação entre o local e o global desde antes da fase atual no qual se encontra o sistema capitalista internacional. Como na atual conjuntura ele se expande com menos resistências, a inserção combinada e dependente do Espírito Santo no processo é crescente. [...] Várias empresas atuam no setor, mas, à semelhança da centralidade da CVRD no caso do minério de ferro, a Petrobrás transformou-se na articuladora geral das ações. Sendo uma empresa estatal altamente complexa, ela traz as mesmas características que a Vale possui, sua condição de mediadora, fomentadora e descompromisso com intervenção específica na realidade capixaba. A Petrobrás também age no sentido da constituição de meios de transporte adequados, como os terminais citados e gasodutos. A lógica citada acima se reintroduz. O aproveitamento do gás implica na construção de unidades de tratamento e sua conexão com gasodutos. Clientes em potencial são estimulados a converter suas plantas para o uso do recurso, como as grandes fábricas já existentes, as usinas termoeletricas e novidades, como o projetado Pólo Gás-Químico para a cidade de Linhares. Ele vai gerar insumos para a produção de fertilizantes. Ou seja, mais uma vez, estamos falando de bens intermediários, da transformação de recursos naturais em mercadorias semi-elaboradas que são destinadas a outros pontos geográficos, dentro ou fora do Brasil. Isso remete ao problema da — reprimarização da economia brasileira, mas da capixaba em particular.<sup>577</sup>

Assim, o autor se opõe à interpretação do "novo momento" experimentado pelo Espírito Santo nesse período, considerando que as consequências negativas<sup>578</sup> desse processo são anuladas

---

mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Ed. n.09, v.1, Jun. 2011. p. 227.

<sup>576</sup> Ibid., p. 209.

<sup>577</sup> PEREIRA, André Ricardo V. V. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Ed. n.09, v.1, Jun. 2011. p. 222.

<sup>578</sup> Sobre o lugar do Espírito Santo nesse cenário: "[...] Mesmo contando com unidades fabris complexas e de grandes dimensões, o que permite falar efetivamente em industrialização, esta não gera bens de consumo direcionados ao mercado. Isto tem efeitos extremamente negativos no que se refere ao regime fiscal. Em primeiro lugar, impostos sobre produtos in natura ou semi-elaborados, por sua natureza, são baixos. Mais ainda, o modelo brasileiro de tributação desonera os setores produtivos e penaliza os consumidores. Como os produtos —capixabas são commodities ou bens intermediários pouco elaborados, geram carga fiscal baixa no geral. PEREIRA, André Ricardo V. V. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista

pelo discurso da prosperidade e progresso do Estado.<sup>579</sup> Ao associar o modelo de desenvolvimento contemporâneo ao implantado nas décadas de 1960-1970, André Pereira critica a visão acerca desse modelo, justamente pelos efeitos negativos e o descompromisso dessas empresas com a realidade local.<sup>580</sup>

O questionamento realizado por ele evidencia não só a divergência, a oposição que se apresenta ao modelo de desenvolvimento implantado na contemporaneidade como também ao discurso da superação do atraso a ele associado. Nesse sentido, a mudança de perspectiva, por parte do autor, foi acompanhada por uma releitura crítica do passado. Por exemplo, ao questionar os caminhos do desenvolvimento econômico atual e associá-lo como continuidade de um modelo anterior, prejudicial ao Espírito Santo, ele questiona o papel das elites dirigentes nesse processo e o valor atribuído a elas,<sup>581</sup> principalmente, em relação a seu protagonismo:

a sedução provocada pelos projetos das grandes empresas levou formuladores e executores a agirem no sentido de oferecer-lhes o máximo de vantagens, comprometendo a capacidade sempre pequena da administração estadual em elaborar formas de intervenção alternativas em termos de política econômica e, ainda por cima, dar conta das demandas crescentes em educação, saúde e segurança pública. Isto

---

internacional. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Ed. n.09, v.1, Jun. 2011. p. 223.

<sup>579</sup> Ibid., p. 220.

<sup>580</sup> Ibid., p. 211; Villaschi e Silva também abordam o tema: "A financeirização mundializada facilitou o acesso de empresas localizadas no ES (CST e Aracruz, principalmente) ou com importantes bases produtivas/operacionais nele localizadas (CVRD e Petrobras, principalmente) a um mercado financeiro com alta liquidez e ávido por alternativas de aplicações financeiras. Seja pelo processo de privatização (nos casos da CST e da CVRD), seja por mecanismos de fusões, isso facilitou mudanças no controle acionário dessas empresas. Isso tem induzido uma crescente perda de vínculo entre as empresas que operam no ES em seus segmentos de maior dinamismo e o restante da formação socioeconômica capixaba. Antes sede de importantes unidades administrativas dessas principais empresas (CVRD, Aracruz e CST — no caso dessas duas últimas suas respectivas diretorias), o ES é hoje localização principalmente de instalações de processamento e circulação de produção e de unidades de apoio operacional. E, do ponto de vista simbólico, sequer seus nomes guardam relação com o local capixaba (do Vale do Rio Doce, ficou a Vale; a Aracruz se tornou Fibria; e a Companhia Siderúrgica de Tubarão passou a ser Arcelor Mittal Tubarão). As articulações entre essas empresas e o restante do aparelho produtivo capixaba, quando muito, se dão via fornecimento de insumos e a prestação de serviços especializados (principalmente metal mecânico). Até mesmo as incipientes relações no passado entre essas empresas e a Ufes, e entre elas e a sociedade, vêm diminuindo e se tornam cada vez mais objeto de campanhas institucionais de construção de imagem via mídia, na medida em que as esferas de decisões estratégicas se deslocam para outros territórios. VILLASCHI, Arlindo e SILVA FELIPE, Ednilson da. O global e o local: interações e conexões no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o debate. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. p. 219.

<sup>581</sup> Segundo o autor: "A trajetória capixaba é marcada pela incapacidade de sua elite dirigente em alterar o status quo local a partir de projetos elaborados por ela e recursos sob seu controle (ou acesso a recursos externos por meio de sua projeção nacional). Houve tentativas neste sentido, mas as condições econômicas gerais, aliadas ao horizonte estreito das lideranças em uma sociedade com baixo nível de diferenciação interna, de auto-organização e de confronto ideológico, não foram favoráveis a que fossem gerados os meios para que o estado ocupasse posição de destaque nas diferentes fases de sua história no plano nacional e sequer para que houvesse mudanças profundas determinadas por fatores internos. Isto é assim até hoje." PEREIRA, André Ricardo V. V. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Ed. n.09, v.1, Jun. 2011. p. 214.

remete ao papel efetivamente cumprido pela elite dirigente local no conjunto de transformações citadas. Tal papel sempre foi secundário e submetido a decisões geradas por indivíduos sem compromisso com a representação de interesses radicados na sociedade capixaba. A literatura sobre o tema, porém, costuma ser bastante condescendente para com o protagonismo da elite[...]. Em termos gerais, ela registra iniciativas variadas ao longo do tempo, detalha certos resultados concretos obtidos (em termos de empresas médias ou pequenas para a realidade agregada do estado) ou mesmo defende a tese do protagonismo. Eu discordo completamente de tal diagnóstico. Neste trabalho, defendo o entendimento de que a elite local não foi e não é capaz de agir de maneira proativa por causa da relação com as bases sociais, por causa da capacidade limitada do aparelho de Estado regional e pelo peso das grandes empresas e dos processos irreversíveis que elas desencadearam ao longo do tempo.<sup>582</sup>

O protagonismo de determinados atores históricos, o estabelecimento de marcos temporais e a definição de acontecimentos como marcos significativos do passado local, como vimos, foram elementos constitutivos das narrativas da superação do atraso. As considerações de André Pereira nos remetem a outras formas de relação com o passado do Espírito Santo na contemporaneidade. Vimos, com Koselleck, que o tempo histórico deve ser observado como condição de possibilidades para escritas da história. Com ele, entendemos também que a ampliação da experiência permite que uma sociedade aprenda mais com sua vivência e, assim, existe a possibilidade do presente produzir mudanças na perspectiva da compreensão do passado e a reavaliação de seu valor histórico.<sup>583</sup>

Nessa perspectiva, para além dos questionamentos trazidos por André Pereira, que outros aspectos das experiências pretéritas locais têm sido contestados? Quais fundamentos das narrativas anteriores têm sido desconstruídos? Quais mudanças têm ocorrido nos critérios que orientam as interpretações sobre o passado e qual o seu significado para a definição de novos sentidos a ele?

Consideramos, assim, que o século XXI, por um lado, foi marcado pela reconfiguração da narrativa histórica da superação do atraso, mas, por outro, caracterizou-se por permitir modificações na perspectiva de compreensão do passado e, conseqüentemente, a formação de novas narrativas históricas que emergem em oposição a concepções e imagens cristalizadas acerca do passado local. Aqui, as denominamos de *narrativas críticas da história do Espírito Santo*.

---

<sup>582</sup>PEREIRA, André Ricardo V. V. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Ed. n.09, v.1, Jun. 2011. p. 214-215.

<sup>583</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006. p.317-325.

Seguindo a proposta dos diferentes tipos de narrativa histórica elaborada por Rüsen, consideramos que esse novo campo de representações constituído pelo conjunto de produções historiográficas contemporâneas se vincula ao que o autor chamou de "constituição crítica de sentido", caracterizada, sobretudo, pelo questionamento a determinados modelos de narrativa histórica:

Modelos consagrados de autocompreensão e da legitimação históricas das relações sociais são desmantelados quando contrastados com as possibilidades alternativas da memória histórica. Do mesmo modo, as interpretações históricas das circunstâncias atuais da vida, e as perspectivas de futuro da vida prática que delas decorrem, são desconstruídas pelo conflito das experiências históricas, abrindo espaço para outros e novos modelos de interpretação.<sup>584</sup>

Evidenciamos que novas interpretações historiográficas entram nesse cenário de qualificações do passado local e redefinem representações acerca de determinados períodos, fatos e personagens históricos. Desse conjunto de trabalhos analisados destacamos as perspectivas de orientação dessas narrativas e os seus principais aspectos que questionam, relativizam e contradizem as narrativas anteriormente analisadas. Portanto, elementos que apontam para a produção de um conhecimento histórico que possibilita uma inteligibilidade em relação ao passado, como narrativa histórica, que exerce a função de suplantiar uma leitura orientada pela noção da superação do atraso.<sup>585</sup>

Nosso "desafio historiográfico do Espírito Santo", nesse ponto, analisa essa configuração narrativa crítica a partir de um conjunto de obras acadêmicas. Livros, teses, dissertações e artigos selecionados em função de seu significado, em termos de questionamento e desconstrução dos modelos anteriormente constituídos.

### 5.1 O ESPÍRITO SANTO COLONIAL: DESCONSTRUINDO A "ORIGEM DO ATRASO."

O período colonial, como observamos, é fundamental na interpretação de Espírito Santo e sua trajetória. As novas perspectivas de abordagem acerca do período colonial criticam as concepções cristalizadas e a imagem de atraso estabelecida em relação ao Espírito Santo. São artigos e dissertações produzidos em âmbito local que questionam o caráter atribuído a esse passado, permitindo outras possibilidades de entendimento acerca da Capitania. Diferentemente

<sup>584</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 55.

<sup>585</sup> José Carlos Reis ressalta que é necessário superar as possíveis manipulações da memória oficial, por meio do acesso à "memória crítica", pela "rememoração, pelo reexame da documentação e da cronologia, pela narração incessantemente retomada da experiência vivida." REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 40.

do reducionismo das narrativas da superação do atraso, identificamos que as novas narrativas demonstram a complexidade das relações que se estabeleciam e contribuíam para a dinâmica política, econômica e social no Espírito Santo colonial e, sobretudo, caracterizam a forma como a Capitania inseria-se naquele contexto, evidenciando suas especificidades.

Em artigo intitulado "O comércio e a navegação na Capitania Portuguesa do Espírito Santo - Brasil (Sec. XVI-XVIII)"<sup>586</sup>, Luiz Cláudio Ribeiro critica o anacronismo das avaliações acerca das capitanias a partir da noção de unidades federativas, chamando a atenção para a complexidade de se estudar essa experiência passada, que não deve ser entendida como um espaço definido como na atualidade.<sup>587</sup> Outra crítica do autor refere-se à imagem negativa do Espírito Santo no período colonial condicionada às interpretações equivocadas sobre o seu primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, iniciadas com os cronistas do período colonial e que permearam também leituras ao longo do século XIX, tornando-se fontes recorrentes das narrativas históricas sobre o Espírito Santo.<sup>588</sup> Desse modo, argumenta que deve-se analisar o período colonial espiritosantense sob outros paradigmas.<sup>589</sup> O autor defende que a leitura sobre

---

<sup>586</sup> RIBEIRO, Luiz Cláudio. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (séc. XVI-XVIII). **Anais do XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social: Crises Econômicas, Crises Sociais**. Lisboa, 2010, pp. 1-17.

<sup>587</sup> "É muito comum no Brasil pessoas tratarem as unidades da atual federação como se elas tivessem nascido com seus limites atuais definidos e não como unidades hereditárias autônomas no vasto império colonial português. Desinformadas sobre como funcionava o governo no regime absolutista e no Antigo Sistema Colonial não percebem que o Brasil não era uma unidade política: cada capitania era organizada de acordo com as relações e interesses do rei de Portugal e da capacidade empreendedora do seu donatário, desde a preparação para cruzar o mar Atlântico e alcançar um ponto – às vezes apenas rabiscado num papel ou num tecido – para onde deveria conduzir pessoas e fundar feitoria e vila para o povoamento." Ibid., p. 1.

<sup>588</sup> Luiz Cláudio Ribeiro argumenta o seguinte: "Segundo Assis, as informações veiculadas sobre a capitania comprometeram o entendimento correto de sua história porque a associaram a uma biografia superficial e intencionalmente negativa do primeiro capitão-donatário, Vasco Fernandes Coutinho. Essa mesma descrição tornou-se *oficial* e foi reproduzida no século XVII na obra do Frei Vicente do Salvador e, por sua vez, foi passada adiante nos séculos XVIII e XIX por cronistas como Braz da Costa Rubim, José Marcelino Pereira de Vasconcellos, Mizael Ferreira Pena e Basílio Daemon. No século XIX, ainda segundo afirmou Assis, estes autores reproduziram uma historiografia baseada nos insucessos da Capitania por decorrência da personalidade do donatário, tendo-o constituído como um homem sem autoridade para lidar com as dificuldades do estabelecimento colonial e que, por isso, acabou empobrecido e doente, abandonando suas possessões." Ibid., p. 2.

<sup>589</sup> Ressalta o autor: "o rumo das investigações sobre as capitanias portuguesas no Brasil deve extrapolar os modelos esquemáticos de análise das vilas e cidades como Salvador e Rio de Janeiro para fixar-se em aspectos que, por sua natureza, escaparam aos registros oficiais – como a vida dos degredados, o contrabando e os descaminhos – ou se inscreveram em fontes não-literais, no terreno das aldeias mestiças e nos costados das embarcações pelo mar e pelos rios que chegam à costa. [...] No caso capixaba - isto é, da Capitania do Espírito Santo, tal lacuna tem servido a que se atribua um recuo das atividades econômicas entre o final do século XVI até o século XVIII cujas justificativas causais, em última instância, permanecem atreladas à personalidade do primeiro donatário – como antes explicamos - e à morte prematura do segundo, seu filho e herdeiro. Sob o aspecto da magnitude e complexidade da empreitada colonial, tais justificativas não cabem numa análise histórica criteriosa. [...] Além disso, muito da documentação de interesse do Espírito Santo pode ainda estar em outros arquivos públicos brasileiros aguardando identificação e transcrição paleográfica. Portanto, as investigações de história do Espírito Santo *português*, isto é, colonial, ainda demandarão muito esforço e investimento permanente." RIBEIRO, Luiz Cláudio. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (séc. XVI-XVIII). **Anais**

a Capitania não pode ser orientada pela comparação com outras capitanias justamente por suas especificidades, devendo-se atentar para as circunstâncias e possibilidades existentes à época. Por isso, atribui dois momentos chave para essa compreensão. Primeiramente, sobre o século XVI e XVII, evidencia:

[...] o acerto de uma abordagem das relações geopolíticas e econômicas do Atlântico português revelando a estratégia diplomática e o modo administrativo do Estado em cada uma das antigas doações. Assim, destacamos o papel da *villa de Victória* como porto e defesa regional no conjunto das capitanias vizinhas do Espírito Santo. Nesta análise evidencia-se a navegação pela costa, os negócios lícitos e ilícitos e a administração régia como elementos-chave de compreensão histórica da capitania do Espírito Santo. Entendemos que todo o seu desempenho se relaciona com o comércio e a navegação, pois ela detinha alguns dos produtos coloniais mais valorizados: pau-brasil, madeiras nobres, açúcar, aguardente, farinha de mandioca, carnes e escravos.<sup>590</sup>

E, o outro, após ser adquirida pela Coroa, no século XVIII:

[...] o ouro fortalecera suficientemente a cidade do Rio de Janeiro dando-lhe autonomia em relação aos vice-reis da Bahia. Na disputa entre estes dois pólos do poder político todas exceto uma das *pequenas* capitanias hereditárias - Ilhéus, Porto Seguro e Campos de Goitacazes que compunham a região econômica entre os seus territórios - desapareceram como unidades políticas da colônia. O antigo *vilão farto* do capitão Vasco Fernandes Coutinho, apoiado pelas vantagens *logísticas* - defesa, navegação, comércio e fiscalidade - e econômicas do porto-vila de Vitória, no entanto, resistiu às mudanças pombalinas e manteve sua autonomia. Porém, o porto do Rio de Janeiro fortalecia-se cada vez mais até açambarcar as atividades comerciais do Espírito Santo e esvaziar a importância econômica do porto de Vitória em suas rotas de navegação com o reino, com Pernambuco e Baía e com as vilas e portos das capitanias vizinhas. Nessa faixa sudeste-nordeste do litoral brasileiro o que prosperou foram as atividades de abastecimento interno feitas por cabotagem articulada ao Rio de Janeiro. Mas entre os pólos portuários e políticos mais fortes - Rio e Salvador - o Espírito Santo se manteve autônomo graças à natureza do porto e à importância estratégica de Vitória na defesa dos interesses da Coroa.<sup>591</sup>

---

**do XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social: Crises Econômicas, Crises Sociais.** Lisboa, 2010. p. 4-5.

<sup>590</sup> Ibid., p. 13. Ribeiro aponta também o caráter *sui generis* dessa condição da capitania: "Em nosso trabalho acreditamos que a lacuna de conhecimento sobre o povoamento do Espírito Santo indica que além das vilas e algumas aldeias e fazendas jesuíticas oficiais<sup>13</sup> surgiram também comunidades que teriam sido formadas nos séculos XVI e XVII por remanescentes de grupos de índios dizimados pelos ataques dos brancos, por lutas intertribais, por decadência dos grupos perambulantes ocasionadas por doenças contagiosas, e por opção ao sedentarismo e à miscigenação. Neste período, a extração e embarque do pau-brasil e de outras madeiras-de-lei, o comércio de farinha de mandioca e outros víveres eram a contrapartida para a entrada do comércio de produtos europeus praticados pelas embarcações portuguesas, holandesas e francesas que ali aportavam. Por isso, acreditamos que desde os primeiros tempos das capitanias tenha ocorrido uma relativa rede de comércio de artigos coloniais de produtos trazidos do reino e de outras partes naqueles confins. Afinal, aquelas atividades clandestinas ocorriam em locais isolados e com acesso por mar ou por rios passando ao largo do controle do donatário, do capitão-mor e da Alfândega d'El Rey." Ibid., p. 6.

<sup>591</sup> RIBEIRO, Luiz Cláudio. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (séc. XVI-XVIII). **Anais do XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social: Crises Econômicas, Crises Sociais.** Lisboa, 2010. p. 13-14.



As considerações de Luiz Cláudio Ribeiro nos direcionam justamente para o novo panorama das interpretações sobre a capitania do Espírito Santo. Nesse sentido, selecionamos artigos acadêmicos e dissertações de mestrado que formam um conjunto de trabalhos que, de maneira geral, descartam o caráter homogêneo da experiência colonial espiritosantense e trazem novas possibilidades de entendimento sobre esse período.

Primeiramente, identificamos que essas abordagens desconstróem a lógica atraso-progresso e a do "sentido da colonização", avaliando como laços de sociabilidade e suas implicações caracterizaram a vida administrativa e econômica da Capitania, divergindo de uma simples noção de atraso. Em artigo publicado na Revista *Ágora*<sup>592</sup>, Helmo Ballarini e Luiz Cláudio Ribeiro questionam a noção de "abandono" administrativo como fator de determinação de uma condição negativa do Espírito Santo. Segundo os autores, apresentando um outro paradigma de análise, a Capitania deve ser interpretada a partir das relações estabelecidas por uma "economia de mercês"<sup>593</sup>:

As análises aqui desenvolvidas são parte de uma pesquisa mais abrangente e em curso, na qual pretendemos estudar um período da administração da Capitania do Espírito Santo no século XVII, de transição entre donatários que permaneceram na capitania e aqueles que não vieram à terra. Este quadro somado a um contexto de consolidação de uma "economia de mercês" que regia contratação de "servidores" para os postos da burocracia no Império Português, no Reino e em suas conquistas de além-mar, particularmente quanto a utilização da Ordem monástico-militar de Nosso Senhor Jesus Cristo. É nosso objetivo, contribuir para uma visão historiográfica que se contrapõe à historiografia tradicional de uma Capitania do Espírito Santo de total insucesso e abandono. Nossa hipótese é que em uma administração de donatários "ausentes", a consolidação de uma "economia de mercês" implicou numa inflexão

<sup>592</sup> BALLARINI, Helmo M. ; RIBEIRO Luiz Cláudio M. Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e a economia de mercês. *Revista Ágora*. Vitória, n. 20, 2014, p. 65-83. O artigo é resultado de pesquisas recentes: "correspondências do/para Conselho Ultramarino que foram sistematizadas, digitalizadas e repatriadas através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. "O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate) foi criado institucionalmente, em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). É uma iniciativa bilateral Portugal/Brasil conduzida no contexto das comemorações dos 500 anos do descobrimento. O objetivo principal é disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, Portugal em particular, e demais países europeus com os quais o Brasil teve uma história colonial imbricada." Ibid., p. 78.

<sup>593</sup> Os autores definem esse conceito: "ao apresentar alguns resultados parciais de uma investigação que tem como objeto a análise da comunicação política entre o reino e as conquistas ultramarinas na América nos informa que mais de 10% do número de cartas eram relativas às mercês ou as remunerações por serviços prestados à Coroa pelos vassalos. Por meio das mercês eram nomeados os oficiais – militares e civis – da burocracia régia assim como concedidos os hábitos militares, as terras etc. Era o que colocava a administração periférica (desde vice-reis até escrivães da ouvidoria) em movimento. Essas mercês impulsionavam também a hierarquia social estamental que era tutelada pela monarquia e assim o rei ao exercer sua função distributiva minimizava as tensões da sociedade. Era pelo sistema de mercês que o rei interferia na gestão política da menor unidade administrativa do reino." Ibid., p. 74.

diferenciada na então Capitania do Espírito Santo levando a outro arranjo da economia e do poder local.<sup>594</sup>

Analisando a influência dessa relação estabelecida entre diversos atores político-sociais e a Coroa portuguesa na dinâmica administrativa da colônia, os autores indicam que no Espírito Santo tal relação também se manifestou.<sup>595</sup> Assim, questionam a ausência de administradores como característica negativa da Capitania, considerando as condições de possibilidades na qual se encontrava, o que direcionava os arranjos econômicos e administrativos em função de determinados interesses de poderes locais e não em função do sentido estabelecido pela Coroa Portuguesa.

É essa perspectiva de análise que Luiz Cláudio Ribeiro e Anna Karoline Fernandes utilizam para questionar a noção de prejuízo e dificuldades que caracterizariam o passado colonial do Espírito Santo. Em artigo publicado na mesma edição descrita acima<sup>596</sup>, os autores analisam documentos de uma devassa<sup>597</sup> realizada na Capitania durante o período da União Ibérica (1581-1640)<sup>598</sup> cujo objetivo era controlar os "descaminhos" que implicavam na redução dos rendimentos da Coroa. Assim, apontam justamente o fortalecimento dos poderes locais e suas alianças como mecanismos de realização de ações ilícitas. O que, segundo eles, contribuem para questionar a lógica do atraso:

As fontes mostram que muitas vezes tais funcionários praticavam atividades ilícitas em relação às obrigações de seus regimentos e eram os principais causadores de prejuízos à Coroa, pois praticavam atividades ilícitas aproveitando-se de sua privilegiada posição, e estabeleciam negócios que possibilitassem auferir rendas – lícitas ou ilícitas – obtidas através das prerrogativas de seus ofícios. Ainda de acordo

<sup>594</sup><sup>594</sup> BALLARINI, Helmo M. ; RIBEIRO Luiz Cláudio M. Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e a economia de mercês. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, 2014, p. 81.

<sup>595</sup> De acordo com eles: "Bueno Cacunda em seu relato descreve os seus quase um quarto de século de serviços prestados à Coroa listando todas as suas dificuldades, seu comprometimento e as despesas que consumiam seus recursos e também de seus filhos. Então arremata com os pedidos de que sejam estabelecidas as minas por ele descobertas, que lhe seja concedido auferir rendimentos destas minas e requer 'quatro hábitos de Cristo, na forma que V. Magde. for servido', corroborando a tese da consolidação de uma economia de mercês no século XVII a XVIII onde o hábito de Cristo era um desejo disseminado por todo o Império português e funcionava de forma remuneratória. "Ibid., p. 80.

<sup>596</sup>FERNANDES, Anna Karoline da Silva; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Poderes inferiores e Política Fiscal na Capitania do Espírito Santo. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, 2014, p. 41-64.

<sup>597</sup> Sobre esse evento: "devassa, ou seja, um processo investigativo na Alfândega do Espírito Santo iniciado em 15 de março de 1618 e instaurado apenas sete meses depois da carta que o ordenou, tempo relativamente exíguo para a época colonial. Dele consta o testemunho de várias pessoas que moravam na capitania do Espírito Santo, todos eles homens com idade variável entre 30 e 70 anos, sendo que alguns ocupavam cargos de nomeação régia." Ibid., p. 45.

<sup>598</sup> Os autores destacam o recurso a fontes inéditas: " As 42 fontes manuscritas inéditas dentre as demais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) que foram disponibilizadas pelo Projeto Resgate foram transcritas através do projeto Estado, comércio e navegação: um estudo da capitania do Espírito Santo, coordenada por Luiz Cláudio M. Ribeiro entre 2008-2010, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes) - PIBIC/UFES. " Ibid., p. 42.

com as fontes, percebe-se a participação de pessoas do Espírito Santo envolvidas com a navegação comercial dos séculos XVI e XVII vinculadas a negócios com o estrangeiro por meio da importação de produtos e da exportação de bens da terra tais como madeiras e açúcar. Por isso, entendemos não ser apropriado conceber atraso econômico a uma determinada economia local partindo a análise de dados comparativos entre as capitanias brasileiras tais como a eficiência produtiva e a [des]organização das estruturas administrativas e políticas já que a especificidade da capitania capixaba requer uma “escala” de análise própria [...]<sup>599</sup>

Nesta perspectiva, Ribeiro e Fernandes avaliam os "poderes inferiores" presentes na Capitania que conduziam a administração local em função de seus interesses e por meio de alianças com comerciantes, descumprindo as ordens régias provenientes da Coroa. De acordo com os autores, a devassa ocorreu justamente porque o descaminho das receitas<sup>600</sup> era uma prática comum que caracterizava o Espírito Santo. Evidenciam que a arrecadação dos direitos metropolitanos não se dava de acordo com os regimentos oficiais devido às ações ilícitas que eram possíveis graças à rede de favorecimentos que se estabelecia entre mercadores e oficiais responsáveis pelas instâncias burocráticas de fiscalização, envolvendo ações em diferentes âmbitos como a produção e comércio, na alfândega e na navegação.<sup>601</sup> Na Capitania, os interesses locais determinavam a ausência de arrecadação:

Segundo essas fontes as mercadorias que chegavam à capitania pertenciam aos homens identificados como Marcos Fernandes Monsanto (dono de dois engenhos na capitania) e Leonardo Fróes (dono de três engenhos na capitania). A nosso ver estes eram negociantes portugueses que eram proprietários não só de engenhos como também de trapiches e cais estruturados para onde conduziam as cargas importadas e de onde partiam os carregamentos de açúcar. Sob seus comandos trabalhavam feitores, mestres açucareiros, plantadores índios e outros trabalhadores da atividade açucareira, trabalhadores portuários, marinheiros e trabalhadores em atividades comerciais. No caso das mercadorias importadas, como vimos anteriormente estas deveriam ser objeto de inspeção alfandegária que as conferisse e sobre elas recolhesse

<sup>599</sup> FERNANDES, Anna Karoline da Silva; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Poderes inferiores e Política Fiscal na Capitania do Espírito Santo. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, 2014, p.43. Segundos os autores: "Novas perspectivas de análise se tornaram possíveis por meio de transcrição paleográfica de novas fontes que forneceram informações antes desconhecidas. Estas fontes permitem avançar no entendimento a respeito do passado colonial da quinta capitania do Brasil ultrapassando a ausência da crítica historiográfica." Ibid., p. 43.

<sup>600</sup> Os autores definem o "descaminho": "O conteúdo da carta endereçada ao capitão-mor do Espírito Santo diz respeito aos descaminhos praticados pelos oficiais da Coroa que resultaram no desvio de mais de 20 mil cruzados por ano num período de cerca 10 anos. Tais práticas ilícitas se evidenciam na despesa que a Coroa tinha com manutenção predial da Alfândega sem que ele existisse; e na não cobrança de impostos das fazendas que chegavam à capitania. Outra evidência de descaminho era o repasse dos dízimos do açúcar à Coroa em valores inferiores àqueles recolhidos pelo almoxarifado da capitania. Todas essas práticas envolviam primeiramente os funcionários dos cargos de almoxarife e provedor; pois estavam diretamente ligados e se relacionavam com a arrecadação e fiscalização das rendas régias. No entanto, foram os ocupantes desses mesmos cargos os acusados pelas ilegalidades nos recebimentos e pagamentos de impostos." Ibid., p. 44.

<sup>601</sup> O descaminho seguia outro sentido: "No entanto, a devassa apurou que na capitania a Alfândega não se encontrava em atividade, nem possuía sede, sendo este mais um indício da existência de fraude, pois até mesmo pagamento de aluguel para suas instalações físicas era declarado pelos oficiais como forma de apropriação do valor correspondente e simulação de seu funcionamento normal. A reclamação do monarca de que os oficiais não utilizavam o cais da Alfândega para o desembarque de mercadorias que chegavam à capitania vindas do reino foi confirmada por vários moradores da vila que testemunharam no processo." Ibid., p. 51.

o imposto devido. Porém, autorizados pelos fiscais, os negociantes retiravam suas cargas diretamente para seus estabelecimentos sem haver fiscalização aduaneira. Sendo assim, os oficiais régios permitiam que as cargas importadas fossem descaminhadas pelos proprietários e estes apenas pagassem imposto sobre o que desejassem declarar.<sup>602</sup>

Os "descaminhos" definiam "outro sentido" da colonização da região. Os autores, portanto, questionam que o Espírito Santo não deve ser qualificado como ineficiente. Pelo contrário, argumentam que era a ação administrativa metropolitana na colônia que era ineficaz e isso ficou evidente na Capitania. Ou seja, a questão não se refere à sua marginalização no cenário econômico mercantil da colônia como interpretou Gabriel Bittencourt, nem se limita à ausência de recursos humanos e financeiros ou à indiferença da Coroa, como apresentou a narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Esses artigos assinalam uma nova perspectiva de entendimento acerca da especificidade da Capitania e indicam diferentes percepções e narrativas acerca de sua condição.

Se esses estudos apontam para a complexidade das experiências que envolviam o Espírito Santo no contexto do Império Atlântico Português, um outro conjunto trabalhos nos ajuda a traçar um cenário diferente do passado colonial espiritosantense instituído pelas narrativas anteriormente analisadas. Identificamos dissertações produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) que também correspondem a essa categoria de "narrativas críticas de sentido."<sup>603</sup> Tendo como foco o lugar da Capitania no contexto da economia colonial, são leituras que contestam a noção de decadência e estagnação atribuídos ao passado colonial espiritosantense, o que permite a elaboração de uma outra imagem do Espírito Santo colonial.

Sueni Sobrinho, ao analisar a economia local no século XVII, contesta a noção de fracasso e identifica os limites dessa historiografia.<sup>604</sup> Seguindo a perspectiva interpretativa apontada por

<sup>602</sup> FERNANDES, Anna Karoline da Silva; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Poderes inferiores e Política Fiscal na Capitania do Espírito Santo. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, 2014, p. 54.

<sup>603</sup> Na ordem aqui analisadas, são elas: SOBRINHO, Sueni da Vitória. **Capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul**: a pauta de comércio e a atividade mercantil (1600-1642). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013; CONDE, Bruno Santos. **Depois dos Jesuítas**: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011; CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

<sup>604</sup> "A História do Espírito Santo do período colonial foi escrita com poucos documentos e publicada por autores que deram relevo a uma ideia de fracasso da Capitania assimilando ter havido um sucesso na colonização de outras como São Paulo e Pernambuco. Essa construção, feita de maneira fragmentária, teve como princípio básico que as informações daqueles documentos expressavam a verdade, característica de uma história positivista. Nesta

Luiz Cláudio Ribeiro, ele argumenta que não se pode desconsiderar a posição da Capitania naquele contexto colonial:

Esta forma de ver os fatos limita o uso dos dados disponíveis e impede um olhar mais atento da estrutura econômica e do papel estratégico da capitania do Espírito Santo, pois sua posição geográfica lhe proporciona agir na defesa da colônia para garantir a possibilidade de intercâmbio direto com a Europa e por cabotagem com as capitanias do norte e com as do sul [...] A capitania capixaba se configurava como “uma cabeça de ponte da invasão portuguesa da Mata Atlântica”. Ela tinha uma função estratégica no que tange a dinâmica comercial litorânea, “no tráfego com a Europa, África e Ásia, bem como no mercado intracolonial, com um fluxo de cabotagem interessante” que foi perdendo sua robustez, mas não se dizimou por completo, além de auxiliar na defesa da costa com vista a manutenção do território da Colônia portuguesa na América. [...] A capitania do Espírito Santo estava em consonância com o projeto de colonização portuguesa para América.<sup>605</sup>

O autor analisa o Espírito Santo como feitoria e entreposto comercial, considerando que sua produção econômica à época não pode ser considerada irrelevante<sup>606</sup>, pois é possível identificar núcleos de atividade açucareira e outros gêneros bem como um fluxo de transações comerciais com capitanias vizinhas que atestam a conexão comercial em que estava localizada a Capitania.<sup>607</sup> Sobre a produção açucareira ele apresenta:

A documentação faz emergir o volume da exportação desse gênero tão importante à Fazenda real – o açúcar. Segundo consta no Auto de devassa de 1617, os engenhos produziam uns pelos outros, a média de 4.000 arrobas. O engenho Nossa. Sr<sup>a</sup>. da Paz declarou ter exportado 2.547 arrobas do açúcar produzido, todavia, o livro de registro da alfândega acusou 4.123 arrobas e 29 libras, em 273 caixas, o bastante para três navios conduzirem a Portugal. À mesma época, é sabido que o engenho de Marcos d’Azeredo fabricou sozinho a quantidade de 3.763 arrobas, e que foram despachadas em 242 caixas. Ora, esta quantidade multiplicada pelo número de seis engenhos em produção na capitania atinge o total de 25.000 arrobas. [...] Essas informações nos

---

pesquisa perseguimos outra interpretação. Assim, transcrevemos documentos manuscritos datados do período entre 1615-1681. Em sua íntegra, a análise inicial parece conduzir à introdução de novos elementos relacionados com as pautas de comércio no Atlântico, e indicam articulações da capitania capixaba com outras capitanias do Brasil e com as colônias espanholas na América. [...] Os pesquisadores estabeleceram suas análises como se o período colonial no Espírito Santo fosse um bloco homogêneo e inflexível durante os três séculos como colônia, negando, assim, as conjunturas econômicas, os fluxos e influxos monetários, a partir de políticas econômicas traçadas pela Coroa e posteriormente pelo Conselho Ultramarino português e a atividade dos homens de negócios." SOBRINHO, Sueni da Vitória. **Capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul: a pauta de comércio e a atividade mercantil (1600-1642)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. p. 14-15.

<sup>605</sup> Ibid., p. 66.

<sup>606</sup> Por exemplo, o autor compara a produção de açúcar do Espírito Santo com Pernambuco e Bahia no início do século XVII e atenta para as tentativas de invasão por parte dos holandeses: "Esse cotejar da produção mitiga a aparência de uma capitania secundária e justifica o interesse da Coroa em estabelecer um controle mais rígido dos negócios do açúcar. O que queremos demonstrar é que a capacidade de produção por unidade da capitania do Espírito Santo é 25% menor que a de maior produção [Pernambuco] e de 4% em relação a produção da Bahia. Isto revela o interesse dos holandeses na capitania, haja vista que essas foram as únicas capitanias a sofrer o assédio dos holandeses, pois eram áreas de satisfatória produção açucareira. Outro fato que essa comparação nos revela é a não absorção da capitania pela Coroa porque, além da importância econômica de sua produção também serviram de cabeça de ponte para a interiorização do território, como parte da estratégia militar da Coroa." Ibid., p. 95.

<sup>607</sup> Ibid., p. 85-116.

permitem inferir que a atividade econômica na capitania, no período em questão, difere bastante do que nos mostra a historiografia tradicional do Espírito Santo e de alguns autores de história do Brasil.<sup>608</sup>

Assim, segundo Sueni, as primeiras décadas do século XVII apresentam um movimento ascendente da economia instalada na Capitania, não limitada ao negócio do açúcar<sup>609</sup>, contando com uma relativa dinamização comercial<sup>610</sup> que caracterizava o Espírito Santo como entreposto comercial:

O rol de “fazendas” constantes como mercadoria para exportação também faz parte da listagem de importações da capitania do Espírito Santo, e isso pode qualificar a capitania como entreposto. No conjunto do império português era um local em que as mercadorias chegavam, geralmente em navios do reino transbordadas no porto do Rio ou da Bahia, e que saem embarcadas para outras capitanias muitas vezes na condição de meios de pagamento[...]. Concluimos assim que havia um fluxo mercantil de cabotagem entre o Espírito Santo e outras capitanias. Exemplo disso são as fazendas mandadas para o Rio de Janeiro por instrução do governador geral Gaspar de Souza.<sup>611</sup>

Observamos, portanto, que o "marasmo colonial" é contestado por Sueni Sobrinho que apresenta a especificidade local naquele período sem se preocupar com "fatores" de exclusão e marginalização da Capitania, identificando sua importância como entreposto comercial e questionando a noção de ineficiência atribuída a ela. Se este autor avaliou um determinado período do século XVII, Bruno Santos Conde avança no tempo em sua pesquisa contrariando a noção de que o século XVIII foi o período da defasagem econômica devido à atividade aurífera nas Minas Gerais.<sup>612</sup>

Segundo Bruno Conde, essa noção de decadência não corresponde à dinâmica interna do Espírito Santo entre os anos de 1750 e 1800. Ainda que o autor reconheça que a economia local

<sup>608</sup> SOBRINHO, Sueni da Vitória. **Capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul: a pauta de comércio e a atividade mercantil (1600-1642)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. p. 105.

<sup>609</sup> De acordo com o autor: "um complexo quadro de fluxo de capital por meio de transações comerciais que gravitavam em torno da produção de açúcar: fazendas que chegavam da Bahia, do Rio de Janeiro, de Lisboa; mercadorias enviadas ao Rio de Janeiro como quitação. Confirmamos a presença de comissários responsáveis por essas movimentações, procuradores atuando em nome dos senhores de engenhos." Ibid., p.113.

<sup>610</sup> Afirma, assim, o caráter de entreposto: "A capitania estava envolvida num circuito mercantil que foi referenciado pelos testemunhos do auto de devassa. Segundo estes relatos desde pouco antes da União Ibérica aportavam a cada ano na capitania três a quatro naus com mercadorias diversas, as quais entravam pela capitania, não estavam direcionadas apenas aos senhores de engenhos, como destinatários finais mas como parte de pagamento aos açúcares comprados dos lavradores, bem como encaminhadas a comissários e contratadores dos dízimos, que as atravessavam para o Rio de Janeiro e Bahia." Ibid., p. 116.

<sup>611</sup> Ibid., p. 107.

<sup>612</sup> CONDE, Bruno Santos. **Depois dos Jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

não obteve o mesmo êxito do que a de capitanias vizinhas<sup>613</sup>, ele argumenta que desde a segunda metade do século XVIII, ocorreram mudanças na política portuguesa no sentido de tornar mais vantajosa a Colônia, como a expulsão dos jesuítas, e que o Espírito Santo, diferentemente da interpretação convencional, não foi caracterizado pelo fracasso. Se na narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo observamos o ano de 1800 como marco de mudanças interpretadas por José Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes e Neida Lúcia, o autor analisa o período entre 1750 e 1800 como "um tempo de mudança, do qual o Espírito Santo participou ativamente, jogando por terra a ideia de que a capitania vivia isolada."<sup>614</sup>

Nesse sentido, relativiza a noção de fracasso e, tal como Sueni Sobrinho, caracteriza a especificidade da Capitania:

O Espírito Santo colonial comumente é apresentado como uma capitania pobre, um empreendimento fracassado, discrepante das grandes regiões exportadoras escravistas. De fato, isso não deixa de ser verdade em alguns aspectos, mas suscita a necessidade de entendermos a configuração específica do lugar. Se não era um exemplo de esplendor entre o Setecentos e o Oitocentos, o Espírito Santo apresentava suas marcas próprias.<sup>615</sup>

Assim, recorre às fontes que demonstravam a dinâmica local inserida na economia colonial, sem isolamento.<sup>616</sup> A noção de marginalização deu lugar, nessa narrativa, à participação da Capitania no mercado interno da Colônia. Bruno Conde recorre aos inventários, por exemplo, para compreender o significado da estrutura produtiva na segunda metade do século XVIII. Observando dois casos de proprietários locais o autor argumenta:

---

<sup>613</sup> O autor reconhece essa diferenciação: "Assim, condições para o aproveitamento das oportunidades derivadas da mineração existiam, mesmo com as medidas da coroa. Interessante seria entender o porquê do Espírito Santo não ter se aproveitado mais intensamente do nicho gerado pela descoberta do ouro, ao contrário do que ocorrera com outras capitanias. São Vicente, por exemplo, dinamizou ainda mais a prática do comércio interno e as articulações com outras regiões, fato que se somou a um crescimento demográfico superior a 400% neste período.[...] No Rio de Janeiro, as mudanças geradas pelo período da mineração, tal como a ampliação dos mercados a serem abastecidos, transformou-a num importantíssimo entreposto, tendo em vista o seu papel no escoamento do ouro e no abastecimento das Minas com víveres, escravos e outros itens. A intensa ligação com a região mineradora contribuiu de maneira central para que, no decorrer do século XVIII, os negócios mercantis superassem os agrários, transformando a praça carioca no porto por excelência da região das minas. Necessário frisar que, paralelamente a tudo isso, ocorria o deslocamento do centro político e econômico do norte para o centrosul, notadamente para o Rio de Janeiro." CONDE, Bruno Santos. **Depois dos Jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. p. 49.

<sup>614</sup> Ibid., p. 14.

<sup>615</sup> Ibid., p. 114.

<sup>616</sup> O autor indica essa integração: "Pode parecer estranho o fato de uma capitania sem ligações diretas com outros continentes apresentar produtos do reino e até mesmo do oriente numa loja de Vitória. Entretanto, a ligação, através da cabotagem, com o Rio de Janeiro permitia ao Espírito Santo ter acesso aos produtos que lá chegavam vindos do outro lado do Atlântico ou mesmo dos diversos mercados regionais internos da América lusa." Ibid., p. 114.

Os casos de Joanna da Victória e João Machado são apenas dois exemplos de atores que ajudavam a moldar a estrutura produtiva do Espírito Santo. A primeira era portadora de lavouras diversificadas, enquanto o segundo tinha como principal marca a produção de aguardente. Ambos eram escravistas, residiam em Vitória e desenvolviam atividades agrícolas e pecuárias no entorno da ilha. Mas não se deve imaginar que este seja o modelo único dos detentores de bens inventariados no período. Ao invés disso, a realidade encontrada abrigava toda uma complexidade de patrimônios e bens. Eram lavouras, escravos, produtos para a venda, dinheiro emprestado a juros, sobrados e casas nos meios urbano e rural, sítios com benfeitorias, etc.<sup>617</sup>

Ampliando sua argumentação, enfatiza a produção de outros gêneros como a mandioca e o algodão<sup>618</sup> que estiveram entre as principais atividades produtivas nesse período, assim como demonstra a considerável presença da cabotagem servindo à importação e exportação de produtos no comércio com outras Capitanias:

Sem recorrentes ligações comerciais diretas com a Europa e a África, coube ao comércio de cabotagem com as capitanias vizinhas providenciar o escoamento da produção local e a busca pelos gêneros aqui faltantes, inclusive cativos africanos, os quais vinham do Rio de Janeiro[...] As canoas, embarcações menores e mais comumente encontradas nos inventários, tinham a importância de levar aos cais de Vitória os gêneros produzidos às margens dos diversos rios que desaguavam na baía, tal como a região do rio Santa Maria, marcada pela presença de engenhos.<sup>619</sup>

Se a análise de Sueni e Conde recortam dois momentos do período colonial e evidenciam a presença do Espírito Santo na complexidade da dinâmica colonial, Enaile Carvalho também colabora em sua dissertação<sup>620</sup> para essa revisão. Contrapondo-se à noção de ciclos econômicos e ao sentido da história resultante dessa perspectiva<sup>621</sup>, a autora recorre aos empreendimentos pessoais e às redes de sociabilidade que permitiram-na avaliar o cenário local nas primeiras

<sup>617</sup> CONDE, Bruno Santos. **Depois dos Jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. p. 90.

<sup>618</sup> Ibid., p. 125. Sobre a produção de algodão no contexto de diversificação da colônia: Embora não seja produção das mais expressivas, a presença dessas pequenas fábricas no ambiente em questão é algo revelador, notadamente se considerarmos que o Espírito Santo vez ou outra é apresentado como um centro sempre atrasado em relação às principais tendências e movimentos econômicos vivenciados pelo restante da colônia. Inegável a contribuição dos acontecimentos internacionais, a partir da década de 1770, para a expansão da cultura algodoeira, mas a dedicação a tais lavouras em solo espiritosantense já existia antes disso, incentivada, e não principiada, a partir do contexto externo. Ibid., p. 125.

<sup>619</sup> Ibid., p. 108.

<sup>620</sup> CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

<sup>621</sup> A autora questiona a perspectiva de Bittencourt: "Em contrapartida, no caso do Espírito Santo, a falta de pesquisas sobre a história da região, na maioria dos períodos, acaba por propiciar a adoção de modelos historiográficos generalizantes ou simplesmente, definir um período como sem importância. Um bom exemplo disso é o caso do recorte temporal compreendido entre o fim do século XVIII e início do XIX, tratado com menor interesse pela historiografia capixaba que estabelece as pesquisas, privilegiando o advento da cafeicultura no Espírito Santo a partir de 1850. O enfoque sobre as primeiras décadas do século XIX configura-se de vital importância para subverter uma tradição historiográfica preocupada, quase sempre, em encontrar prosperidade apenas nos grandes eventos econômicos como a cultura cafeeira ou os grandes projetos industriais." Ibid., p. 21.



décadas do século XIX. Contrariando a noção de fracasso colonial<sup>622</sup>, Enaile Carvalho identifica indícios que ajudam a configurar um cenário econômico diferente dos retratados pelas narrativas da superação do atraso.<sup>623</sup> Refletindo sobre o lugar do Espírito Santo, argumenta que deve ser entendido como participante do comércio interno da colônia.<sup>624</sup> Nesse sentido, argumenta que as atividades comerciais estavam em consonância com o contexto colonial que já não contemplava o auge da atividade aurífera mas experimentava um dinamismo econômico interno do qual participava o Espírito Santo:

Outras iniciativas surgiram no sentido de verificar novas fontes de riquezas perante a administração lusitana no advento do Oitocentos. Neste sentido, amostras de madeiras e sementes foram enviadas a partir de 1800, tanto por Silva Pontes quanto por seus sucessores, no intuito de fazer a Coroa conhecer melhor a terra e identificar as riquezas passíveis de exploração e envio para o Reino.[...] A título de exemplo, em 1805, o então governador Manoel de Albuquerque Tovar enviara pelo Bergantim “Lobos Unidos” remessa com amostras de todas as madeiras identificadas na Capitania. No ano seguinte, saía do Porto de Vitória a galera “Prontidão” carregada de madeiras com a Marca Real [...].Essas iniciativas evidenciam a nítida mudança na visão de lucratividade que não mais se pautava na descoberta de metais e pedras preciosas ou na agroexportação, mas também, vislumbrava a exploração dos elementos naturais ou produzidos pela terra como mecanismo rentável. Portanto, as remessas de amostras botânicas ou agrícolas não representavam exceções, mas aspectos administrativos bem comuns no advento do século XIX. [...] Diante do exposto, o papel de capitânias voltadas ao abastecimento interno, como a do Espírito Santo, deixa de ser visto como um problema de estagnação, mas compreendido como um fator conjuntural de independência da colônia quanto aos gêneros de primeira necessidade perante a instabilidade europeia.<sup>625</sup>

<sup>622</sup> Contra o estigma da terra abandonada : "Pretendo aqui, estabelecer um novo panorama para a história capixaba do final do Período Colonial, vislumbrado numa realidade diferente daquela presente na historiografia tradicional, sem contaminações de um discurso que insiste em atribuir o estigma de 'terra abandonada' para o Espírito Santo do referido período; partindo do pressuposto da existência de uma sociedade ativa do ponto de vista econômico e social, que superava as dificuldades através das redes de sociabilidade. Além disso, o Espírito Santo chega ao século XIX, inserido na lógica política, social e econômica da época, confirmado pelo consumo de gêneros importados e pela produção que, mesmo diversificada e desenvolvida em pequena escala, era sim, voltada para comercialização." CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 25.

<sup>623</sup> "[...] observei a existência, no Espírito Santo do Oitocentos, de uma coerência social própria decorrente de sua situação geográfica, política e econômica ímpar, elevando a Capitania, não só a uma situação de subsistência autônoma perante outras capitânias e o Estado no que concerne ao abastecimento, mas também, como parte integrante do sistema colonial, na medida em que, a produção direcionava-se para o abastecimento de outras regiões coloniais. Pode-se afirmar que o conhecimento a respeito das dinâmicas, produtiva e política, da Vila de Vitória, esclarecem acontecimentos locais, como também, informam acerca dos processos globais da colônia." Ibid., p. 20.

<sup>624</sup> No que concerne à economia, os documentos investigados comprovaram a autonomia do Espírito Santo com relação à subsistência, além de, permitir sua classificação de Capitania voltada para produção e exportação de gêneros alimentícios e entreposto comercial, posicionando-a como fornecedora de gêneros alimentícios, madeira de lei, tecidos e algodão em espécie para outras regiões do Brasil. [...] Mesmo os discursos políticos não reconhecendo a existência de uma produção relevante e capaz de propiciar o desenvolvimento do Espírito Santo, os mesmos contemplaram, contudo, ser a produção superior à necessidade local, o que promovia exportações para outras capitânias, além da produção servir como mecanismo de acumulação e consumo de gêneros importados. Assim, a mesma embarcação responsável em escoar a produção excedente capixaba, acabava por suprir o Espírito Santo de artigos provenientes de outras localidades da colônia ou do estrangeiro. Ibid., p. 62.

<sup>625</sup> Ibid., p. 64-65.

Observamos, ainda, que esse lugar do Espírito Santo identificado por Enaile Carvalho corresponde à sua diversificação econômica como participante do comércio entre capitanias:

[...] expõe o quadro dos fretes contratados, junto à lancha de Francisco de Medeiros Arruda, para o transporte dos gêneros de abastecimento da Capitania para o Rio de Janeiro, e aqueles fretes, contratados no retorno para a Vila da Vitória. A referida viagem levou mercadorias do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, como algodão, fio de algodão, madeira de lei, açúcar; retornando carregada de gêneros, a exemplo de carne, seda, aguardente, marmelada, louça, queijo, rosca, cera, toucinho, farinha, azeite, sal e pano. Diante das trajetórias dos homens dedicados aos negócios, seja na Praça da Vitória, seja em outras capitanias – Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia –, nota-se que, em princípios do século XIX, já estava estabelecida a elite mercantil capixaba e os mecanismos garantidores do escoamento dos gêneros da terra e do abastecimento da população com artigos de fora. Fato constatado não só pelas narrativas expostas, mas também, pela entrada no Porto do Rio de Janeiro, de embarcações provenientes da Capitania capixaba.<sup>626</sup>

Enaile constata que os empreendimentos pessoais analisados por ela evidenciam uma diversificação de rendas que, por sua vez, apontam para uma produção local voltada para o abastecimento do mercado colonial que "viabiliza inserir a economia capixaba no contexto da economia colonial"<sup>627</sup>

Entendemos, portanto, que tanto os artigos analisados como as dissertações produzidas a respeito do período colonial atendem aos propósitos do nosso desafio historiográfico no que tange à abordagem crítica acerca da produção historiográfica do Espírito Santo. Ao recorrerem a novas fontes e releituras de outras, tais estudos colaboram com a reflexão sobre a escrita da história local pois orientam suas abordagens justamente na crítica aos fundamentos das narrativas históricas da superação do atraso.

Elas relativizam, desconstroem e redimensionam o valor atribuído a determinadas circunstâncias, acontecimentos e marcos temporais. Assim, negam o caráter homogêneo da economia colonial da Capitania e viabilizam outras avaliações e qualificações. Os artigos apresentados evidenciam a mudança de paradigma de compreensão e as possibilidades de entendimento sobre os primeiros séculos no Espírito Santo, contestando as noções de sentido único da história colonial e seu status de fundação do atraso. Complementando, as dissertações demonstraram que a Capitania experimentou diferentes circunstâncias econômicas e reavaliaram marcos tradicionais do passado. O Espírito Santo que emerge nas narrativas de

<sup>626</sup> CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 92.

<sup>627</sup> Ibid., p. 68.

Bruno Conde e Enaile Carvalho não corresponde à imagem de fracasso e abandono caracterizada pelas narrativas anteriores. O primeiro identifica o revigorecimento econômico da Capitania no século XVIII com a expulsão dos jesuítas, contrariando a tese de que a região esteve estagnada devido à exploração da atividade aurífera. Já a autora demonstra a capacidade de inserção do Espírito Santo na economia colonial, principalmente para a abastecimento do mercado regional, no início do século XIX. O que antes foi definido como marco inicial de um processo de mudança que só ocorreria com o advento da República, é definido pela autora como momento de afirmação do Espírito Santo na nova dinâmica econômica que se configura após o auge da mineração.<sup>628</sup> E, ainda mais distante no tempo, Sueni Sobrinho destaca que a inserção da Capitania no contexto econômico colonial já existia no século XVII. Revisões e deslocamentos, portanto, constitutivas dessas novas narrativas críticas.

Rompem, portanto, com o lugar sacralizado do atraso no passado colonial do Espírito Santo, seja nos discursos políticos ou na historiografia. Ao abandonar a lógica atraso-progresso e criticar o "sentido da colonização", essa produção historiográfica estabelece novos sentidos para o passado colonial e define narrativas não orientadas pela expectativa do progresso ou do desenvolvimento como superação. O significado do conjunto de experiências do passado colonial não é avaliado como fardo. Atentam para a historicidade das experiências vividas e as condições de possibilidades existentes nas dinâmicas da economia colonial na qual se inseria a Capitania. Essa produção historiográfica se relaciona com o passado local sem entendê-lo como origem do que é o Espírito Santo hoje nem como determinante de uma trajetória cujo sentido seria a superação do atraso.<sup>629</sup>

---

<sup>628</sup> Essa crítica ao século XVIII como o principal obstáculo enfrentado pelo Espírito Santo no roteiro histórico definido pelas narrativas históricas da superação do atraso correspondem à crítica que André Pereira faz à interpretação de José Teixeira de Oliveira sobre a noção de "barreira verde": "[...]o texto de Oliveira desenvolveu uma argumentação que é claramente marcada por um tom emocional e elabora a tese de que o Espírito Santo teria perdido algo que deveria lhe pertencer por direito, num raciocínio contrafactual que não tem como ser sustentado pelo fato de que não correspondeu ao processo histórico, e nem mesmo auxilia para elaborar, didaticamente, outras linhas de atuação em termos potenciais. [...] Nenhuma capitania original se estendeu até o traço de Tordesilhas, nem teria como fazê-lo. A ocupação do interior seguiu dinâmicas próprias, que iriam gerar outros tipos de interação social. Não foi assim, porém, que Oliveira pensou. Vale notar que, sendo formado em Direito, talvez tenha se deixado influenciar por um formalismo legal, que também não teria como ser justificado." PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Fantasias persecutórias na História do Espírito Santo. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Goiânia, n.1, jan/jul, 2013. p. 153. Disponível em: [http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth). Acesso em: 12/04/2015.

<sup>629</sup> Salgado Guimarães preocupado com as diferentes formas de produção do passado considera que a relação que um presente estabelece com o passado pode ser o de considerá-lo como fardo quando se apropria dele como origem de uma realidade presente ou como condições de possibilidade existentes em determinada época. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Marta;

## 5.2 O ESPÍRITO SANTO REPUBLICANO: A CRÍTICA AOS MODELOS DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

Se a representação do atraso colonial é desconstruída pelas narrativas críticas, o período republicano, antes narrado como a imagem do progresso e do rompimento com o atraso, também emerge sob outra perspectiva de análise. De acordo com as narrativas anteriormente analisadas, o período republicano no Espírito Santo seria marcado por duas grandes experiências de desenvolvimento: a modernização, com seus esforços industrializantes, na Primeira República e o projeto de industrialização das décadas de 1960 e 1970 que se tornaram os principais marcos da “superação do atraso” local. Na avaliação acerca dos estudos em torno do Período Republicano no Espírito Santo identificamos e selecionamos trabalhos acadêmicos: livros, artigos em revistas científicas, dissertações e teses. A releitura do passado nessas abordagens reconfigura a narrativa de Espírito Santo republicano problematizando fatos e sujeitos históricos de seus lugares sacralizados na memória local, desconstruindo símbolos do progresso estabelecidos nas narrativas históricas da superação do atraso e apropriados, como vimos, na atualidade como elementos constituintes de uma memória do desenvolvimento e do discurso político da superação do atraso.

Em relação à Primeira República, os trabalhos de Jadir Peçanha Rostoldo e Wanessa Doellinger Palácios<sup>630</sup> são exemplares para avaliarmos a importância de releituras sobre a modernização do início do século passado. Em sua tese, Rostoldo faz uma análise crítica acerca dos governos estaduais que conduziram o projeto de modernização, considerando-os não como propulsores do progresso e de superação do marasmo do Espírito Santo, mas analisou-os como uma forma de exercício do poder, fundamentado nas relações clientelísticas do período e orientados por um ideal de modernidade característico da época. Dessa forma, observa os relatórios dos presidentes de Estado como representação da modernidade presente no discurso político, o do progresso, ao qual estava atrelado o da transformação da capital Vitória.<sup>631</sup>

---

SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 39.

<sup>630</sup> ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba**: espaço urbano, poder e sociedade. 210f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008; PALACIOS, Wanessa Doellinger C. **A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização em Vitória (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

<sup>631</sup> "A maior evidência da atuação e poder do Governo sobre a capital do Espírito Santo são os relatórios e mensagens produzidos para a prestação de contas ao Congresso Legislativo Estadual. Esse material demonstra as preocupações com os destinos do Estado e expõe suas realizações. Ressaltamos que grande parte dessas preocupações estava intimamente vinculada aos interesses dos grupos dominantes que davam suporte ao governo,

O foco do autor sobre esse período é crítico quanto aos efeitos desse processo de modernização. Segundo Rostoldo, realizou-se um projeto modernizante que não gerou ganhos sociais para a maioria da população, prevalecendo os interesses de uma elite política e social vinculada ao clientelismo político da época que tornou-se a principal beneficiária das transformações na Capital. É nesse sentido que o autor direciona sua crítica aos governos de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. Argumenta que o discurso modernizante era utilizado como legitimador das ações governamentais.<sup>632</sup> Porém, deslocando esses governantes do lugar de símbolos do progresso, ele aponta as dificuldades de condução e ineficiência de realização do projeto de modernização bem como seu caráter limitado e excludente.<sup>633</sup>

Além da abordagem crítica em relação ao projeto de modernização republicano no Espírito Santo, Rostoldo também relativiza o lugar de “propulsores do progresso” instituído em relação aos governos estaduais desse período. Analisando as petições<sup>634</sup> o autor argumenta que a modernização da capital Vitória não pode ser avaliada apenas como expressão da ação desses governantes. Ainda que reconheça o governo estadual como principal promotor das mudanças,

---

o que nos leva a aceitar que os relatórios/mensagens também funcionaram como uma prestação de contas do governo à sua base política e econômica, uma forma de explicar o seu compromisso com essa parcela da sociedade." ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade**. 210f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 197.

<sup>632</sup> Sobre os discursos dos governadores: "Nesse sentido, o discurso dos governos foi o mesmo. No início dos seus períodos administrativos, tudo estava por se fazer na Capital. Apesar das tentativas anteriores, a cidade não apresentava o padrão necessário: o republicano. As decisões de obras foram tomadas com este foco: retirar a cidade do abismo colonial e inseri-la nos novos tempos da modernidade republicana, bela e saneada. Esse discurso também nos remete à maior valorização pelos governos das obras realizadas em seu período, ou seja, o reforço e a propaganda do negativo afloravam e evidenciavam o positivo. O objetivo não era valorizar as ações anteriores, mas colocar em foco as suas próprias intervenções, que defendiam ser realmente aquelas que conseguiram reverter a situação da cidade." Ibid., p. 198.

<sup>633</sup> Sobre Moniz Freire: "Após o levantamento desses dados, parece-nos que, apesar do discurso governamental em defesa de transformar Vitória no grande centro do Estado, a quantidade e a qualidade das intervenções ficou aquém do prometido e do necessário. Com o direcionamento prioritário para a viação férrea, as demais obras foram prejudicadas. Quase todas tiveram início tardio, a partir de 1893, e apenas o Quartel de Polícia e a Cadeia Pública, o Hospital de Isolamento e o Teatro estavam concluídos ao final do governo. Ibid., p. 88; Sobre Jerônimo Monteiro: "O presidente deixou claro que, resolvidos esses problemas, a cidade pegaria o trem do progresso. Não duvidamos da importância desses serviços básicos, que já demoravam a funcionar na Capital, mas nos parece relevante indagar se eles seriam suficientes para remodelar Vitória. Afinal, apenas uma parcela da população seria beneficiada. O transporte público continuava sem solução e o lixo sem tratamento adequado, só para indicar outras questões relevantes. Concordamos que as obras contribuiriam para o progresso da cidade, mas não seriam suficientes para a inclusão de Vitória no rol das cidades com padrão republicano. Ibid., p. 94.

<sup>634</sup> "Como o foco de nossa análise não é apenas identificar e catalogar as intervenções urbanas ou indicar suas consequências para a cidade de Vitória, mas também reconhecer os responsáveis por essas ações e suas motivações, fez-se necessária a utilização de uma fonte não oficial que pudesse expor a visão diversificada da sociedade. Esse procedimento abriu novas perspectivas para a pesquisa. [...] As petições foram nossos instrumentos para que pudéssemos traduzir a atitude da população de Vitória frente às transformações urbanas. Mesmo que não fossem gratuitas e, em sua maioria, espontâneas, representavam o que de mais próximo identificamos como expressão da sociedade." Ibid., p. 121.

evidencia a participação de outros sujeitos, o poder público municipal e a população.<sup>635</sup> O autor possibilita que a população de Vitória<sup>636</sup> se apresente como ativa frente às ações do Estado e ocupe um lugar na narrativa histórica republicana do Espírito Santo. Nessa perspectiva, ele identifica que os moradores foram os principais demandantes das petições, o que demonstra sua participação na transformação da cidade em diversas maneiras.<sup>637</sup> Ele destaca, principalmente, as petições espontâneas e coletivas como representantes da ação consciente da população:

Os moradores da cidade também agiram em conjunto buscando ações do ente público para o benefício coletivo e não apenas individual. Em petição do dia 18-11-1910, os moradores da Rua Presidente Pereira, ‘usando do incontestável direito de petição que as leis lhes garantem’, solicitaram reparos e manutenção da rua onde moravam, tendo em vista seu estado lastimável provocado pelas escavações para a colocação dos canos de esgoto. Finalizaram declarando: ‘É nessas tristes condições que os abaixo assinados se dirigem à Prefeitura ficando, a bem da justiça da sua reclamação, as urgentes providências em defesa da saúde destes, interessando portanto a higiene pública.’<sup>638</sup>

Rostoldo possibilitou à narrativa histórica do Espírito Santo, portanto, inserir diferentes sujeitos históricos, criticando o projeto de modernização e apresentando o conflito entre a ordem

<sup>635</sup> "A sociedade não estava alheia ao processo, no entanto, seu campo de atuação se restringiu às suas necessidades cotidianas, mais imediatas. O Governo Estadual agiu estrategicamente; já o Municipal atuou no sentido da manutenção e conservação; e a população, mesmo utilizando um instrumento legal, as petições, não abriu mão do seu direito de pedir, questionar e propor." ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade**. 210f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 201

<sup>636</sup> Sobre esse caráter ativo: "A sociedade vitorienne também representou um importante sujeito responsável pelas intervenções no espaço urbano da Capital. Essa constatação foi possível a partir das análises das petições, documentos utilizados pela população para se comunicar com o Estado, especificamente com o Governo Municipal. Esse instrumento, um direito da população, tornou-se o veículo para a incorporação da sociedade aos sistemas de gestão do espaço urbano de Vitória." Ibid., p. 199.

<sup>637</sup> O autor apresenta diversos pedidos como de construção para o comércio, saúde pública, embelezamento, etc. Observemos um caso relatado sobre *o comércio*: "[...] Leopoldo Tonini e José da Costa Lebres solicitaram, no dia 7-10-1892, licença para estabelecer Kiosque na Capital. O primeiro especificou o tipo e o local onde deveria ficar, além de indicar que o Kiosque seria imitação dos que existiam no Rio de Janeiro. Para o segundo, o estabelecimento seria utilizado para vender bebidas em geral, atendendo à classe menos favorecida de fortuna.' Justificou seu pedido pelo crescente aumento da população da cidade. " ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade**. 210f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 156; Sobre a preocupação com *a modernização da cidade*: "[...] podemos perceber a preocupação dos demandantes com as características da Capital, como no pedido de alinhamento feito por José Luiz Durães, em 25-2-1893, que declarava que o motivo de sua obra era o embelezamento de sua casa e da praça onde ela estava edificada. Da mesma forma, Antonio Marques Orsini, comerciante na Praça do Mercado, solicitou permissão, em 22-6-1893, para efetuar obras de mudança de acesso aos quartos do mercado, obras que permitiriam uma melhor circulação, aumento dos negócios e aformoseamento do local, fazendo com que o mercado, que não estava à altura da beleza da Capital, passasse a ter a forma das praças dos mercados mais modernas já existentes." Ibid., p. 158; E, ainda, sobre *a saúde pública*: "A petição do engenheiro Ferreirinha, de 27-7-1895, tocou em uma das questões mais importantes do período: a higiene. Segundo o peticionário, o maior e mais importante problema da cidade era a falta de saneamento. Vitória ainda não tinha um serviço regular de tratamento do esgoto nem de remoção do lixo. [...] Preocupado com os efeitos negativos da situação, o engenheiro enumerou várias sugestões que poderiam solucionar o problema, que iam desde o tipo de vaso a ser utilizado nas casas até a forma de tratamento dos detritos, além de apresentar os procedimentos para o recolhimento do lixo. Ibid. p. 160.

<sup>638</sup> Ibid., 169-170.

republicana e a necessidade dos moradores. Este conflito fica evidente na dissertação de Wanessa Doellinger Palácios, que trata da emergência dos espaços periféricos em Vitória com a implantação das mudanças urbanas na Capital. Tal como Rostoldo, realiza uma análise com foco nas consequências desse processo para a vida da população, associando seus efeitos negativos às ações governamentais da época.<sup>639</sup>

A autora analisa a nova feição urbana da cidade, mas problematiza o projeto modernizador e destaca em sua análise os problemas sociais decorrentes desse processo no início do século XX. As transformações na Capital aparecem associadas a um modelo de modernização excludente:

O Estado foi o grande agente direcionador e gerenciador do processo de urbanização, que transformou a antiga Vitória, de aspectos coloniais, sem nenhum tipo de saneamento, em uma cidade mais moderna e saneada. Da mesma forma, o poder público estadual também voltou seu olhar para a questão habitacional. Assim, ao mesmo tempo em que iam ocorrendo às demolições e recuos de prédios para abertura de ruas e avenidas, foi-se construindo habitações para as camadas desfavorecidas de fortuna. Essas habitações foram erguidas em locais afastados do centro, como forma de homogeneizar os espaços da urbe: o centro para a elite e a classe média e os arrabaldes para as camadas pobres da população. Sobre essa perspectiva, os melhoramentos urbanos efetuados em Vitória foram acompanhados de uma segregação espacial que se refletiu num alargamento dos espaços periféricos na capital, refúgio dos impossibilitados de usufruir dos frutos da modernidade elitista.<sup>640</sup>

Diante dessa problemática, a autora argumenta que as mudanças tiveram, principalmente, um caráter elitista, mas a concretização da expansão do espaço urbano das áreas centrais de Vitória, com o surgimento de ruas, avenidas, praças e prédios públicos, significou um processo de exclusão e diferenciação social, caracterizado, sobretudo, pela periferização:

Os espaços periféricos da capital não cresceram em habitação e em população de forma imediata. O foram, à medida que o projeto político de urbanização de Vitória e do remodelamento de seu centro foi se efetivando gradativamente. Dessa forma, os

---

<sup>639</sup> "O processo de urbanização de Vitória, que teve com Jerônimo Monteiro o seu impulso inicial, consolidou-se mais concretamente com Florentino Avidos. Todavia, a transformação de Vitória de cidade colonial em uma cidade mais moderna e saneada não foi acompanhada de um projeto político habitacional mais efetivo, que pudesse sanar a crise de habitação provocada pelas demolições e pelo aumento populacional verificado na capital durante o seu processo de urbanização. O direcionamento dado pelo governo estadual durante a Primeira República, mais especificamente com Florentino Avidos, foi o realojamento de uma parte da população menos favorecida para os arrabaldes da capital, expandindo-se, assim, os espaços periféricos de Vitória. Nem todos os segmentos da população podiam se comprometer com a aquisição da casa própria vendida em prestações pelo governo, ou com os custos de aluguéis em qualquer outra região de Vitória. Podemos relacionar a ocupação dos morros ao redor do centro de Vitória com essa questão. Morros como o do Moscoso, da Fonte Grande e da Piedade, na segunda década do século XX já eram ocupados em Vitória. Nesses locais foram construídos casebres e palhoças sem nenhum tipo de infraestrutura de saneamento e, por isso mesmo, eram vistos como uma constante ameaça de infecções e moléstias, as quais poderiam ser transmitidas às populações da parte baixa da cidade." PALACIOS, Wanessa Doellinger C. **A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização em Vitória (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. p. 166.

<sup>640</sup> Ibid., p. 18-19.

espaços em Vitória foram organizando-se e se homogeneizando de acordo com as condições socioeconômicas de seus cidadãos: a maioria dos espaços no centro da cidade ficou para a elite, para a classe média e para as atividades relacionadas ao lazer, à administração e ao comércio. Não se excluíram totalmente do centro da cidade as camadas menos favorecidas da população, mas, com certeza, seus espaços ficaram bem menores. A grande maioria dessa população dirigiu-se para os arrabaldes da capital, como Jucutuquara, Santo Antônio, Ilha de Santa Maria, Praia Comprida, Suá e Vila Rubim. Esses espaços foram se consolidando enquanto lócus dessas camadas, paralelamente ao aumento da população de Vitória e do processo de modernização da cidade.<sup>641</sup>

Wanessa Doellinger demonstra, dessa forma, como as contradições sociais se acentuaram nas primeiras décadas do século XX no Espírito Santo e, consequentemente, como a pobreza e a falta de habitações populares não só criaram periferias como também, seguindo às concepções de saúde da época, o sujeito pobre fosse associado à insalubridade e ao perigo social.

Assim, percebemos que as consequências negativas do processo de modernização são trazidas pelos autores, que estabelecem com o passado uma relação problematizante. O sentido do passado não é mais o do progresso. A mudança de foco permite que as narrativas apresentem outros sujeitos históricos bem como evidenciem os efeitos negativos do projeto modernizante da elite política local. Por um lado, como vimos, Moniz Freire, Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos são redimensionados, sendo revistos o lugar e valor atribuído a eles. Por outro, o foco está nos sujeitos que sofreram as consequências dessa ordem republicana como também nos atores sociais partícipes desse processo, de forma ativa e, dentro das possibilidades, reivindicativa.

A desconstrução de modelos de narrativas históricas anteriores fica ainda mais evidente quando avançamos no tempo e avaliamos as mudanças historiográficas em torno da temática do desenvolvimento econômico local a partir das décadas de 1960 e 1970. Como observamos anteriormente, tanto na definição das narrativas históricas da superação do atraso como na produção da “memória do desenvolvimento”, esse período tornou-se paradigmático na forma de se compreender e narrar o passado do Espírito Santo. Esse marco histórico passa também por revisões críticas e releituras que redimensionam o valor atribuído a determinados eventos e personagens históricos que são avaliados, principalmente, em função da crítica realizada ao

---

<sup>641</sup> PALACIOS, Wanessa Doellinger C. **A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização em Vitória (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. p. 173.



modelo de desenvolvimento adotado na formulação e realização dos chamados Grandes Projetos.

Na abordagem desse conjunto de estudos, identificamos duas linhas de interesse: os que analisam o modelo de desenvolvimento adotado pela elite política local e os que avaliam os impactos do processo de industrialização ocorrido na sociedade espiritosantense. Seleccionamos artigos de revistas acadêmicas bem como teses e dissertações que nos revelam outra forma de compreensão e narrativa histórica acerca desse período. Primeiramente, no que tange à análise crítica em torno do modelo de desenvolvimento implantado no Espírito Santo, os estudos são pautados pelas questões que envolveram a via da industrialização como caminho para o desenvolvimento, seus aspectos políticos e suas relações com as mudanças ocorridas no cenário local.

Em relação à industrialização como o caminho a ser seguido pelo Espírito Santo, Diones Ribeiro<sup>642</sup> considera que o que foi estabelecido com os Grandes Projetos foi uma perspectiva conservadora de desenvolvimento. Segundo ele, o desenvolvimentismo foi adotado como projeto a ser seguido pelas elites locais como meio de se queimar etapas de desenvolvimento capitalista objetivando maximizar as forças produtivas locais e elaborar um forte parque industrial para superar o que era considerado atraso econômico associado ao setor agrário-exportador.<sup>643</sup> Foi esse o modelo criticado pelo autor. A industrialização implementada foi a da tecnocracia que assumiu a condução do Espírito Santo após 1964, o que ele denominou de “burguesia de Estado”:

Esta burguesia de Estado, como bem conceitua Caio Prado Júnior, se uniu a partir do aparelho de Estado, para promover o desenvolvimento econômico, tendo destaque as ações de Eliezer Batista, Carlos Monteiro Lindemberg, Asdrúbal Soares, José Buaiz, Jones dos Santos Neves, Américo Buaiz, Arthur Gehardt etc [...]. Ou seja, eram pessoas que utilizavam a máquina estatal em nome de um projeto de Espírito Santo via industrialização e modernização estrutural.<sup>644</sup>

O perfil da modernização, segundo ele, concretizou-se na década de 1970 com a criação dos grandes projetos de Impacto, o que determinou o alinhamento com o projeto dos militares assim como suas implicações:

---

<sup>642</sup> RIBEIRO, Diones A. Uma perspectiva conservadora do desenvolvimento econômico capixaba no pós 1964: o Governo Arthur Gehardt e os Grandes Projetos de Impacto (1971-1975). **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, pp. 127-150, 2014.

<sup>643</sup> Ibid., p. 129-132.

<sup>644</sup> Ibid., p. 132.

[...] a política econômica desenvolvida pelos militares e implementada no Espírito Santo na década de 1970 deu ao país um papel complementar no capitalismo internacional, dotando-o de indústrias que exportariam materiais e insumos indispensáveis para o desenvolvimento capitalista de empresas estrangeiras, notoriamente as americanas e japonesas. Ao se poupar mão de obra através da transferência de tecnologia, também se racionava empregos. Os postos melhor qualificados eram aqueles que recebiam os melhores salários, ao passo que a grande maioria da população receberia baixa remuneração[...]. O projeto das elites do Espírito Santo formulado para a superação do atraso foi balizado nesta lógica, já que ele foi pensado através da associação do capital nacional e do internacional através da transferência de tecnologia. Era o modelo da modernização conservadora se tornando hegemônico no Espírito Santo.<sup>645</sup>

Diones Ribeiro questiona um ponto central das narrativas históricas da superação do atraso. Sua crítica a esse modelo é direcionada para o fato de que os investimentos realizados pelo Estado, por meio de órgãos como a CODEC (Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo) e o BANDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo), não colocaram a indústria local no patamar de outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo, pois, para o autor, empreendimentos como o da Companhia Vale do Rio Doce, representavam um “desenvolvimento econômico pensado para o estado [que] visava adequar a economia local aos ditames do capitalismo transnacional, sem que as arestas ligadas ao subdesenvolvimento fossem rompidas.”<sup>646</sup> O que implicou na caracterização que ele fez de um governo identificado com a “superação do atraso”:

Mesmo que o governo de Arthur Carlos Gehardt Santos tenha sido um marco na questão do planejamento e que os Grandes Projetos de Impacto tenha permitido a inserção do Espírito Santo no cenário capitalista internacional, tal perspectiva de crescimento econômico reforçou o papel complementar do Estado na esfera capitalista internacional, ao transferir uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e dotá-lo de um parque industrial fornecedor de matérias-primas e insumos a serem utilizados pelos grandes conglomerados internacionais.<sup>647</sup>

Observamos, portanto, que Diones Ribeiro questiona o valor dado a esse período e seus principais atores políticos como marcos da “superação do atraso” presente nos discursos políticos sobre o desenvolvimento local. Em relação aos aspectos políticos desse contexto, a tese de Ueber Oliveira<sup>648</sup> nos apresenta a questão da relação entre o projeto de industrialização

<sup>645</sup> RIBEIRO, Diones A. Uma perspectiva conservadora do desenvolvimento econômico capixaba no pós 1964: o Governo Arthur Gehardt e os Grandes Projetos de Impacto (1971-1975). **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, 2014, p. 141.

<sup>646</sup> Ibid., p. 146.

<sup>647</sup> Ibid., p. 148.

<sup>648</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013; Complementada pelo artigo: OLIVEIRA, Ueber. Regime militar, elites regionais e a confluência de agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gehardt no Espírito Santo (1971-1975). **DIMENSÕES**. Vitória, n. 30, pp. 385-421, 2013.

e o jogo político local em termos de legitimidade e permanência de uma parcela da elite política local no poder e na condução do desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Seu foco são as disputas políticas locais e, em especial, a análise de como um determinado grupo conduziu o Diretório Regional da Arena e viabilizou, de forma seguida, os governos de Christiano Dias Lopes Filho, Arthur Carlos Gehardt e Élcio Álvares, entre 1967 e 1979, consolidando a implantação dos Grandes Projetos Industriais no Estado.

Ueber Oliveira nos remete a um aspecto importante quando se trata desse período que é a análise dessa relação entre elite política local e o governo dos militares. A exaltação de determinados fatos e personagens históricos associados ao desenvolvimento econômico das décadas de 1960-1970, tanto nos discursos políticos como na historiografia, na maioria das vezes, não retratam essa relação estabelecida com o Regime Militar no que tange a possibilidade de legitimação de um projeto. O autor, ainda que se concentre nas disputas políticas locais, evidencia que a plataforma de mudanças estruturais ocorridas no Espírito Santo, conduzida por esses governantes, foram possíveis pelo alinhamento com os militares, com o modos operandi, com sua forma de governo. Segundo ele, existiu um comprometimento dos segmentos de poder em diferentes esferas que garantiram a perpetuação política de atores políticos com esse alinhamento que garantiam a consolidação do regime ditatorial a nível estadual e municipal, possibilitando a confluência de interesses de parte da elite local e os militares.<sup>649</sup>

É nessa perspectiva, por exemplo, que Ueber Oliveira compreende a chegada de Christiano Dias Lopes ao governo, pois sua trajetória evidenciava uma correspondência com as propostas modernizantes que se consolidavam no Espírito Santo. Como evidenciou Diones Ribeiro, a tecnocracia conduziria o processo de industrialização e Ueber Oliveira evidencia como se estabeleceu a ocupação de um espaço de poder que garantia a legitimidade política dentro do restrito espaço de atuação. Um consenso em torno do projeto de industrialização que garantiu não só o governo de Christiano Dias Lopes como a perpetuação dessa tecnocracia no poder.<sup>650</sup>

---

<sup>649</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013. p. 385-390.

<sup>650</sup> Segundo o autor: "Tal consenso pôde ser evidenciado em diversos pronunciamentos feitos por lideranças dos mais diversos agrupamentos políticos do Estado que, indistintamente, pertencentes ao antigo PSD e aos grupos que lhe faziam oposição, não questionavam a necessidade de se buscar a diversificação da economia capixaba por meio da industrialização, ante a grave crise do café. [...] Por esse ângulo, para empreender o seu plano de governo, que vinha ao encontro das novas demandas, e apesar de ser uma gestão inserida no contexto de um regime autoritário, era necessário ocupar o quanto possível os espaços de poder, inclusive em termos de base de apoio no Legislativo local – especialmente quando levamos em consideração as realidades regionais – notadamente durante o tempo em que o mesmo permaneceu funcionando e sem grandes interferências." Ibid., p. 158.

É nesse sentido que ele avalia a chegada de Arthur Gerhardt ao poder, substituindo Dias Lopes, garantindo a continuidade desse processo, inclusive, intensificando-o.<sup>651</sup> Em artigo no qual dá sequência à essa reflexão, Ueber Oliveira confirma a tese do alinhamento<sup>652</sup> de Gerhardt e do lugar que ele representava:

[...] além da Companhia Vale do Rio Doce, com a qual Arthur Carlos possuía fortes vínculos, outro organismo que teve papel fundamental na indicação do nome de Gerhardt Santos para a governadoria biônica em 1970/1971, foi a Findes. A entidade havia sido importantíssima na formulação e execução do programa da gestão Dias Lopes e, com o tempo, adquiriu importância nas arenas decisórias diversas, em detrimento dos demais grupos de pressão, o que culminou na implantação dos Grandes Projetos de Impacto.<sup>653</sup>

Ao analisar, portanto, o perfil desses governantes, Ueber Oliveira define que existiu uma “Plataforma Ideal” que garantiu a implementação de um projeto local alinhado aos militares.<sup>654</sup> Dessa forma, o que surge na narrativa histórica da superação do atraso como resultado de um esforço das elites políticas locais em transformar a estrutura econômica do Espírito Santo é redimensionado por meio de uma avaliação desse processo em termos de disputas políticas e

<sup>651</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013. p. 234-240. Segundo ele: "Durante o governo Arthur Gerhardt Santos, foi gestada uma das principais transformações pelas quais passaria o Espírito Santo nos anos posteriores. Mudou-se - radical e definitivamente - a natureza do espaço econômico capixaba: se até o início da década de 70, o lócus da acumulação capitalista concentrada se centrou nas atividades tradicionais, liderados pelo capital local, sem nenhum rompimento profundo com a atividade cafeeira - monocultura de exportação -, a partir do Governo Gerhardt dos Santos, passaria o Estado a ser o locais da ampliação, acumulação e reprodução do grande capital, com a lógica própria e distinta da que a economia capixaba havia experimentado em sua trajetória desenvolvimentista." Ibid., p. 241.

<sup>652</sup> Alinhamento para além de um modelo econômico, mas também de projeto autoritário: “Nota-se na exposição, que o então Governador Dias Lopes considerava aquele momento como a consolidação do regime instaurado em 1964. Curiosamente, não menciona, em nenhum momento, naquilo que chamou de *hiato* ou *caos revolucionário*, as cassações de mandatos, as perseguições a grupos políticos e sociais, o fechamento do Congresso e da Assembleia Legislativa, as torturas, que naquele momento já estavam sendo bastante combatidas. Importante salientar, além disso, que essa indiferença em relação às ações autoritárias e de exceção por parte do regime não é demonstrada no fragmento, apesar de o chefe da Polícia Civil do Espírito Santo e, portanto, responsável por grande parte das prisões e torturas no Estado, ter sido nada menos que o próprio irmão do Governador, o Sr. José Dias Lopes. OLIVEIRA, Ueber. Regime militar, elites regionais e a confluência de agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gehardt no Espírito Santo (1971-1975). **Dimensões**. Vitória, n. 30, 2013, p. 388; Sobre as limitações do regime democrático: "Sobre as medidas do Regime que contrariavam os princípios próprios do sistema democrático, o Governador Dias Lopes é ainda mais enfático ao justificar as medidas de exceção empreendidas, demonstrando alinhamento absoluto em relação ao Governo Federal." Ibid., p. 390.

<sup>653</sup>Ibid., p. 403.

<sup>654</sup>Sobre o conceito de Plataforma Ideal: "[...] um projeto de desenvolvimento que fosse capaz de prospectar vantagens junto às esferas nacionais e internacionais, no sentido de recuperar a economia capixaba e, por outro, dar saltos qualitativos em termos desenvolvimentistas. Foi nesse momento de industrialização, via instalação dos chamados Grandes Projetos de Impacto, que ocorreu a confluência histórica entre os projetos de desenvolvimento do Espírito Santo e dos governos militares. Nesse sentido, ficou evidenciado que houve uma movimentação deliberada, por parte da parcela urbano-industrial das elites regionais, na intenção de adequar e fazer confluir os respectivos projetos desenvolvimentistas." OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013. p. 319.

legitimação de um projeto de Espírito Santo conduzido por determinados atores. As abordagens de Diones Ribeiro e Ueber Oliveira, ao evidenciarem que o modelo de industrialização do Estado foi resultado da vitória de um determinado setor da elite (e seu projeto), são complementadas pela tese de Luiz Cláudio Ribeiro sobre o sistema público de energia elétrica no Espírito Santo, em especial, nas décadas de 1950 e 1960.<sup>655</sup>

De acordo com Luiz Cláudio Ribeiro, o sistema público de energia elétrica compôs o cenário de busca pela dinamização da economia local para além da produção cafeeira. No entanto, diferentemente da perspectiva das narrativas históricas da superação do atraso, o autor não observa as mudanças no setor elétrico local limitado à condição de elemento constitutivo das mudanças locais que viabilizaram o salto qualitativo infraestrutural do Espírito Santo que permitiu sua inserção no cenário nacional. Ele problematiza esse processo de alinhamento, atribuindo outro sentido que não o da "superação". Ainda que reconheça a importância desse setor para a efetivação da industrialização, analisa como o modelo de modernização econômica implantado no Estado impactou o sistema público de energia elétrica. Ao analisar a fusão que ocorreu em 1968 entre a Escelsa e a CCBFE, argumenta que ela foi resultado de um processo de articulações engendradas na sociedade brasileira com o projeto dos militares. Considera que o setor energético no Espírito Santo já estava em reestruturação desde a década de 1950, porém, a partir do Regime Militar esse setor foi incorporado ao projeto do governo nacional.<sup>656</sup> Assim, a integração do Espírito Santo à economia nacional é entendida sob a perspectiva de que o Estado atendeu a determinados interesses político-econômicos na montagem do complexo industrial-portuário, e que o sistema elétrico local passou fazer parte “de um projeto geopolítico mais amplo, articulando as regiões sudeste e centro-oeste do Brasil aos compromissos e interesses do Estado brasileiro para com a produção industrial destinada à exportação.”<sup>657</sup>

---

<sup>655</sup> RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Excelsos destinos**: história da energia elétrica no Espírito Santo (1896-1968). Vitória: EDUFES, 2013.

<sup>656</sup> Segundo o autor: "De fato, no Espírito Santo os projetos de maior envergadura dos governos militares foram os do setor siderúrgico em todo o complexo da Companhia Ferro e Aço de Vitória e pela CVRD envolvendo desde as atividades mineradoras, transporte ferroviário, beneficiamento dos minerais até as atividades portuárias e o transporte naval. Porém, desde o final da década de 1950 esses projetos já se encontravam em vias de implantação, razão pela qual era necessário reestruturar o setor elétrico capixaba. Por isso, os “policymakers” do regime autoritário só fizeram aprofundar ainda mais o comprometimento do Estado, alterando sua magnitude e atraindo novos investidores para o setor elétrico estatal, a exemplo do USAID e do EXIMBANK dos EUA. Isso foi determinante na constituição da “nova” ESCELSA." RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Excelsos destinos**: história da energia elétrica no Espírito Santo (1896-1968). Vitória: EDUFES, 2013. p. 37-38.

<sup>657</sup> Ibid., p. 23. O autor demonstra, portanto, que a política de eletrificação estadual foi redirecionada para atender o parque industrial: "Nesta pesquisa foi verificado que a política de eletrificação dos governos estaduais - voltada para o estabelecimento de um parque industrial de bens de consumo não-duráveis e para a agroindústria - foi totalmente alterada para que o sistema ESCELSA se integrasse ao sistema ELETROBRÁS e fosse capacitado a

Dessa forma, na mesma orientação de Diones Ribeiro, focalizando o sistema elétrico Estadual, Luiz Carlos Ribeiro evidencia como o projeto de industrialização conduzido por setores de uma elite local inseriu o Espírito Santo na economia capitalista. O que era interpretado como conquista pela narrativa histórica da superação do atraso e pelos discursos políticos da época, inclusive, resgatados pela “memória do desenvolvimento”, são avaliados pelo autor sob outra perspectiva:

[...] além de abrigar a sede da CVRD, da COFAVI e de contar com complexo portuário de Tubarão, o Espírito Santo também tinha disponibilidade de terras e uma configuração geográfica privilegiada para a construção de infraestrutura portuária e de proximidade com as jazidas de minério de ferro do país, enfim, tudo sob controle federal, fechando o circuito de produção e transporte do setor minero-siderúrgico sob monopólio federal. Assim, no Espírito Santo, pôde o Estado brasileiro induzir, a partir daí, um ciclo artificial de crescimento econômico regional e de urbanização acelerada baseando-se nos investimentos em infraestrutura energética, construção e montagem industrial e em transportes que moldaria a industrialização pesada ocorrida no estado. Em sua primeira fase, tal modelo visava especializar a produção capixaba no beneficiamento de produtos primários como o minério de ferro e outros minerais, na produção de semi-acabados como celulose em placas, perfis laminados de aço, etc., ou simplesmente no embarque de grãos. Naturalmente que toda essa produção seria voltada para o abastecimento dos mercados dos países industrializados.<sup>658</sup>

Assim, avalia a inserção do Espírito Santo no cenário econômico brasileiro e, mesmo focalizando o “casamento” de empresas do setor elétrico, nos apresenta uma abordagem crítica sobre o modelo implementado:

É nesse contexto que, em 1968, a ESCELSA e a CCBFE deixaram de ser empresas solteiras, com atuação independente, e foram casadas - fundidas - numa só empresa, prevalecendo o nome do 'noivo'. O casamento geraria a nova infraestrutura energética no Espírito Santo: a ESCELSA seria o pivô do modelo industrial primário-exportador que vingaria nas décadas seguintes. Tal modelo tornaria possível a futura construção de mais portos, a multiplicação das exportações da CVRD, a implantação da grande indústria de celulose e de outros grandes projetos associados em mineração e siderurgia. Em consequência, moldaria um novo cenário urbano-industrial na Grande Vitória onde se destacaria a ocupação desordenada de extensas áreas da ilha-capital e regiões periféricas.<sup>659</sup>

Luiz Cláudio Ribeiro, portanto, além de avaliar o impacto da industrialização introduzida no Espírito Santo na década de 1960, nos indica as consequências desse processo. Tal como Ueber Oliveira e Diones Ribeiro, o autor não adentra nas implicações negativas em torno do cenário urbano-industrial daí resultante. No entanto, se esses autores colaboraram para a narrativa histórica do Espírito Santo problematizando e questionando o modelo de industrialização

---

transmitir a energia gerada por suas próprias usinas e pelas grandes plantas hidrelétricas em funcionamento, como Furnas e CHESF, para os “grandes projetos” federais como a CVRD e a Cia. Ferro e Aço de Vitória.” Ibid., p. 38.

<sup>658</sup> RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Excelsos destinos**: história da energia elétrica no Espírito Santo (1896-1968). Vitória: EDUFES, 2013. p. 309.

<sup>659</sup> Ibid., p. 310-311.

implantado, outras narrativas nos apresentam como esse processo gerou novas configurações urbanas e relações de trabalho que afetaram a realidade social local desconsideradas na perspectiva das narrativas da superação do atraso ou nas "memórias do desenvolvimento."

Identificamos que outros autores também questionam a forma como se estabeleceu o conjunto de transformações econômicas e sociais ocorridas nas décadas de 1960 e 1970. A obra *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso de Vitória (1950-1980)*,<sup>660</sup> de Maria da Penha Smarzarzo Siqueira é a principal referência na historiografia local em relação à temática da urbanização e sua relação com a industrialização.<sup>661</sup> Nessa obra, o empobrecimento urbano é a principal preocupação da autora. Tal como os autores acima, ela problematiza a modernização econômica do Espírito Santo no período entre 1960-1980. Analisando a inserção do Estado na lógica do desenvolvimento econômico de integração nacional conduzido pelos militares, argumenta que esse modelo determinou um ritmo acelerado de crescimento e um novo padrão de urbanização na região da Grande Vitória. Considerando que a expansão urbana ocorreu via crescimento da periferia, a autora identifica que esse processo não foi acompanhado de planejamento e investimentos estatais para atender as novas demandas, acarretando os problemas de infraestrutura urbana, além das questões da moradia e do trabalho.

Siqueira reconhece que o processo de industrialização no qual se envolveu o Espírito Santo permitiu um conjunto de expectativas econômicas que surgiram devido ao novo padrão de produção industrial no Estado e seu lugar alcançado no quadro das exportações nacionais. Porém, diferentemente do que é apresentado pelo discurso da superação do atraso, a autora argumenta que ficou reservado ao Espírito Santo um lugar periférico nessa integração nacional de acordo com o modelo de desenvolvimento capitalista da época, limitando-se à produção de bens intermediários destinados à exportação.<sup>662</sup> Um perfil que, segundo ela, não foi capaz de valorizar os aspectos sociais:

---

<sup>660</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)**. 2.ed. Vitória: Edição da Autora, 2010. Utilizamos a segunda edição. A primeira é do ano de 2001.

<sup>661</sup> Sobre essa temática, ver também: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro. **DIMENSÕES**, vol. 25, pp. 215-234, 2010; SIQUEIRA, M. da P. S. Crescimento urbano: modernização e fragmentação social. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo (org.). **Sociedade e Pobreza**. Vitória: UFES/PPGHIS, 2006; e SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo 1950-1960. In: **Fênix** - Revista de História e Estudos Culturais, Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2009 Vol. 6, Ano VI, nº 4. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br). Acesso em 12/02/2011.

<sup>662</sup> Segundo a autora: "[...] a inserção do Espírito Santo nesse processo de modernizador fortaleceu sua condição periférica, através da especialização da região na produção de bens intermediários destinados ao mercado externo. Nessa nova fase, estamos nos referindo principalmente ao setor de metalurgia e celulose. Naturalmente, essa

Os lucros gerados pelas empresas que se instalaram no Espírito Santo não seriam reinvestidos no Estado, nem mesmo suas contribuições para a arrecadação estadual e/ou municipais seriam significativas em decorrência das isenções fiscais que lhes foram concedidas. [...] Esse fato é nitidamente observado no decorrer dos anos posteriores, com o procedimento da política desenvolvimentista, sem seguir um plano de ação integrada, visando a buscar a valorização dos aspectos sociais na mesma intensidade do desenvolvimento econômico. Esse segmento foi perdendo importância na medida em que o crescimento da produção industrial passa a ser o setor máximo de prioridade nas diretrizes do Estado.<sup>663</sup>

Nesse sentido, Siqueira analisa o projeto desenvolvimentista local considerando que este voltou-se para o crescimento econômico e teve como consequência um elevado grau de desigualdade:

No caso do Espírito Santo, o desenvolvimento se dá com a concentração dos Grandes projetos Industriais na Grande Vitória, sendo que a região era carente de infraestrutura básica, constituindo este um dos principais motivos de grande desorganização social. [...] Verifica-se a inexistência de políticas urbanas com capacidade de fazer frente aos problemas que passaram a marcar a vida da cidade. a primeira evidência seria, no caso, a necessidade de a região se preparar quantitativamente no que se refere a serviços básicos, como: saúde, educação, habitação, segurança, transporte coletivo, lazer, etc. Por outro lado, do segundo ponto, depreende-se uma colocação qualitativa da cidade. Ela precisava verticalizar seus serviços, aperfeiçoá-los e colocá-los à disposição em qualidade compatível com o seu novo 'status' de metrópole emergente. [...] Entretanto, se procurarmos cruzar as duas evidências, chegaremos a um contraste quali-quantitativo, na medida em que o atendimento à função básica - gerar empregos em números e qualidades adequados à realidade local - não estava assegurado pelo crescimento econômico esperado.<sup>664</sup>

As mudanças estruturais, vistas pelo discurso das narrativas da superação do atraso como marco da mudança de patamar do Espírito Santo, são interpretadas pela autora como marco das distorções e problemas urbanos na Grande Vitória, entendidas como principais causas dos desequilíbrios espaciais e a aceleração dos fluxos migratórios que se apresentaram, no decorrer do processo, na desigualdade e pobreza da região.<sup>665</sup> Segundo a autora, a partir da década de 1970 intensificou-se o inchamento da Grande Vitória observado na expansão da periferia e na urbanização desordenada, com a formação de diversos bairros periféricos, a ocupação de morros e mangues que evidenciavam a desigualdade e o empobrecimento da população.<sup>666</sup>

---

condição foi resultado das próprias características estruturais da região, integrada ao modelo de desenvolvimento do capitalismo nacional, ou seja, a fragilidade econômica e política do Estado e sua localização geográfica, aliadas às condições do processo desenvolvimentista que se implantava no país, reservaram ao Espírito Santo a posição de alojador das grandes empresas, que utilizaram sua privilegiada área física para instalar unidades de bens exportáveis." SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)**. 2.ed. Vitória: Edição da Autora, 2010. p. 42.

<sup>663</sup> Ibid., p. 42-43.

<sup>664</sup> Ibid., p. 86.

<sup>665</sup> Ibid., p. 67-88.

<sup>666</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)**. 2.ed. Vitória: Edição da Autora, 2010. p. 122-138.



Siqueira modifica o valor histórico dos eventos que marcaram o processo de industrialização, passando a avaliá-los em função da dimensão social, das consequências negativas para grande parte da sociedade espiritosantense. Seguindo essa proposta de análise, Rachel Fukuda analisa o fenômeno da expansão urbana associada à industrialização a partir da década de 1960 tendo como foco os impactos e transformações sociais na formação de bolsões de pobreza e bairros estigmatizados nos municípios de Anchieta e Guarapari.<sup>667</sup> Fenômeno compreendido como resultado de um modelo de urbanização segregacionista, de fragmentação do espaço urbano com consequências negativas para a população migrante.<sup>668</sup>

Considerando que tais cidades foram impactadas pela construção da Samarco Mineração e seu porto a partir de 1977, assim como pelo crescimento de investimentos em outros segmentos complementares aos dos Grandes Projetos, a autora considera que os relatos dos sujeitos que participaram da formação dos bairros periféricos nesses municípios resgatam as motivações de sua migração, identificadas no momento do estabelecimento das usinas e indústrias locais bem como da construção civil em Guarapari que apareceu como atividade complementar no início da década de 1980. Diante dessa constatação, ela analisa a industrialização como fator de desterritorialização, pois determinou grande parte do fenômeno migratório, como por ela observado, por exemplo, no caso do bairro Recanto do Sol em Anchieta:

Essa desterritorialização é verificada nos relatos dos moradores e dos gestores locais. Através destes relatos fica evidenciado que a implantação da mineradora no município contribuiu e tem contribuído com o crescimento populacional da região, sobretudo em função da atração de um contingente contínuo de trabalhadores que migram a maior parte vinda do interior da Bahia, em busca de oportunidades de emprego, um volume maior de pessoas provenientes de áreas rurais e, portanto, com mão de obra de menor qualificação profissional, nas indústrias. Recanto do Sol foi um bairro que surgiu no contexto da industrialização. Sua população é majoritariamente composta por

---

<sup>667</sup> Segundo Fukuda: "[...] não foi apenas a Grande Vitória que se expandiu ao longo das décadas de 60 e 70, o mesmo fenômeno pode ser identificado nos municípios de Anchieta e Guarapari. Isso porque o modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil, sua forma heterogênea, que teve como base a industrialização concentrada em alguns centros urbanos, condicionou a distribuição espacial da população, impelindo o fluxo migratório do rural para o urbano. E de modo geral, as transformações econômicas decorrentes desse crescimento acelerado e concentrado, proporcionaram uma expansão urbana também acelerada e fragmentada." FUKUDA, Rachel Franzan. **Estado e políticas públicas: industrialização e fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960 – 2004)**. Dissertação de Mestrado. 132f. Departamento de História - PPGHIS - UFES, Vitória, 2012. p. 86.

<sup>668</sup> Diferentemente das narrativas da superação do atraso, a perspectiva de análise da autora envolve a relação entre os homens e o espaço urbano: "Pode-se dizer que se trata, antes, de uma reflexão sobre as cidades e o impacto que o processo de industrialização teve sobre elas, no momento de superação de um modelo agrário-exportador para um modelo capitalista industrial. Mais ainda, trata-se da relação entre homens e a cidade e da forma de ocupação do espaço urbano nesse processo de construção não apenas de novos horizontes políticos e econômicos, ressaltados pelo contexto, mas, sobretudo, a construção de novas identidades banhadas num espírito de renovação e de oportunidades." FUKUDA, Rachel Franzan. **Estado e políticas públicas: industrialização e fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960 – 2004)**. Dissertação de Mestrado. 132f. Departamento de História - PPGHIS - UFES, Vitória, 2012. p. 31.

migrantes de outros estados, atraídos à localidade pela oportunidade de emprego nos grandes empreendimentos.<sup>669</sup>

Foi essa mesma interpretação que a autora teve com o caso de Mãe-Bá, bairro também pertencente a Anchieta, vizinho à Samarco Mineração, que sofreu grande impacto não só populacional mas também no modo de vida, pois passou de uma vila de pescadores a bairro vizinho à empresa e seu porto, recebendo migrantes e transformando o perfil da localidade.<sup>670</sup> Em relação à Guarapari, Fukuda observa que a formação de bairros periféricos sofreu tanto a influência do estabelecimento de empreendimentos industriais em Anchieta como também de Vitória.<sup>671</sup> Tendo como foco os sujeitos envolvidos nesse processo, Fukuda argumenta que esse processo implicou na definição de estigmas, preconceitos e diferenciação sofridos pelos moradores desses bairros, em especial, os originários da Bahia, trabalhadores da construção civil em Guarapari. Uma realidade, segundo a autora, que acompanhou o crescimento desses bairros:

Esses mesmos bairros são apresentados como sendo os de maiores índices de homicídios e criminalidade. Para os gestores públicos municipais, de Anchieta e de Guarapari, a criminalidade tem nome e endereço. A origem da criminalidade em Anchieta tem relação com a chamada “geração usina”, em Guarapari a “geração construção civil”. Em ambas as situações a naturalidade imputada nestas populações são de “baianos”, de populações migrantes que vieram ou para a construção civil ou para a expansão da segunda e da terceira usinas da Samarco Mineração (Anchieta). Esses eventos, ainda que em diferentes contextos, são apresentados como

---

<sup>669</sup>FUKUDA, Rachel Franzan. **Estado e políticas públicas: industrialização e fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960 – 2004)**. Dissertação de Mestrado. 132f. Departamento de História - PPGHIS - UFES, Vitória, 2012. p. 97.

<sup>670</sup> Ibid., p. 98-100.

<sup>671</sup> Argumenta Fukuda: "Apesar de não abrigar nenhuma indústria no município à época, estes Grandes Projetos foram responsáveis em grande parte pelo crescimento populacional e, conseqüentemente, a urbanização de Guarapari. A concentração econômica na Grande Vitória acarretou em oportunidades de desenvolvimento de Guarapari por meio do desenvolvimento da atividade turística. Os Grandes Projetos apresentaram o Estado no plano nacional possibilitou de certa forma a divulgação e o acesso à Guarapari, que já era conhecida pela área monazítica. Além do aumento do fluxo de turistas que promoveu a valorização imobiliária e impulsionou a construção de residências de veranistas, outro grande impulsionador na década de 1970, foi a construção da Samarco Mineração SA. A empresa instalou-se no município de Anchieta, que fica a pouco mais de 20 km de Guarapari. Fato este que promoveu a atração de um novo contingente populacional, não mais característico do turismo de veraneio, e um novo perfil de migrantes, de bahianos que vieram para as obras da mineradora. Vale destacar que a construção desordenada gerou uma série de transtornos, tais como: expulsão, por meio da coerção econômica, dos pescadores do centro da cidade, sendo empurrados para fora do centro, ocupando suas intermediações; a decadência da região central e Praia do Morro, devido ao esgotamento de áreas para construção, transferindo para a fronteira sul do município (considerada a área mais nobre), destacando o bairro Enseada Azul. [...] Aliado a estes problemas, ressalta-se o processo de favelização iniciado na década de 1960, devido ao crescimento desordenado. As periferias eram ocupadas por migrantes do sul da Bahia e norte de Minas Gerais. Os principais fatores para migração foram: a expansão das atividades turísticas, já que muitas pessoas vinham do Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais fugindo da seca e pobreza, em busca de trabalho temporário, nas atividades ligadas ao turismo; a expansão da atividade da construção civil, que no seu auge não possuía mão de obra suficiente na região." Ibid., p. 05-106.

responsáveis pela formação de periferias. Regiões nomeadas como “novas bahias”, “bairro dos baianos”, “morro dos baianos”.<sup>672</sup>

Percebemos, deste modo, que tanto Siqueira quanto Fukuda elaboraram narrativas históricas que apresentam o reflexo da industrialização a partir das dificuldades da população. Ao definirem o modelo de industrialização e sua urbanização desigual, atentaram para aqueles sujeitos que sofreram os impactos da crescente desigualdade decorrente.

Nessa mesma perspectiva, Danielle Fortunato<sup>673</sup> analisa as modificações na estrutura do mercado de trabalho, considerando que a mão de obra nesse processo esteve excluída de seus principais benefícios. Segundo a autora, a migração e a urbanização sofreram rápido impacto nas décadas de 1960 e 1970, porém, os altos investimentos financeiros não se traduziram em uma geração de emprego esperada o que acarretou em consequências negativas para a mão de obra, principalmente a migratória. Analisando a precarização das relações de trabalho na Grande Vitória a partir da População Economicamente Ativa (PEA), a autora demonstra:

Esse processo de marginalização da população proveniente dos fluxos migratórios pode ser observado pela variação dos rendimentos mensais por estrato social. De fato, apenas 12,88% da PEA contavam com proventos superiores a cinco salários mínimos; enquanto 60,53% não apresentavam nenhuma renda ou renda inferior a dois salários mínimos; e apenas 21,41% da PEA apresentavam assalariamento mediano de dois a cinco salários mínimos. Isso demonstra um alto grau de precarização das relações de trabalho, consubstanciada no baixo nível de rendimentos e em um alto índice de informalidade, principalmente no setor terciário.<sup>674</sup>

O que, segundo ela, não atendia à concentração populacional:

Essa situação de semicaios é agravada pelo fato de que 54% dos migrantes que trabalham foram alocados no setor terciário contra apenas 14% na indústria. Acrescente-se a isso que esses migrantes que constituem o setor informal representam 56,7% da força de trabalho informal desse setor. Ou seja, a grande parte dos trabalhadores provenientes do campo e de outros Estados não encontrou condições adequadas de subsistência na Região Metropolitana do Espírito Santo.<sup>675</sup>

Danielle Fortunado também realiza uma leitura desse momento da história do Estado criticando o modelo de industrialização local, que “não foi capaz de atender às necessidades sociais dos

<sup>672</sup> FUKUDA, Rachel Franzan. **Estado e políticas públicas: industrialização e fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960 – 2004)**. Dissertação de Mestrado. 132f. Departamento de História - PPGHIS - UFES, Vitória, 2012. p. 114-115.

<sup>673</sup> FORTUNATO, Dannielle de Oliveira B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos Grandes Projetos. **DIMENSÕES**. Vitória, n. 27, pp. 40-62, 2011.

<sup>674</sup> Ibid., p. 59.

<sup>675</sup> Ibid., p. 60.

trabalhadores localizados no Espírito Santo, gerando uma massa excluída, incluída precariamente e marginalizada."<sup>676</sup>

Dessa forma, com José Teixeira de Oliveira e Neida Lúcia, os governos das décadas de 1960 e 1970 representavam o movimento de ruptura com o passado e indicavam o novo status do Espírito Santo que realizar-se ia com a industrialização. Com Bittencourt, essa ruptura realizou-se com o "segundo ciclo de desenvolvimento", que permitiu ao Estado atingir um novo lugar no cenário nacional, figurando dentre os estados industrializados. O conjunto de trabalhos aqui destacados, porém, rompe com os modelos de narrativas da superação do atraso e modificam o valor histórico desses eventos. Abordagens que atestam a crítica realizada por André Ricardo Pereira ao lugar que deveriam ocupar na história do Espírito Santo esse projeto de desenvolvimento e as elites responsáveis por sua condução.

Em relação à escrita da história local, consideramos que desse conjunto de estudos resultou um novo campo de representações acerca do passado do Espírito Santo a partir de novas orientações que, segundo Rüsen, apresentam a experiência histórica a partir de problematizações e relativizações dos modelos precedentes de interpretação histórica, combatendo seus fundamentos. Um trabalho de ruptura, com capacidade de desestruturar narrativas mestras, desconstruir conceitos-chave, categorias e símbolos, uma atividade "de negação histórica dos modelos de interpretação e das formas de pensar consagrados culturalmente."<sup>677</sup>

Identificamos essas formatações historiográficas que trouxeram novas interpretações acerca do Espírito Santo e seu lugar no passado, o resgate de experiências e circunstâncias desconsideradas e, conseqüentemente, questionamentos aos roteiros históricos estabelecidos. Essas narrativas críticas da história do Espírito Santo nos possibilitam compreender como a revisitação histórica, no entender de Dosse, tem a "função de abrir para o presente um espaço próprio para marcar o passado, a fim de redistribuir o espaço dos possíveis."<sup>678</sup> Ao analisarmos essas narrativas, identificamos a redefinição da imagem do passado local em seus diferentes momentos, especialmente, naqueles que se referiam aos marcos definidores do atraso ou do progresso espiritosantense. O período colonial tem seu "roteiro de obstáculos" revisto por meio

<sup>676</sup> FORTUNATO, Dannielle de Oliveira B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos Grandes Projetos. **DIMENSÕES**. Vitória, n. 27, 2011, p. 60-61.

<sup>677</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 56.

<sup>678</sup> DOSSE, F. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: Unesp, 2001. p. 48.

de estudos que reavaliam o lugar do Espírito Santo naquele contexto, redefinindo a imagem do "marasmo colonial" para a do dinamismo econômico dentro de suas diferentes possibilidades. Observamos, também, os projetos de modernização da Primeira República e o da industrialização, sobre os quais identificamos a desconstrução dos principais marcos históricos da superação do atraso e seus personagens símbolos. Esses, por sua vez, passaram a ter seu lugar e valor no passado redimensionados em função das novas perspectivas que passaram a orientar as narrativas históricas, problematizantes, com questionamentos relevantes acerca dos projetos de modernização e preocupadas, sobretudo, em evidenciar os impactos negativos dos modelos de desenvolvimento adotados pelas elites locais na realidade da população espiritossantense.

### 5.3 POR UMA HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO ESPÍRITO SANTO.

A análise em torno dessas novas narrativas históricas já nos permitiriam avaliar a desconstrução das narrativas mestras e interpretações cristalizadas em torno do passado do Espírito Santo. Porém, a nossa abordagem sobre o questionamento, o redimensionamento e a problematização dos lugares e valores atribuídos a fatos, circunstâncias e sujeitos históricos não poderia ficar alheia à reconstrução das narrativas acerca dos indígenas.<sup>679</sup>

---

<sup>679</sup> Não estamos desconsiderando a importância de narrativas históricas que tenham outros sujeitos como objeto de estudo. Nesse sentido, a historiografia que trata da escravidão no Espírito Santo, por exemplo, é significativa no que tange ao campo da História Social, no resgate de atores históricos marginalizados que ajudam a compreender não somente a sua diversidade de experiências em diferentes dinâmicas sociais, bem como no entendimento da História Econômica e sua reflexão sobre o desenvolvimento econômico local. Nesta perspectiva, dentre outras, temos: BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009; CAMPOS, Adriana. **Escravidão e creolização: a capitania do Espírito Santo, 1790-1815**. In: FRAGOSO, João. et al. (Org.). **Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**, 2006; FARIA, Rosani Freitas. **Criar laços para viver juntos: a constituição de famílias entre os escravos de Vitória (1850-1871)**. 173f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013; FERREIRA, Heloisa Souza. **Ardis da sedução e estratégias de liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)**. 275f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012; MERLO, Patrícia Maria Silva. **O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008; MERLO, Patrícia M. da Silva. **Insurreições escravas em Vitória (ES), séc. XIX: Algumas considerações**. In: **Dimensões** - Revista de História da Ufes. Vitória: UFES/CCHN, nº. 16, 2004; RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlace desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)**. 200f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012; SOARES, Geraldo Antônio. **Os escravos como protagonistas de sua própria liberdade: lutas, famílias, religião e ascensão social**. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan da. (Orgs.). **O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão**. Vitória: GM, 2011; SOARES, Geraldo Antonio. **Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX**. **Dimensões**: revista de História da UFES, Vitória, n. 16, 2004; SOARES, Geraldo Antonio. **Luta pela liberdade e defesa da propriedade: registro de filhos de escravos em Vitória logo após a Lei do Ventre Livre**. **Perspectiva Econômica**, Vitória, v. 1, p. 153-173, 2000. Sobre os jesuítas, indicamos: CUNHA, Maria José

Segundo Vânia Moreira, existe um descompasso entre a história e a historiografia em relação a esses sujeitos da história local. Para a autora, é necessário:

[...] reconhecer o papel fundamental exercido pelos índios nos dois primeiros séculos da colonização, porque, dentre outras coisas, foi parte deles quem primeiro ensinou aos portugueses como sobreviver na nova terra, inclusive plantando espécies alimentares nativas do continente. [...] Não restam dúvidas, no entanto, de que os estudos históricos das últimas décadas têm formulado novos problemas e, graças a isso, incorporado setores sociais que, até então, podiam ser definidos como os sem-história.<sup>680</sup>

Nesse sentido, a temática indígena relativa ao Espírito Santo tem sido objeto de diferentes estudos que colaboram com a própria reescrita da história local, deslocando o sentido das narrativas históricas para perspectivas que compreendem os diferentes grupos indígenas como agentes históricos autônomos, agindo sempre em função de seus interesses, tanto reagindo ao processo de colonização ou integrados à dinâmica social. O que, por sua vez, contribui para eliminar imagens preconceituosas e estereotipadas que ainda se reproduzem na sociedade.<sup>681</sup>

Primeiramente, agrupamos os trabalhos que chamam a atenção para a necessidade de romper com esses estereótipos e com a visão limitada acerca dos indígenas como selvagens, inimigos e obstáculos do progresso. Os estudos que identificamos advogam a necessidade de reconhecimento do papel de resistência que os indígenas exerceram ao projeto colonizador,<sup>682</sup> o que, conseqüentemente, acarretou na construção de uma imagem associada aos ataques direcionados aos colonizadores. Contra essa versão, Vânia Moreira, em artigo sobre as guerras contra os botocudos no início do século XIX, enfatiza que:

---

dos Santos. **Os jesuítas no Espírito Santo (1549-1759)**. Tese. (Doutorado em Teoria Jurídica e Relações Internacionais). 331f. Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora, Évora, 2015; CONDE, Bruno Santos. Senhores de fé e de escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo. In: **Anais - 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional**. Universidade Federal de Curitiba, Curitiba, 2012. Disponível em: [http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=65&Itemid=62](http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=62). Acesso em: 9/06/2014. Na perspectiva da Micro História: PONTES, José Schayder. **Como se tem escrito a História do Espírito Santo**. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2011.

<sup>680</sup> MOREIRA, Vânia M. Losada. Os índios e a historiografia. **DIMENSÕES**, n.13, Vitória, 2001, p. 272.

<sup>681</sup> De acordo com Antônio Carlos de Souza Lima, a questão indígena nos informa sobre esse desafio: "[...] há estruturas cognitivas profunda e longamente inculcadas na maneira de pensar a história brasileira que orientam a percepção, e permitem a reprodução, de um certo universo imaginário em que os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito." LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. In: **A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4.ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/UNESCO, 2004. p. 408.

<sup>682</sup> Para Maria Regina Almeida: "Além da presença estrangeira constante e ameaçadora, as guerras tinham como alvo os índios hostis que, do século XVI ao XIX, desafiavam ou mesmo impediam a expansão das fronteiras portuguesas. Foram eles os principais responsáveis pelo malogro da maioria das capitanias, no século XVI". ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 45.

[...] a maior parte era refratária às tentativas de contato. Respondiam com guerra a todas as invasões empreendidas em seus territórios tradicionais, fosse contra os colonos tradicionais, fosse contra os colonos que tentavam escravizá-los ou contra os missionários que tentavam reuni-los em aldeias para catequizá-los. Na selva, os bandos botocudos pareciam quase imbatíveis. Os ataques surpresas a seus ranchos eram praticamente impossíveis, porque se movimentavam na selva com enorme rapidez, escapando aos intrusos e revidando os ataques em tocaias diurnas ou noturnas. Por trezentos anos eles resistiram aos invasores brancos graças a essa tática de guerrilha nas selvas. Ficaram famosos como grandes guerreiros, mas igualmente como um dos maiores inimigos da sociedade luso-brasileira em expansão, ganhando os epítetos de ferozes, tapuias e antropófagos.<sup>683</sup>

Se Vânia Moreira destaca o caráter de resistência desses sujeitos históricos, Maria José dos Santos Cunha, em artigo publicado na revista *Ágora*<sup>684</sup>, desconstrói também a noção de "indígenas bons", ou como vimos, os interpretados como "colaboradores do progresso" pela narrativa da superação do atraso. A autora analisa o caso do índio Maracaiaguaçu a partir de sua chegada ao Espírito Santo. Reconhece que a imagem que prevaleceu e perdurou sobre ele e seu grupo foi a dos colonizadores. Ao analisar a presença dos índios nas cartas jesuíticas, ela argumenta:

Ao longo de cinco anos, desde a fuga do Rio de Janeiro à fixação junto dos portugueses na vila de Vitória e às mudanças subsequentes, a aldeia dos Temiminós do cacique Maracaiaguaçu permaneceu aldeia dos índios, do Gato, da vila, do outro lado. Quando nela se construiu a igreja, simbolicamente, passou a integrar a esfera do mundo cristão português, acabando por adotar o nome da padroeira: N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> da Conceição. Em todo este tempo e trajetória o retrato físico quer do principal Maracaiaguaçu, quer dos seus, é inexistente. Sem receber uma palavra de individualização, não se conhecem nem os traços particulares, nem os étnicos. Nas escritas de tipo edificante da Companhia de Jesus o relato das conquistas espirituais sobrepõe-se aos demais. Vence o estereótipo do índio que, ao longo dos séculos, tem sofrido sucessivas substituições.<sup>685</sup>

No entanto, Cunha avalia que o caso de Maracaiaguaçu deve ser compreendido de outra forma, argumentando que suas experiências com os colonizadores evidenciam a complexidade dessa relação. Analisando as cerimônias religiosas descritas pelos religiosos, a autora identifica uma relação que envolvia os jesuítas, vistos como agentes colonizadores, e os indígenas, inseridos numa relação de aliança necessária. Nessa perspectiva, ela destaca a estratégia usada pelos evangelizadores:

Em ano de rebeliões e guerra com algumas tribos indígenas a norte, as cerimônias fúnebres foram a oportunidade para a congregação de esforços de todas as entidades, associações e privados e funcionaram como espaço de convívio intercultural com a

<sup>683</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **Dimensões** – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001, p. 109.

<sup>684</sup> CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, 2014, p. 24-40.

<sup>685</sup> Ibid., p. 38.

mescla dos ritos católicos e indígenas. Com efeito, todo o cerimonial conseguiu despertar nos índios o efeito desejado e que era a passagem e incorporação para o modo de vida dos cristãos. A nota distinta dos cânticos, pelo lado cristão, e do prantear do defunto, ao modo *deles*, conseguiram agregar elementos tão inusitados quanto apreciados nas culturas indígenas e promoveram a adesão ao discurso evangelizador. Os efeitos da música, cânticos e gestos sobre os índios, recurso amplamente usado pelos jesuítas na catequese, tem na descrição do funeral o primeiro registro documentado desta prática no Espírito Santo. Para os jesuítas representava aquilo que se considerava como o elo secreto entre as culturas indígenas e a portuguesa e serviram como base para a expansão da evangelização, estratégia utilizada para fazer avanço na ocidentalização dos Temiminós.<sup>686</sup>

No entanto, as experiências indígenas não refletiam submissão à ordem religiosa. Analisando a cerimônia de casamento de Maracaiguaçu, a autora aponta a relação de aliança entre os diferentes grupos:

Para selar o acordo simbolizado pelo ato religioso, mas de significado social e político, Maracaiguaçu, a mulher e os filhos receberiam respectivamente o nome de Vasco Coutinho, o da mãe e dos filhos deste. Desta forma, a nobreza do governador da capitania transferia-se, por parentesco político, para a nova nobreza da terra. Para os portugueses, acostumados à cultura que valorizava as alianças através dos laços de parentela, a solução era bem acolhida. Pelo lado da cultura indígena agradecer o chefe português era bem visto, além de que, como guerreiro, receber um nome elevava o seu estatuto perante a tribo. Para os jesuítas, era uma forma de conferir através do batismo um nome pela via da paz e da fé que abraçavam, sem que houvesse necessidade de recorrer à morte de outro guerreiro.<sup>687</sup>

Nesse sentido, observamos que a perspectiva do colonizador não pode ser estabelecida como a imagem acerca dos indígenas. Como exemplo, destacamos sua avaliação acerca da reação dos índios da tribo de Maracaiguaçu a uma prática religiosa cristã:

Assustados, sem conhecimento dos meios de propagação da infecção, depressa se espalhou entre os índios a ideia de que a água do batismo era a causadora do aumento da doença. Não importava o quanto os jesuítas se esforçassem, não conseguiam acudir a todos, tampouco substituir o respeito pelo saber e experiência dos mais velhos, em especial *os ditos das velhas*. A custo, e pontualmente, conseguiam alguma conversão, os índios preferiam fugir e esconderem-se a ficar e enfrentar o batismo com receio de morrerem. Quando em aflição, a maioria preferiu as crenças em que haviam sido educados.<sup>688</sup>

O artigo desta autora nos remete, assim, à complexidade das relações estabelecidas pelos indígenas no seio da sociedade colonizadora no Espírito Santo. O caso de Maracaiguaçu

---

<sup>686</sup> CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, 2014, p.33.

<sup>687</sup> Ibid., p. 33-34.

<sup>688</sup> Ibid., p. 35.



demonstra as alianças e diferentes possibilidades que se colocavam nas circunstâncias vivenciadas, situações em que os índios agiam em função de suas necessidades e interesses.<sup>689</sup>

Complementando essa abordagem de narrativas que rompem com as imagens estereotipadas e preconceituosas, a historiografia colabora na problematização sobre os discursos e representações historicamente produzidas contra os indígenas. Assim, em relação ao Espírito Santo, temos a abordagem de Marcela Sarnaglia.<sup>690</sup> Tendo como foco de estudo a obra *Dois anos no Brasil (Deux années au Brésil)*, de 1862, Auguste François Biard, a autora analisa a emergência dessas práticas discursivas<sup>691</sup> sobre os indígenas considerando que esse viajante francês retratou-os de forma ambígua, ou seja, "ora como o idealizado bom selvagem, ora como o ser indolente, preguiçoso e ladrão."<sup>692</sup> Segundo Sarnaglia:

As descrições idealizadas dos indígenas feitas por Auguste François Biard são, sobretudo, em relação aos índios *não civilizados*. Essa dualidade entre índio bom e índio mau está presente na literatura de viagem que vem sendo produzida desde o descobrimento do Brasil. Assim, o índio era descrito, por um lado, como violento, cruel, cheio de vícios, mentiroso e, por outro, havia o reconhecimento da inteligência e nobreza de outro índio, ou seja, o bom selvagem.<sup>693</sup>

A autora ressalta, principalmente, que essas imagens foram elaboradas a partir de uma noção etnocêntrica, próprias do período e dos viajantes europeus. Sua abordagem, além de identificar a construção da imagem preconceituosa dos indígenas colabora, também, com o modo de compreender essas narrativas. Por exemplo, ao analisar um cortejo religioso descrito pelo autor

---

<sup>689</sup> Sobre essa relação, Maria Regina de Almeida analisa a origem e o significado dessa aliança: "Antes da conquista da Guanabara, esses índios aparecem na documentação como índios do Gato ou Maracajá que, liderados por Maracaiaguaçu ou o Gato Grande, estavam em guerra com os Tamoios. Em 1555, sentindo-se ameaçados pelos inimigos, pediram e obtiveram dos portugueses auxílio para se aldearem na capitania do Espírito Santo. Formaram uma populosa aldeia que, sob a administração dos jesuítas, tornou-se baluarte de defesa da região. Passaram, então, a aparecer nos documentos como temiminós. Anos mais tarde, não seria difícil aos portugueses obter apoio de grande parte desses índios, então liderados por Arariboia, para voltar às terras de origem e dar combate aos tamoios e franceses.[...] Essa aliança entre os temiminós e os portugueses expressa a mútua dependência entre os grupos envolvidos e os diferentes interesses que os motivaram ao acordo, cada qual relacionado à dinâmica de suas perspectivas organizações sociais. Se os portugueses viam a conquista da Guanabara como possibilidade de estender a administração lusa nas terras da América, para os índios chamados temiminós ela devia significar a grande oportunidade de regressar às suas terras e combater os inimigos. ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 59.

<sup>690</sup> SARNAGLIA, Marcela. **Viajantes, natureza e índios**: a província do Espírito Santo no relato de Auguste François Biard (1858-1859). Dissertação de Mestrado. 166f. Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS-Ufes, Vitória, 2013.

<sup>691</sup> A autora define sua perspectiva de análise sobre a referida obra: "Os discursos criam uma ideia de verdade e, no caso dos relatos de viajantes, os discursos elaborados em relação ao Brasil, na Europa, acerca de sua natureza, suas riquezas e seus habitantes, muitas vezes se cristalizaram e se perpetuaram ao longo dos séculos. Ibid., p. 22.

<sup>692</sup> Ibid., p. 26.

<sup>693</sup> Ibid., p. 141.

no qual participavam os indígenas, ela chama a atenção para as duas formas de percepção em torno dessa situação:

Depois de ir para uma outra casa junto com o cortejo, Biard viu dois personagens importantes aparecerem no local. O primeiro era um índio que vestia uma longa blusa branca e que segurava com uma das mãos um guarda-chuva vermelho, enfeitado com flores amarelas e, com a outra, carregava uma caixa com São Benedito. Essa caixa também era enfeitada com flores e se destinava a receber as oferendas. O segundo personagem vestia um traje militar de cor azul-celeste, com adornos vermelhos, suas dragonas de ouro caíam para trás e, em sua cabeça, alteava-se um chapéu de pontas assombroso em comprimento e altura. Esse segundo personagem era o capitão, que dançava durante toda a cerimônia. Os músicos, em duas fileiras, acompanhavam o santo, sendo seguidos pelas velhas devotas, que dançavam o *cancan*<sup>164</sup>; 'O grupo passava em frente da cabana de cada convidado do banquete; o capitão, sempre dançando, entrava e dava a volta pelo interior da casa [...]. Finalmente, entraram na igreja, enfeitada com palmeiras e, depois de retirarem as oferendas e fecharem a caixa com São Benedito, todos foram embora.' [...] Os índios, povos que historicamente foram subjugados pelos brancos, mesmo não podendo lutar contra a dominação, em graus variáveis, determinaram aquilo que absorviam e utilizavam na sua própria cultura.[...]. No caso do interior do Espírito Santo, os índios, ao se identificarem com São Benedito, assimilaram a devoção a ele, em uma expressão religiosa que mesclou rituais indígenas e católicos, transformando em única essa festa e a experiência de participar da mesma.<sup>694</sup>

A autora destaca a perspectiva eurocêntrica acerca do indígena e o limite dessa visão. Contribui, portanto, para uma interpretação do passado local que contemple a complexidade das relações estabelecidas pelos indígenas em contextos que não lhes eram favoráveis. Dominação e resistência, aliança e conformidade constituíam as relações por eles estabelecidas. Conseguimos demonstrar, até o momento, como esses estudos representam a mudança na forma de compreensão desses grupos como atores históricos. Modificações que, de acordo com Regina Almeida, deslocam o lugar dos índios:

de vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, uma vez vencidos, não movimentavam a história, diferentes grupos étnicos da América passam, a partir dessas pesquisas, a figurar como agentes sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imobilismo ou à rebeldia. Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e destruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais.<sup>695</sup>

Com a mesma orientação apontada por Almeida, identificamos, também, outro conjunto de trabalhos que correspondem a narrativas críticas que questionam o sentido atribuído às

<sup>694</sup> SARNAGLIA, Marcela. **Viajantes, natureza e índios**: a província do Espírito Santo no relato de Auguste François Biard (1858-1859). Dissertação de Mestrado. 166f. Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS-Ufes, Vitória, 2013.

<sup>695</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Apresentação. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em, 25 de Fevereiro de 2012.

experiências dos grupos indígenas no passado local. Agrupamos esses estudos porque possuem como recorte temporal o início do século dezenove, e décadas subsequentes. Apontam para o momento em que os indígenas são eliminados das narrativas históricas e substituídos pelos imigrantes no sentido da superação do atraso atribuído à trajetória do Espírito Santo. Assim, ressaltamos que esses estudos invertem o significado de determinados marcos históricos. Se os acontecimentos eram interpretados como expansão da sociedade colonial (e imperial) no século XIX e avaliados como expressão do desenvolvimento do Espírito Santo, passam a ser entendidos como um avanço e ampliação dos combates às comunidades indígenas, que, por sua vez, emergem nas narrativas recorrendo a diferentes estratégias de ação.

Segundo Vânia Moreira, as primeiras décadas do século XIX assinalam um alargamento das fronteiras da sociedade. Assim, a resistência indígena fazia parte de uma reação dos grupos indígenas e sua atuação evidenciava tal relação<sup>696</sup>. Para a autora:

A tímida abertura de zonas pioneiras motivadas pelo desenvolvimento interno da capitania não evitou, portanto, o grande número de confrontos durante os primeiros 30 anos do século XIX. Os ataques indígenas representavam uma resposta às bandeiras e agressões sofridas nas zonas de contato. As perdas territoriais desorganizavam a estrutura social e econômica das tribos e estiveram fortemente condicionados pela pressão exercida pela expansão da sociedade regional de Minas Gerais, muito mais dinâmica que a propriamente local. Eles estavam, na realidade, encurralados em uma zona territorial cada vez menor, cercada por todos os lados pela crescente presença da população luso-brasileira.<sup>697</sup>

Os trabalhos da autora colaboram tanto na compreensão da resistência indígena nesse processo como no entendimento de como se estabeleceu a expropriação dos indígenas no Espírito Santo em detrimento do desenvolvimento local ao longo do século XIX. Contrariando a narrativa de Gabriel Bittencourt, Vânia Moreira critica, sobretudo, a construção de um discurso sobre os “vazios demográficos” como um discurso político que nega a história desses grupos. A autora argumenta que o apagamento do índio corresponde ao uso político desse conceito:

Vazio demográfico é, portanto, um clichê produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira, com profundas raízes na história nacional do século XX. Na maior parte das vezes indica senão a completa ausência de traços humanos em dado

<sup>696</sup> Sobre essa exclusão dos indígenas, Vânia Moreira questiona: “A pouca atenção dada à questão indígena já é uma lacuna, um desafio e um claro indício da existência de sérios vícios teóricos e metodológicos presentes na maneira corrente de escrever-se a história do processo de ocupação e colonização territorial. Se isso está correto, como creio que está, o que dizer, então, das inúmeras situações em que a presença indígena foi completamente ignorada, a ponto de fazer-nos crer que eles nunca existiram nas terras depois ocupadas e repovoadas?” MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 3, 2001. p. 88.

<sup>697</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **Dimensões** – Revista de História da UFES, Vitória, n. 9, 2001, p. 116.

território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa. Na boca dos políticos, a noção de vazios demográficos foi mais longe, pois via de regra serviu para justificar medidas ou políticas para incrementar o nível de povoamento.<sup>698</sup>

Além de fundamentar o discurso político, essa perspectiva de leitura do passado que recorre à noção de vazio demográfico silencia o conflito que marcou essa relação entre os indígenas e a sociedade dominante:

Não é absolutamente por acaso, ademais, que o revisionismo presente nos mais recentes estudos sobre as situações de fronteira esteja destacando principalmente o caráter conflituoso do processo. A ideia de uma fronteira em expansão desvinculada dos conflitos étnicos e sociais presentes nas zonas de fronteira transforma a descrição do fenômeno em algo bastante ideológico, justamente porque transforma o movimento de expansão em algo realizado sobre uma espécie de vácuo social, desinteressando-se e até mesmo ignorando os sérios conflitos que tiveram como palco precisamente as áreas de expansão que progressivamente foram incorporadas à sociedade dominante.<sup>699</sup>

Além de chamar a atenção para a questão indígena nesse processo de desenvolvimento, a autora ressalta a resistência a esse processo. O reconhecimento do conflito que se configurou por meio de ataques não exclui interpretações que revelam outras formas de relação estabelecidas pelos indígenas. Pois, como demonstram os autores, além da guerra, a expansão da sociedade luso-brasileira orientou-se também pelo projeto de civilização dos índios que envolvia contatos amistosos a fim de evitar conflitos e garantir, conseqüentemente, o acesso à terra pelos colonos. Tarcísio Silva, em artigo acadêmico, nos ajuda a compreender o significado de "civilizar os indígenas" no contexto de criação dos quartéis e aldeamentos no século XIX na região do Rio Doce:

“[...] a intenção era ‘civilizar’ e trazer os índios botocudos, para o ‘doce julgo da lei’ portuguesa, mesmo que, com isso, uma guerra precisasse ser tratada e, pelo raciocínio da Coroa, vencida. Civilizar, nesse sentido, seria fazer com que os índios aceitassem as formas de convívio social e as instituições da sociedade portuguesa. Ora, fazer com que as comunidades indígenas do sertão das gerais, acostumadas ao vagar livre e a tirar seu sustento do que as matas e rios da região pudessem lhes prover, aceitassem viver em aldeamentos restritos e dentro de parâmetros de sociabilidade bem diversos dos seus, não seria, obviamente, uma tarefa das mais fáceis de serem executadas.”<sup>700</sup>

<sup>698</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES**, Vitória, n. 9, 2001, p. 104.

<sup>699</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. **DIMENSÕES**, Vitória, n. 13, 2011, p. 272.

<sup>700</sup> SILVA, Tarcísio Glauco da. Junta Militar do Rio Doce: a posse da terra como um dos objetivos de conquista. In: **Dimensões** – Revista do departamento de História da UFES, n. 18. Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais – UFES, 2006. p. 302. Ver também: SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta de civilização e conquista dos índios e navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)**. 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

Existia o interesse no aproveitamento do indígena como elemento de defesa e como mão de obra.<sup>701</sup> Analisando esse meio de avanço da sociedade colonial, Tarcísio Silva defende a ideia de que os aldeamentos não se limitavam a ser um local de pretensa civilização do índio da região do médio rio Doce, mas pode ser entendido como forma de afastar os indígenas de seu território possibilitando sua ocupação. Era, assim, uma estratégia "para tirar o índio de sua terra de forma a inseri-lo na 'sociedade civilizada portuguesa' não como igual, mas como um subgrupo marginalizado."<sup>702</sup>

Os autores, portanto, trazem em suas narrativas a problemática indígena que foi silenciada pelas narrativas históricas da superação do atraso nas quais prevaleceu os aspectos e personagens históricos associados ao progresso do Espírito Santo. Vânia Moreira evidencia, ainda, que esse processo de expropriação dos índios foi marcado por sua continuidade. Em artigo acadêmico<sup>703</sup>, a autora analisa os impactos da Lei de Terras de 1850 sobre os direitos territoriais indígenas, considerando o processo de expulsão das populações de índios Tupiniquins, Puris e Botocudos no Espírito Santo.

Para a autora a questão indígena sempre esteve vinculada à questão da terra. Porém, segundo ela, a Lei de Terras de 1850 não considerava a posse de terras indígenas que não correspondessem ao modelo estabelecido pela nova lei, o que possibilitou que elas fossem alvo de invasões e desapropriações validadas por administradores locais. A autora questiona esse processo:

Como poderia uma terra indígena estar abandonada e ter, ao mesmo tempo, índios vivendo nela? Pior ainda, com base em qual justificativa legal estava-se interditando aos descendentes dos índios que receberam sesmarias ou terras de aldeia o direito de legitimarem as posses herdadas? As decisões oficiais não enfrentaram e, menos ainda, não elucidaram tais questões, mas permitiram a desativação de grande número de aldeias, viabilizando a abertura das terras indígenas à venda e ao aforamento. Aos remanescentes indígenas restava somente a quantidade de terra que alguma autoridade local julgasse suficiente para eles. Mas tais índios tinham que ser identificados como "índios" para usufruírem o derradeiro direito de posse e propriedade. [...] A nova conjuntura criada pela Lei de Terras, seu regulamento e leis complementares foram particularmente nocivos ao patrimônio territorial indígena, não apenas porque as decisões oficiais foram arbitrárias e contrárias aos interesses indígenas, mas também porque a nova legislação foi incapaz de coibir as invasões criminosas que continuaram a ocorrer ao arrepio da nova legislação. A continuidade de formação de posses após a promulgação da Lei de Terras era indiscutivelmente um ato criminoso, pois só a

<sup>701</sup> SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta de civilização e conquista dos índios e navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)**. 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 311-317.

<sup>702</sup> Ibid., p. 315.

<sup>703</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, pp. 153-169, 2002.

compra de terra poderia justificar novas propriedades. Mas quando as posses criminosas eram realizadas em terras indígenas, em vez de serem anuladas, serviam antes de motivo para a expropriação dos índios, que passavam a estar 'confundidos com a massa da população civilizada'.<sup>704</sup>

Nesse sentido, Vânia Moreira estabelece um outro marco histórico para o Espírito Santo, porém, sob a perspectiva da condição indígena a partir de 1850:

As leis e avisos complementares à Lei de Terras de 1850 praticamente fecharam todas as alternativas à propriedade indígena. As terras pertencentes às tribos independentes, embora não pudessem ser consideradas devolutas, foram efetivamente tratadas como terras do domínio público, sob a alegação de que estariam 'vagas', isto é, não teriam o domínio ou posse de pessoa alguma. Para sanar a incongruência desse raciocínio, os legisladores se limitaram a reservar parte das terras devolutas à "colonização indígena". As terras indígenas oriundas de antigas sesmarias ou aldeias sem cultura e moradia efetiva foram igualmente consideradas vagas e, por isso, deveriam retornar ao domínio das terras públicas. Muitas aldeias e missões foram sumariamente extintas, e a última possibilidade ainda existente aos índios remanescentes em sesmarias e terras de aldeia era a de possuírem pequenos lotes de terra.<sup>705</sup>

Essa outra visão sobre o passado local não se resume à compreensão da condição indígena a partir do avanço da sociedade luso-brasileira. Os autores, ao analisarem esse conflito existente, compreendem essas relações orientados pela noção de *zonas de contato*. Ao recorrerem a novos referenciais teóricos e metodológicos, principalmente no diálogo com a antropologia, essas narrativas conseguem resgatar personagens marginalizados das narrativas construídas sob o paradigma do desenvolvimento.<sup>706</sup> Enquanto essas narrativas desconsideravam a presença dos índios no século XIX, de forma contrária, atentando para esse processo histórico de avanço sobre as populações indígenas, os autores introduzem a imagem do índio integrado e autônomo, com capacidade de articular seus interesses e propósitos, mesmo submetidos a essa condição que marcou sua trajetória.

As publicações de Vânia Moreira representam esse sentido atribuído ao passado indígena no Espírito Santo. Como exemplos, evidenciamos dois artigos<sup>707</sup> da autora que tratam da presença

<sup>704</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002, p. 164-165.

<sup>705</sup> Ibid., p. 166-167.

<sup>706</sup> Segundo Vânia Moreira: "[...] a interpretação da história brasileira e, em particular, para a história da colonização do médio e baixo rio Doce, nos séculos XIX e XX. No que tange à história indígena, os conceitos de fronteira, frente pioneira ou frente de expansão da sociedade nacional podem ser proveitosamente desdobrados em outro, o de zona de contato, para justamente referir-se aos locais, dentro das frentes de expansão, onde se tornaram particularmente intensivos o convívio e o conflito entre índios e agentes da sociedade dominante. E, por esse caminho, talvez nossa historiografia resgate parte da história anônima de numerosos índios, caboclos, pés descalços e pequenos posseiros sem-história." MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. **Dimensões** – Revista de História da UFES, n. 13, Vitória, 2011, p. 278.

<sup>707</sup> Os artigos são: MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Debates, n.11, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. Acesso em: 16/02/2014.; MOREIRA, Vânia Maria

indígena no século XIX na região da Vila de Nova Almeida. A história do Espírito Santo é analisada a partir da experiência indígena nas "zonas de contato"<sup>708</sup> e sua complexidade.<sup>709</sup> Compreender o passado indígena, nessa perspectiva, permite tanto a descaracterização do discurso do "vazio demográfico" bem como a importância dessas populações indígenas em suas interações sociais. Segundo Vânia Moreira:

Na província, isto é, na zona policiada, representavam 25% da população livre. E se for somada essa população com os índios que se estimavam existir nos sertões, chega-se a surpreendente cifra de que os ameríndios representavam 61% da população regional durante a década de 1820. Em outras palavras, existiam os índios 'civilizados' da província e os índios 'selvagens' dos sertões e, não raras vezes, o governo provincial utilizou-se daqueles para o combate e 'amansamento' destes. Desse ângulo, as fronteiras étnicas e sociais entre os índios 'civilizados', 'cristãos' ou 'mansos', de um lado, e, de outro, os índios dos sertões, isto é, os "tapuias", "gentios inimigos" ou simplesmente "botocudos" parecem claras e bem nítidas. Contudo, era amplamente reconhecido pelos governantes locais os limites de tais diferenças, pois o trânsito de índios do sertão para a província e, inversamente, de índios das vilas e povoados para os sertões era intenso e difícil de ser controlado. Assim, pelo menos do ponto de vista dos governos locais, a realidade social do Espírito Santo era caracterizada pela necessidade de governar uma importante população indígena em diferentes estágios de contato e de transculturação.<sup>710</sup>

A autora segue essas considerações para analisar a vila de Nova Almeida nas primeiras décadas do século XIX. A define como uma zona de contato, de fronteira que revela a importância dos indígenas na dinâmica social da região.<sup>711</sup> Existia uma preocupação das autoridades em relação

---

Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). In: **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012.

<sup>708</sup> A mudança de perspectiva possibilita a emergência de outra história: "Na *Corografia Brasílica*, obra primeiramente publicada em 1817, Manuel Aires de Casal explicava o 'atrasamento' da capitania pela 'falta de numerosos colonos, que se façam respeitáveis aos bárbaros'. Adotava o ponto de vista dos donatários e dos moradores luso-brasileiros, que culpavam frequentemente os índios 'bárbaros' dos sertões, ou 'tapuias', pelo 'atraso' da capitania. Mas mudando a perspectiva e observando a capitania como uma zona de contato, afigura-se outra história bem diferente, na qual não cabem muito confortavelmente as imagens de 'atraso'. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates*, n.11, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. Acesso em: 16/02/2014. p. 3

<sup>709</sup> A autora sintetiza o artigo dessa forma: "Este artigo visa refletir sobre a moldagem da vida nas zonas de contato, elegendo como ponto de reflexão o trânsito da população indígena entre os sertões do Espírito Santo e as zonas policiadas da província, no período de 1798 a 1840. Esse movimento não obedeceu um padrão único, pois variou dependendo das comunidades e dos indivíduos, em um gradiente que poderia ser temporário, cíclico ou definitivo, entre os dois lados de uma fronteira porosa e sempre em movimento." *Ibid.*, p. 3.

<sup>710</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates**, n.11, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. Acesso em: 16/02/2014. p. 4-5.

<sup>711</sup> Argumenta a autora: "A explicação para a relativa estabilidade populacional da vila de Nova Almeida e de seus povoados anexos, Aldeia Velha e Campo do Riacho, deve ser procurada no quadro de tensões e conflitos que marcavam as fronteiras entre as zonas policiadas e não policiadas do Espírito Santo. Pois, para garantir a segurança do Espírito Santo, interessava ao governo local a manutenção de uma vila forte e bem organizada naquela fronteira e zona de contato com os índios "bravos" do sertão. Outro motivo importante para a conservação da vila como um lugar fundamentalmente indígena era o interesse pela mão-de-obra dos índios, utilizada tanto pelos governos locais como pelo governo imperial." MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e

ao aproveitamento da mão de obra indígena, convocada em diferentes frentes de trabalho em serviços prestados ao Estado, reveladores da função social que se atribuía a esses grupos.<sup>712</sup>

Vânia Moreira, no entanto, preocupa-se com a perspectiva indígena diante dessa condição, em sua margem de atuação:

Do ponto de vista dos índios, existia certa margem de manobra e de negociação com as autoridades governativas, que, afinal, precisavam deles tanto para o serviço público (construção civil, serviço de correio, navegação etc.) como para a defesa militar das vilas e dos povoados. Assim, a despeito das relações muito desiguais e assimétricas de poder entre eles, de um lado, e, de outro, os governantes e os moradores locais mais abastados, esses índios defendiam seus próprios interesses nas tramas que compunham as relações de poder na região. E, se tomarmos como parâmetro as petições e reclamações que eles próprios dirigiram aos governantes, as duas maiores preocupações dos índios foram defender a liberdade dos filhos – sequestrados para serem tutelados por terceiros, de acordo com os instrumentos da legislação orfanológica –, e manter a posse e a propriedade das terras que ocupavam, contra as tentativas do esbulho de certos moradores. Não é demais frisar, além disso, que, em termos indígenas, a tutela orfanológica correspondia à perda da autonomia e da liberdade conquistadas, pois os índios passavam a ter “dono”, “amo” ou “patrão” em uma espécie de situação bastante próxima ao cativo disfarçado. Mas tão importante quanto esses requerimentos indígenas, foram as respostas que receberam, pois, não foram poucas as vezes que os governantes mandaram devolver a eles suas terras e seus filhos. Por exemplo, em 23 de agosto de 1838, o presidente João Lopes da Silva informava ao juiz de paz que havia recebido o requerimento do índio José Bernardino e pedia explicações circunstanciadas sobre o assunto, advertindo-o que “não pode e nem deve tirar os indígenas do poder dos pais ou daqueles que os tenham criado para dá-los a terceira pessoa, não havendo melhoramento de condição, como no caso presente.”<sup>713</sup>

Nova Almeida, nessa perspectiva, é retratada pela autora como o espaço por excelência do movimento dinâmico social e cultural no qual estavam inseridos grupos indígenas:

---

transcultações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Debates, n.11, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. Acesso em: 16/02/2014. p. 8.

<sup>712</sup> De acordo com Vânia Moreira: “[...] na correspondência oficial entre os presidentes da província do Espírito Santo e as autoridades da vila de Nova Almeida, como os juizes ordinários, o presidente da Câmara, os vereadores ou o capitão-mor, mantida no período de 1827 a 1853. Nesta série documental, identifiquei um universo de 85 documentos nos quais os índios foram citados textualmente e o assunto mais em voga nesta amostragem estava, de algum modo, vinculado ao trabalho que eles deveriam prestar ao “Império e à Nação”, perfazendo 58,8% do total. Lembrando que, em uma mesma correspondência, pode-se encontrar um ou mais assuntos relativos aos índios, nas 50 correspondências classificadas como pertencendo ao assunto “Trabalho”, foram identificadas 58 ocorrências ligadas ao tema. A solicitação de índios para a prestação de serviço ao Estado ou para render outros índios que já estavam trabalhando para o “Império e a Nação” é, em disparado, a principal ocorrência (70,7%). Os tipos de trabalho realizados pelos índios e os lugares onde tais serviços eram feitos são bastante reveladores, ademais, da função social desses índios no âmbito regional. Em um universo de 50 ocorrências sobre a prestação de serviço para o Estado, 22% usam as expressões genéricas “serviço nacional e imperial” e 10%, “serviço público” ou serviço em “obras públicas”. O restante das solicitações de índios era para trabalhar na Diretoria do Rio Doce (16%), no Forte São João e Passagens (12%), no Escaler do Governo e Passagens (10%), no corte de madeira e na construção naval (8%) e no combate de quilombos ou na captura de escravos fugitivos (6%).” Ibid., p. 8.

<sup>713</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transcultações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Debates, n.11, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. Acesso em: 16/02/2014. p. 9.



No começo dos oitocentos, portanto, Nova Almeida era uma vila mestiça, do ponto de vista cultural, agregando pessoas, valores e práticas dos campos ameríndio e afro-luso-brasileiro. Mas, [...] os índios conseguiram dar, naquele espaço físico, político e social, uma forma indígena ao processo de mestiçagem.[...] Os índios ocupavam, além disso, os principais cargos e lugares da governança da vila. Na visitação de 1812, por exemplo, d. Coutinho ponderou a existência de mais de 3 mil índios na vila de Nova Almeida, sem contar os brancos e pretos, afirmando ainda que a vila possuía uma Câmara de “índios puros”, isto é, todos os vereadores e juízes eram índios. [...] Mas apesar das mestiçagens (biológicas e culturais), não há porque deixar de ler e interpretar tais vilas e instituições híbridas também como lugares profundamente indígenas, em um processo contínuo de apropriação, de ressignificação e de transformação, pois, construídos, vividos, negociados e transmitidos a partir do encontro intercultural entre afro-luso-brasileiros e índios. O *modus vivendi* de Nova Almeida atesta isso, aliás, com bastante eloquência.<sup>714</sup>

Essa imagem das populações indígenas pode ser observada ainda em artigo da autora sobre a Carta Régia de 1798<sup>715</sup> e sua implicação no sistema de autogoverno<sup>716</sup> dos índios nas vilas e lugares indígenas no Espírito Santo, que vigorou entre 1798 e 1845. Segundo a autora, por mais que esse sistema tivesse o objetivo primeiro de controlar os indígenas e aproveitá-los como mão de obra para o Estado, serviu como margem de negociação dessas populações.<sup>717</sup> Exemplar,

<sup>714</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Debates, n.11, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. Acesso em: 16/02/2014. p. 10.

<sup>715</sup> Segundo Vânia Moreira: "o fato é que a Carta Régia de 12 de maio de 1798 suspendeu o sistema de Diretório e inaugurou um período bastante atípico na história dos índios e do indigenismo no Brasil, pois os índios das vilas e povoados ficaram legalmente livres de qualquer tutela sobre suas pessoas." MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). In: **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012. p. 228.

<sup>716</sup> Sobre o propósito do autogoverno e a margem de ação dos índios: Índios que tinham “dono” conviviam lado a lado, no Espírito Santo, com outros que eram considerados livres e que viviam com suas famílias e grupos nos povoados e vilas da província, de forma muito mais autônoma e de acordo com os princípios do autogoverno. Entenda-se por autogoverno dos índios a extinção da tutela dos diretores, pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, e a subordinação deles ao governo da Câmara e às demais instituições das vilas e lugares, como, por exemplo, as ordenanças. O sistema de autogoverno dos índios visava, em primeiro lugar, garantir os interesses do Estado, presentes, de forma bem resumida, na ideia de transformar os índios em “súditos úteis”, por meio do trabalho prestado ao Estado, aos particulares, a si mesmos e às suas famílias. Trata-se também, como se verá mais adiante, de um sistema político que, no Espírito Santo, abriu espaços para o exercício da política indígena, expressa na defesa de sua liberdade e territorialidade contra os outros moradores da província que, na primeira metade do século XIX, cobijavam suas terras e muito frequentemente também seu trabalho." MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). In: **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012. p. 230.

<sup>717</sup> Nas povoações de maioria indígena do Espírito Santo, como Benevente (antiga missão de Reritiba) e Nova Almeida (antiga missão dos Reis Magos), o funcionamento do autogoverno e do sistema de trabalho a ele associado não pode ser satisfatoriamente explicado pelos artifícios da violência, do engodo ou de uma suposta passividade dos índios, apesar desses argumentos terem sido apontados por alguns dos contemporâneos para explicar a participação dos índios em uma ordem social bastante opressora. Afinal, a subalternidade social dos índios não é condição suficiente para negar a eles a condição de atores de sua própria história, por mais que essa história seja a história do oprimido. Também não é condição suficiente para caracterizar o autogoverno nas vilas e lugares indígenas apenas como um simulacro, supondo que eles, no exercício dos poderes municipais (vereadores e juízes) e de outros cargos da República (capitães-mores de ordenança, etc.), eram apenas iludidos pelas pompas dos cargos civis e militares do mundo colonial e pós colonial. Ao contrário, pesquisas recentes têm demonstrado que, desde a vigência do Diretório, criou-se ou fortaleceu-se uma elite indígena no interior da lógica da governança colonial que não apenas respondia aos interesses da política indigenista luso-brasileira, mas também às expectativas dos índios e da política indígena. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios:

nessa abordagem, é a identificação de um lugar de participação política e reivindicativa que conquistaram:

A participação dos índios na governança local [...] foi um expediente político de relativa eficácia para os índios. Permitiu, por exemplo, a tramitação de suas reivindicações e de seus interesses nos canais políticos da província. Na série de 85 correspondências entre os presidentes da província do Espírito Santo e as autoridades civis e militares da vila de Nova Almeida mantidas no período entre 1828 e 1853, onde os índios são textualmente citados, foram encontradas 19 ocorrências de queixas de índios, principalmente contra três situações: as tentativas de esbulho de suas terras, as violências físicas perpetradas por moradores e os sequestros de seus filhos pelas autoridades locais, que os distribuíam a terceiros.<sup>718</sup>

Para a autora, os documentos revelam uma "relativa eficácia política do sistema do autogoverno para os índios, pois os presidentes da província tenderam a apoiar os índios em suas representações e queixas."<sup>719</sup>

Essa visão sobre um lugar do indígena no passado local como sujeito ativo e reivindicativo com estratégias de ação em função da dinâmica social à qual estavam submetidos é observado também por Francielli Marinato em seu estudo sobre as relações de contato entre a sociedade colonizadora e os indígenas a partir da instalação da Diretoria de Índios do Rio Doce (DRD), em 1824.<sup>720</sup>

Segundo a autora, a DRD possuía, dentre seus objetivos, o propósito de reunir os Botocudos em aldeamentos. Tal como Vânia Moreira atribuiu uma margem de ação dos índios diante da Carta Régia de 1798 e o sistema de autogoverno, Marinato ressalta que os indígenas tiveram capacidade de se organizar em torno dos propósitos da política de aldeamentos, resistindo por meio da negociação e estabelecendo relações nas quais apresentavam suas demandas e interesses naquele contexto. Para ela:

Em realidade, a história da DRD é uma história de tensão permanente, polarizada pelos índios *versus* diretores, militares e colonos. Isso, sobretudo, porque nos planos gestados às pressas pelo nascente Estado imperial, bem como nas resoluções dadas de relance pelos governantes provinciais, há enormes erros de cálculo. Os mais explícitos ligam-se à crença de que os Botocudos seriam fácil e rapidamente assentados em aldeamentos a partir da conquista e manipulação de seus interesses com a oferta de uma infinidade de quinquilharias. [...] Ao se mobilizar e atrair os inúmeros e inimagináveis grupos Botocudos entranhados nas florestas, fazendo propagar

---

liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). In: **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012. p. 235.

<sup>718</sup> Ibid., p. 236-237.

<sup>719</sup> Ibid., p. 237.

<sup>720</sup> MARINATO, Francielli Aparecida. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS, Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES. Vitória. 2007.

promessas de sustento, bom tratamento e ofertas de presentes, errou-se de forma cabal com a crença no pressuposto de que isso seria suficiente para torná-los sedentários e, pior, submetidos ao trabalho colonial. As relações estabelecidas com as populações nativas em torno da Diretoria mostram que as ofertas de presentes, ferramentas e alimentos eram, sim, atrativas e engendraram muitos interesses no mundo indígena, mas sem que os diretores tivessem qualquer controle e manipulação sobre isso.<sup>721</sup>

A abordagem da autora demonstra a capacidade de articulação e autonomia, assim como uma resistência desencadeada de acordo com a dinâmica na qual estavam inseridos. Novos sentidos são estabelecidos, portanto, para o papel desempenhado pelos indígenas no passado do Espírito Santo. Além de estudos que propõem uma releitura do passado indígena, essa perspectiva historiográfica, é composta, também, por trabalhos que têm permitido resgatar as experiências indígenas no século XX.

Tais narrativas ganham importância não só por avançarem cronologicamente, mas, sobretudo, porque atendem a necessidade de contrapor-se à cristalização da noção de que os povos indígenas pertencem ao passado. Com isso, permitem compreendermos a continuidade da luta desses povos ao longo do tempo no Espírito Santo.<sup>722</sup> Selecionamos, nesse ponto, os estudos de Klítia Loureiro e Kalna Teao,<sup>723</sup> pois atendem a esse propósito de resgatar a presença dos indígenas e produzir referências que modifiquem a percepção acerca desses grupos.<sup>724</sup>

<sup>721</sup> MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS, Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES. Vitória. 2007, p. 145.

<sup>722</sup> Sobre os índios no Espírito Santo, indicamos as contribuições trazidas por Celeste Ciccarone no campo da Antropologia. Ver: CICCARONE, Celeste (org.). **Memória viva Guarani: revelações sobre a terra**. Comunidade Tekoa Porã. Vitória: UFES, 1996; CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani**. 2001. 352 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Católica de São Paulo, 2001;

<sup>723</sup> TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória: Ed. do autor, 2009. No que tange às reflexões de Klítia, recorremos, principalmente, à sua dissertação de mestrado: LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)**. 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

<sup>724</sup> A produção histórica, nesse caso, seguiu também essa orientação: "Após a realização de pesquisas na área de História e de Educação indígena, foi possível perceber a pouca existência de materiais didáticos referentes aos índios do Espírito Santo. Devido à carência de materiais específicos sobre a temática, muitos professores encontram dificuldades para ensinar sobre os povos indígenas.[...] Em geral, os livros didáticos existentes sobre a história local no Espírito Santo e a história nacional tratam o índio de forma preconceituosa e equivocada." TEAO, Kalna; LOUREIRO, Klítia. op. cit., p. 29. De acordo com Vânia Moreira, existe uma reivindicação nesse sentido proveniente do próprio movimento indígena. A autora chama a atenção para o documento de reivindicação dos indígenas elaborado pela "Conferência dos Povos Indígenas" reunidos em Cabralia no ano 2000 em contestação à comemoração dos 500 anos do Brasil. Nessa disputa acerca do lugar reservado aos índios na sociedade brasileira, a história deveria ser revisitada: A solicitação de que a "verdadeira história" seja ensinada indica que para os índios reunidos em Cabralia a história ministrada nas escolas brasileiras não é verdadeira porque, entre outras razões, a presença indígena tem sido sistematicamente ignorada. Os povos indígenas estão, de fato, sub-representados, ou até mesmo não representados na historiografia, tanto aquela dirigida à formação básica dos cidadãos brasileiros ensinada nas redes de ensino médio e fundamental, quanto nas mais acadêmicas, ministrada pelas universidades

Klília Loureiro, em sua dissertação de mestrado, questiona o significado de um dos pilares das narrativas da superação do atraso: o projeto de industrialização das décadas de 1960-1970. Analisando a implantação do Complexo Aracruz celulose S/A em 1972, considera que o Estado estabeleceu um discurso de modernização e progresso com os investimentos advindos dos Grandes Projetos Industriais e que esse processo desencadeou um período de prejuízos e lutas das comunidades indígenas da região de Aracruz, os Tupinikin e os Guarani Mbya.

Se observamos que em outras narrativas esse modelo de industrialização foi questionado em função das suas consequências negativas de várias ordens para a população, a autora indica as implicações desse processo nas populações indígenas e como isso obrigou esses grupos a um rearranjo cotidiano devido a violência e expropriações contidas no modo de implantação da Aracruz Celulose. Desse modo, buscou desconstruir o discurso do progresso relativo à industrialização:

Ao analisar a implantação da Aracruz Celulose S/A e a consequente luta pelas terras indígenas Tupinikin e Guarani Mbya e pela afirmação étnica dos índios Tupinikin, tidos como “extintos” desde o final do século XIX, nossa pesquisa evidenciou que houve na atuação do Estado (1967 a 1983) capixaba, junto com a empresa Aracruz Celulose, um discurso de modernização e progresso que a nosso ver repetia antigos discursos já bastante conhecidos: o Mito sacrificial do índio e da natureza em prol não mais da civilização, como acontecia na Colônia e no Império, mas em favor da modernização capitalista do Espírito Santo e do Brasil. Os colonizadores lançaram mão de um argumento religioso que pudesse justificar o massacre, o extermínio, o *encobrimento do Outro*, a fim de levar a civilização cristã às terras descobertas e retirar os índios da condição de selvagens. A esse respeito, foi nossa intenção destacar a dialética intrínseca a esse processo civilizatório, que traz em seu bojo o seu contrário: a barbárie.<sup>725</sup>

A autora reflete justamente sobre os diferentes lados em conflito nesse processo. Por um lado, Klília Loureiro expôs "o indígena em seu resistente esforço para não sucumbir ao incivilizado processo civilizatório",<sup>726</sup> que se viu obrigado a "viver ilhado dentro do seu território" pois as "extensas áreas de matas e florestas naturais foram sendo derrubadas e substituídas pela monocultura do eucalipto, que se estendia, segundo relatos, até o quintal de suas casas, deixando

---

nacionais. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 3, 2001. p. 87.

<sup>725</sup> LOUREIRO, Klília. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo**: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983). 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 169.

<sup>726</sup> LOUREIRO, Klília. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo**: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983). 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 171.

os moradores acuados e obrigados a abandonarem o local."<sup>727</sup> Por outro, narra a luta e os dilemas das populações indígenas do Espírito Santo pela demarcação de suas terras e, principalmente, o papel contraditório desempenhado pelo Estado diante desse conflito:

A homologação das três áreas indígenas não equacionou o dilema da sobrevivência física e cultural das comunidades envolvidas. A luta pela terra, pelo direito de ser diferente, pelo direito à vida, à dignidade, ainda hoje faz parte das principais reivindicações das comunidades indígenas Tupinikin e Guarani Mbya do litoral norte do Espírito Santo. O importante aqui é reconhecer a contradição existente na atuação do Estado, no que diz respeito à demanda por terras por parte das populações indígenas. Se, por um lado, o “Estado”, em parceria com o capital transnacional, tem sido o principal responsável pela negação da existência das comunidades indígenas no Espírito Santo, por outro, foi também um órgão específico do Estado que “contribuiu” para que o resgate e a defesa dos remanescentes Tupinikin se tornassem prioridade dentro das políticas públicas, embora tenha submetido o grupo a estranhos acordos financeiros com os interesses industriais da empresa transnacional Aracruz Celulose S.A.<sup>728</sup>

É exatamente essa luta indígena o principal foco da abordagem de Kalna Teao. Ela também define a industrialização como o marco negativo da história do Espírito Santo para os indígenas e evidencia, assim, a continuidade da batalha dessas populações por reconhecimento de direitos:

Podemos dividir a história da luta pela terra indígena no Espírito Santo em três fases. A primeira, ocorrida de 1967, ano da implantação da Aracruz Celulose no Estado, ao de 1983, ano de homologação das terras indígenas. A segunda fase inicia-se em 1993, quando os tupinikin e Guarani reivindicaram a ampliação da área indígena, e dura até 1998, com a ampliação do território indígena de Caieiras Velhas. E a terceira fase, que correspondente à época atual, iniciou-se em fevereiro de 2005, através da assembleia dos dois povos indígenas para lutar pela ampliação de suas terras e romper o Termo de Ajustamento de Conduta.<sup>729</sup>

Segundo Kalna, esse é um processo de luta que ainda continua. Apesar de ser um fenômeno contemporâneo, as ações indígenas, tal como no passado, como observamos, têm consolidado um conjunto de estratégias de resistência dessa população.<sup>730</sup> Todavia, ressalta a autora, um dos

<sup>727</sup> LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo**: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983). 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 93.

<sup>728</sup> Ibid., p. 166.

<sup>729</sup> TEAO, Kalna Mareto. Os Guarani Mbya. In: TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória: Ed. do autor, 2009. p. 103. Sobre o termo de ajustamento, a autora define o seguinte: "O Termo de Ajustamento de Conduta foi assinado pelos índios Tupinikin e Guarani com a empresa Aracruz Celulose em 02 de abril de 1998. Neste documento, a empresa cederia uma quantia de dez milhões e duzentos e sessenta mil reais às comunidades indígenas num prazo de vinte anos. Além disso, a empresa permitiria que os índios explorassem os eucaliptos já plantados. Ainda, a empresa seria responsável pelo pagamento das contas de água e energia elétrica até o valor de sete mil e novecentos e oitenta reais ao ano, além de subsidiar projetos voltados à agricultura." Ibid., p. 103.

<sup>730</sup> Para Kalna: "Uma das estratégias utilizadas pelos índios do Espírito Santo na luta pela terra foi a ocupação de forma pacífica de 300 índios, incluindo mulheres e crianças à sede da empresa Aracruz Celulose, em 06 de outubro de 2005. Tal medida, adotada por eles, consistia em chamar a atenção para a causa indígena de defesa da terra e exigir providências, como maior agilidade da Funai, em terminar os grupos de estudos e publicar o relatório final."

grandes inimigos indígenas ainda é a representação de obstáculos do progresso atribuída a eles no presente:

Os conflitos pela posse da terra são noticiados através da mídia a partir de um discurso unívoco, desconsiderando os povos indígenas como sujeitos e protagonistas da história, desqualificando-os e marginalizando-os ao denominá-los frequentemente como aculturados, estrangeiros e não índios. Ao utilizar esse discurso, o Estado, os meios de comunicação, as empresas e os fazendeiros, dentre outros, evocam a defesa da propriedade privada da terra, negando aos povos indígenas suas reivindicações, considerando-os como entraves ao processo de modernização e ao progresso. Nesse sentido, resgatar as visões dos povos indígenas significa buscar o entendimento de uma realidade muito mais complexa, que ultrapassa apenas o embate entre progresso material e atraso econômico, mas permite compreender as diversas concepções de mundo e práticas políticas em confronto, que se refletem cotidianamente na difusão de preconceitos legitimadores por meio de ações econômicas e governistas.<sup>731</sup>

Klília Loureiro e Kalna Teao demonstram em suas narrativas que o problema indígena persiste: o da sua condição social e a imagem construída sobre eles. A definição de um lugar de atraso e sua condição social excludente pertencem ao mesmo processo. Assim, justifica-se a importância dessas novas narrativas. De acordo com Vânia Moreira, a submissão social pela qual se encontram as comunidades indígenas no Brasil se vincula, de alguma forma, com sua ausência também na historiografia. Isso é característico do que ela denominou de “ciclo vicioso”:

Os povos indígenas estão, de fato, sub-representados ou até mesmo não representados na historiografia, tanto naquela dirigida à formação básica dos brasileiros, ensinada nas redes de ensino médio e fundamental, quanto na mais acadêmica, ministrada nas universidades nacionais. A historiografia é, entre outras coisas, o diálogo entre o passado e o presente, ou, se preferirmos, uma interrogação sistemática, feita por pesquisadores de um determinado presente, sobre temas e problemas do passado. Se o índio é pouco visível nas obras de caráter historiográfico, especialmente naquelas que tratam do período pós-colonial, é porque, em grande medida, também teve pouca visibilidade no ambiente social que originou aquelas obras. Formou-se um ciclo vicioso: a subalternidade social gera uma espécie de invisibilidade histórica e esta, por sua vez, ajuda a produzir a subalternidade e invisibilidade social. Trata-se, além disso, de um círculo vicioso que precisa ser superado.<sup>732</sup>

A superação reivindicada por Vânia Moreira, portanto, não segue a lógica da "superação do atraso". Pelo contrário, é outra. É possível atestarmos que na configuração dessas novas narrativas históricas se revelam um novo lugar para os indígenas na história do Espírito Santo. Refletindo sobre o papel da historiografia, Dosse argumenta:

---

TEAO, Kalna Mareto. Os Guarani Mbya. In: TEO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klília. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória: Ed. do autor, 2009. p. 112.

<sup>731</sup> Ibid., 103-104.

<sup>732</sup> MOREIRA, Vânia Losada. Os índios e a historiografia. **DIMENSÕES** – Revista de História da UFES. Vitória, n. 13, 2001. p. 269.

A história, como lugar de controvérsias, como lugar privilegiado do conflito de interpretações, pode ter função terapêutica. Ela pode apoiar-se na conscientização recente de que existem diversos relatos possíveis das mesmas ações, dos mesmos acontecimentos. Nesse sentido a história pode retroagir positivamente sobre a memória ao pôr a memória coletiva, nacional, em situação de abertura, de discussão, de controvérsia. Desse modo, ela permite que a memória não se recolha na fossilização da compulsão repetitiva e que se abra para a memória do outro.<sup>733</sup>

A história sob a perspectiva do desenvolvimento do Espírito Santo, ou como definimos, as narrativas históricas da superação do atraso correspondem à história da exclusão e do apagamento dos indígenas. Entendendo que Dosse se refere à função da historiografia em relação aos efeitos negativos da memória oficial sobre determinados sujeitos da história, essas novas narrativas históricas sobre os indígenas, no caso do Espírito Santo, como observamos, contemplam mudanças importantes que rompem com imagens cristalizadas e preconceitos historicamente produzidos que se perpetuam na sociedade.

Dessa forma, produzem deslocamentos significativos no lugar ocupado por esses personagens. Abandonando a lógica "índios bons" *versus* "índios maus", as narrativas tiram essas populações da categoria de inimigos selvagens e obstáculos do progresso e os reconhecem como sujeitos inseridos e integrados em dinâmicas sociais desfavoráveis, porém capazes de agir e reagir de acordo com suas possibilidades. Retiram os indígenas, também, da condição anacrônica e idealizada de pertencimento a um período do passado local marcado pelo atraso, o colonial. Permitem sua emergência na história local justamente em momentos em que as narrativas da superação do atraso os eliminam e apagam. De uma ausência sugerida pelos "vazios demográficos" ou, ainda, de uma exclusão diante da exaltação dos marcos históricos e dos condutores do progresso do Espírito Santo, as populações indígenas são representadas nessas narrativas em sua diversidade étnica, como sujeitos ativos e, sobretudo, em suas circunstâncias de participação na sociedade, em suas estratégias de ação, que correspondem às suas lutas históricas por conquistas e reconhecimento de direitos.

---

<sup>733</sup>DOSSE, F. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: Unesp, 2001.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando construímos o desafio historiográfico do Espírito Santo a proposta foi a de realizar uma história da historiografia numa perspectiva crítica, apresentando uma análise reflexiva sobre a escrita da história do Espírito Santo. O que orientou nosso estudo, desde as problematizações até o momento das considerações finais, foi a necessidade de agir em função de um determinado lugar atribuído ao historiador que não deve ser o do poder. Apropriando-nos de Edward Said, temos:

Na minha visão, nada é mais repreensível do que certos hábitos de pensamento do intelectual que induzem à abstenção, àquele desvio tão característico de uma posição difícil e embasada em princípios, que se sabe ser a correta, mas que se decide não tomar. Você não quer parecer muito político; você tem medo de parecer controverso; você precisa da aprovação de um chefe ou de uma figura de autoridade; você quer manter uma reputação de pessoa equilibrada, objetiva, moderada; sua esperança é tornar a ser convidado, consultado, ser membro de um conselho, comissão ou comitê de prestígio, e assim continuar vinculado à esfera do *mainstream* [...]. Para um intelectual esses hábitos de pensamentos são corruptores *par excellence*. Se alguma coisa pode desfigurar, neutralizar e, finalmente, matar uma vida intelectual apaixonada é a interiorização de tais hábitos.<sup>734</sup>

Esse posicionamento serve à escrita da história, e à do Espírito Santo. Acreditamos que não pode ser papel do trabalho intelectual criar consensos nem servir a poderes instituídos, devendo empenhar seu senso crítico na rejeição de verdades convencionalmente estabelecidas, evitando um modo passivo de posicionamento. Buscamos uma oposição ao que foi instituído como narrativas oficiais do Espírito Santo, apresentando questões, estabelecendo distinções e dando destaque à recuperação da memória do que é marginalizado ou esquecido na história espiritosantense.<sup>735</sup>

Foi nessa acepção que analisamos não só o percurso das formas de narrar o Espírito Santo mas identificamos as relações com o poder político e distinguimos as narrativas. Observamos que a historiografia, como sugeriu Rüsen, permite configurar os materiais que compõem a memória construindo uma inteligibilidade ao passado. Com isso, avaliamos as diferentes formatações historiográficas dotadas de significação de acordo com as lembranças que mobilizaram, pelo

<sup>734</sup> SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 102-103.

<sup>735</sup> Ibid., p. 35-45.



modo como atribuíram sentido ao passado e suas funções no contexto cultural e político que constituíram.

Vistas em sua historicidade, analisamos as seguintes narrativas históricas: a do *progressivo desenvolvimento do Espírito Santo*, representada por José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes, a da *formação econômica do Espírito Santo*, representada por Gabriel Bittencourt, e as *narrativas críticas da história do Espírito Santo*, representada por um conjunto de trabalhos acadêmicos na contemporaneidade que emergem em oposição às duas configurações anteriores. Em especial, avaliamos a emergência e percurso das narrativas históricas da superação do atraso, suas continuidades e mudanças, assim como suas relações com o poder e os usos políticos do passado.

No que tange às narrativas históricas da superação do atraso, observamos que o desenvolvimento do Espírito Santo tornou-se paradigmático para se interpretar e narrar o passado local. Este paradigma possibilitou tanto à *narrativa do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo* como à *narrativa da formação econômica do Espírito Santo* determinarem o sentido da superação do atraso a trajetória local. Fosse a partir da lógica atraso/progresso ou a da decadência/superação, respectivamente, as narrativas tiveram o progresso/desenvolvimento como categorias norteadoras das representações históricas do Espírito Santo.

Isso, por sua vez, foi possível a partir da compreensão da diferença temporal entre experiência e expectativa. Observamos, com Koselleck, que o presente estabelece relações desiguais entre o passado e o futuro. Tanto a *narrativa do progressivo desenvolvimento* como a da *formação econômica do Espírito Santo* apresentaram a tensão entre o presente (e suas expectativas) com o passado e estabeleceram o horizonte do Estado como sendo o da superação. Assim, essas apresentaram uma relação com o passado a partir do distanciamento, estabelecido em função do que o desenvolvimento econômico indicava como uma nova condição do Estado. Tal distanciamento em relação a um passado considerado como de atraso caracterizou-se de duas formas: como ruptura, no sentido de superar uma condição prejudicial pela inserção em novo patamar de desenvolvimento, como observamos na interpretação dessas narrativas sobre o significado da industrialização das décadas de 1960-1970; e, ainda, na perspectiva da exemplaridade. Tanto em relação à definição de uma trajetória de superação em função dos obstáculos geradores do atraso, como no resgate de exemplos históricos, de modelos a serem copiados no presente como símbolos do progresso.

A dimensão temporal do passado, portanto, foi elaborada sob o paradigma do desenvolvimento e definiu a perspectiva da superação do atraso. Instituiu-se, assim, uma identidade histórica que permeou o discurso político e historiográfico. Uma relação com o passado a partir da definição de um sentido (atraso/superação) e do lugar do Espírito Santo na história. Diante desse paradigma de compreensão do passado local, identificamos um modo de explicar, de dizer e qualificar o Espírito Santo. Tanto em sua matriz política como historiográfica a representação do desenvolvimento apresentou um corpo de enunciados que manifestam processos de percepção e avaliação do Espírito Santo orientadas por uma lógica dualista como “atraso/progresso”, “desenvolvido/subdesenvolvido”, “local/nacional”, “dentro/fora” (ou inserido/marginalizado), que se configuraram como formas de compreender a realidade espiritosantense, e que têm nesses referenciais seus fundamentos para se pensar e narrar o Espírito Santo, no presente e no passado.

Nesse ponto, alcançamos a relação entre discurso político e historiográfico presente em nosso desafio. De acordo com Rüsen:

Não é possível pensar nenhum tipo de dominação cuja legitimação não recorra aos saberes históricos. Os participantes do poder e da dominação estipulam suas relações mútuas ao longo do tempo com argumentos históricos, e as internalizam sob a forma de identidade histórica.<sup>736</sup>

O conhecimento histórico produziu narrativas que buscaram compreender o lugar do Espírito Santo no passado em função do presente e, com isso, legitimaram projetos políticos. Na construção de nosso desafio historiográfico, comparamos como se estabeleceram diferentes formas de relação com o passado, como na afirmação do lugar do Rio de Janeiro para a construção do Brasil, na representação da "Locomotiva" em relação à São Paulo e, ainda, Minas Gerais e as virtudes da mineiridade. Consideramos que a do Espírito Santo se aproxima da caracterização do Nordeste em termos de instituir a condição de atraso, mas sua especificidade reside na correspondência com o discurso político da superação.

Tanto a *narrativa do progressivo desenvolvimento* como a da *formação econômica do Espírito Santo* elaboraram, cada uma em sua formatação historiográfica, enredos históricos do Espírito Santo nos quais ele não acompanhou o progresso, sucessivamente, de outras capitanias, províncias e estados da federação, condição que ocorreria apenas com a industrialização.

---

<sup>736</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UNB, 2010. p. 127.

Condição instituída em oposição ao lugar atribuído, em termos de desenvolvimento, a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, possibilitando, como alertou Rüsen, a produção de argumentos históricos. Em relação ao Espírito Santo, os autores narraram a busca em se adequar ou se inserir na centralidade representada pelos Estados supracitados. O discurso da superação do atraso direciona o Espírito Santo para a centralidade, estabelece esse sentido. Elaboraram, assim, narrativas históricas que correspondiam ao discurso político do "atraso relativo" das décadas de 1960-1970 ou ainda ao discurso reivindicativo do lugar de protagonismo do Estado no contexto do "Terceiro Ciclo de Desenvolvimento" no século XXI. O que evidencia que essas narrativas históricas corresponderam à emergência do discurso político da superação do atraso e sua atualização ao longo do tempo.

Realizamos, como uma das propostas desse desafio, uma história da historiografia comprometida com o entendimento da relação entre o saber histórico e o exercício do poder.<sup>737</sup> Constatamos que os projetos de desenvolvimento trouxeram consigo versões do passado espiritosantense que serviram à formulação de uma experiência pretérita satisfatória em determinados contextos, na construção de modelos, na definição de lugares atribuídos a períodos, acontecimentos e sujeitos valorizados (ou não) em função do discurso da superação do atraso. Por isso, as classificamos como discursos fundadores, tanto pela definição de uma discursividade sobre o Espírito Santo em forma de narrativa histórica, como pelo "foco da história" estabelecido, que foi o do discurso oficial relativo ao desenvolvimento. Identificamos um mecanismo de imposição de uma forma de compreender e narrar o Espírito Santo assim como os usos políticos do passado, observados na forma como este foi apropriado, principalmente, por Paulo Hartung na contemporaneidade.

Aqui, ressaltamos que o nosso desafio historiográfico do Espírito Santo e sua relevância não se limitam ao alcance dessa tese. Pois, o que motivou a construção desse desafio ainda apresenta questões as quais os historiadores não podem se eximir quando suscitados a desconstruir os andaimes que sustentam determinados discursos políticos. Primeiramente, a conclusão desse trabalho se dá durante a condução de um novo mandato de Paulo Hartung (2015-2018) cujo discurso político inicial assentou-se sobre o seu lugar na história local, a produção de um cenário de crise e necessidade de se encontrar o "rumo do desenvolvimento" do Espírito

---

<sup>737</sup>FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.p. 61-65.

Santo.<sup>738</sup> Soma-se a isso, a presença de intelectuais inseridos em seu governo que (re)produzem o ideal da superação do atraso em seus trabalhos e se vinculam à produção da "memória do desenvolvimento", tal como avaliamos.<sup>739</sup>

Entretanto, nosso desafio historiográfico trouxe também a possibilidade de analisarmos a escrita da história do Espírito Santo a partir de "outras histórias." As *narrativas críticas* também revelam a importância e o significado desse trabalho para a reflexão acerca dos paradigmas de entendimento e formas de narrar o Espírito Santo. Nesse caso, partimos de outro fato relevante nesse contexto de encerramento da tese: o desastre socioambiental que envolveu a mineradora Samarco/Vale e o Rio Doce no dia 05 de novembro de 2015.<sup>740</sup>

Esse evento envolve não apenas a necessidade de recuperação de danos ambientais e econômicos causados pelo que ficou chamado de "lama da Samarco." A relação desse evento com o Espírito Santo envolve o que vimos sobre o comprometimento dos estudos históricos com o discurso político da memória coletiva e sua capacidade de produzir lembranças e esquecimentos, hierarquias e distinções, assim como justificar escolhas e legitimar projetos políticos. O Rio Doce, o minério, o contato com Minas Gerais e a Samarco/Vale compõem o imaginário desenvolvimentista local e estão enredadas na narrativa da superação. Na história do Espírito Santo, essas empresas possuem um lugar privilegiado e se legitimam em função da representação histórica do desenvolvimento, pois aparecem como símbolos da superação do atraso.

Nessa perspectiva, elas representam a efetivação das expectativas de desenvolvimento presentes no ideário do progresso local que permeou discursos e práticas políticas no Espírito Santo ao longo do século XIX e XX. Em 1800 com Silva Pontes, como vimos, iniciou-se a busca pelo "sonho capixaba" de contato com Minas Gerais como reação ao "isolamento" colonial. O percurso era justamente o Rio Doce, ainda que não tenha se efetivado. Depois, a expectativa foi renovada com a "Estrada do Rubim", também abandonada. O fim do século XIX e o século XX trouxeram a expectativa de realização dessa integração com o avanço das estradas de ferro que permitiram esse contato. A Vale do Rio Doce e a Samarco surgem, nesse roteiro,

<sup>738</sup> Disponível em: <http://seculodiario.com.br/20660/8/ijo-espirito-santo-perdeu-o-rumo-do-crescimentoij-1>. Acesso em 20/07/2015; e: <http://www.valor.com.br/politica/3841636/na-posse-hartung-diz-que-espirito-santo-perdeu-rumo-nos-ultimos-anos>. Acesso em 20/07/2015.

<sup>739</sup> As pastas de Educação e a de Cultura foram ocupadas, respectivamente, por Haroldo Corrêa e João Gualberto.

<sup>740</sup> Disponível em: <http://seculodiario.com.br/25941/10/quatorze-dias-depois-samarcovale-tentara-conter-chegada-da-onda-de-lama-na-foz-do-rio-doce>. Acesso em: 19/11/2015.

no contexto da industrialização do Espírito Santo e representam, na lógica da superação, a conquista de algo que fora negado ao Espírito Santo no passado. A narrativa histórica, portanto, é capaz de legitimar a ação dessas empresas e definir um lugar irrepreensível a elas, se encaradas sob o paradigma do desenvolvimento. Porém, avaliamos que as *narrativas críticas* produzem novos entendimentos sobre o passado local e combatem a versão que se pretende oficial. Torna-se, portanto, necessário "superar" essa visão.

Identificamos que a historiografia, a partir do início desse século, produziu revisões da história do Espírito Santo que redimensionaram e modificaram o valor histórico atribuído a períodos, acontecimentos e sujeitos históricos analisados sob o paradigma da superação do atraso. O conjunto de trabalhos historiográficos que classificamos como *narrativas críticas da história do Espírito Santo* permitiu, assim, avaliarmos seu significado a partir do duplo aspecto do desafio historiográfico: o de desconstruir narrativas mestras e combater as interpretações do passado que fundamentam o discurso político da superação do atraso.

No que diz respeito ao período colonial, por exemplo, a principal contribuição dessas narrativas é a dessacralização do lugar que o atraso (e sua superação) possui na história do Espírito Santo. Como observamos, o horizonte de interpretação do passado deixou de ser o da ruptura com a experiência vivida, privilegiando a análise das condições de possibilidades, a historicidade dos acontecimentos, atentando para diferentes condicionantes econômicas, circunstâncias políticas e diferentes sujeitos que integraram a complexa dinâmica do Espírito Santo colonial. A desmitificação do atraso, por sua vez, tem um significado importante nas disputas de interpretação acerca do Espírito Santo e seu lugar, no presente e no passado: inviabiliza a interpretação do sentido da superação atribuído ao passado local e desconstrói, conseqüentemente, a própria lógica atraso/progresso, importantes na emergência de discursos fundadores do Espírito Santo e seus usos políticos do passado.

O significado das narrativas críticas pode ser observado, ainda, na modificação do valor histórico atribuído ao período republicano no Estado. Enquanto os projetos de modernização do início do século XX e a industrialização das décadas de 1960-1970 estabeleceram o sentido das narrativas históricas da superação do atraso ou são "celebrados" na atualidade pelas "memórias do desenvolvimento", as narrativas críticas ressignificaram seu valor histórico em função dos prejuízos e das consequências negativas que determinaram para a sociedade espiritosantense ou ainda por atenderem aos interesses de determinados grupos sociais e

políticos locais em detrimento de ampla parcela da sociedade. Identificamos, assim, tanto nos estudos que criticaram o modelo de desenvolvimento estabelecido no Estado como nos que apresentaram as formas de interação e resistência dos grupos indígenas na longa duração, que os autores colocaram em xeque o próprio sentido do desenvolvimento do Espírito Santo em uma perspectiva histórica. O presente e seus desafios também convidam a essa forma de questionamento.

O desafio historiográfico, portanto, não é tarefa fácil. Os aspectos que envolvem o discurso da superação são atualizados e a apropriação de um determinado passado, como vimos, é estrategicamente recorrente. Os discursos fundadores do Espírito Santo, tanto no discurso político como nas narrativas históricas, criam dificuldades para se estabelecer "outras histórias" que não correspondam à versão das elites e seus projetos de sociedade. No entanto, as narrativas críticas, ao emergirem em oposição às narrativas mestras do Espírito Santo, não se limitam apenas à mudança na produção historiográfica, mas representam, principalmente, o quanto as narrativas históricas podem ser transgressoras em relação ao discurso oficial.<sup>741</sup>

A historiografia, segundo Rüsen, pode realizar uma catarse da memória, ou seja, é capaz de mobilizar as lembranças da experiência temporal tramando as peças do passado rememorado como fator de libertação na motivação para o agir.<sup>742</sup> Nesse sentido, a produção do saber histórico, incluindo a história da historiografia, viabiliza atos de libertação ou de superação com importante valor para o exercício de crítica do conhecimento histórico, sobretudo, em relação "ao ato de interrogar o passado, pluralizar seus sentidos e intervir no presente."<sup>743</sup>

Por isso, a partir das *narrativas críticas da história do Espírito Santo* e da própria perspectiva crítica que assumimos nesse trabalho, apresentamos uma reflexão e apontamos a necessidade da historiografia de superar uma visão do roteiro histórico do atraso, de se libertar de discursos fundadores por meio da recusa em lhes conferir autoridade, e, principalmente, de renunciar em ser produtora de uma memória coletiva convertida em propaganda e legitimação de governos e

---

<sup>741</sup> Segundo o autor: "[...] na relação entre seus interesses e funções, os estudos históricos estão comprometidos com um discurso político da memória coletiva. Ele torna a representação do passado uma parte da luta pelo poder e reconhecimento. Aqui o pensamento histórico funciona como um meio necessário para a legitimação ou deslegitimação de todas as formas de dominação e governo." RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. In: **História da Historiografia**, n.2, 2009, p. 187.

<sup>742</sup> RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UNB, 2010. p. 31-32.

<sup>743</sup> NEVES, Lucia Maria Bastos P. [et al]. Apresentação. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 8-9.

determinados interesses. Pelo contrário, ela deve possibilitar a produção de argumentos históricos a partir de apresentações históricas que permitam a compreensão do passado para os sujeitos do presente em termos de contestação de verdades estabelecidas sobre o Espírito Santo, de redefinição de expectativas e reavaliação de projetos de sociedade aos quais o conhecimento histórico não pode se eximir de participar, sob o risco da perpetuação de um determinado discurso sobre o desenvolvimento e o sentido da trajetória do Espírito Santo que se impõem.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2.ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo, Cortez, 2001.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um Estadista e seu tempo. Vitória: APEES, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Apresentação. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200001&lng=en&nrm=iso).

\_\_\_\_\_. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2011.

ARAÚJO, George Fellipe Zeidan Vilela. Desafios ao fazer historiográfico contemporâneo. In: Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. p. 1-9. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/anais/index.htm> Acesso em 2014.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

ATHAYDE, Antônio. Os três vultos notáveis da História Colonial do Brasil, com relação à Capitania do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, n. 8, Vitória, 1935.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. **Enciclopédia Einaudi**, vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALLARINI, Helmo M. ; RIBEIRO Luiz Cláudio M. Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e a economia de mercês. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, pp. 65-83, 2014.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforços industrializantes na Primeira República: o Espírito Santo 1889-1930**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1979.



\_\_\_\_\_. **A formação econômica do Espírito Santo:** o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura, 1987.

\_\_\_\_\_. A conjuntura da formação cultural capixaba. Introdução. In: **Espírito Santo:** um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

\_\_\_\_\_. **História Geral e Econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BLANKE, Horst W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. Apresentação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e economia mercantilnas terras do Espírito Santo (1790 a 1821).** 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural.** Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CONDE, Bruno Santos. **Depois dos Jesuítas:** a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador. **Revista Ágora.** Vitória, n. 20, pp. 24-40, 2014.

DADALTO, Maria Cristina. Relacionamento interétnico e memória: narrativas de colonizadores do norte do Espírito Santo. In: **DIMENSÕES** – Revista de História da UFES, Vitória, n.18, pp. 186-202, 2006.

\_\_\_\_\_. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído. **Pensamento Plural** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL, Pelotas, n. 03, pp. 147-166, 2008.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

DIHEL, Astor A. **A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

DOSSE, F. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: Unesp, 2001.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, Anna Karoline da Silva; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Poderes inferiores e Política Fiscal na Capitania do Espírito Santo. **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, pp.41-64, 2014.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FERRETI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistinidade: Identidade, Historiografia e Política em São Paulo**. 2004. 388f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FORTUNATO, Dannielle de Oliveira B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos Grandes Projetos. **Dimensões**. Vitória, n. 27, pp. 40-62, 2011.

FUKUDA, Rachel Franzan. **Estado e políticas públicas: industrialização e fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960 – 2004)**. Dissertação de Mestrado. 132f. Departamento de História - PPGHIS - UFES, Vitória, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GEHARDT, Arthur. O nascimento dos grandes projetos. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.

GODOY, João M. T. de. Alguns desafios dos estudos de historiografia. **Projeto História**, São Paulo, n.41, 2010.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

LACHINI, Cláudio. **Vasco: memórias de um precursor da globalização**. São Paulo: Bacarolla, 2009.

LEAL, João Eurípedes Franklin. Posfácio. História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho. In: OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: APEES/SECULT, 2006.

LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e História: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espiritossantense no século XX**. Tese de Doutorado. 352 p. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

\_\_\_\_\_. Construção identitária e livro didático regional de História: uma prática geracional de escrita de si. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (orgs.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: Ed.UFRN, 2007.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. In: **A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4.ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/UNESCO, 2004.

LOPES FILHO, Christiano Dias, et al. **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.

LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)**. 2006, 172fls. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Apresentação. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS, Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES. Vitória. 2007.

MENDES, Alvarito. **Vasco Fernandes Coutinho**. Vitória: Pro Texto, 2006.

MORAES, Neida Lúcia Borges de. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **DIMENSÕES** – Revista de História da UFES, Vitória, n. 9, pp. 99-123, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. In: **DIMENSÕES** – Revista de História da Ufes, Vitória, n.13, pp. 87-104, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, pp. 153-169, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 3, pp. 87-113, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Debates, n.11, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). In: **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012.

NEVES, Luiz Guilherme dos Santos. **O Capitão do Fim**. Vitória: IHGES, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 355 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2013.

OLIVEIRA, Ueber. Regime militar, elites regionais e a confluência de agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gehardt no Espírito Santo (1971-1975). **Dimensões**. Vitória, n. 30, pp. 385-421, 2013.

ORLANDI, Eni P. Discurso Fundador: a formação do país e a identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

PACHECO, Renato. **Eu vi o nascer o Brasil**: a vida nos primeiros tempos do Brasil colonial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

PALACIOS, Wanessa Doellinger C. **A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização em Vitória (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PANDOLFI, Ricardo; VASCONCELLOS, João Gualberto. Elites e Gestão do Desenvolvimento: uma reflexão sobre o caso do Espírito Santo. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.

PEREIRA, André Ricardo V. V. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais, Vitória, n. 09, v.1, pp.203-232, 2011.

\_\_\_\_\_. Entrando em campo para perder: a inserção do Espírito Santo no debate político nacional. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (orgs.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória, ES: SECULT, 2012.

\_\_\_\_\_. Fantasias persecutórias na História do Espírito Santo. **Revista Expedições**: Teoria da História e Historiografia, n.1, jan/jul, pp.140-162, Goiânia, 2013. Disponível em: [http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, nº 29, pp. 9-27, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. Introdução à análise de discurso. 2.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PIROLA, André Luiz Bis. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático**: história e representações. 2008. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

REIS, José Carlos. **História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à Primeira Grandeza** : o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896). 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma perspectiva conservadora do desenvolvimento econômico capixaba no pós-1964: o Governo Arthur Gehardt e os Grandes Projetos de Impacto (1971-1975). **Revista Ágora**. Vitória, n. 20, pp. 127-150, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (séc. XVI-XVIII). **Anais do XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social: Crises Econômicas, Crises Sociais**. Lisboa, 2010, pp. 1-17.

\_\_\_\_\_. Modos de ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: CAMPOS, A. P. et al. **Anais eletrônicos do III Congresso Internacional Ufes/Université Paris-Est/Universidade do Minho: territórios, poderes, identidades** (Territoires, pouvoirs, identités). Vitória: GM Editora, 2011. pp. 1-15.

\_\_\_\_\_. Modos de ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (orgs.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória: Secult, 2012. pp. 1-19.

\_\_\_\_\_. **Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo (1896-1968)**. Vitória: EDUFES, 2013.

ROBIN, Regine. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo**. 2.ed. Vitória: Espírito Santo em Ação. 2012.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Imprensa Oficial, 2008.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade**. 210f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba, **DIMENSÕES**– Revista de História da UFES, Vitória, n.17, pp. 47-68, 2005.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Moniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SARNAGLIA, Marcela. **Viajantes, natureza e índios: a província do Espírito Santo no relato de Auguste François Biard (1858-1859)**. Dissertação de Mestrado. 166f. Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS-Ufes, Vitória, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. De volta ao passado com as lentes focadas no presente, In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thaís Nívia de Lima (orgs.). **Inaugurando a História e construindo a nação**. Discursos e imagens no ensino de História, Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. 1986. 798 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração Pública). Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.



SILVA, Rogério Chaves da. Método e sentido: a pesquisa e a historiografia na teoria de Jörn Rüsen. **Fronteiras**: revista Catarinense de História, n.17, pp. 33-55, Florianópolis, 2009.

SILVA, Tarcísio Glauco da. Junta Militar do Rio Doce: a posse da terra como um dos objetivos de conquista. In: **DIMENSÕES** – Revista do departamento de História da Ufes, Vitória, n. 18, pp. 301-331, 2006.

SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo**: um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória (1950-1980). 2.ed. Vitória: Edição da Autora, 2010.

SOBRINHO, Sueni da Vitória. **Capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul**: a pauta de comércio e a atividade mercantil (1600-1642). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SOUZA, Chisue Kawashima de. Debate fundamental em tempos de expectativa. Apresentação. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo**: um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

SUETH, José Candido R. **Espírito Santo, um Estado “satélite” na Primeira Republica**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892/1912). 2004. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

TAMANINI, V. **Karina**. Brasília, [s.e.], 1981.

TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória: Ed. do autor, 2009.

VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.

\_\_\_\_\_. **Christiano Dias Lopes**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010.

VILLASCHI, Arlindo e SILVA FELIPE, Ednilson da. O global e o local: interações e conexões no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o debate. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais, Vitória, n.09, v.1, Junho. 2011. p. 188-223.

WETLER JUNIOR, Admir Clemente. **Espírito Santo 2025**: uma análise das implicações econômico-sociais do novo ciclo previsto. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.